

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL
CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE EM PRESOS, AMPUTADOS E CEGOS
- ACEITAÇÃO E LUTA CONTRA O INFORTÚNIO -

FEV.
200
1980

Por

JOSÉ AUGUSTO DELA COLETA

Tese submetida como requisito para obtenção
do grau de

DOUTOR EM PSICOLOGIA

RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1980

A Marília, Graziella, Giuliano
e Marcelo dedico o trabalho, o
título, e prometo não lhes rou-
bar mais os horários mínimos de
vidos.

AGRADECIMENTOS

- . Ao Dr. Aroldo Rodrigues, pelos ensinamentos, orientações, e oportunidade de conhecer como um cientista deve trabalhar;
- . Ao Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) que me proporcionou as oportunidades de estudos e pesquisas necessárias à minha formação e à realização deste trabalho;
- . Aos meus superiores e colegas de trabalho, tanto do Instituto de Seleção e Orientação Profissional, como da Universidade Federal Fluminense, pelo auxílio prestado e pela compreensão na minha maior dedicação a este trabalho;
- . Aos Diretores e Funcionários das Instituições e Escolas onde estivemos colhendo dados, pela atenção dispensada;
- . Ao Eng^o Roberto Ferreira Silvestre, do Núcleo de Processamento de Dados da Universidade Federal Fluminense, responsável pelos programas de tratamento de dados deste e de muitos outros nossos trabalhos;
- . As minhas "três famílias" pela paciência, auxílio e estímulo.

SUMÁRIO

Os objetivos deste trabalho compreendem a determinação: (a) dos processos de atribuição de causalidade e responsabilidade empregados, por sujeitos presos, cegos e amputados, na explicação dos eventos que os vitimaram; (b) da relação entre os processos de atribuição de causalidade e as respostas de combate à situação; (c) da eficácia das teorias de busca de controle, mundo justo e atribuição defensiva na explicação dos eventos por parte dos sujeitos; (d) da influência do sentimento de auto-estima, crença no mundo justo, "locus" de controle e sentimento de religiosidade, na atribuição de causalidade; (e) de como os observadores emparelhados aos atores atribuem causalidade e responsabilidade aos eventos vitimadores.

A parte inicial consiste em uma revisão das principais contribuições teóricas ao fenômeno da atribuição de causalidade em psicologia social e das pesquisas a ele relacionadas; sua extensão se justifica pela inexistência de textos desta natureza em nossa língua.

A segunda parte compreende a análise das respostas a conjunto de questionários e escalas fornecidas por 43 sujeitos presos por homicídio ou assalto, 40 amputados de membro superior ou inferior, 35 cegos congênitos ou adquiridos, e de 138 sujeitos observadores a eles emparelhados em idade, nível sócio-econômico e escolaridade.

Os resultados indicam diferenças no processo de atribuição de causalidade empregado pelos sujeitos com perdas diversas e na utilização de princípios das três teorias consideradas. O mesmo se verifica quando se comparam sujeitos atores e observadores. Os dados mostram ainda relações entre as variáveis psicológicas e o processo de atribuição de causalidade, bem como a influência destas variáveis no processo de luta contra a perda sofrida.

SUMMARY

This work has the following objectives: (a) to verify the processes of causal and responsibility attribution used by prisoners, blinds and physically handicapped individuals in accounting for the events that led to their misfortune; (b) to determine the relationship between the attribution processes used by the subjects and their coping responses; (c) to assess the utility of the theories of "desire for control", "just world" and "defensive attribution" in the explanation of the events by the subjects; (d) to determine the influence of self-esteem, belief in a just world, locus of control and religious feeling on the attribution process; (e) finally, to compare actors and observers insofar as causal attribution to the misfortune events is concerned.

The first part consists of a review of the main theoretical contributions to the phenomenon of causal attribution in social psychology as well as of the research work related to it; its length is justified by the inexistence of texts of such nature in Portuguese.

The second part is dedicated to the analysis of the responses given to scales and questionnaires by 43 subjects put in jail for having committed homicide or for having assaulted to steal property, 40 physically handicapped of upper or lower members, 35 blinds (congenital or acquired), and 138 observers matched in age, socio-economic status and school level to the actors.

The results indicated differences in the attributional processes employed by subjects with different types of misfortunes, as well as in the utilization of principles that inspire the three attribution theories considered. Differences are also found when actors are compared with observers. The results further show the relationship between psychological variables measured and causal attribution, as well as the influence of such variables upon the process of coping with the misfortune.

ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE EM PRESOS, AMPUTADOS E CEGOS:
ACEITAÇÃO E LUTA CONTRA O INFORTÚNIO

	Págs.
1. Introdução	1
2. Principais contribuições teóricas à compreensão do processo de atribuição de causalidade	
2.1 - As contribuições pioneiras de Fritz Heider	4
2.2 - Edward E. Jones e Keith E. Davis - " Dos atos às disposições", ou a primeira sistematização das idéias acerca da Teoria de Atribuição	36
2.3 - Daryl Bem - De uma crítica aos experimentos da Teoria da Dissonância cognitiva a uma grande contribuição à Teoria de Atribuição de Causalidade: A Teoria de Auto-Atribuição	58
2.4 - A operacionalização dos postulados da Teoria da Atribuição ganha um grande reforço - Harold Kelley	71
2.5 - A atribuição diferencial de atores e observadores - uma importante contribuição de E.E. Jones e R.E. Nisbett	91
2.6 - A noção de Desamparo: um conceito gerado na Teoria da Aprendizagem por Martim Seligman e as suas relações com o problema da atribuição de causalidade	119
2.7 - Locus de Controle: uma variável no processo	

de aprendizagem social de Julian Rotter e um construto na atribuição de causalidade	130
2.8 - Teorias de Atribuição de Causalidade a eventos acidentais	144
2.8.1 - Elaine Walster e a Busca de Controle	145
2.8.2 - A hipótese do Mundo Justo: uma intrigante proposta de Melvin Lerner para o processo de atribuição de responsabilidade a eventos acidentais	157
2.8.3 - Atribuição Defensiva: reinterpretação e novos dados de Kelly Shaver acerca da atribuição de responsabilidade e da vitimação	175
2.8.4 - A relação da atribuição de causalidade a um evento ocasional com a reação das pessoas a estes fatos: o trabalho de C. Wortman para tornar prática a teoria de atribuição de causalidade	179
3. Análise geral da literatura revisada, propostas e justificativas de estudo complementar da atribuição de causalidade em situações de vitimação	194
4. Metodologia	201
5. Resultados	
5.1 - Descrição da amostra	218
5.2 - Resposta a questionários e escalas	228
5.2.1 - Sujeitos presos	228

5.2.2. - Sujeitos amputados	260
5.2.3 - Sujeitos cegos	297
5.2.4 - Sujeitos presos, amputados e cegos - tentativas de comparações entre os grupos	328
6. Discussão dos resultados	354
7. Conclusões	378
8. Bibliografia	387
9. Anexos	
I. Inventário de dados biográficos para os su- jeitos atores	418
II. Questionário para obtenção de dados a respei- to da Atribuição de Causalidade a eventos ocorridos - Sujeitos Atores	420
III. Questionário para obtenção de dados a respei- to da Atribuição de Causalidade dos eventos ocorridos - Sujeitos Observadores	423
IV. Desenvolvimento de escala para medida da atribuição de causalidade a eventos vitimado- res, segundo as teorias de Busca de Controle, Mundo Justo e Atribuição Defensiva	425
V. Desenvolvimento de escala para medida do Locus de Controle	442
VI. Desenvolvimento de escala para medida da Cren- ça no Mundo Justo	450

VII. Desenvolvimento de escala para medida do Senti <u>m</u> ento de Auto-Estima	457
VIII. Desenvolvimento de Escala para medida do Senti <u>m</u> ento de Religiosidade	468
IX. Resultados Gerais	475

1 - INTRODUÇÃO

A Psicologia Social tem demonstrado desde alguns anos que ao lado dos motivos básicos de preservação do eu e da espécie, um outro fator importante na emissão do comportamento do ~~homem~~ é a procura de compreensão dos eventos que ocorrem ao seu redor, de explicação das causas geradoras dos fenômenos que o afetam.

O conjunto de teorias, postulados e resultados de pesquisas que se refere ao processo de explicação da ocorrência dos fatos na vida de cada um veio a se constituir em profícuo campo de pesquisas na Psicologia Social contemporânea denominado "Atribuição de Causalidade".

As bases para o desenvolvimento destes estudos remontam ao artigo extremamente heurístico de Fritz Heider publicado em 1944 intitulado *Social perception and phenomenal causality*, que foi posteriormente desenvolvido em seu livro de 1958 *The Psychology of interpersonal relations*.

Durante os anos 60 a teoria de atribuição de causalidade experimentou razoável desenvolvimento somente nos últimos anos da década, através de pesquisas científicas a esse respeito, que culminaram na publicação de um livro em 1972 frequentemente citado *Attribution: perceiving the causes of behavior*, por um grupo de pesquisadores tendo à frente Edward E. Jones.

A partir daí um número incalculável de artigos surgiram nas principais revistas de Psicologia Social, principalmente nos Estados Unidos da América, geradores também de livros importantes como os de Harvey, Ickes e Kidd (1976,1978), de textos básicos de Psicologia Social com abordagem da teoria de atribuição (Harvey e Smith,1977) e de relevantes revisões como esta última elaborada por Kelley e Michela (1980) que apontam a consulta a mais de 900 referências de artigos sobre atribuição nos anos 70, principalmente na literatura norte-americana.

As pesquisas sobre este assunto tem envolvido os mais variados temas tradicionalmente estudados pela Psicologia Social, agora sob esta nova abordagem, e as aplicações das descobertas atingem as áreas da educação, psicologia social dos esportes, psicologia clínica e aconselhamento, relações interpessoais, psicologia ambiental, psicologia social do trabalho,

e até metodologia da pesquisa.

No Brasil, entretanto, somente alguns poucos (menos de uma dezena) trabalhos de pesquisa foram até o momento dedicados a este palpitante tema da Psicologia Social atual. Por este fato, e porque a literatura conhecida até o momento não oferecia respostas muito esclarecedoras ao problema da atribuição de causalidade a situações acidentais com perdas graves, este trabalho compreende uma revisão ampla da literatura relevante, até o momento conhecida, com a elaboração de textos básicos sobre as diversas posições teóricas acerca deste tema, bem como um estudo dos processos de atribuição de causalidade empregados por pessoas que tenham sofrido perdas graves em suas vidas. Acrescenta-se ainda a pesquisa da capacidade de as diversas teorias (busca de controle, atribuição defensiva, mundo justo) explicarem a atribuição de causalidade a eventos acidentais, bem como de suas relações com variáveis psicológicas dos sujeitos envolvidos e com a luta contra a perda sofrida.

2.1 - AS CONTRIBUIÇÕES PIONEIRAS DE FRITZ HEIDER

As inúmeras e extremamente heurísticas contribuições de Fritz Heider à Psicologia Social como um todo, e particularmente à percepção social e relações interpessoais, podem ser definidas de modo didático, como originárias em suas três mais importantes comunicações:

1944 - "Social Perception and phenomenal causality", contendo idéias mais voltadas aos princípios do que viria a se constituir mais tarde no campo da Teoria da Atribuição de Causalidade;

1946 - "Attitudes and Cognitive Organizations", um pequeno, mas significativamente heurístico, artigo de apenas 5 páginas e que contém boa parte das idéias centrais do posteriormente desenvolvido "princípio do equilíbrio";

1958 - A fusão destas idéias iniciais e seu maior desenvolvimento, compreendendo a formulação de princípios e postulados explicativos de um modelo cognitivo em Psicologia Social, em "The Psychology of Interpersonal Relations", traduzido em 1970 para o português pelo Dr. Dante Moreira Leite sob o título "Psicologia das Relações Interpessoais", que infelizmente não mereceu o estudo e a difusão a que faz jus por parte da maioria dos psicólogos brasileiros.

A amplitude de aplicação das idéias de Heider contidas nestas obras, que apresentam pouquíssimas citações de estudos e pesquisas para sustentar suas afirmações, cremos que ainda não foi totalmente explorada e muita coisa ainda, podemos estar segu

ros, será deduzida de seus primeiros textos.

Para Heider, o paradigma da Psicologia Social deveria incluir o estudo das relações interpessoais, não necessariamente através da experimentação controlada, da dedução e teste de hipóteses, a partir de cujos resultados seriam geradas as teorias explicadoras dos fenômenos, mas sim, principalmente, utilizando-se do que ele definiu como "*naive analysis of action*", compreendida em uma psicologia ingênua, do senso comum, onde as explicações seriam obtidas a partir do conhecimento não muito formulado, definido, abandonando um pouco os rigores do pensamento cartesiano, e buscando-o, tal como se expressa na vida diária, na experiência de cada um, valendo-se até da linguagem pessoal para retratar os fatos.

A Psicologia Ingênua de Heider supõe que os próprios homens conhecem-se o bastante para compreender, e mesmo explicar, suas relações com outras pessoas, chegando a efetuar comparações entre o conhecimento da física e da psicologia: "se de nosso mundo, apagássemos todo o conhecimento da física científica, não apenas deixaríamos de ter automóveis, aparelhos de televisão e bombas atômicas, mas poderíamos até descobrir que a pessoa comum é incapaz de resolver os problemas mecânicos fundamentais de roldanas e alavancas. Por outro lado, se eliminássemos de nosso mundo todo o conhecimento da Psicologia Científica, os problemas de relações interpessoais poderiam ser facilmente enfrentados e solucionados mais ou menos como antes. O homem ainda "saberia" como deixar de fazer alguma coisa que lhe tivesse sido solicitada, "saberia" como fazer alguém concordar com ele; ainda "saberia"

quando alguém estivesse encolerizado ou insatisfeito. Poderia até apresentar explicações sensatas para os "porquês" de grande parte de seus comportamentos e sentimentos". (Heider, 1970, p. 14)

Ao lado do fato de parecer claro que estas palavras são mais enfáticas do que recomendadoras, que podem ter sua função de utilidade em etapas preliminares do conhecimento de um fenômeno qualquer, na medida em que nos dias atuais não se pode dispensar o concurso da experimentação controlada para a determinação das leis fundamentais dos eventos, não se admitindo a sua substituição pura e simples pelo observar desinteressado e descompromissado de estudiosos do comportamento humano em situações de relacionamento com outros, observa-se na Psicologia Ingênua de Heider uma enganadora e aparente superficialidade das afirmações, mas que de fato escondem uma profundidade e uma condensação de informações difíceis de serem alcançadas.

Dentro desta perspectiva, os textos de 1944, 1946 e 1958 congregam informações fundamentais que geraram inúmeros estudos, princípios e teorias envolvendo principalmente os temas da percepção social e das relações interpessoais, e que podem ser agrupados nos seguintes itens principais, entre outros menos importantes, e tantos que ainda nem foram suficientemente desenvolvidos pelos seus seguidores:

- como as pessoas pensam e sentem outras pessoas?
- quais os resultados sobre o comportamento de uma pessoa, da percepção que ele tem da outra?
- o que uma pessoa sente em situações cognitivamente equilibradas, ou desequilibradas e como resolve sua

posição nestas últimas?

- de que modo uma pessoa reage frente ao comportamento de seu semelhante?
- como uma pessoa percebe seu próprio comportamento?
- como as pessoas explicam as ocorrências no mundo em geral, e de seus semelhantes em particular?
- a que causas as pessoas atribuem os fatos que observam ou vivenciam?

É precisamente este último tema, atribuição de causalidade, que mereceu maior dedicação de Heider, principalmente em seu livro de 1958, onde a cada capítulo as implicações ou explicações dos processos de atribuição são consideradas.

Para Heider os homens buscariam sempre definir as origens dos eventos que lhes ocorrem ou que observam, na medida em que "...o homem deseja conhecer as fontes de suas experiências, saber de onde vêm, saber como surgem, não apenas por curiosidade intelectual, mas também porque essa atribuição lhe permite compreender o seu mundo e predizer e controlar acontecimentos referentes a ele e aos outros" (Heider, 1970 pg. 169). O ponto final deste processo de análise das causas dos eventos é a atribuição de causalidade e responsabilidade por parte do percebedor.

Neste sentido as pessoas buscariam encontrar as invariâncias entre causas e efeitos, operando como "quase cientistas", considerando a tarefa principal o estabelecimento de elos entre os eventos causais e seus efeitos. É importante ressaltar que na ausência de definição destes elos de ligação entre as causas e os efeitos, resultaria impossível entender o

comportamento das pessoas, predizê-los, modificá-los e até controlar-los. Assim, a atribuição de causalidade, isto é, a busca de explicações acerca do porquê das ocorrências, seria um elemento poderoso ao ser humano para que pudesse compreender e controlar o seu comportamento, o comportamento de seu semelhante e o seu próprio mundo.

Estas afirmativas encontramos em Lewin (1936) onde as regiões pouco estruturadas de propriedades desconhecidas pelo su jeito, constituem-se em barreiras que dificultam a ação da pessoa, comprometendo a eficácia do controle que possa exercer sobre as ações. Neste sentido, em certa medida, podemos considerar que o conhecimento dos fenômenos, de como se passam, constitui-se em sinônimo de poder, dado que seu domínio permite exercer controle sobre os fatos.

Por estas razões, o homem seria naturalmente motivado a buscar compreender a origem dos fenômenos e a esse respeito Heider (1944) afirma que Oppenheimer considera o "*causal drive*", a busca do porquê dos fatos, o terceiro *drive* básico, ao lado da conservação do eu e da espécie.

Ao lado desta compreensão do mundo em que vive, os processos de atribuição de causalidade acabam, de certa maneira, por exercer influência sobre as respostas que o sujeito vai emitir em razão do comportamento do outro. Isto é, a atribuição de causalidade pode ser considerada como um importante elemento mediador, moderador, das relações interpessoais, na medida em que o comportamento de cada um será em boa parte determinado pelas configurações cognitivas que fez a respeito do mundo e da ação de

seus semelhantes.

Aqui convém lembrar a distinção entre cognição e percepção. Para Heider o termo percepção refere-se mais propriamente aos casos onde existe certa estruturação dos seus componentes, e cognição diz respeito mais de perto aos eventos pouco estruturados nos quais os elementos brutos e o percepto destes elementos brutos estão mais distantes, sendo portanto mais inconclusiva que a percepção. Pode-se supor também que a cognição, ou percepção como preferem alguns, dos eventos sociais, segue leis menos rígidas, estruturadas e estáveis que a percepção de objeto ou eventos meramente físicos.

Este último é sem dúvida um problema sério que enfrenta a Psicologia, mormente a Psicologia Social. A indicação, descrição e estudo dos comportamentos expressos pelos indivíduos, principalmente em relação aos outros seus semelhantes, situa-se ao nível da linguagem, das manifestações observáveis, ao passo que os elementos determinantes destes comportamentos, as condições que lhes servem de base, só são acessíveis ao nível das construções hipotéticas, dos constructos lógicos, dos conceitos. Este fato causa dificuldades científicas enormes no momento de estabelecer as leis gerais que regem as relações entre um e outro destes dois polos.

Para dificultar ainda mais as coisas, é fato conhecido e demonstrado que as pessoas, ao contrário do que se deveria supor em um modelo que busca a cognição dos eventos, não são sempre lógicas e racionais ao efetuarem a atribuição de causalidade aos eventos, mas sim refletem seus desejos, suas motivações e suas

necessidades pessoais, o que torna o processo muito mais complexo e as leis gerais que o norteiam, de aplicação mais particularizada.

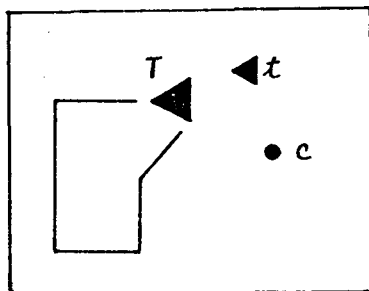
Pode-se considerar então, que a atribuição de causalidade, de origem, de responsabilidade, constitui-se em uma organização das experiências do indivíduo, baseando-se na busca pessoal da compreensão, na "causalidade fenomenal", formando uma relação unitária entre a origem e as mudanças que acarreta aos fenômenos e ao próprio comportamento de quem fez esta atribuição. A formação desta unidade entre causa e efeito seguramente obedece leis de relação entre suas partes, que envolvem, entre outras, a similaridade, a proximidade, a boa forma, o destino comum, a boa continuação, a predisposição e a experiência passada, que governam todo o processo e suas implicações.

Os estudos que deram origem ao que hoje se denomina atribuição de causalidade, tiveram suas bases, por um lado nos textos heurísticos, teóricos de Heider, e, por outro, em estudos que relacionavam a percepção física e a causalidade dos eventos, por parte de Heider e Simmel (1944) e de Michotte (1946).

Heider e Simmel (1944) utilizaram-se de um filme contendo tres figuras que se moviam (um grande triângulo T, um pequeno triângulo t, e um círculo C) e um retângulo com uma parte aberta (conforme fig. 1), onde as figuras se movem em contato com esta porta do retângulo, o que dá a impressão de que a porta empurra as figuras ou as figuras empurram a porta.

Quando só há os movimentos das figuras, o filme não

Fig.1 - Figuras geométricas com comportamento aparente(Heider e Simel, 1944, pág. 244)



apresenta significado algum e os sujeitos às vezes nem são capazes de descrevê-lo, mas quando a essas figuras são impostas características pessoais e sua movimentação é pareada com motivos e sentimentos, isto é, as figuras são vistas como pessoas, forma-se uma unidade estruturada com significação para os sujeitos.

Estes motivos e sentimentos são na verdade os atributos que organizam os acontecimentos e lhes dão um significado antes inexistente.

Outro fato interessante é que o movimento não indica a origem, se é a porta que empurra as figuras ou as figuras que empurram a porta, mas os sujeitos sempre percebem a figura a empurrar a porta, isto é, as pessoas como origem dos fatos. Ao mesmo tempo, T se movimenta atrás de t e c, e aproximando-se fica rapidamente em contato com t que logo após se move, o que faz com que os sujeitos atribuam a T a origem dos movimentos, indicando que T persegue a t e não o segue.

Nos experimentos de Michotte (1946) contendo situações de movimentos de dois objetos que se aproximavam ou se afastavam quando um começava a se movimentar, os sujeitos observado -

res atribuíam esse movimento à aproximação maior ou menor do outro, informavam que um objeto perseguia o outro, o atacava, fugia do outro, etc.. Se os objetos se distanciavam um do outro, este fato era visto como decorrente da antipatia ou repulsa de um pelo outro, e contrariamente, se se aproximavam era indicação de simpatia e amizade. Ambos ~~os~~ experimentos sobre causalidade fenomenal e movimento de partes, concluem que é possível encontrar correlatos entre características geométricas ou dinâmicas de objetos, e impressões relativas à percepção social, sendo que esta tendência de atribuir as características pessoais aos movimentos dos objetos tem relação com o animismo preconizado por Piaget, que compreende a atribuição de vida a objetos inanimados.

2.1.1 - Causalidade Pessoal e Impessoal

Como vimos até o momento, o processo de atribuição de causalidade está calcado na busca de propriedades disposicionais que venham a explicar a ocorrência dos fatos. Para Heider as propriedades disposicionais seriam "...as partes ou características do ambiente (pessoa) dadas direta ou fenomenalmente ,e para as quais se dirige a percepção (ou ação), são aquelas que em si mesmas mostram não variação (isto é, não mudam muito em suas propriedades) ou que, quando mudam, mudam sobretudo de maneiras que seguem leis macroscopicamente visíveis". (Heider, 1970, pg. 43) Em outras palavras, as propriedades disposicionais são as inva - riâncias (Heider, 1954) que permitem a percepção mais ou menos estável do mundo, e se referem tanto a características dos obje - tos como das pessoas.

Neste sentido, Heider definiu em princípio dois fato-

res básicos aos quais os sujeitos dirigiriam a atribuição de causalidade aos fenômenos que observassem: as forças do ambiente (atribuição externa ao sujeito envolvido na ação, causas impessoais) e às características das pessoas (atribuição interna ao sujeito envolvido na ação, causas pessoais).

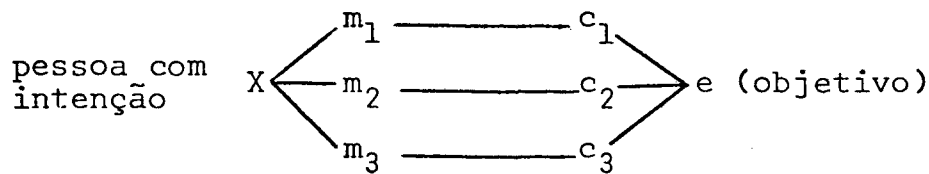
Especificou melhor ainda, indicando que as causas atribuídas ao ambiente poderiam compreender tanto as características da situação, as dificuldades enfrentadas pelo sujeito, as facilidades que o ambiente lhe proporcionou, como as ocorrências devidas ao acaso, a eventos meramente fortuitos, a fatores mais variáveis do ambiente. As causas relativas ao sujeito seriam oriundas de duas fontes distintas: as características estáveis do sujeito (ser capaz), suas habilidades, capacidades, potencialidades, ou às suas necessidades do momento, suas motivações (tentar), seu esforço, seu empenho, sua intenção em conseguir aquele efeito.

Na verdade Heider deu pouca atenção à distinção inicial de causas centradas na pessoa ou no ambiente, mas dedicou-se com maior profundidade a esta última diferenciação de poder e tentar, de haver intenção ou não na ação do sujeito, e aí distinguiu os eventos com o que ele chamou de causalidade pessoal e eventos com causalidade impessoal.

A causalidade pessoal caracteriza-se pela equifinalidade, pela invariabilidade dos fins, das metas, e pela variabilidade dos meios utilizados para alcançá-las, onde a intenção do sujeito é o fator central e o esforço do indivíduo pertence ao núcleo de causalidade pessoal, recebendo a capacidade uma im

portância secundária, atuando mais na periferia do fenômeno, num modelo que pode ser assim descrito:

Fig.2 - Situação de causalidade pessoal (retirado de Heider, 1970)

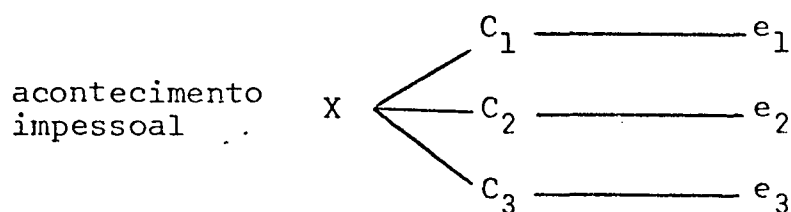


Neste modelo, dada a condição c_1 a pessoa escolhe o meio m_1 que lhe parece mais adaptado para alcançar o objetivo determinado pela sua intenção, dada c_2 escolhe m_2 e assim sucessivamente, variando os meios de acordo com as características da situação que enfrenta, mas mantendo constante o fim a alcançar, caracterizando a equifinalidade.

Aqui é necessário explicar que os casos de causalidade pessoal precisam ser separados de efeitos que envolvem pessoas, mas não intenções. Estes últimos deveriam ser mais adequadamente representados pelos casos de causalidade impessoal.

Na causalidade impessoal, ao contrário da causalidade pessoal, os efeitos produzidos são diferentes dependendo das condições que os antecedem, em um modelo assim expresso:

Fig.3 - Situação de causalidade impessoal (retirado de Heider, 1970)



Tal modelo pode ser descrito da seguinte forma: X na condição C_1

produz o efeito e_1 , na condição C_2 produz o efeito e_2 , todos diferentes dependendo das condições anteriores. Por exemplo: na guerra uma mesma bomba pode, dependendo das situações, atingir um ou mais homens, atingir uma árvore, ou simplesmente atingir uma área deserta. Não há equifinalidade conforme configurado anteriormente.

Dentro deste mesmo ponto de vista, Heider fez uma distinção, hoje importantíssima para a teoria de atribuição, que se refere ao CAN (poder) e ao TRY (tentar) por parte do sujeito envolvido na ação.

O CAN (poder, ser capaz), é função do poder, da habilidade do sujeito na tarefa que vai desenvolver, contra as dificuldades do ambiente, ou da incapacidade do sujeito e das facilidades do ambiente.

O TRY (tentar, esforçar-se) envolve a intenção (*intention*), o quanto o sujeito quer fazer aquilo, quanto se esforça (*exertion*), o quanto se empenha para conseguir a sua intenção, a própria motivação, que varia diretamente com a dificuldade da tarefa, e inversamente com a capacidade do sujeito. Isto é, o que o sujeito tenta fazer e até que ponto se esforça para conseguir realizá-lo.

Por isto tudo pode-se deduzir que a atribuição de causalidade e responsabilidade pessoal variam de acordo com o papel do ambiente, dificuldade da tarefa, acaso, capacidade do sujeito, intenção, esforço. Do mesmo modo, no caso de um comportamento ser atribuído à capacidade de uma pessoa, ela não é considerada tão responsável por ele quanto no caso em que este

é atribuído à sua motivação.

Estas distinções de Heider encontram alguns correlatos em outros estudiosos que, de um modo ou de outro, efetuaram discriminações que se aproximam destas, ou vice-versa.

Angyal (1941) fala de fenômenos heterônomos como aqueles que tem sua origem fora da pessoa e autônomos como aqueles que tem sua causação na própria pessoa. Para Rosenzweig, citado por Heider (1970, pg.192), existiriam pessoas com reações intro-punitivas e extra-punitivas, sendo que as pessoas intro-punitivas tendem a se verem como causas dos fatos infelizes que lhes acontecem e pessoas extra-punitivas procuram indicar outras pessoas ou o ambiente como responsáveis pelas ocorrências.

Esta diferenciação efetuada por Heider entre o ser capaz e o tentar, e entre a causalidade pessoal e impessoal, é muito importante porque veio influenciar diretamente os trabalhos de Weiner e colaboradores (Weiner et alli, 1972) nos estudos de atribuição de sucesso e fracasso, e na proposta de explicação ao processo motivacional com base na teoria de atribuição, que segundo o próprio Heider (Harvey et alli, 1976b) constitui-se numa das linhas de pesquisa ligadas à teoria de atribuição que mais se desenvolveram nos últimos anos.

Para Weiner e seus colaboradores (Weiner, Frieze, Kukla, Reed, Rest e Rosembaum, 1972, Weiner, 1972) que propuzeram um no vo modelo atribucional da motivação de realização, fundamentado em Heider (1958), e nos resultados de estudos de "locus de controle" (Rotter, 1966), os indivíduos utilizariam quatro elementos causais distintos para julgar, antecipar, predizer, interpretar um evento qualquer de realização: capacidade, esforço, difi-

culdade da tarefa e acaso, dos quais seria função todo e qualquer resultado da ação das pessoas.

Esta distinção é complementar àquelas efetuadas por Heider de causalidade interna ou externa, pessoal ou impessoal, bem como à diferenciação efetuada por Rotter (1966) do locus de controle interno-externo, e neste sentido Weiner e colaboradores (1972) propõem que estes quatro fatores sejam distribuídos em duas dimensões distintas:

- locus de controle da causa do evento: interno ou externo;
- grau de estabilidade da causa em questão: estável e instável;

o que poderia produzir a seguinte configuração, com a consequente colocação destes quatro elementos causais em cada uma das diversas combinações dos valores das duas dimensões consideradas (Weiner et alli, 1972):

Tabela 1: Esquema das causas determinantes dos comportamentos (Weiner et alli 1972)

		Locus de Controle da Causa	
		Interno	Externo
Grau de Estabilidade da Causa	Estável	capacidade (ability)	Dificuldade da tarefa (task difficult)
	Instável	esforço (effort)	acaso (luck)

A opção por um destes quatro fatores como indicador da causalidade explicativa de dada realização (sucesso ou fracasso) depende de uma série de informações a serem obtidas em cada caso particular, mas a pesquisa científica sobre este tema demonstrou que a opção por um ou outro pode ser descrita como sendo função das seguintes indicações, conforme quadro resumo agora apresentado:

Tabela 2: Dados utilizados para inferências referentes às causas do sucesso e fracasso (retirado de Weiner, 1972)

Elementos Causais	Dados utilizados
Capacidade	Número de sucessos, percentagem de sucessos, desempenho máximo, dificuldade da tarefa, padrão de sucessos
Dificuldade da tarefa	Características objetivas da tarefa, normas sociais
Acaso	Características objetivas da tarefa, independência dos resultados, aleatoriedade dos resultados (padrão de desempenho), raridade do evento
Esforço	Resultado, padrão de desempenho, tensão muscular percebida, transpiração, persistência na tarefa, co-variação do desempenho com o valor incentivo do objetivo, dificuldade da tarefa

Além destes pontos já focalizados na tabela anterior, as pesquisas com o modelo proposto por Weiner e colaboradores (1972) demonstraram outras evidências bastante importantes.

Frieze e Weiner (1971) encontraram que a inconsistên -

cia nos resultados obtidos por outros aumenta a atribuição causal à capacidade, esforço, e acaso, enquanto a consistência está mais associada à atribuição à dificuldade da tarefa; a consistência temporal dos resultados dos outros faz crescer a atribuição à capacidade e dificuldade da tarefa e diminui a atribuição ao acaso. No caso do próprio sujeito fazendo atribuição causal às suas realizações, a consistência com as realizações no passado tende a estar associada à maior atribuição à capacidade e dificuldade da tarefa, e a inconsistência liga-se mais ao acaso e ao esforço.

Mais importante entretanto é a constatação(Fitch,1970) de que o sucesso tende a ser atribuído mais às causas internas, ficando o fracasso como sendo causado pela dificuldade da tarefa e pelo acaso, ambos fatores externos, o que é um indicador importante da tendência de defesa e elevação de seu próprio ego no processo de atribuição de causalidade a eventos envolvendo a realização.

Feather e Simon (1971) demonstraram que os sujeitos tendem a atribuir os resultados esperados a fatores internos estáveis (capacidade ou não) e os inesperados a fatores externos instáveis (acaso, boa ou má sorte), resultados que são explicados baseando-se no princípio do equilíbrio de Heider (1958).Ao mesmo tempo se uma pessoa experimenta sucesso em uma tarefa, este é mais atribuído à capacidade pelos sujeitos com alta expectativa, do que aqueles sujeitos com baixa expectativa, enquanto que se um sujeito encontra o fracasso em uma tarefa, este é mais atribuído à falta de capacidade pelos sujeitos com baixa expectativa do que por aqueles com alta expectativa.

Weiner e Kukla (1970) em seus experimentos sobre a atribuição de recompensas e punições por observadores, quando se variavam a capacidade, o esforço dispendido, e os resultados alcançados pelos indivíduos envolvidos na tarefa, observaram que os sujeitos atribuíam maiores recompensas ao sucesso e menores punições pelo fracasso nos casos de pessoas esforçadas mas sem capacidade, ao passo que atribuíam menores recompensas pelo sucesso e maiores punições pelo fracasso àquelas pessoas que possuíam capacidade para aquela tarefa, mas não se esforçavam em sua execução. Esses mesmos resultados foram obtidos por Heckhausen (1967), replicando este estudo na Alemanha Ocidental.

Rodrigues (1979, 1980), numa réplica no Brasil dos experimentos de Weiner e Kukla (1970), com diferentes amostras, demonstrou que:

- "a) os mais recompensados por bons resultados foram os esforçados e competentes na tarefa, os quais foram também os menos punidos por maus resultados.
- b) os menos recompensados por bons resultados e mais punidos por maus resultados foram os não esforçados e incompetentes na tarefa". (Rodrigues, 1979).

O autor conclui que existe uma diferença clara entre os processos de atribuição utilizados pelas amostras americanas e alemãs por um lado, e as amostras brasileiras por outro. Enquanto as primeiras valorizam mais o esforço pelo sucesso e punem mais o não esforço pelo fracasso, no Brasil os sujeitos tendem a valorizar mais a capacidade pelo sucesso alcançado, punindo mais a incapacidade pelo fracasso.

É claro que estes princípios, tão bem desenvolvidos por

Weiner e colaboradores, ainda dependem de muitos outros estudos, principalmente aqueles referentes a desvendar o problema da dúvi da se o esforço seria realmente uma característica instável, ou seria percebido como estável quando se analisa o comportamento de outros, já que é comum se ouvir "fulano é esforçado", e isto pode ser entendido como uma característica, uma capacidade positiva das pessoas. Do mesmo modo, este argumento pode ser aplicado ao acaso, sorte, azar, pois todos estes indicadores, tidos como externos e instáveis, em algumas sub-populações, principalmente aquelas de baixo nível sócio-cultural, podem ser percebidos como internos e estáveis, como uma capacidade de algumas pessoas terem sorte, e outras azar, sendo percebidos como pessoas "azaradas" ou "sortudas".

Todas estas pesquisas necessitam ser mais desenvolvidas dada a sua relevância para o fenômeno da motivação de realização, da compreensão dos processos utilizados e das implicações às diversas classes sociais e raciais.

2.1.2 - Níveis de Atribuição

Como visto anteriormente, existem diferentes níveis em que a causalidade pode ser atribuída a uma pessoa, e esta variação é dependente do engajamento do sujeito na ação e das forças do ambiente que colaboram para a consecução daquele ato. Assim sendo, Heider, inicialmente em seu artigo de 1944 e mais detalhadamente na obra de 1958, definiu sucessivos estágios de atribuição de responsabilidade ao sujeito pela ação, indo dos níveis mais inferiores, onde ao sujeito seria atribuído menor grau de responsabilidade pelo ato, até níveis onde a responsabilidade do

sujeito seria maximizada. Esta proposta envolvia a variação progressiva do nível de engajamento pessoal do autor da ação, bem como a indicação de que estes níveis correriam paralelos aos estágios de desenvolvimento humano, isto é, os critérios de causalidade e intencionalidade seriam progressivamente definidos pelo homem ao longo de suas etapas de desenvolvimento.

Nível 1 - Associação (association). Neste nível mais baixo "a pessoa é considerada responsável por qualquer efeito que esteja, de qualquer forma, ligado a ela, ou pareça de alguma forma ter esta relação". (Heider, 1970, p.133)

Como exemplo desta situação citam-se os casos de indivíduos que são cumprimentados pela vitória do time de futebol do qual são torcedores, de pessoas que são estereotipadamente cul padas por fatos que outros de sua raça, cor, credo religioso, na cionalidade, tenham cometido, mesmo que em gerações anteriores a sua, de sujeitos que são responsabilizados só porque estão no lu gar onde o evento ocorreu.

Nível 2 - Causalidade - Engajamento (Commission, causa lity, extended Commission) - O indivíduo é responsável por tudo o que tenha feito. Sendo a pessoa condição necessária ao acontecimento do evento, isto já basta para lhe ser atribuída a origem da ocorrência, sendo julgada não por suas intenções mas pelos efeitos que causou.

Este nível está relacionado ao que Piaget (1932) demoni nou responsabilidade objetiva que se caracteriza por um estágio primitivo da responsabilidade subjetiva, ocasião em que o foco

principal do julgamento torna-se a intenção do sujeito em realizar o ato e seus motivos.

Na verdade pode-se afirmar, pelo que foi visto anteriormente, que este nível caracteriza-se ainda por uma causalidade impessoal, uma vez que não é definida intenção por parte do sujeito em realizar a ação.

Como exemplo, o sujeito é responsabilizado por ter derrubado involuntariamente um vaso de flores, ou por ter tocado uma campainha de uma casa e acordado o bebê que ali dormia.

Nível 3 - Previsibilidade (*Foreseeability, Careless Commission*) - O sujeito é considerado responsável pela ocorrência do evento no qual está diretamente engajado, na medida em que a consequência deste ato poderia ser prevista, e lhe faltou capacidade e/ou esforço para exercer controle e evitar a ocorrência do fato. Mesmo não sendo seu objetivo, e deste modo não havendo intenção, o que descaracteriza a causalidade pessoal, o sujeito é responsabilizado pelo evento porque poderia tê-lo evitado, seja porque conhecia anteriormente as chances de ocorrência daquele efeito, naquela situação, seja porque no decorrer da ação poderia ter previsto o efeito e tentado controlá-lo.

Como exemplo deste nível 3 pode ser citado o caso de um sujeito que atira uma ponta de cigarro acesa pela janela do edifício, e a mesma atinge uma senhora, queimando-lhe a mão. O sujeito claramente não teve a intenção de queimar a mão da senhora com o cigarro, mas existe alta probabilidade de que em se atirando uma ponta de cigarro pela janela do edifício acabe-se acertando alguém lá em baixo. A pessoa é responsabilizada pela ocorrência porque poderia ter previsto que isto poderia acontecer, e conseqüentemente evitado o fato.

Nível 4 - Intencionalidade (*Intention, Intentionality, Purposive Commission*) - Neste nível 4 é que se caracteriza totalmente a causalidade pessoal, onde o sujeito tem a intenção de provocar o efeito e pode mesmo persegui-lo, sendo atribuído este nível somente nos casos onde claramente se detecta a intenção de que o sujeito pretendeu realizar o ato. Este nível corresponde à responsabilidade subjetiva preconizada por Piaget (1932), onde o sujeito é percebido como causador apenas nos casos onde busca a determinação dos eventos.

Um exemplo para este nível pode ser o caso de um sujeito que é responsabilizado porque deliberadamente decidiu e executou a derrubada de uma árvore no quintal de sua casa, uma vez que este era seu desejo.

Nível 5 - Justificabilidade (*Justifiability, free Commission, Justified Commission*) - Atribuições de responsabilidade efetuadas a este nível 5 consideram que os motivos que levaram o sujeito a executar o ato não são inteiramente seus, mas podem ser entendidos como decorrentes da ação do meio exterior sobre ele. O sujeito realmente agiu deste modo, mas ele não é tão responsável por este fato, na medida em que havia motivos para agir assim, ele foi provocado, foi obrigado, foi compelido, foi mandado agir desta maneira, e assim a sua responsabilidade não é total, mas sim dividida com o mandante, com o provocador, com o elemento que o obriga a agir, ou seja, o meio ambiente (aqui compreendendo também as outras pessoas).

Um sujeito que após receber um empurrão em uma discussão agride seu interlocutor, e outro que sob uma ameaça é intimado a emitir um comportamento qualquer, têm a responsabilidade pe

los seus atos dividida com os que determinaram esta ação.

Muitos estudos foram realizados para testar ou ampliar as idéias de Heider sobre uma teoria evolutiva da Atribuição de Causalidade, no sentido do desenvolvimento do ser humano, da classificação evolutiva dos eventos em ordem crescente de responsabilidade e causalidade pessoal pelo ocorrido (Sedlak, 1979; Shaw e Reitan, 1969; Shaw e Schneider, 1969; Sulzer e Burglass, 1968; Shaw e Iwawaki, 1972; Harris, 1977), dos quais vamos descrever brevemente os estudos de Shaw e Sulzer (1964), seguramente o mais citado de todos por ter sido um dos precursores, e Fincham e Jaspars (1979) como um dos mais recentes.

Shaw e Sulzer (1964), num pioneiro trabalho, considerando os 5 níveis de atribuição de Heider, pretenderam verificar como são atribuídas responsabilidades a um sujeito envolvido em certos eventos da vida diária, como variam estas atribuições em grupos de crianças e de adultos, e ainda que diferenciações sofrem os resultados ao se considerar o final positivo ou negativo destes eventos.

Para tanto montaram dois experimentos similares e tomaram como sujeitos grupos de crianças entre 6-9 anos e grupos de adultos entre 17-38 anos, aos quais aplicaram histórias de cada um dos cinco níveis de atribuição definidos por Heider, onde os sujeitos deveriam indicar se o personagem da história era ou não responsável pela ocorrência, e caso positivo, indicar o quanto, em uma escala de cinco pontos, com o 5 significando o mais alto grau de responsabilidade. As histórias eram muito simples, e a título de ilustração uma delas deve ser citada; Nível 3 (careless

commission - final negativo). "Quando os doces passaram, Perry pegou cinco. Não havia o bastante para todos, e um dos meninos ficou sem nenhum. É Perry responsável pelo fato do outro menino não pegar nenhum doce?" (Shaw e Sulzer, 1964).

Os resultados indicam diferenças entre as duas populações nos cinco níveis considerados, o que reforça as suposições de Heider acerca das etapas do desenvolvimento da atribuição, e que as crianças atribuem maiores responsabilidades que os adultos nos casos colocados nos dois primeiros níveis, e estes, ao contrário, atribuem maiores responsabilidades que as crianças aos sujeitos dos casos dos três níveis mais altos de envolvimento pessoal. Isto traz suporte às idéias de que as crianças são mais indiferenciadas que os adultos no que diz respeito à importância das variáveis pessoais e ambientais no processo de atribuição de causalidade. Ao mesmo tempo ambas as populações tendem a atribuir maior responsabilidade aos sujeitos nos casos de final negativo que positivo.

Outro dado importante revela que, ao contrário do esperado, as justificativas envolvidas no nível cinco não reduzem significativamente a quantidade de responsabilidade atribuída aos sujeitos.

Como conclusão de seus estudos Shaw e Sulzer (1964) indicam a confirmação das suposições de Heider (1958) de que a relevância dos fatores ambientais na produção dos efeitos é o determinante mais importante da atribuição de responsabilidade; de que as crianças são mais indiferenciadoras que os adultos na atribuição de responsabilidades ao meio ambiente ou à pessoa; que

o final das estórias, se positivo ou negativo, influencia o processo de atribuição de responsabilidade; que o nível 5, preconizado por Heider envolvendo justificativas ao ato, não reduz significativamente a quantidade de responsabilidade atribuída aos sujeitos.

Ao mesmo tempo os autores sugerem novos estudos com os níveis de atribuição de causalidade envolvendo outras variáveis como: especificidade ou generalidade da situação, relevância pessoal dos eventos, variação de intensidade do final das estórias, associação entre o ator e o efeito.

Recentemente Fincham e Jaspars (1979) realizaram um estudo com sujeitos de diferentes idades envolvendo os cinco níveis de atribuição propostos por Heider, e sua consequente teoria evolutiva do processo de atribuição, contendo como principais inovações:

a - inversão dos níveis 4 e 5 propostos por Heider (1958) e examinados por Shaw e Sulzer (1964), buscando um crescente nível de causalidade pessoal, com a justificabilidade ficando em um nível mais baixo de causalidade pessoal do que a intencionalidade. Deste modo, a ordem dos cinco níveis para Fincham e Jaspars (1979) ficaria a seguinte:

nível 1 - associação

nível 2 - causalidade

nível 3 - previsibilidade

nível 4 - justificabilidade

nível 5 - intencionalidade

b - definição de um sexto nível de atribuição denominada Super-intencionalidade (*supererogation*), onde o sujeito apesar de solicitado a não cometer o ato, o faz, numa indicação de super causalidade pessoal.

c - o estudo da variação da atribuição de culpa e causalidade aos atores das estórias, como sendo outra pessoa ou pedindo ao sujeito que supusesse ser ele próprio envolvido no caso.

Os resultados indicam uma crescente atribuição de causalidade ao ator conforme variação dos níveis de envolvimento, e associação significativa entre os níveis de atribuição e as idades dos sujeitos, de acordo com os princípios de Heider, com grandes diferenças nos primeiros níveis de causalidade pessoal e pequenas diferenças entre os grupos de sujeitos nos níveis mais elevados. Ao mesmo tempo os dados demonstram que os sujeitos de idade mais baixa diferenciam menos nitidamente os cinco níveis, do que os sujeitos de idade mais alta, e os adultos (os sujeitos a partir de 8 anos já distinguem entre intencionalidade e justificabilidade).

No sexto nível preconizado por Fincham e Jaspars, onde haveria uma causalidade pessoal ainda maior, os resultados não são tão diferenciados que permitam esta distinção, e os próprios autores terminam por sugerir a não adoção deste sexto nível de atribuição de causalidade.

Só os sujeitos mais novos são afetados pela variação de envolvimento na situação, com variação de diferenças opostas à direção esperada: níveis maiores de culpa são atribuídos aos

casos onde o sujeito está mais diretamente envolvido do que no caso de outras pessoas serem as envolvidas.

Estes dados todos, além de complementar e suplementar as idéias de Heider, no geral parecem oferecer grandes e constantes apoios à existência dos diferentes níveis de atribuição de causalidade e sua conseqüente associação às etapas de desenvolvimento do ser humano.

2.1.3 - Dinâmica do Processo de Atribuição de Causalidade

Após conhecermos os diversos níveis em que são alocadas as atribuições de causalidade por um evento qualquer, é possível se dizer que os indivíduos participantes do processo de atribuição de causalidade podem simplesmente responder à questão "quem foi o responsável?" ou buscar níveis mais profundos de explicações envolvendo os "porquês" dos eventos e os "porquês" dos "porquês" sucessivamente.

Heider (1970) define muito bem esta sequência para o caso de que alguma coisa desagradável tenha acontecido a uma pessoa P:

"1. Qual a origem de x? Terá acontecido por acaso? Será que o próprio p a causou? Suponhamos que a fonte percebida é outra pessoa o.

2. Nesse caso, pode-se perguntar se os maus-tratos foram intencionais ou não. Talvez o acontecimento desagradável não fosse dirigido para p. Talvez o tivesse feito isso para agradar outra pessoa e, assim, não tinha qualquer desejo pessoal de fe-

rir p . Talvez o objetivo real de o fôsse beneficiar p , mas os seus meios foram errados. Ou talvez os maus-tratos fossem apenas um meio necessário para ajudar p . Quando um pai castiga um filho ou quando um médico machuca um paciente geralmente os maus-tratos não são o objetivo. No entanto, vamos supor que o desejasse maltratar p .

3. Pode-se procurar um nível ainda mais profundo de atribuição, ao perguntar por que o desejava maltratar p . Por que não gosta de p ? Por que é uma pessoa agressiva? Por que procurava vingar-se de uma ofensa real ou imaginária? Por que p merecia ser castigado? Se p julga que o não gosta dele, pode, depois, procurar a causa dessa relação negativa. Talvez o fato de não gostar decorra do que q disse a o , a respeito de p . Ou pode haver uma interpretação intropunitiva, isto é, p sente que o não gosta dele porque cometeu erros; o tem razão em não gostar de p ." (Heider, 1970, pg. 287).

Da mesma maneira que parece existir certa preferência por atingir os pontos mais profundos e completos desta explicação causal, Heider (1970) menciona o fato de que há uma tendência a ver o sucesso ou o fracasso das pessoas como decorrentes de suas próprias características ou ações, e para isto oferece o argumento de que as pessoas como elementos causais absolutos transformariam eventos irreversíveis em reversíveis. Pode-se acrescentar a esta indicação o fato de que o homem apresenta uma característica de plasticidade de ação não encontrada em outros elementos quer da natureza, quer da organização social, e seria precisamente, em nosso entender, a consciência que todos os homens possuem de que são capazes de agir de um modo ou de outro, a

qualquer momento, que explicaria esta preferência por atribuir a origem dos eventos às pessoas, uma vez que sabedores de sua plasticidade, seria mais plausível, em igualdade de condições, que a pessoa fosse responsável ou pudesse ser responsável pelos eventos onde está envolvida.

Esta situação gerou afirmativas por parte de Heider (1970) acerca da dinâmica do processo de atribuição e de variáveis que estão a ele conectadas, que mais tarde vieram a fundamentar importantes ramos da pesquisa em atribuição de causalidade.

Uma destas afirmativas envolve o fato de que há uma tendência de perceber a si mesmo e aos outros de maneiras diferentes, e de que isto afeta o processo de atribuição; de que a outra pessoa é percebida como vivendo no mesmo mundo que nós e percebendo as coisas como nós o fazemos; que um estranho que vê a situação de outro justifica sua opinião através de atribuição à pessoa, enquanto esta faz atribuição ao objeto. Mais tarde estas e outras afirmações intuitivas, ingênuas, vieram a receber boa dose de confirmação nos estudos derivados da distinção que fizeram Jones e Nisbett (1972) das atribuições efetuadas por atores e observadores, por elementos que estavam engajados nas ocorrências, e por outros que apenas observavam, que se constituem numa das áreas mais desenvolvidas da teoria da atribuição de causalidade.

Outro ponto importante indicado por Heider (1970) é o da tendência a manter o alto nível do ego, de auto-estima, ao se efetuar as atribuições de causalidade, quando se procura atribuir

ir os bons atos a si mesmo e os atos ruins aos outros, ou ao meio ambiente. Estas indicações deram origem aos estudos posteriores de Snyder e seguidores (Snyder, Stephan e Rosenfield, 1976; Snyder, Stephan e Rosenfield, 1978; Stephan, Rosenfield, Stephan, 1976) acerca do egotismo (*egotism*) que seria uma tendência a atribuir os atos com consequência positiva a características da própria pessoa (capacidade, esforço) e os maus atos às características do ambiente (dificuldade da tarefa, azar) quando se referisse a si próprio, e no caso dos outros indivíduos indicar as características do meio ambiente como responsáveis pelos seus bons atos, e suas incapacidades ou falta de empenho pelos seus maus atos.

Um terceiro aspecto mencionado por Heider (1970) envolve o fato de que as emoções e necessidades são afetadas pela atribuição de causalidade. Isto ocorre porque são relacionadas aos significados dos efeitos, e estes são determinados diretamente pela atribuição a uma origem.

Estas afirmativas vieram mais tarde a receber total apoio nos trabalhos de Schachter e colaboradores (Schachter e Singer, 1962; Schachter e Wheeler, 1962; Schachter, 1964; Nisbett e Schachter, 1966). Estes estudos demonstraram serem os fatores fisiológicos imediatos, as percepções de pessoas, e os processos de atribuição de causalidade, importantes determinantes na ocorrência dos estados emocionais de natureza diversa.

Outro aspecto muito bem focalizado envolve o princípio do equilíbrio e a atribuição de causalidade, sobre o que Heider (1946) abrindo seu artigo, fez uma afirmação muito importante: "*Attitudes toward persons and causal unit formations influence each*

other". Mais adiante completava dizendo que no caso de serem as atitudes para com uma pessoa similares às atitudes para com um evento que esta produziu, mais facilmente este evento seria atribuído à pessoa.

Mas já em 1944 ele dava mostras da ligação que faria mais tarde entre o princípio do equilíbrio e teoria da atribuição, ao afirmar que a pessoa é conectada ao ato pelo efeito da similaridade, o que explicaria a dificuldade na recuperação de presos e doentes mentais. Ainda faria um complemento ao citar Zillig (1928) que observou ser a má performance atribuída a crianças impopulares, e de modo geral os atos maus serem conectados às pessoas más. Ao mesmo tempo, uma situação que apresentasse uma boa configuração, um estado de equilíbrio, tenderia a favorecer e a facilitar o processo de atribuição de causalidade como um todo.

Talvez esses princípios governem mesmo os achados relativos aos princípios do egotismo, à diferenciação ator x observador, à dificuldade em atribuir a nós ou a nossos amigos as falhas de cada um, e ao mesmo tempo à facilidade em imputar a nossos inimigos as ocorrências negativas, lembrando ainda a aproximação entre os dois conjuntos de postulados, do princípio do equilíbrio e da teoria de atribuição, que fizeram Rodrigues e Newcomb em sua recente monografia (1980).

Num dos poucos testes destes princípios, Regan, Strauss e Fazio (1974) encontraram resultados que tendem a confirmá-los quase inteiramente: os jogadores de quem gostamos tendem a ser vistos como mais habilidosos do que aqueles de quem não gosta -

mos; os sujeitos tendem a atribuir altos níveis de habilidade em uma tarefa às pessoas de quem gostam e baixos níveis às pessoas de quem não gostam; num caso de um bom resultado em um jogo, o mesmo é visto, para o caso de pessoas amigas, como um bom indicador da existência de habilidade na pessoa, e um mau indicador no caso das pessoas de quem não se gosta. Sumariando afirmam os pesquisadores:

"Quando se ouve que um amigo teve uma ação pró-social, atribui-se a ação às características do amigo e julga-se a ação relativamente louvável. Ao se ouvir que a mesma ação foi executada por alguém de quem não se gosta, a ação é mais facilmente atribuída externamente, a fatores situacionais, e menos facilmente vista como digna de louvores" (Regan, Strauss e Fazio, 1974, p. 396).

Além destes dados podemos distinguir algumas afirmações de Heider (1958) que inspiraram, e mais tarde vieram a dar origem, aos brilhantes trabalhos de Kelley (1967). Uma delas diz respeito a que, se em algumas vezes a pessoa aprecia um objeto qualquer e em outras vezes não gosta do mesmo objeto, a variação deste efeito é dependente da pessoa, do seu interior, e não do objeto. Em outra passagem afirma que se um sujeito está informado que outro teve sucesso ou fracassou em uma atividade entre todos os outros que tentaram, este sujeito tenderá a atribuir o sucesso ou o fracasso à pessoa, mas se todos que tentaram também conseguiram êxito ou fracasso, a tendência é atribuir o efeito à facilidade ou dificuldade da tarefa em pauta.

Como consequência de todas as informações discutidas neste capítulo fica a impressão clara e absoluta de que é muito di

fácil indicar a origem da preocupação de Heider com a atribuição de causalidade, que talvez remonte já a sua tese de doutoramento de 1921, do mesmo modo que é extremamente arriscado apontar as áreas onde exerceu maiores influências, ainda que Harvey e Smith (1977) tenham afirmado que ela esteja na definição de composição do processo como um todo e das variáveis envolvidas na atribuição de causalidade.

Entretanto, uma coisa fica patente, e que Harvey, Ickes e Kidd (1976b), com muita propriedade e justiça afirmaram: ser hoje impossível separar Heider do estudo da percepção de pessoa e da atribuição de causalidade, e quem não o aceitar de imediato basta ver o número imenso de citações que recebe nas obras mais importantes e atuais destes temas.

2.2. - EDWARD E. JONES E KEITH E. DAVIS - DOS ATOS ÀS DISPOSIÇÕES, OU A PRIMEIRA SISTEMATIZAÇÃO DAS IDÉIAS ACERCA DA TEORIA DA ATRIBUIÇÃO.

Na obra de Fritz Heider, já apresentada anteriormente, um elemento importante permanece constante em todas as suas afirmativas: nas relações sociais o sujeito encontra-se reversamente na posição de ator e de percebedor, e quando nesta última busca as invariâncias, as constâncias que se encontram anteriormente às ações, para tornar psicologicamente mais estável e predizível o mundo em que vive. Diz mesmo que a tarefa fundamental da pessoa percebadora é interpretar e inferir os antecedentes causais de uma dada ação, e esta tarefa de estabelecer razões para uma ação implica no estabelecimento de ligações entre os comportamentos observados e as disposições estáveis dos autores das ações.

Naturalmente que este último caso refere-se unicamente às atribuições de causalidade à pessoa envolvida na ação, ou seja, causalidade interna. E é precisamente sobre este ponto que Jones e Davis (1965) desenvolvem a primeira sistematização de conhecimentos da Teoria da Atribuição, a partir das idéias iniciais de Heider (1944, 1958), em um artigo intitulado: "From acts to dispositions: the attribution process in person perception". (Jones e Davis, 1965)

Esta teoria envolve o estudo dos fatores que influenciam a atribuição de intenção a um ator por parte de um observador, e compreende uma série de postulados sobre como um percebedor faz inferências acerca do que um ator está tentando provo-

car com um ato particular, e que características deste indivíduo estariam na base de todas essas ações.

Vê-se, por estes dados preliminares, que o trabalho de Jones e Davis refere-se às inferências que o percebedor faz de correspondências entre atos e disposições ou características dos autores (*attribute-effect linkage*), por isto mesmo sendo às vezes denominada "Teoria das Inferências Correspondentes".

A este respeito, a viga mestra das idéias de Jones e Davis é o conceito de correspondência: sobre o qual dizem "... quando o percebedor infere características pessoais, como uma forma de explicação para a ação, essas características pessoais podem variar no grau em que elas correspondam ao comportamento que elas tencionaram explicar. Correspondência refere-se à extensão em que o ato, e a característica ou atributo subjacente, são similarmente descritos pela inferência". (Jones e Davis, 1965, pág. 223).

Deste modo dizer que um sujeito é agressivo, é querer dizer ao mesmo tempo e em outras palavras, que ele está disposto a agir de forma agressiva frente a uma série de situações, ou seja, inferir a intenção e disposição do indivíduo diretamente a partir do seu comportamento.

Estes fatos imediatamente nos levam a considerar que o estabelecimento das intenções do sujeito ator é uma pré-condição para a inferência de características estáveis, de disposições do sujeito, o que confere automaticamente significação à ação. O caminho parece ter que ser trilhado a partir dos

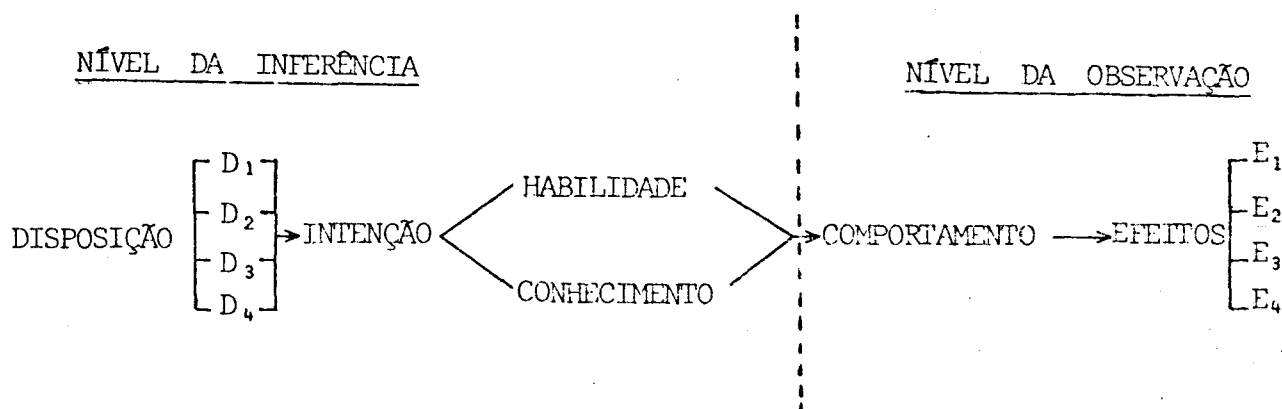
atos do sujeito, inferindo as intenções que norteariam aqueles atos e, paulatinamente, aprofundando-se nos "porquês" dos fatos, até indicar as estruturas disposicionais que serviriam de base para aqueles atos.

Assim as respostas do percebido seriam nesta ordem, e às seguintes questões:

- em que medida uma intenção pode descrever esta ação? (e aqui é pré-condição o conhecimento da história passada do sujeito e de suas habilidades);
- em que medida uma dada propriedade disposicional pode explicar esta intenção?;
- e, em consequência, em que medida uma dada propriedade disposicional pode explicar esta ação?

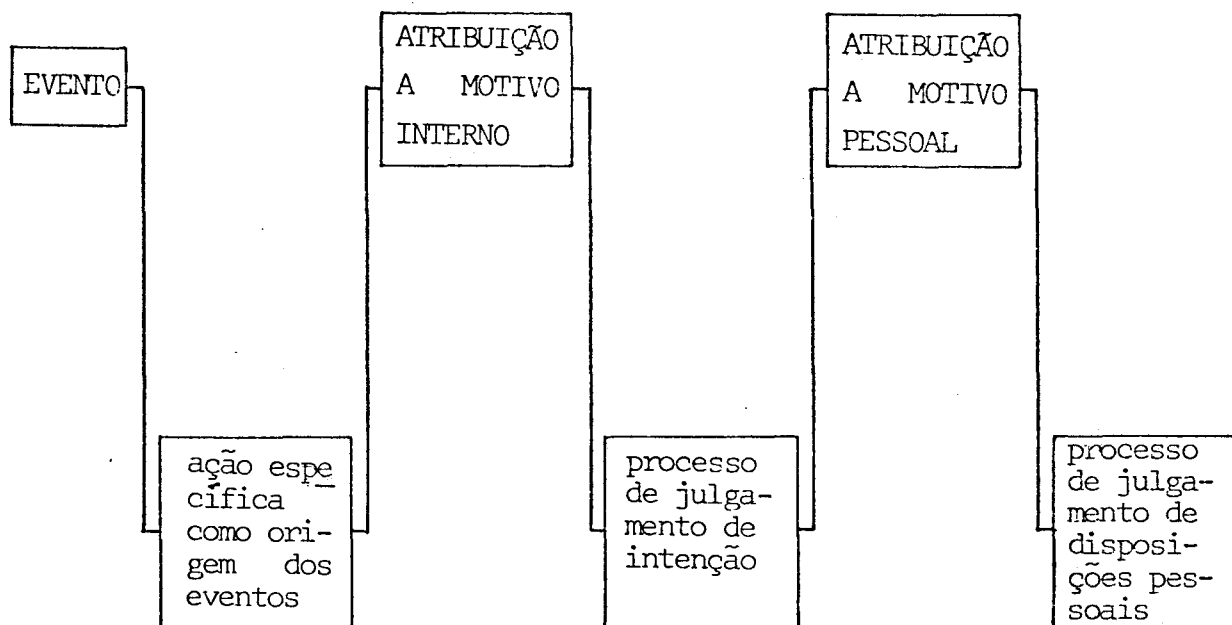
Neste contexto são entendidas tanto as intenções quanto as disposições, como atributos da pessoa, as primeiras mais variáveis e instáveis, e as segundas mais estáveis e permanentes, em um modelo que assim pode ser representado:

Figura 4 - O paradigma da ação-atribuição (retirado de Jones e Davis, 1965, pág. 222)



Ou como este apresentado por Ashworth (1979), e a seguir reproduzido:

Figura 5 - Paradigma de atribuição a partir da ação (Ashworth, 1979)



Aqui é importante fazer uma distinção entre ato ou ação e efeito. O ato é um comportamento molar do sujeito e pode provocar um ou mais efeitos distintos, que passam a se caracterizar então, estes últimos, como as consequências dos atos. E, como decorrência, julga-se necessário operacionalizar mais o conceito de correspondência, oferecendo-se sua definição.

Segundo os próprios Jones e Davis (1965, pág.224) "Da da uma conexão característica (*attribute*)-efeito que é ofereci da para explicar por que um ato ocorreu, a correspondência aumen ta na medida em que o valor atribuído à característica (*attri bute*) se diferencia da concepção que os juízes têm dos valores médios das pessoas naquela característica" (*attribute*).

Os passos seguidos física ou psicologicamente para al

cançar a inferência de disposições estáveis do ator que viriam a explicar os comportamentos por este emitidos, bem como os objetivos atingidos, podem ser descritos de formas variadas, mas alguns deles são imprescindíveis de serem mencionados:

1. Estabelecer o *lay-out* de todas as alternativas de decisão de que dispõe o ator, acopladas aos diversos efeitos característicos de cada uma;

2. Alocar os efeitos associados às alternativas não escolhidas e comparar com os efeitos da alternativa escolhida, lembrando aqui o fato de que os efeitos comuns às duas classes de alternativas (escolhidas e não escolhidas) não oferecem indicação informativa alguma e conseqüentemente não interessam ao processo como um todo;

3. Considerar como efeitos que o ator gostaria de evitar aqueles efeitos não comuns associados às alternativas não escolhidas, e como efeitos desejados aqueles efeitos não comuns associados à alternativa escolhida;

4. Com a determinação dos efeitos não comuns nas três etapas anteriormente descritas o percebido pode iniciar o processo de inferência de correspondências entre os fatos observados e aqueles outros explicadores destes fatos, que se constituem nas intenções e disposições do ator.

A inferência de intenção por parte do ator em conseguir o efeito observado é o primeiro passo importante e obrigatório na inferência de disposições mais estáveis do autor. A chance de que esta inferência seja verdadeira é máxima quando

a probabilidade de que um comportamento que o sujeito quis emitir provoque dado efeito é igual a um, e é mínima quando um comportamento tem a mesma probabilidade de vir a ocasionar diversos efeitos, o que é uma demonstração de que o ator não é tão convicto na provocação daquele efeito, afetando também a atribuição de intenção. Em outras palavras, a probabilidade de um ato vir a provocar dado efeito é função direta da desejabilidade deste efeito por parte do sujeito, e inversa ao número de outros efeitos que estejam competindo com o desejo do ator.

5. O último passo envolve a determinação das características estáveis do sujeito que o comportamento e o efeito revelam, e que se mostram diferentes das outras pessoas. Isto na da mais é do que a atribuição de disposições do sujeito que explicariam aquele dado comportamento.

Como ilustração deste processo pode-se citar um caso desenvolvido por Jones e Davis (1965) e que se refere à escolha de um marido pela senhorita Adams, que recebeu propostas de casamento de três pessoas: Bagby - fisicamente atraente, alto status social, e com boa situação financeira; Caldwell - fisicamente atraente, com boa situação financeira e tendo manifestado seu desejo por um lar com muitas crianças; e Dexter, que é fisicamente atraente e intelectual.

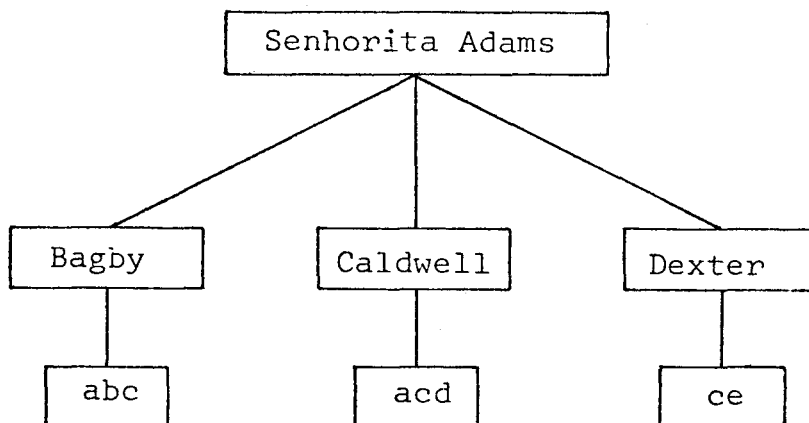
Seguindo os passos anteriormente descritos e os resultados destas análises pode-se chegar ao seguinte:

Efeitos a serem considerados para o casamento:

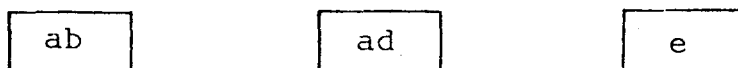
a - situação financeira

- b - posição social
- c - satisfação sexual
- d - crianças
- e - satisfação intelectual

1. A escolha



2. A eliminação dos efeitos comuns (c para todos)



3. Reagrupamento de efeitos não comuns, determinando para cada escolha:

Bagby: b é procurado, d e e não são considerados como elementos importantes

Caldwell: d é procurado, b e e não importantes

Dexter: e é procurado, b e d considerados não importantes, a é indesejável.

4. Inferências

Caso a Senhorita Adams escolha o Sr. Bagby ela é uma snob;
 caso escolha Caldwell, a senhora Adams é do tipo maternal; e
 caso escolha Dexter é uma intelectual.

2.2.1. - Fatores que Determinam o Grau de Certezas nas Inferências

Jones e Davis (1965) definiram quatro fatores básicos que oferecem informações ao percebedor acerca dos motivos do comportamento do ator, e que por este fato mesmo devem ser absolutamente considerados no processo de atribuição de disposições. A variação destes fatores, que não devem ser entendidos como entidades estanques e separadas, mas como elementos dinâmicos, envolventes e entrelaçados, é que vai determinar o quanto de certeza possui o percebedor acerca das inferências que fez a respeito das disposições e intenções do ator.

Esses fatores foram definidos como:

- não comunalidade de efeitos;
- relevância hedônica dos efeitos ao percebedor;
- personalismo dos objetivos em relação ao percebedor;
- extremidade ou desejabilidade social dos atos e efeitos;

e para cada um deles que serão abordados com maior profundidade a seguir são apresentados a descrição de cada um, os postulados fundamentais que regem sua utilização, as pesquisas que suportam os postulados e hipóteses iniciais, e alguns exemplos esclarecedores de sua aplicação.

A. Não Comunalidade de Efeitos

O indivíduo quando se comporta de uma dada forma em uma situação definida, geralmente o faz após uma escolha entre várias alternativas de respostas que tinha a sua disposição, e

que poderiam causar um ou outro efeito, produzir um ou outro resultado. Se o sujeito escolheu a forma X de se comportar naquela situação e abandonou as formas Y e Z, é de se esperar que as alternativas rejeitadas apresentavam efeitos, ou probabilidades de efeitos, diferentes daqueles associados à alternativa X.

Esta sequência de escolha repete-se ao longo da vida do sujeito por milhares de vezes, sendo uma decisão em dado momento influenciada por outras decisões já tomadas em um passado mais ou menos distante. Neste sentido, é imprescindível o conhecimento destes outros comportamentos do sujeito, de sua história passada, da cultura onde vive, da observação de outros comportamentos em outras situações semelhantes ou não, pois estas informam muito e facilitam o processo de atribuição de disposições estáveis do sujeito, ao mesmo tempo em que garantem maior confiabilidade a estas inferências.

É sempre útil, portanto, efetuar comparações entre os possíveis motivos e efeitos associados às alternativas escolhidas e aqueles relacionados às alternativas rejeitadas, pois quanto menor o número de motivos e efeitos similares entre essas duas classes de alternativas, maior volume de informações será obtido acerca das razões que levaram o sujeito a se comportar daquele modo particular, naquela situação. Isto é a busca de efeitos não comuns, um dos fatores que afetam a qualidade das inferências acerca das disposições do ator.

Ao mesmo tempo, quanto maior o número de razões que se possa isolar como possíveis determinantes da ação do sujeito, menos informado e seguro estará o percebedor para efetuar

suas inferências acerca do comportamento do ator. Quer dizer, quanto maior o número de efeitos comuns às alternativas escolhidas e rejeitadas, e/ou quanto maior o número de razões que poderiam estar associadas ao mesmo ato, mais difícil é a inferência das disposições que estariam norteando aqueles comportamentos, e mais difícil a correspondência atos/disposições.

B. Relevância Hedônica dos Efeitos ao Percebedor - Envolvimento Pessoal

Este fator refere-se a até que ponto a ação do ator é agradável e reforçadora, ou desagradável e punitiva ao percebedor, e sua importância na inferência de disposições reflete-se no postulado fundamental de que a correspondência da inferência ato/disposição é função direta da participação da pessoa do percebedor, de seu envolvimento, da relevância do ato para sua pessoa. Isto é, quanto mais relevante o ato da pessoa estímulo ao percebedor, mais ele está inclinado a afirmar ser este ato a expressão de dada intenção e disposição correspondente. Isto tende a ocorrer porque a relevância hedônica reduz o número de efeitos não comuns nas ações escolhidas, ou porque a avaliação pessoal varia de acordo com a relevância ou correspondência. Assim, o comportamento do ator reflete a escolha que fez entre as alternativas disponíveis naquela situação, que por sua vez expressam dados pessoais ao percebedor, atingindo suas motivações, seus valores, suas crenças, seus objetivos. Quando os atos do sujeito - estímulo auxiliam o alcance dos objetivos por parte do percebedor, estes tendem a ser vistos como positivos, e quando impedem, atrapalham, dificultam o atingimento destas metas do percebedor, tendem a ser interpretados como negativos.

É natural que estas impressões tendam a formar uma situação de equilíbrio entre a qualificação dos atos e a avaliação da pessoa. Assim, atos maus (que dificultam ou impedem os objetivos do percebedor) tendem a ser vistos como provenientes de pessoas más, e os atos bons (que auxiliam o alcance dos objetivos) são pertencentes a pessoas boas. Isto é, se os atos são positivos aos objetivos do percebedor, este tem boa vontade para com o ator, está com atitude positiva para com ele, e deve procurar indicar disposições positivas que possam explicar este ato.

Tal fato tem implicações diretas à avaliação das pessoas pelos seus percebedores, à indicação de características disposicionais que expliquem seus comportamentos, pois a relevância hedônica dos atos aumenta a correspondência das inferências, e como relevância e correspondência afetam a avaliação das pessoas, deduz-se que a relevância do comportamento do ator é diretamente ligada à avaliação do mesmo, sendo a alta relevância e alta correspondência pré-requisitos para a ocorrência de avaliações pessoais extremas.

Os projetos de pesquisa levados a efeito para verificar estes postulados fundamentais tem oferecido boa dose de suporte aos mesmos.

No estudo de Pepitone (1950) com alunos do 2º grau que acreditavam serem suas idéias elementos importantes na obtenção positiva ou negativa de objetivos através de avaliação de juízes, ficou constatado que havia uma tendência entre os sujeitos (alunos) e julgar os juízes mais favoráveis, como mais

poderosos que os menos favoráveis. Este fenômeno denominado *facilitative distortion* consiste em atribuir à pessoa - estímulo características que se mostram coerentes com o final positivo da interação entre as duas pessoas, e parece que a relevância aumenta esta distorção porque eleva a correspondência que continua baseada na mesma quantidade insuficiente de informação. Tanto isto é verdade que nos grupos sem relevância no experimento de Pepitone não se verificou esta acentuada distorção.

Um outro trabalho sempre citado nestes momentos é o clássico de Thibaut e Rieken (1955), que demonstraram ser um ato positivo de benevolência, percebido como causado por fatores internos do sujeito, mais apreciado do que outro que nada mais representava do que o resultado normal e esperado de forças do ambiente atuando naquela direção. Ao mesmo tempo mostraram os autores que os comportamentos dos sujeitos descritos como de alto status são mais associados à sua intenção, à sua disposição em cumprir aquele ato, do que a simples resposta ao meio ambiente.

C. Personalismo

Este fator diz respeito à suposição de que a mera presença do percebido tenha contribuído significativamente para que o ator emitisse aquele comportamento, retrato de suas intenções em provocar dado efeito ao percebido, e naturalmente associado ao aumento de correspondência, pelo envolvimento pessoal do percebido na ação. É inferido a partir da análise dos atos emitidos quando na presença ou ausência do percebido, e a diferença entre ambos é creditada ao personalismo, cuja distor

ção mais grave é a paranóia, onde as ações das pessoas são independentes da presença dos percebedores, mas estes as vêem como só dependentes de sua estada no local no momento.

É conhecido o fato de que o personalismo tem um papel muito mais significativo quando os atos apresentam uma consequência negativa, do que aqueles aos quais se seguem situações recompensadoras e agradáveis. Neste sentido os experimentos envolvendo a manipulação do personalismo em situações de estudos das reações de uma pessoa que se vê atacada por um ator, uma outra pessoa qualquer, oferecem uma série de resultados que muito auxiliam a compreensão deste fenômeno.

Uma das variáveis estudadas envolve a percepção de provocação por parte do percebedor, como motivando o comportamento do agressor, e demonstra que nos casos onde o percebedor acredita ter feito alguma coisa que pudesse provocar a reação do outro, o atacante é avaliado menos negativamente do que nos casos onde foi atacado sem nenhum motivo aparente. Do mesmo modo, se o sujeito se vê atacado em uma situação negativa, tem alguma dúvida em efetuar atribuição de disposição ao atacante, mas se este fato ocorre em uma situação positiva, a correspondência entre o ato e a disposição inferida será muito maior.

Também tem sido estudada a frequência com que um sujeito emite comportamentos de ataque a outras pessoas e as avaliações que emite em função disto. Os resultados mostram que se o atacante é um sujeito que na sua história passada teve outros comportamentos semelhantes, ele é visto como menos negativo do que um outro sujeito que não teve antecedentes desta na-

tureza, ou do que se o sujeito fosse um amigo, quando então a avaliação é mais comprometedora, e a atribuição feita a disposições de cunho negativo do sujeito.

Estes dados fazem gerar uma hipótese importante relacionada ao personalismo: Um sujeito que está apreciando o evento termina por desgostar mais do atacante agressor do que o próprio sujeito envolvido, isto em virtude das percepções de amistosidade maiores por parte do apreciador, do que pelo próprio envolvido, que vê no sujeito agressor menos um amigo e mais um atacante, e o perdoa por isto.

No mesmo sentido, espera-se que um expectador, por ser menos relacionado à desvalorização e consequentes inferências acerca de personalidades mal ajustadas, acabe por se aborrecer menos com um atacante normal do que com um sujeito desajustado, ao passo que no caso do próprio indivíduo envolvido haveria nitidamente uma definição de intenções mais para as pessoas normais do que deficientes.

A este respeito ainda, algumas hipóteses e resultados já comprovadores podem ser formulados acerca dos sujeitos mentalmente doentes. As pessoas mentalmente doentes, que emitem comportamentos considerados bons, são mais benquistas que os mentalmente sãos, mas em contrapartida os sujeitos que emitem comportamentos negativos e são mentalmente doentes, são mais desconsiderados do que os sujeitos mentalmente sãos que erraram.

Entretanto, alguns resultados mostram também que as

pessoas previsíveis, e aí incluem-se os mentalmente sãos, são melhor avaliadas que os imprevisíveis (mentalmente doentes); que o atacante mentalmente são é mais culpado que o doente, porque se supõe que o primeiro tenha capacidade para decidir corretamente e possa seguir os comportamentos esperados de qualquer pessoa, ao passo que o doente não poderia decidir, e então atribui-se o seu comportamento indesejável à sua doença e não à sua intenção.

Por estas e outras suposições, hipóteses e resultados já comprovados, temos que a variável personalismo tem um importante papel na correspondência das inferências entre atos e disposições em uma ação interpessoal qualquer.

D. Extremidade ou desejabilidade social dos efeitos

Este quarto fator postulado por Jones e Davis como elemento influenciador da certeza da correspondência de inferência ato/disposição, fundamenta-se em duas suposições básicas:

- a primeira de que o homem procura com suas ações os objetivos e efeitos desejáveis na cultura em que vive;
- segundo, um princípio calcado na lei fundamental da Teoria da Informação, que os eventos socialmente desejáveis, por serem muito frequentes e terem alta probabilidade de aparecimento em cada situação, oferecem pequena quantidade de informação acerca da diferença entre as pessoas

Deste modo, tem-se que as regras culturais, os estereótipos sociais, os efeitos que são desejados por grande número de pessoas (altos em desejabilidade social) mascaram a

significação particular de uma dada ação, e não informam tanto a respeito do sujeito, quanto os comportamentos extremos ou com baixa desejabilidade social, que são muito mais informativos e conduzem a inferências mais seguras a respeito das disposições do sujeito, que norteariam aquele ato considerado.

Estes pressupostos baseiam-se no fato cotidiano de que se o sujeito se comporta de modo diferente do habitual, do socialmente desejado, certamente não faz isto para cumprir um papel que lhe foi outorgado pela sociedade, mas sim está sendo ele mesmo (*being oneself*) e assim tem poucas razões, que não as suas próprias, para se comportar deste modo, e como consequência o número de efeitos não comuns a outras pessoas e a outras situações torna-se limitado, o que termina por oferecer mais informação acerca da intenção e da disposição do ator.

Ou seja, o fato de o sujeito responder conforme as exigências não nos informa se ele fez isto porque a situação exigia ou se ele é assim mesmo, ao passo que o sujeito que tem reações extremas, não em conformidade com as exigências sociais, são vistos como mais sinceros e demonstram estar agindo de acordo com seus princípios, e não simplesmente reagindo a exigências da situação, isto informando muito mais sobre suas características.

Talvez o estudo que mais proximamente possa confirmar esta suposição é aquele de Jones, Davis e Gergen (1961), que demonstraram que as inferências baseadas em comportamento "*out-of-role*" apresentavam maior correspondência, que as inferências baseadas nos comportamentos "*in-role*".

Os sujeitos deste experimento ouviram fitas de entrevistas de trabalho onde as condições experimentais eram assim delineadas:

1º Grupo - os sujeitos ouviram o entrevistador dizer que o submarinista ideal era aquele obediente, cooperativo, amigável, dirigido para os outros (*other directed*), e no qual o entrevistado se comportava de forma a parecer um bom submarinista (*submariner other condition*).

2º Grupo - os sujeitos ouviram o entrevistador dizer que o submarinista ideal era aquele obediente, cooperativo, amigável, dirigido para os outros (*other directed*), e no qual o entrevistado comportava-se de forma a parecer um mau submarinista, voltado para si próprio (*submariner inner condition*).

3º Grupo - os sujeitos ouviam o entrevistador dizer que o astronauta ideal era aquele que não precisava dos outros, voltado para si (*inner-directed*) e no qual o entrevistado comportava-se de forma a parecer um bom astronauta (*astronaut inner-condition*).

4º Grupo - os sujeitos ouviam o entrevistador dizer que o astronauta ideal era aquele que não precisava dos outros, voltado para si (*inner-directed*) e no qual o entrevistado comportava-se de forma a parecer um mau astronauta, voltado para fora, cooperativo (*astronaut other condition*).

Ou seja, em metade dos casos os sujeitos comportavam-se de acordo com os requisitos da ocupação (*astronaut-inner* e *submariner - other conditions*) e na outra metade os sujeitos com

portavam-se de forma contrária aos requisitos exigidos (*astronaut-other* e *submariner - inner conditions*). Os sujeitos eram em seguida solicitados a indicar a avaliação dos entrevistados em algumas escalas, e qual a certeza dessas avaliações (atribuição de disposição).

Os resultados expressos na tabela a seguir demonstraram claramente que nos casos onde o entrevistado seguia os requisitos exigidos, comportava-se conforme as regras preconizadas, era avaliado como moderadamente afiliativo e moderadamente independente, com certeza de inferências muito baixas. Por outro lado, nas condições de *astronaut-other* (não de acordo com a definição preconizada) o entrevistado é visto como muito conformista e afiliativo, ao passo que o entrevistado *submariner-inner* (também não de acordo com a definição preconizada) é visto como muito independente e não afiliativo, com alta confiança dos sujeitos em efetuarem essas atribuições.

Tabela 3 - Percepções de afiliação e conformismo (extraído de Jones e Davis, 1965, pág. 236)

	<i>Astro- other</i> (AO)	<i>Astro- inner</i> (AI)	<i>Sub- other</i> (SO)	<i>Sub- inner</i> (SI)	Comparações	
					Direção	t
N:	33	33	31	37		
Afiliação						
\bar{X}	15,27	11,12	12,00	8,64	AO > SO	4,02
SD	2,92	3,81	3,53	4,73	AI > SI	2,12
Conformismo						
\bar{X}	15,91	13,09	12,58	9,41	AO > SO	4,02
SD	3,22	3,42	3,39	4,95	AI > SI	3,65

Maiores os valores das médias, maior a percepção de afiliação e conformismo.

Ou seja, comportar-se de acordo com o preconizado traz pouca informação, sendo difícil a interpretação. Mas se o sujeito se comporta de forma diferente do esperado, este fato traz muita informação e dá muita certeza a quem faz inferência de disposições acerca deste comportamento, conferindo ao observador sustentação para maiores correspondências em suas inferências, o fato do entrevistado "ser ele mesmo".

Pode-se dizer agora, após o estudo de cada um dos fatores, em um postulado geral e abarcando todos os quatro fatores de uma só vez, que a correspondência de inferência entre um ato e as intenções e disposições sobre as quais está calcado varia inversamente com a desejabilidade social deste ato, e com o número de efeitos comuns a outros atos, e varia diretamente com a relevância hedônica e o personalismo do ato e efeito analisados.

Como complemento ainda destes quatro fatores, Maselli e Altrocchi (1969) propõe mais dois, que na verdade representam mais uma especificação de interações entre os quatro inicialmente formulado por Jones e Davis (1965): força, poder (*power*), e intimidade (*intimacy*). Para Maselli e Altrocchi (1969) é mais fácil para um sujeito atribuir intenção a um outro se ele o vê como mais forte e poderoso que ele, e do mesmo modo, uma pessoa tende a atribuir mais intenção nas relações de amor e ódio, nos casos de relações envolvendo pessoas íntimas, do que em outras situações.

2.2.2 - Erro Atribucional de Superestimação das Disposições como Causa dos Comportamentos

Em um brilhante artigo Edward E. Jones (1979) reúne estudos que demonstram a existência de um viés importante na atribuição de disposição dos atores, como forma de explicar a ocorrência dos comportamentos. Isto é, via de regra os percebedores preferem indicar as características dos sujeitos como responsáveis pela determinação dos efeitos, do que optar por outras forças impessoais que também pudessem servir como causadoras dos fenômenos.

Este fato tem sido tema de pesquisa nos últimos 15 anos como bem indica a revisão de Lee Ross (1977) que chegou a denominá-lo *the fundamental attribution error*. Mas, a preocupação com tal tema atualmente tem suas raízes em uma afirmação de Heider (1944, pág. 361) que já previa a sua ocorrência: "mudanças no ambiente são muitas vezes causadas por atos das pessoas em combinação com outros fatores, entretanto existe a tendência em atribuir as mudanças inteiramente às pessoas."

As explicações deste fenômeno, de super-atribuição às características do autor a origem dos eventos, envolve a citação de fatores como:

- subestimação das restrições que o meio impõe aos efeitos, onde o comportamento do sujeito é visto como figura e as variáveis do meio como fundo, e conseqüentemente com pouca saliência. Estudos especialmente destinados a verificar este fato, demonstram não ser tão evidente o papel da saliência do

comportamento na determinação da superestimação das características pessoais como causadoras dos fenômenos;

- a sequência de informações geralmente utilizada nos experimentos compreende primeiramente as restrições que o ambiente impõe aos efeitos e por último o comportamento emitido pelo sujeito, e neste caso a proximidade e recenticidade poderiam explicar a preferência. Estudos mais controlados e detalhados demonstram entretanto que o efeito da recenticidade é muito pequeno e limitado;

- a ligação é mais facilmente estabelecida entre o comportamento do sujeito, que é uma forma pessoal de expressão, e as características do sujeito que responde, do que entre o comportamento, um dado pessoal, e o meio, um dado impessoal. É mais pertinente, em condições iguais, ver o sujeito, que é origem do comportamento, como a origem e o responsável pelo fato como um todo.

Entretanto, os estudos tem seguidamente demonstrado não ser esta preferência pela atribuição às características pessoais uma consequência da ação de um único fator, mas sim de um conjunto deles, com interações difíceis de serem determinadas.

Ao que parece, a explicação poderia seguir os seguintes passos: O comportamento é um fato ligado ao ator, que por isto mesmo reflete disposições em emitir tal tipo de ato, sendo esta ligação já mediada pelos fatores situacionais que aí perderiam sua força, não interferindo no momento da atribuição dos efeitos às características disposicionais do sujeito pro-

priamente ditas. Esta atribuição ao sujeito aumenta o sentimento de controle sobre a situação, ou ao menos uma ilusão de controle, e isto é absolutamente confortável e desejável.

Mas a resposta completa a este viés na preferência em fazer as atribuições às características pessoais, com detrimento das limitações do meio, ainda depende de novos estudos e deve merecer ainda por alguns anos a atenção dos pesquisadores.

Como palavra final pode-se dizer que o modelo preconizado por Jones e Davis em muito contribuiu para a sistematização dos princípios da Teoria de Atribuição, gerando muitas linhas de pesquisas importantes para o conhecimento do fenômeno de percepção social e atribuição de causalidade, principalmente a atribuição de causalidade pessoal. Apresenta entretanto, esta série de princípios teóricos desenvolvidos por Jones e Davis, um grande problema no que se refere às suposições de linearidade das variações no processo de correspondência de inferências atos/disposições, como decorrência de influência dos quatro fatores preconizados pelos autores.

É muito provável que a ação humana de atribuição de causalidade não venha a obedecer a leis contendo relações tão diretas entre o crescimento de uma variável e seu efeito em outra, mas sim que outras explicações calcadas em modelos não lineares considerem mais de perto a complexidade do processo social e das características humanas.

2.3 - DARYL BEM - DE UMA CRÍTICA AOS EXPERIMENTOS DA TEORIA DE DISSONÂNCIA COGNITIVA A UMA GRANDE CONTRIBUIÇÃO À TEORIA DE ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE : A AUTO-ATRIBUIÇÃO.

Se Jones e Davis (1965) foram os pioneiros na operacionalização dos postulados, e definição de hipóteses de trabalho a respeito do processo de atribuição de propriedades disposicionais por um percebedor ao autor de um determinado efeito, Daryl Bem (1967, 1972) deu os primeiros e decisivos passos visando a sistematização dos conhecimentos na outra vertente do mesmo fenômeno: o da atribuição de propriedades disposicionais ao autor de determinado efeito pelo próprio sujeito, ou seja, a auto-atribuição, a explicação causal de atitudes, emoções, sentimentos, e outros estados internos.

Originariamente a teoria desenvolvida por Bem, intitulada "Teoria de auto-percepção", destinava-se a oferecer nova explicação aos achados de Festinger e Carlsmith (1959) em seu paradigmático experimento, e por extensão, dotar a teoria de dissonância cognitiva de elementos concorrentes às explicações até então tidas como verdadeiras.

O experimento de Festinger e Carlsmith (1959) compreendia três grupos de sujeitos em três condições experimentais distintas:

I. Os sujeitos realizavam, no laboratório, uma tarefa repetitiva e longa, numa sessão individual. Acabada a tarefa os sujeitos recebiam \$ 1 (1 dólar) do experimentador para dizer a um outro estudante que a tarefa era interessante e agradável.

II. Os sujeitos realizavam, no laboratório, uma tarefa repetitiva e longa, numa sessão individual. Acabada a tarefa os sujeitos recebiam \$ 20 (20 dólares) do experimentador para dizer a um outro estudante que a tarefa era interessante e agradável.

III. Grupo de controle, onde os sujeitos só realizavam a tarefa repetitiva.

Após terminadas essas fases do experimento, cada sujeito dos três grupos era convidado a avaliar o quanto gostou da tarefa que tinha realizado no laboratório.

Os resultados indicaram que os sujeitos que haviam recebido somente 1 dólar avaliavam a tarefa como muito mais interessante, agradável, do que os sujeitos que haviam recebido 20 dólares, que por sua vez não se diferenciavam significativamente dos sujeitos do grupo de controle.

As explicações oferecidas por Festinger e Carlsmith (1959) a esses resultados indicam que os sujeitos do grupo pago a 1 dólar experimentaram muito maior dissonância ao terem que falar ao outro estudante que a tarefa era agradável, e por esta razão tiveram que mudar mais sua atitude frente a esse tema, do que os sujeitos pagos a 20 dólares, que encontravam neste total de dinheiro um bom motivo para falar ao outro o contrário do que pensavam e, não experimentando tanta dissonância, não tinham necessidade de modificar seus sentimentos e atitudes acerca da tarefa repetitiva.

Neste ponto, entretanto, Bem (1967) oferece uma explicação alternativa ao fato, e que veio a gerar posteriormente sua

teoria de auto-percepção, e por extensão a teoria de auto-atribuição. Na verdade esta resposta surgiu de uma questão levantada por Bem: o que teria dito um observador do comportamento dos sujeitos de Festinger e Carlsmith que só soubessem o que os sujeitos falaram e fizeram, e quanto ganharam para isto? Que uns agiram por motivos internos (1 dólar) e outros por razões externas a sua própria pessoa (20 dólares). Os sujeitos que receberam menos (1 dólar) falaram o que sentiam, de acordo com sua atitude atual mais favorável à tarefa (*He must have actually enjoyed the tasks*" Bem, 1972), uma vez que não teriam motivo externo que pudesse justificar sua ação, e a única explicação possível seria a existência de um motivo interno - uma atitude mais favorável - que justificaria o seu comportamento em falar a favor da tarefa.

Por outro lado, dos sujeitos que receberam muito (20 dólares) por sua tarefa, pouco ou quase nada se pode inferir a respeito. Há um forte motivo externo capaz de vir a ser o responsável pelo comportamento, e há ainda, uma possível causa interna, de uma atitude favorável à tarefa. Nesses casos, o comportamento não pode ser usado como bom indício para a inferência de sua causalidade, e ao observador parece que a atitude dos sujeitos que recebem muito por sua tarefa é semelhante à de sujeitos escolhidos ao acaso para darem sua opinião, isto é, semelhante ao grupo de controle.

Para Bem, os sujeitos de Festinger e Carlsmith eram mais observadores que atores, observadores de seus próprios comportamentos, e que mudaram suas atitudes a partir de um processo muito parecido com atribuição de causalidade a seu comportamen-

to, concluindo (Bem, 1972):

"Sujeitos com baixa compensação inferem que eles devem concordar com os argumentos na sua comunicação, enquanto que os sujeitos com alta compensação não consideram seu comportamento como um indicador relevante para suas atitudes atuais, e expressam as mesmas atitudes dos sujeitos de controle: em resumo, se se coloca o observador hipotético e o comunicador na mesma situação, as descobertas obtidas por Festinger e Carlsmith são o resultado" (pág. 7-8).

2.3.1 - Postulados básicos e hipóteses fundamentais da teoria de Auto-Atribuição.

A partir das explicações alternativas que ofereceu a conhecimentos da teoria de dissonância cognitiva, a teoria de auto-percepção e auto-atribuição pode formular alguns postulados básicos que por sua vez vieram a gerar hipóteses de trabalho e novas pesquisas nesta área.

Para Bem (1972) o primeiro importante postulado de sua teoria é que tanto o ator como o observador envolvidos em um fenómeno qualquer, usam os mesmos processos de inferência para chegar às características disposicionais capazes de explicar aquele dado efeito. Isto é, o sujeito que emite o comportamento provocador do efeito está na mesma situação de um observador não implicado no fenómeno, e isto é sempre verdadeiro, exceto nos casos onde algumas informações provenientes de estímulos internos do sujeito sejam significativas ao processo de inferência.

Uma segunda afirmação é que "...indivíduos chegam a co

hecer suas atitudes, emoções e outros estados internos, parcialmente os inferindo das observações de seu próprio comportamento aberto e/ou de circunstância nas quais este comportamento ocorre." (Bem, 1972, pág. 2) ou como justificam Nisbett e Valins (1972) "... tal como aprendemos sobre as prováveis atitudes e disposições de outros observando o que eles fazem, nós aprendemos sobre nossas próprias atitudes e disposições a partir da auto-observação." (pág. 63).

Assim, contrariamente ao que se pensa e se afirma em muitas áreas da Psicologia, as pessoas não conhecem o que pensam, sentem ou acreditam antes de agir, mas o fazem única e tão somente com base na manifestação de seus comportamentos, de sua ação que expressa estes estados interiores.

E, como decorrência desta segunda afirmação básica, emerge outro postulado "...na medida em que os fatores externos são fracos, ambíguos, ou não interpretáveis, o indivíduo está funcionalmente na mesma posição que um observador externo, um observador que deve necessariamente se basear nestes mesmos fatores externos para inferir os estados internos do indivíduo." (Bem, 1972, pág. 2).

O percebedor é então um observador de seu próprio comportamento, mas só pode efetuar inferências acerca de seu comportamento se o mesmo ocorre em circunstâncias que aparentem liberdade de qualquer controle e insubmissão às contingências de reforçamento, claramente definidas e percebidas. Assim, quando a situação externa se mostra suficiente para provocar aquele compor-

tamento, ou não houver escolha entre outras alternativas, o sujeito tenderia a não utilizá-lo como fonte de informação para suas inferências.

A esse respeito assim se pronunciam Nisbett e Valins (1972): "...a inferência de uma crença pode resultar da observação do comportamento, se este é percebido como tendo sido eliciado por uma reação intrínseca ao estímulo ao qual o comportamento era dirigido, mas a inferência de uma crença não se verifica se o comportamento é percebido como tendo sido eliciado por algum aspecto das circunstâncias extrínsecas ao estímulo." (pág. 70).

As pessoas não são entretanto tão perfeitas processadoras de informações como se supunha originariamente. As inferências que um sujeito faz de seu estado interno, de suas características próprias, são expressas em função das informações fisiológicas internas e dos fatores externos que afetam a situação, podendo-se neste sentido, manipular uma dada auto-atribuição fazendo-se variar sistematicamente um destes polos correspondentes aos fatores externos da situação.

Efeitos diferenciais de auto-atribuição podem ser obtidos ainda ao se considerar isoladamente sujeitos que possuam algumas características particulares de personalidade, que se coloquem em posições altas ou baixas no que se refere a auto-estima, defesa do eu, desejabilidade social, e outras.

Mas, destes efeitos todos, os mais importantes do ponto de vista teórico, e também com inúmeras implicações na solução de problemas do cotidiano, são aqueles relativos às influên-

cias que exercem os *feed-backs* falsos no processo de atribuição de características pessoais pelos próprios sujeitos, que os levaram a fazer atribuições imprecisas e erradas a respeito de seus próprios estados, dos quais são citados apenas alguns.

Storms e Nisbett (1970), utilizando-se de paradigma semelhante, encontraram que sujeitos sofreadores de insônia, e que ingeriam uma pílula-placebo à qual eram atribuídos efeitos estimulantes, declaravam dormirem mais rapidamente quando ingeriam a pílula do que sujeitos insones colocados na condição experimental de pílula-placebo com supostas propriedades relaxantes, ou do que o grupo de controle que não tomava pílula alguma.

Ross, Rodin e Zimbardo (1969) encontraram entre seus sujeitos, levados a atribuir o medo de choques às variáveis externas, menor indicação de medo atual a estes choques do que os outros sujeitos aos quais eram dadas informações acerca da causalidade pessoal de seu medo aos choques.

Valins (1966) demonstrou ser possível influenciar a auto-atribuição oferecendo aos sujeitos *feed-backs* falsos de suas ações. Assim, dando aos seus sujeitos masculinos falsos *feed-backs* auditivos acerca de seu batimento cardíaco frente a figuras de mulheres semi-nuas, conseguiu manipular as preferências destes sujeitos por umas ou outras destas figuras, dependendo de sua conexão com os resultados falsos dos batimentos cardíacos quando os mesmos eram apresentados aos sujeitos.

Resultados semelhantes foram obtidos por Valins e Ray (1967) no que tange à redução do medo de cobras em sujeitos expostos ao mesmo processo de falso *feed-back* dos batimentos car-

díacos, e especula-se agora a ação deste modelo no hábito de fumar.

2.3.2 - Diferenças entre Auto-Atribuição e Hetero-Atribuição.

Se os processos de atribuição utilizados por atores e observadores são os mesmos, e ambos apresentam idênticos fenômenos como base das inferências, a auto-atribuição e a atribuição de causalidade a comportamentos e efeitos que envolvem outras pessoas apresentam entretanto algumas diferenças importantes em alguns aspectos e que necessitam ser considerados.

A. Interno X Externo (*insider x outsider*)

Muitas das variáveis envolvidas em um ato que provoca um efeito qualquer dizem respeito a estados interiores da pessoa que emite o comportamento, a sentimentos particulares, a valores, a pensamentos momentâneos que não são objetivamente acessíveis a outro sujeito, e que só podem ser conhecidos por processos subjetivos de introspecção e relato pessoal do próprio sujeito que é responsável por aquela dada ação. Ao observador que efetua atribuição a comportamentos dos outros, resta, unicamente, como fonte de dados, o comportamento manifesto do outro, perdendo-se boa dose de informação dos estados internos.

Esta situação torna a atribuição de suas próprias ações ou as ações de outros dependentes destas informações, tendo conseqüentemente que seguir muitas vezes caminhos diferentes e obtendo resultados diversos.

B. Íntimo X Estranho (*intimate x stranger*)

Quando se fazem atribuições de causalidade às próprias ações, o sujeito dispõe de uma poderosa fonte de informações inacessíveis à grande maioria das outras pessoas que observam o seu comportamento, e que se refere a sua história anterior, aos e - ventos de que foi protagonista ou esteve só indiretamente envolvido em outras etapas anteriores de sua vida.

Esta diferença entre o próprio sujeito a fazer atribuições a seu comportamento, e ao comportamento de outros, implica em que o primeiro efetue suas inferências com base não só no comportamento atual mas também em informações de outras situações semelhantes ou diferentes a esta que já viveu anteriormente, o que lhe garante maior confiabilidade na veracidade destas infe - rências. Por outro lado, o observador dispõe única e tão somente de uma pequena amostra da conduta dos sujeitos, representada pelo seu comportamento frente a este dado fenômeno, e que pode ser impregnado de variáveis situacionais, difíceis de serem detectadas e isoladas pelo observador, não conhecedor da história do sujeito.

C. Próprio X Outro (*self x other*)

É esperado que os procesos de atribuição de causalidade a eventos envolvendo o próprio sujeito atribuidor, ou uma outra pessoa, sofram as influências diferenciadoras das motivações subjacentes a estes procesos, e que são distintas quando se consideram o próprio sujeito ou o outro.

Quando alguém faz atribuições de causalidade às suas

próprias ações vê-se compelido a encontrar equilíbrio entre essas atribuições e a manutenção e elevação de sua auto-estima, protegendo-se da ameaça dos efeitos comprometedores que a atribuição de um evento negativo a suas próprias ações ou características pode lhe acarretar.

Já o observador desinteressado, e não envolvido no evento, está mais ou menos imune a esta contaminação de defesa do ego, mas não pode evitar a tendência a tirar proveito desta mesma situação para um engrandecimento próprio às custas do rebaixamento do ator, seu próximo.

Estas perspectivas encontraram mais tarde grande desenvolvimento, como atestado pelos trabalhos relativos à atribuição defensiva (Shaver, 1970), egotismo (Snyder et alli, 1976, 1968; Stephan, Rosenfield e Stephan, 1976) que em muito contribuíram para a compreensão do fenômeno de auto-atribuição e de atribuição a eventos onde o sujeito não é o ator.

D. Ator X Observador (*Actor x Observer*)

Sem dúvida a perspectiva diferenciadora da auto-atribuição e da atribuição a outros que receberam maior atenção por parte dos pesquisadores foi a diferenciação dos papéis do ator e do observador, e sua influência no processo de atribuição de causalidade. Um trabalho verdadeiramente brilhante de Jones e Nisbett (1972), que estudaremos com detalhes em capítulo posterior, ofereceu as bases teóricas e empíricas para esta diferenciação, bem como criou condições para o crescimento de um novo ramo de estudos dentro da teoria de atribuição.

As diferenças incluem desde a tendência de os atores atribuírem a causas externas o seu comportamento e os observadores a causas do próprio ator, até explicações para este fenômeno calcadas nas hipóteses de diferenças no *background* de conhecimento das ações passadas do sujeito, e diferenças na saliência de aspectos informacionais da situação para o ator e observador.

Estas quatro distinções anteriormente apresentadas não invalidam de modo algum as idéias iniciais de Bem sobre a similitude do processo de auto-atribuição e hetero-atribuição, mas servem bem para demonstrar que há inúmeras distinções que devem ser consideradas, por seu significativo papel, entre o fato de alguém fazer atribuições a seus atos ou a atos de outros.

2.3.3 - A Atribuição de Causalidade como mediadora do comportamento.

Outra importante contribuição de Bem (1967) diz respeito à discussão do problema do papel da atribuição de causalidade e suas relações com o comportamento do sujeito. A este respeito existem duas correntes de opiniões, bastante distintas, e evidências que suportam cada uma delas:

- a atribuição de causalidade é um evento que se segue ao comportamento, e não o antecede;
- a atribuição de causalidade é um importante elemento mediador, que de certa forma dirige o comportamento do sujeito.

A primeira opção de explicação baseia-se nos fatos de que só pode haver atribuição após serem conhecidos os efeitos de ação como um todo, que o sujeito uma vez envolvido em uma ação,

seja como ator ou observador, não pode durante o desenrolar do fenômeno efetuar atribuições, seja por falta de informações, seja por estar ocupado com a própria ação. É claro que a aceitação desta interpretação seria duro golpe nos adeptos de correntes psicológicas que defendem a idéia de que o homem age conscientemente, sabendo exatamente porque fez as coisas. Por esta primeira posição os "porquês" viriam após consumados os atos, e não antes.

Em adendo a esta posição, assim se expressa Berkowitz: (1968, pág. 308). "Geralmente admitimos com clareza que o ser humano age de determinada maneira por causa do desejo originado na compreensão do seu ambiente. Em alguns casos, entretanto, esta compreensão pode se desenvolver após o estímulo ter evocado a ação, e deste modo a compreensão justifica mas não causa o comportamento."

Naturalmente os adeptos da segunda classe de explicação encontram na interferência do processo de atribuição sobre o comportamento do sujeito a grande justificativa para suas posições, e acrescentam afirmando que os dados de atribuição colhidos após a emissão do comportamento pelo sujeito não são bons indicadores de disposições subjacentes a estes comportamentos.

Parece claro, pelas palavras anteriores, que o processo de auto-atribuição e de hetero-atribuição só pode ser entendido como algo que se processe após a execução da ação pelo sujeito e a consumação do efeito, pois só assim será possível inferir suas intenções e disposições internas ou externas, responsáveis pela causação do fenômeno.

Creemos, entretanto, que as duas posições, aparentemente antagônicas, poderiam ser conciliadas se considerássemos o papel mediador da atribuição e sua influência sobre os comportamentos subsequentes a aquele gerador de tal atribuição.

Isto é, ao se fazer atribuição ao comportamento emitido pelo próprio sujeito ou por outros, a atribuição seguiria à ação, mas esta mesma atribuição teria significativa influência sobre os outros comportamentos que viessem a ser emitidos, e que então já compreenderiam, de um modo ou de outro, a possível explicação causal para os eventos que o antecederam.

Entretanto, entendemos que este assunto ainda fará correr muita tinta e a sua completa solução dependerá de considerar alguns casos particulares, sendo muito difícil saber, ao se considerar todos os casos indistintamente, se a atribuição antecede ou é decorrência da ação.

pria pessoa e de outros, em uma comunicação -*Attribution Theory in Social Psychology* (Kelley, 1967) - que pela primeira vez dava forma e conotação de teoria aos princípios até então formulados, vindo a gerar hipóteses inéditas e provocando novos estudos.

Para Kelley (1973 p. 107) "Teoria de Atribuição é uma teoria sobre como as pessoas fazem explicações causais, sobre como elas respondem a questões que são iniciadas com "Por que?". Ela lida com a informação empregada ao se fazer inferências causais, e o uso desta informação para responder às questões causais".

A teoria da atribuição refere-se ao processo de inferência utilizado pelo homem para compreender, explicar e interpretar os eventos que ocorrem ao seu redor, como conhece o seu mundo, e como verifica se suas crenças e julgamentos são fidedignos e verídicos.

A teoria da atribuição de causalidade seria então uma epistemologia psicológica, com o homem agindo como um cientista que busca a covariação entre um dado efeito e as possíveis causas que possam explicá-lo. Melhor ainda seria defini-lo como um cientista aplicado, que busca essas relações entre causa e efeito para aplicá-las em sua vida particular.

Neste sentido, o processo de atribuição de causalidade, semelhantemente ao do cientista, depende da informação que se possua acerca da situação como um todo, e quanto mais completa e estável esta informação, mais segura é a atribuição efetuada. Mas para que a estabilidade da informação atinja níveis al

tos é necessário que sua variabilidade seja pequena, e consequentemente o erro do processo como um todo é minimizado, podendo-se assim efetuar atribuição distinta, de modo eficaz e seguro, entre as diversas entidades causais que possam estar determinando o fenômeno.

Raciocinando dentro deste esquema de pensamento, Kelley propõe o modelo da Análise de Variância (ANOVA) como o paradigma que poderia servir de sustentáculo à operacionalização dos postulados da teoria de atribuição e sobre ele baseia toda a dedução de suas idéias. Assim, para ele, o homem ao fazer atribuições agiria de modo semelhante aos momentos onde empregasse a análise da variância para verificar se um efeito é determinado por uma ou outra variável.

A utilização da ANOVA, falando de modo estatístico somente, torna possível verificar se uma ou mais variáveis independentes (causas) exercem influência significativa sobre uma ou mais variáveis dependentes (efeitos), opondo a variabilidade determinada pela ação diferencial destas variáveis independentes, à variação nos resultados (efeitos) determinada pela mera exposição às forças do acaso (erro).

No caso da atribuição de causalidade, tomando como paradigma este modelo, o sujeito que efetua a atribuição teria a tarefa de esclarecer as ligações existentes entre dados efeitos e as possíveis causas que possam explicá-los, quais destes elementos causais co-variam com quais efeitos bem como de quais causas estes efeitos são totalmente independentes.

2.4 - A OPERACIONALIZAÇÃO DOS POSTULADOS DA TEORIA DE ATRIBUIÇÃO GANHA UM GRANDE REFORÇO - HAROLD KELLEY.

Com alguma segurança pode-se afirmar, neste momento, que Fritz Heider formulou as idéias centrais e básicas do processo de atribuição de causalidade, aventurou-se a fornecer alguns indícios de postulados melhor definidos, ainda que não tenha podido naquele momento, e isto é natural dado o pioneirismo, calcar suas afirmações em evidências empíricas reais, comprovadoras de seus princípios.

O desenvolvimento de postulados mais definidos, de formulação de hipóteses e de abertura de linhas de pesquisa foi muito bem conduzido na obra de Jones e Davis, referindo-se entretanto, somente à atribuição de causalidade pessoal envolvendo o processo utilizado por um percebedor ao buscar características disposicionais no autor de um evento, como forma de explicá-lo.

Já os estudos de Daryl Ben culminaram com a estruturação da "Teoria da Auto-Percepção" que trata dos processos de auto-percepção e auto-atribuição, oferecendo postulados e abertura de novas frentes de pesquisas no que se refere à atribuição de causalidade a nossos próprios comportamentos, variante do processo de atribuição até então não desenvolvida.

Harold Kelley torna-se então o integrador destas diferentes abordagens do problema central da atribuição de causalidade, ao envolver no mesmo tratamento a causalidade impessoal, a causalidade pessoal, e a atribuição dos atos da pró-

Nota-se claramente que o conceito de co-variação causa-efeito é uma noção importante no modelo de Kelley. O efeito tende a ser atribuído às condições que estiverem presentes nos momentos em que este efeito vier a ocorrer, e estiverem ausentes nos momentos em que o efeito não ocorrer, sendo desconsiderada a influência de um dado elemento causal sobre um efeito considerado, se existirem outras variáveis relevantes presentes no momento, e que possam ser tidas como elementos causais também explicadores daquele evento (*discounting principle*).

Ao mesmo tempo, e como variante deste processo, nos casos onde um dado efeito ocorre na presença de uma causa facilitadora e de uma causa inibidora, a atribuição de influência desta causa facilitadora é maior do que nos casos em que o mesmo efeito ocorresse, e ela estivesse agindo sozinha, no que se convencionou denominar de princípio de ampliação (*augmentation principle*). (Kelley, 1972b).

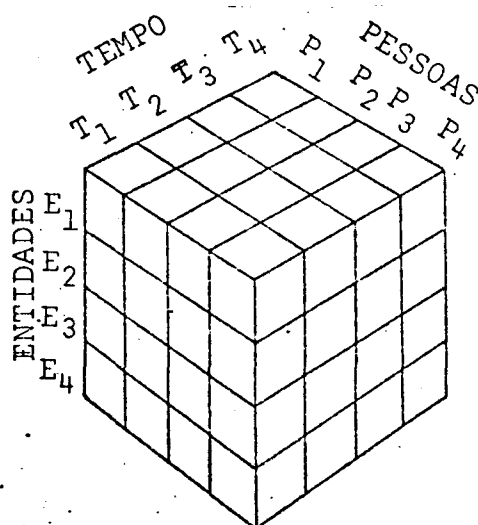
Assim sendo Kelley distingue três grandes classes de variáveis independentes - elementos causais - que poderiam vir a explicar, isoladamente ou em um processo de interação, as ocorrências dos efeitos:

- pessoas
- entidades
- situações: tempo e modalidade envolvidos.

Estas variáveis estariam todas integradas em um modelo analógico assim expresso:

Fig. 6 - Modelo de análise de variância para a inferência de causalidade.

(retirado de Kelley, 1973, p.110)



Cada um dos três possíveis elementos causais de um dado efeito - entidades, pessoas, situações - responde por uma das três dimensões consideradas no modelo, e os efeitos seriam alocados no corpo deste cubo com referência a cada ponto de cada uma das variáveis, que em última análise explicariam estes efeitos.

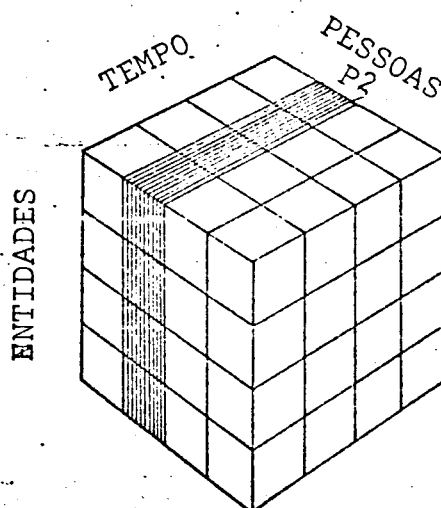
Assim, dado um fenômeno qualquer, por exemplo um jornalista (pessoa) escreve um artigo elogiando o comportamento técnico de um clube de futebol (entidade) nas partidas (situação) que tem disputado nos últimos tempos, - pode-se formular as seguintes questões para explicar este evento: Será alguma coisa particular deste jornalista (pessoa), algo particular do clube (entidade), alguma coisa referente às circunstâncias em que isto tenha ocorrido (situação), ou até uma combinação de todos estes?

A - Pessoa

Ao se optar por esta explicação fica claro que o efeito

to ocorre sô para esta pessoa em várias circunstâncias e para várias entidades. Isto é, sô este jornalista elogia clubes de futebol, o faz com todos eles e em todas as situações que se apresentam, envolvendo a variação no tempo, quer dizer, várias vezes em que há oportunidade, ou em diferentes modalidades, isto é, ele escreve, fala nas rádios, televisões, acerca deste evento como na figura a seguir:

Fig.7 - Modelo indicando atribuição à pessoa (retirado de Kelley, 1973, pag. 110)



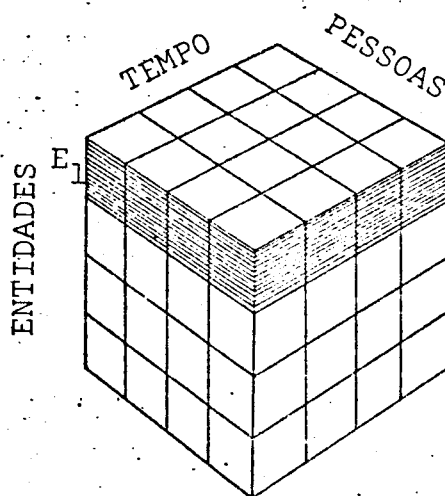
Em suma, o evento ocorre unicamente em função de uma característica particular desta pessoa, que predispõe ao aparecimento deste fenômeno.

Considerando o estudo realizado por McArthur (1972), envolvendo a explicação dada por alunos às situações desta natureza, os dados indicam que 85% dos sujeitos preferem explicar o fato como decorrente de causas localizadas na pessoa e nenhum indica como responsável a entidade, em nosso exemplo particular, o clube de futebol.

B - Entidade

A opção por indicar esta causa particular como explicadora de um dado fenômeno, implica no modelo a seguir, onde todas as pessoas em todas as ocasiões indicam a entidade como responsável pela ocorrência do fato:

Fig.8 - Modelo indicando atribuição à entidade (retirado de Kelley, 1973, pág. 111)



Em nosso exemplo, o desempenho do clube seria indicado como responsável pelo elogio efetuado pelo jornalista, e todos os jornalistas elogiarão o comportamento do clube, em várias situações distintas e através de várias modalidades diferentes.

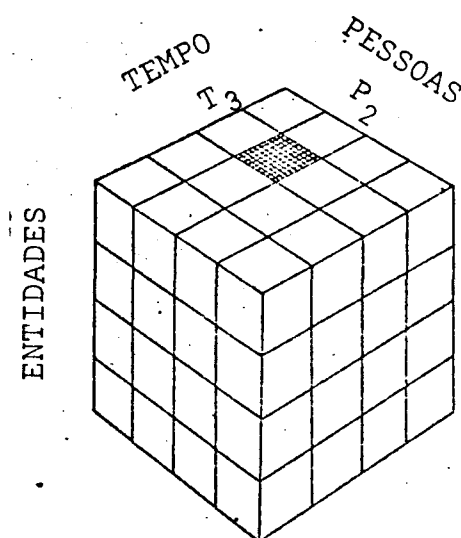
No estudo de McArthur (1972), numa situação deste tipo particular considerado, 61% dos sujeitos apontaram a entidade como elemento responsável pelo evento e 12% ofereceram a explicação centrada na pessoa.

C - Circunstâncias

No caso em que poucas pessoas indicam a entidade como

responsável pelo evento, e onde a própria pessoa não indica outras entidades envolvidas como explicadoras do fato, opta-se com frequência (aproximadamente 70% das vezes), segundo os dados de McArthur, por indicar as circunstâncias do momento, e as modalidades destas circunstâncias envolvidas, como responsáveis pela explicação do evento, conforme a figura seguinte pode demonstrar.

Fig.9 - Modelo de atribuição às circunstâncias (retirado de Kelley, 1973, pág. 111)



Em nosso caso particular só este jornalista, e outros poucos, fazem apologia do clube de futebol, este jornalista particular não faz apologia de outros clubes, e ao mesmo tempo nunca tinha antes escrito um comentário deste tipo acerca de um clube de futebol.

Naturalmente que todas essas situações anteriormente enumeradas não fazem alusão a casos de interação entre a influência de cada uma dessas variáveis consideradas, o que se constitui talvez nos casos mais frequentes e que complica sobremaneira o esquema de explicação causal dos eventos.

2.4.1 - Critérios para verificar a validade de uma atribuição

Uma vez escolhida a característica causal à qual se fez a atribuição de origem, a pessoa procura verificar, de algum modo, se a sua inferência é ou não verdadeira, se obedece a uma variação efetiva ato/consequência, se é meramente uma covariação ocasional, ou até se é expressão de reações momentâneas do percebedor. Para tanto, Kelley definiu quatro critérios básicos de verificação da validade externa de uma inferência atribucional, cujo cumprimento garantiria ao sujeito uma confiança subjetiva em sua atribuição.

A - Distintividade (*distinctiveness*)

A uma característica qualquer são atribuídas as ocorrências de eventos, e por extensão a sua causalidade, caso ocorram unicamente quando esta característica está presente, e não ocorrem em sua ausência.

Por exemplo: um sujeito se mostra agressivo quando bebe álcool, mas nunca se mostra agressivo quando não está em - briagado. Atribui-se então a origem de sua agressividade à embriaguez.

B - Consistência no tempo (*consistency over time*)

É atribuída causalidade a uma característica se todas as vezes que esta se apresenta o evento ocorre aproximadamente do mesmo modo.

Por exemplo: todas as vezes que o sujeito se embria-

ga apresenta-se como agressivo, contribuindo novamente para reforçar a atribuição de sua agressividade não a si, mas ao álcool.

C - Consistência na modalidade (*consistence over modality*)

A uma característica é atribuída causalidade de um evento, se ela provoca o mesmo evento, ainda que suas interações com o evento sejam variadas.

Por exemplo: o sujeito reage agressivamente quando bebeu álcool ou quando este lhe foi injetado diretamente na corrente sanguínea.

D - Consenso (*consensus*)

Quando as mesmas inferências são feitas por outras pessoas semelhantes ao atribuidor e nas mesmas condições, a confiança subjetiva na atribuição é significativamente aumentada.

Fazendo uma relação deste critério com a análise de variância, Kelley (1967, p. 198) afirma: "O primeiro critério (distintividade) parece corresponder ao numerador, ou ao termo "entre condições", na relação F, e os últimos três critérios (consistência no tempo, na modalidade, e pessoas) corresponderiam ao erro ou termo "intra-condições". Como uma medida do estado de informação de uma pessoa a respeito de uma dada entidade, a teoria sugere uma analogia com a relação F, na qual o grau de diferenciação entre as várias entidades é comparado à estabilidade da atribuição (baseada na consistência e consenso) a respeito desta dada entidade. Concebendo o denominador desta

relação, admitimos que ambas, a evidência de consistência da própria pessoa e a evidência de consenso social, contribuem para a estabilidade de sua reação."

Com base na definição destes critérios, os sujeitos dos estudos de McArthur impuseram algumas exigências de cumprimento dos mesmos ao se efetuar atribuição a uma das três causas básicas anteriormente definidas:

- Atribuição ao meio - os sujeitos escolhiam este elemento causal quando a situação era caracterizada por alta distintividade, alta consistência, e alto consenso.

- Atribuição à pessoa - quando a situação apresentava alta distintividade, alta consistência e baixo consenso.

- Atribuição à circunstância particular - quando havia na situação alta distintividade e baixa consistência.

Os estudos tem demonstrado que a ordem de importância destes fatores inclui a consistência em primeiro lugar, a distintividade em segundo e em último o consenso, na sua contribuição relativa ao processo de atribuição como um todo (McArthur, 1972, 1976; Orvis, Cunningham, Kelley 1975, Nisbett e Borgida, 1975).

Entretanto questões são colocadas a estes achados, uma vez que sempre as informações a respeito destes três fatores eram apresentadas na mesma ordem - consenso, distintividade e consistência - e isto pode ter levado à manifestação de um efeito de recentidade (*recency effect*) o que explicaria a fraca contribuição do fator consenso.

Para examinar o efeito da ordem de apresentação das informações referentes aos três fatores considerados, no seu uso para a atribuição de causalidade por parte dos sujeitos, Ruble e Feldman (1976) realizaram dois experimentos onde eram apresentados aos sujeitos estórias contendo uma das ordens de apresentação das informações referentes aos três fatores, às quais deveriam fazer atribuições de causalidade, e onde se pretendia verificar a importância relativa de cada um dos três fatores.

Previram os autores que as informações referentes ao consenso teriam menor importância quando apresentadas em primeiro lugar, e maior importância quando apresentadas por último, numa demonstração do efeito de recentidade anteriormente preconizado, como explicador dos resultados encontrados em outras pesquisas.

Seus resultados confirmam amplamente estas suposições e demonstram que a ordem de apresentação das informações acerca dos três fatores - consenso, distintividade e consistência - exerce importante influência no uso das informações referentes ao consenso no julgamento da causalidade dos eventos por parte dos sujeitos, com o predomínio da influência das informações sobre o consenso apresentadas em último lugar, numa clara demonstração do efeito de recentidade, como previsto.

Em um belo estudo deste mesmo problema Wells e Harvey (1977), após analisarem uma série de variáveis detalhadamente, concluem que "a informação relativa ao consenso afeta significativamente a atribuição de modo consistente com as previsões

da teoria de atribuição. Para que a informação relativa ao consenso produza efeitos de magnitude significativa, entretanto, é necessário o conhecimento de que a amostragem foi aleatória, para evitar nos sujeitos a exclusão da importância da informação relativa ao consenso, como decorrência da dúvida sobre a não representatividade da amostra. Finalmente, não parece que o conhecimento do procedimento de amostragem, simplesmente, faz a informação relativa ao consenso ser mais saliente... mas parece que o conhecimento do processo de amostragem faz a informação relativa ao consenso ter maior significação". (Wells e Harvey, 1977, pg. 291).

A partir de um experimento integrando diversas variáveis, Stevens e Jones (1976) relacionaram os pressupostos do cubo de Kelley sobre a atribuição de causalidade, com o emprego dos quatro fatores preconizados por Weiner et alli (1972) (capacidade, esforço, dificuldade da tarefa e acaso) com variável dependente na indicação de causalidade, através de uma montagem 2x2x2x2, com dois níveis de desempenho na tarefa (sucesso ou fracasso), distintividade da informação (baixa ou alta), informação sobre a consistência (alta ou baixa) e sobre o consenso (alto ou baixo).

Os resultados, em primeiro lugar indicam que os sujeitos que experimentaram sucesso atribuem-no mais às causas internas que às externas, do que os sujeitos que fracassaram, e estes se tornavam menos lógicos e mais defensivos quanto maior fracasso experimentavam.

Mas o mais importante deste estudo foi a determina-

ção de que, nos casos de alta consistência, os sujeitos tendiam a atribuir maior grau de importância à capacidade e menor à dificuldade da tarefa, do que nos casos de baixa consistência. No caso da alta distintividade atribuíam menor grau de importância à sorte, ao acaso, do que nos casos de baixa distintividade. A variável alto ou baixo consenso não diferenciou a atribuição de causalidade pelo sucesso ou fracasso a cada um dos quatro fatores considerados.

Assim, por estes dados, a maior atribuição à capacidade se dá nos casos de alta consistência, à dificuldade da tarefa nos casos de baixa consistência, ao acaso nos casos de alta distintividade, não tendo o esforço sido diferenciado significativamente ao se considerar as variáveis do modelo proposto por Kelley.

Entretanto, como visto em outras teorias, a pessoa está sujeita a cometer erros, a ser afetada por alguns vieses e ilusões no processo de atribuição de causalidade, que envolvem entre outros: atribuição de maior relevância ao comportamento do autor e a seus efeitos do que às influências das características do meio ambiente; egocentrismo do processo atribucional e suas conseqüentes derivações de auto-estima, atribuição defensiva, ilusão de liberdade e de controle; o aumento da conseqüência de um determinado evento tende a levar o percebido a um aumento na tendência a efetuar atribuição de causalidade por este evento, e a responsabilizar o autor pelo fato; a própria confusão que se forma no planejamento e condução dos experimentos para tentar mascarar ao sujeito a real finalidade do estudo, temendo alterar o padrão de respostas; as próprias ca -

racterísticas particulares, como locus de controle, auto-estima, desejabilidade social, interferindo no processo atribucional como um todo; e finalmente, que por este modelo desenvolvido por Kelley particularmente, e por todos os outros em geral, o sujeito deveria calcar suas inferências acerca das disposições que estariam determinando dado efeito a partir de um grande conjunto de observações e dados, quando na realidade raramente cumpre este suposto e faz suas atribuições a partir de uma só observa-ção.

2.4.2 - Esquemas causais

Para explicar como são efetuadas as atribuições causais, normalmente a partir de pequena quantidade de informação, Kelley (1972) desenvolveu o conceito de esquemas causais, dos quais derivam diretamente estes processos atribucionais. "Um es-quema causal é uma concepção geral que a pessoa tem sobre como certas categorias de causas interagem para produzir um tipo es-pecífico de efeito"; "...é uma concepção do modo pelo qual dois ou mais fatores causais interagem em relação a um tipo particular de efeito". (Kelley, 1972, pg. 151-152).

Ou seja, referem-se aos diferentes modelos que uma pessoa utiliza para compreender o relacionamento de possíveis causas com um dado efeito, que seriam aprendidas ao longo de sua experiência, dos mais simples para os mais complexos, mantidos na memória do sujeito e reativados quando necessário.

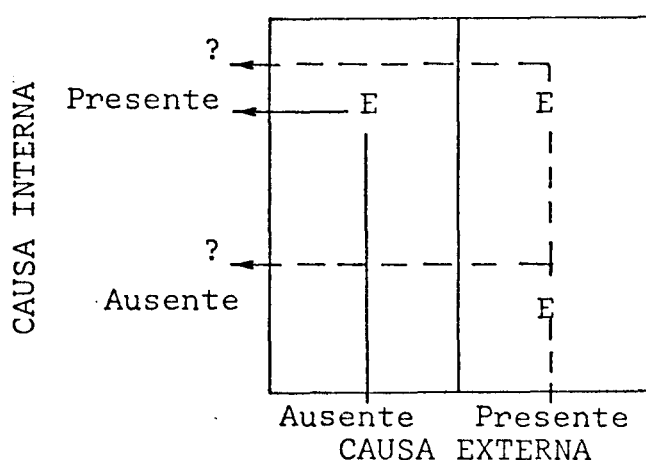
Dado que cada situação, dependendo de sua natureza, exige aplicação de um tipo particular de esquema para a busca

das causas explicadoras dos efeitos encontrados, alguns destes tipos foram desenvolvidos detalhadamente por Kelley e são aqui apresentados sucintamente.

A - Esquema causal para múltiplas causas suficientes.

Neste caso, dado um efeito que pudesse ser explicado por uma de duas causas, ou por ambas ao mesmo tempo, as alternativas de escolha indicam que uma das duas causas estando presente já é suficiente para a explicação do evento, como na figura a seguir:

Fig.10 - Esquema causal para múltiplas causas suficientes (retirado de Kelley, 1973, pg.114)



Para este caso, quando a causa externa está ausente facilmente se pode atribuir a origem do evento à causa interna. Mas, quando a causa externa está presente, torna-se difícil escolher uma das duas outras opções, envolvendo a presença ou não da causa interna. Normalmente, se justifica a utilização deste tipo de esquema na explicação de causalidade do sucesso de um sujeito em uma tarefa fácil, ou quando a influência das duas cau

sas é igualmente forte. (Kelley, 1972)

B - Esquema causal para múltiplas causas necessárias

Quando o evento só ocorre na presença das duas variáveis consideradas, torna-se imperiosa a opção por este modelo para explicação causal, na medida em que uma só das variáveis isoladamente não é capaz de determinar a ocorrência do fenômeno.

Fig.11 - Esquema causal para múltiplas causas necessárias. (retirado de Kelley, 1973, pg. 115)

CAUSA B	Presente		E
	Ausente		
		Ausente	Presente
		CAUSA A	

A aplicação deste modelo parece envolver os casos de atribuição de causalidade ao sucesso em tarefas muito difíceis, quando as duas causas são fracas, e os efeitos são de grande magnitude. (Kelley, 1972)

C - Esquema para causas compensatórias

Em alguns casos, é imprescindível que o percebedor e fetue distinções, não só ao nível de presença ou ausência de uma dada variável como explicadora do processo causal daquele dado efeito, mas também, complementarmente, que faça discrimi-

nação da intensidade em que cada uma destas variáveis poderia estar contribuindo à causação daquele dado fenômeno.

Assim, em alguns casos, dada a magnitude do efeito, ou sua pequena probabilidade de aparecimento, a explicação exige que as causas potencialmente explicadoras daquele evento assumam valores mínimos, e que uma combinação delas permita alcançar intensidade necessária à provocação daquele efeito, como explicado na figura a seguir:

Fig. 12 - Esquema para causas compensatórias (E=sucesso) (retirado de Kelley, 1973, pg. 114)

CAPACIDADE	Alta	E	E	E
	Média		E	E
	Baixa			E
		Difícil	Moderada	Fácil
		TAREFA		

D - Esquema para explicação de efeitos graduados

Com o aumento de complexidade dos fenômenos e do avanço no nível desejado de atribuição e explicação das ocorrências, algumas vezes é importante distinguir a intensidade com que se apresentam os efeitos, e paralelamente diferenciar o quanto de contribuição cada causa oferece para provocação do fato considerado.

Assim, o modelo agora descrito na verdade é uma gene

realização dos dois primeiros apresentados, e se refere aos casos onde a simples presença de uma das duas variáveis consegue provocar o fenômeno, mas este só ocorre em níveis elevados quando as causas, ou a soma das contribuições das causas, atingem graus suficientes de intensidade.

Neste sentido, quanto maior a intensidade dos efeitos maior a certeza de que as causas que poderão explicá-los estão presentes em graus mais elevados, conforme na figura a seguir:

Fig.12 - Esquema para explicação de efeitos graduais (retirado de Kelley, 1973, pg. 117)

CAUSA INTERNA	Facilitação Forte	E	EE	EEE
	Facilitação Fraca		E	EE
	Inibidora			E
		Inibidora	Facilitação Fraca	Facilitação Forte
		CAUSA EXTERNA		

Além destes esquemas básicos, podem ser isolados outros derivados que envolvam conjuntos de causas e sua consequente interação, mas cuja discussão em muito ultrapassa os limites desta revisão introdutória, para o que recomendamos a consulta aos textos originais de Kelley (1972, 1973).

Uma vez apresentados os principais modelos utilizados na explicação causal, resta agora uma palavra sobre a aplicação destes modelos a respeito do que Kelley (1972, pg.167) afirma: "... cada pessoa tem um repertório de esquemas causais, sendo evocado cada um deles em determinadas condições".

Parece já ter sido razoavelmente demonstrado que os adultos tendem a utilizar esquemas mais complexos de explicação causal do que as crianças, mas toda vez que se tiver a possibilidade de escolher, procurar-se-á sempre aplicar o modelo mais simples possível para explicar aquela situação. Entretanto, muitos estudos ainda necessitam ser desenvolvidos para definir com maior profundidade quando um esquema é preferido aos outros, como o desenvolvimento dos níveis de atribuição de causalidade objetiva e subjetiva na criança está ligado ao emprego dos diversos esquemas causais pela criança, como interagem diferentes esquemas causais em situações específicas de explicação.

Ao lado destas dúvidas e desconhecimentos, McArthur (1970) demonstra em seu trabalho que os verbos que descrevem uma ação tendem a exercer papel predominante na evocação e utilização de um tipo particular de esquema causal em cada situação. Assim, entre outros, os verbos descrevendo realizações eliciam mais frequentemente os esquemas atributivos à pessoa do autor, os verbos com maior grau de subjetivismo eliciam atribuições à entidade, e verbos referentes a atividades que envolvam dominação e submissão nas relações interpessoais evocam mais frequentemente o modelo de causas compensatórias.

Finalizando, pode-se dizer que o trabalho de Harold Kelley veio proporcionar à teoria de atribuição de causalidade significativo avanço no que tange à operacionalização dos postulados básicos e ao desenvolvimento de novas hipóteses explicativas do fenômeno, ao mesmo tempo em que a dotou de modelos matemáticos inspiradores de novas pesquisas, sobretudo no que tange aos estudos de atribuição em sala de aula, de sucesso e fracasso em uma tarefa.

2.5. - A ATRIBUIÇÃO DIFERENCIAL DE ATORES E OBSERVADORES - UMA IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO DE EDWARD E. JONES E RICHARD E. NISBETT

Ainda que Heider (1958) tivesse chamado a atenção para possíveis diferenças entre os processos de atribuição de causalidade utilizados pelas pessoas que praticaram os atos e aquelas outras que apenas observaram os fatos, os grandes teóricos da Teoria da Atribuição que o seguiram, ou só tratavam da atribuição por parte dos observadores (Jones e Davis, 1965), ou não diferenciavam suficientemente os processos quer para os atores quer para os observadores (Kelley, 1967), ou mesmo faziam afirmações de que ambos estavam na mesma situação e tenderiam a efetuar atribuições semelhantes (Bem 1967, 1972). Entretanto, estas suposições teóricas vieram a ser convenientemente sistematizadas, e uma distinção clara dos processos atribucionais utilizados por atores e observadores só foi objetivamente esclarecida com a proposição por Jones e Nisbett (1972) de uma abordagem teórica enfatizando a divergência de percepção das causas do comportamento por parte de atores e observadores de um mesmo fenômeno qualquer.

Jones e Nisbett (1972) calcam o sistema das diferenças das atribuições pelos sujeitos atores e observadores, no fato observado de que o autor do comportamento que provocou determinado efeito apresenta a tendência a efetuar atribuições de maneira a enfatizar o papel do meio ambiente na provocação e causação deste comportamento, enquanto que reversamente, os observadores tendem a indicar as disposições e características do

ator como responsáveis pela ocorrência dos fatos. Afirmam Jones e Nisbett (1972) a respeito: "Existe uma profunda tendência dos atores em atribuir suas ações a exigências situacionais, enquanto os observadores tendem a atribuir a mesma ação a disposições pessoais estáveis" (pág. 80).

Numa extensão destes mesmos princípios, tem-se que os observadores acreditam que os autores dos comportamentos geradores dos efeitos considerados possuem conjuntos de respostas pré-determinadas, são portadores de traços de personalidade bastante estáveis que terminam por governar os comportamentos emitidos. Assim sendo, os observadores classificam os atores em quadros bastante diferenciados, comparando-os com os outros atores, aparentando possuir uma "teoria da personalidade" dos atores que segue uma linha normativa, nomotética, com grupos e traços bem característicos e diferenciados.

Por outro lado, os atores vêem seus próprios comportamentos como decorrentes das circunstâncias particulares enfrentadas no momento, não admitindo uma categorização à sua personalidade, nem esta como determinante de seu comportamento em todas as circunstâncias. Concebem, por outro lado, sua reação aos estímulos como algo pouco predizível e controlável, ao mesmo tempo em que consideram sua personalidade um conjunto de valores, possibilidades e estratégias de ação, em lugar de um grupo de traços geradores de disposição de respostas, comparando os seus comportamentos e reações a si próprios, com seus atos anteriores, e nunca com os outros.

Se o observador possui uma teoria de personalidade

do ator que tende para a linha normativa e nomotética, quando se referem ao seu próprio comportamento as pessoas tendem a considerar mais as teorias que reforçam a importância dos fatores situacionais, históricos, em um modelo ideográfico, com os comportamentos obedecendo a tratamento ipsativo. Ou por outra: "Traços de personalidade são coisas que as outras pessoas têm" (Jones e Nisbett, 1972, pág. 92).

Sem dúvida alguma estas distinções no processo atribucional para atores e observadores de um evento qualquer, constituem-se em um dos pontos que tem merecido as maiores atenções dos pesquisadores, e grande dose de evidência comprovadora nos experimentos conduzidos para sua verificação.

Um dos mais conhecidos estudos que oferecem suporte à distinção no processo de atribuição entre ator e observador é aquele conduzido por Mc Arthur (1970), que consistia em apresentar aos sujeitos algumas sentenças, como "George traduz a sentença incorretamente", às quais os sujeitos deveriam indicar a causalidade deste fenômeno optando entre as pessoas como determinantes da ação, o meio, ou as circunstâncias. Em caso de dúvidas, os sujeitos poderiam explicar melhor sua atribuição, em geral fazendo composições entre estas três classes de causas.

Os resultados demonstram, entre outras coisas, que enquanto somente 4% dos sujeitos indicam as variáveis do meio como determinantes do comportamento do ator, 44% preferem optar pela indicação de alguma característica do ator como responsável pela emissão desta ação considerada, numa clara confirmação dos postulados anteriormente mencionados a respeito da ten

dência dos observadores em imputar à variáveis dos atores a causalidade de um fato qualquer.

Em um dos primeiros trabalhos conduzidos a este respeito, Jones, Rock, Shaver, Goethals e Ward (1968) compararam a atribuição efetuada por atores e observadores aos resultados da resolução de um teste de QI. Os sujeitos atores respondiam ao teste e seus resultados eram manipulados de maneira que os mesmos fossem distribuídos em três condições experimentais que comportavam:

- 50% de acertos distribuídos igualmente no teste de 30 itens
- 50% de acertos com maiores incidências nos itens iniciais do teste
- 50% de acerto com maiores incidências nos itens finais do teste

Os resultados das atribuições de causalidade, além de mostrar que a habilidade era citada em todos os casos, indicam que os sujeitos expostos aos casos de desempenho descendente acreditam que os itens se tornam cada vez mais difíceis, e os de desempenho ascendente que os mesmos se tornam cada vez mais fáceis. Mas o dado mais interessante é que para os observadores a variação no desempenho do sujeito é devida à variação na dificuldade da tarefa, e para os atores tem suas razões na variação de sua habilidade, aqui compreendendo também o cansaço e o desestímulo.

Nisbett e Caputo (1971) solicitaram aos seus sujeitos

que respondessem por que escolheram a área de concentração dos estudos que estavam seguindo, e por que gostavam da garota com quem saíam ultimamente, ao mesmo tempo em que deveriam dar estas mesmas razões às escolhas de seu melhor amigo.

Os resultados mostram claramente a distinção dos processos de atribuição empregados por atores e observadores, com os sujeitos atores indicando, como explicação de seu caso, número de causas pessoais semelhantes às causas do meio, no que se refere à escolha do campo de estudo, e duas vezes mais as variáveis externas que pessoais, quando se tratava da escolha da garota. Na atribuição de causalidade às escolhas de seu melhor amigo os dados invertem-se, com a indicação de três vezes mais as variáveis pessoais que externas no que se refere à escolha do campo de estudo, e o mesmo número de citações pessoais e do estímulo para o caso da escolha da garota.

Harvey, Harris e Barnes (1975) manipulando a administração de pequenos choques de *feed-backs* pelo professor aos seus sujeitos atores alunos, em uma tarefa de reconhecimento de pares de palavras, e variando a indicação do *stress* psicológico ao qual o sujeito estava exposto, terminavam por colocá-los em duas condições experimentais: aqueles na condição de consequência moderada dos choques e os outros na condição de consequências psicológicas severas pela administração dos choques.

Tanto os sujeitos autores, como aqueles que observavam as cenas, efetuavam, após a sessão experimental, atribuições de liberdade e responsabilidade ao aluno e ao professor pelo que aconteceu.

Os resultados demonstram que os observadores apresentam a tendência a atribuir maiores responsabilidades aos atores, e menores a outros fatores, quanto mais severas as consequências de sua atuação no experimento, enquanto que os atores atribuem menores responsabilidades a si mesmos pelo ocorrido, e mais a outros fatores, quanto mais aumenta a gravidade das consequências. Ao mesmo tempo, os observadores atribuem maior grau de liberdade de escolha ao ator quanto mais graves as consequências, ocorrendo o contrário quando se trata da atribuição efetuada pelos próprios atores, conforme os resultados expressos nas tabelas seguintes:

Tabela 4 - Atribuição de responsabilidade ao Ator (média)

(retirado de Harvey et alii, 1975, pág. 25)

	consequências	
	moderadas	graves
ator	6,2	4,0
observador	6,5	8,6

(quanto maiores os escores, maior a responsabilidade atribuída)

Tabela 5 - Atribuição de liberdade ao Ator (média)

(retirado de Harvey et alii, 1975, pág. 26).

	consequências			
	moderadas		graves	
	ator	observador	ator	observador
liberdade de re- cusar a tarefa	5,2	7,1	3,0	8,3
escolha em cum- prir o trabalho	5,3	7,0	2,5	8,8

(quanto maior o escore, maior a percepção de liberdade)

Além destas constatações, e da relação existente entre atribuição de liberdade e responsabilidade em um ato (correlações de .50 e .59), este experimento demonstrou que a diferença de perspectiva entre atores e observadores é afetada pelas consequências dos eventos considerados, suposição não levantada por Jones e Nisbett (1972).

Entretanto, Miller e Nierman (1975) encontraram resultados contraditórios aos comumente observados, quando seus sujeitos atores atribuíam maior responsabilidade a si mesmos que os observadores passivos, e interpretaram seus achados como manifestação de necessidade dos atores em verem-se como exercendo real controle sobre os eventos neste caso, o que parece não ocorrer nos outros estudos.

Por estas citações, apenas algumas poucas entre tan-

tas evidências, fica clara a existência de tendências de atores e observadores divergirem quanto às atribuições ao mesmo evento. Resta, entretanto, explicação plausível sobre o porquê e como este fenômeno ocorre.

2.5.1. - Fatores que poderiam explicar as diferenças de atribuição entre Atores e Observadores

A explicação de diferenças nas atribuições efetuadas por atores e observadores de um dado efeito, tem ocupado muito os psicólogos sociais desde há alguns anos, e o resultado desta preocupação geral é um número extenso de razões para justificar a ocorrência deste fenômeno diferencial, sem contudo termos ainda uma definição precisa de qual ou quais delas, isoladamente ou em interação, poderiam explicar completamente este fato.

As explicações e supostas razões determinantes deste fenômeno poderiam ser reunidas em três grandes grupos: diferenças na obtenção de informações da situação e das pessoas; diferença no processamento destas informações; diferenças motivacionais.

A-Diferenças na obtenção de informações da situação e das pessoas

Ainda que haja certa similaridade entre ator e observador no que tange às informações que possam conseguir acerca do comportamento expresso pelo ator naquela situação, e o efeito produzido, bem como das influências que as variáveis do meio, próximas ao ator, exerçam sobre seu comportamento, muitas diferenças podem ser detectadas nas informações de atores e

observadores ao efetuarem atribuições de causalidade a um dado fenômeno.

Assim é que ao observador só são acessíveis os indícios que pode obter através do comportamento expresso do ator, pois é a única fonte à qual tem acesso direto, o que, convenhamos, é muito pouco, e deste modo os dados acerca dos sentimentos, atitudes e intenções do ator ficam restritos às suas expressões fisionômicas, e a uma relação com os estados que o observador julga que ele e os outros experimentariam nesta dada situação.

Já o ator pode obter informações mais ou menos confiáveis acerca dos seus estados interiores, quer do ponto de vista fisiológico ou psicológico, das intenções que poderiam vir a determinar a opção por aquela ação determinada, todos estes dados completamente inatingíveis aos observadores, o que faria a primeira grande diferença.

Entretanto, é na obtenção de dados acerca dos comportamentos passados do ator, de sua história e a possível influência na determinação desta ação particular analisada, que as diferenças entre ator e observador se tornam mais marcantes.

O observador só tem condições de obter informações sobre o ator naquela situação particular, e considerando os termos de Kelley (1967), não pode conseguir dados acerca da distintividade e da consistência na ação deste sujeito particular, para com isso efetuar atribuições mais precisas e verdadeiras. Nesta situação de elevada entropia não lhe resta outra alternativa senão inferir a história do sujeito a partir da noção do homem

médio, e todos sabemos que este homem médio na verdade não representa muito bem a individualidade de cada um, que é muito diferente. Ao mesmo tempo o observador está sujeito a um viés amostral, pois como só tem parte da informação acerca do comportamento do ator, não pode diferenciar a contento se o comportamento é devido à característica pessoal, ou reflexo dos papéis assumidos pelo ator. Como não pode responder a esta questão, em razão desta deficiência informacional, é mais prudente e fácil ao observador generalizar o comportamento através do traço da característica disposicional, estável, pessoal.

Por esta última razão, precisamente, os observadores tendem a adotar os modelos normativos e nomotéticos no julgamento dos atores, comparando seus atos com os de outros seus semelhantes, enquanto os atores, por possuírem informações acerca de seus atos passados, com intenções e efeitos diferenciados, preferem optar por modelos explicadores baseados em tratamentos ipsativos e ideográficos, comparando esta ação a outras ações suas emitidas anteriormente.

B. Diferenças no processamento das informações obtidas

Se diferenças marcantes existem entre ator e observador no que tange aos processos de obtenção de informação sobre os eventos aos quais se efetuam atribuição de causalidade, elas se tornam ainda maiores ao se considerarem as diferenças no processamento destas mesmas informações.

Assim, se considera a diferença de saliência das in-

formações da situação total, compreendendo o meio, o comportamento do autor e os efeitos gerados, como uma causa para essa divergência de percepção do ator e observador. Para o ator o meio, constituído de situação estimuladora como um todo e particularmente das outras pessoas envolvidas, torna-se o elemento pregnante da situação, e ao observador é a figura do ator que ocupa a posição central da cena e passa a se constituir em figura enquanto o meio se torna fundo. Já para o ator, como visto anteriormente, a saliência é do meio, com a sua pessoa constituindo-se meramente em um elemento a mais no sistema.

Outro aspecto bastante relacionado a este primeiro, mas que guarda uma pequena diferença, refere-se ao foco diferencial da atenção de ator e observador, e sua consequente influência na percepção de causalidade dos eventos a um e outro elementos desta díade.

O ator tem sua atenção, na maior parte das vezes, dirigida para o ambiente de quem sofre constantes solicitações e interferências, e assim acredita que o comportamento é procedente das exigências que o meio lhe impõe, enquanto que ao observador o que mais interessa é o comportamento do ator, sua pessoa, passando a ação do sujeito a ser vista como uma manifestação de suas características. Esta diferença deve-se constituir em um dos elementos importantes que interferem no processamento da informação obtida, e consequentemente na diferença de percepção causal pelos dois elementos.

É conhecida também a tendência do homem em estabelecer equilíbrio entre suas cognições, buscar sempre uma forma

harmoniosa entre elas, para evitar as tensões decorrentes do desequilíbrio de diferentes informações que não se apresentam harmoniosas, ao mesmo tempo forçando-o a buscar uma mudança na situação visando restabelecer o equilíbrio e evitar a tensão (ver Rodrigues e Newcomb, 1980). Neste sentido, as pessoas que aos olhos do observador se comportam de uma forma definida, por exemplo de forma agressiva, para que as cognições não se mostrem desequilibradas, o observador precisa admitir que este indivíduo deve ser uma pessoa agressiva, pois não é harmonioso que um sujeito não agressivo se comporte de maneira agressiva, e deste modo, caso um sujeito se comporte de forma agressiva, é porque ele deve possuir algumas características disposicionais que norteiam a emissão de seu comportamento agressivo.

Um importante ponto referente ainda ao processamento de informação a ser lembrado diz respeito à relação que pode ser induzida no observador, entre a constância física com que se apresenta o ator, isto é, na sua ação o ator permanece mais ou menos o mesmo do ponto de vista físico, e uma suposta constância psicológica que explicaria, através de traços e características, a manutenção de uma tipologia estável do comportamento para aquela pessoa, do mesmo modo que ela possui um tipo físico mais ou menos estável.

Por último, devemos considerar as distorções na percepção de causalidade de autor e observador determinados por vieses lingüísticos a que estão sujeitos.

A nossa linguagem além de ser riquíssima em termos indicadores de traços, características, disposições das pessoas

(Allport e Ogbert encontraram mais de 18.000 termos na língua inglesa, e cremos que no português as coisas não sejam muito diferentes), apresenta a característica de a mesma palavra frequentemente servir para designar o comportamento, a ação observada, e as disposições, as características pessoais dos sujeitos, o que predispõe as pessoas a mencionarem intuitivamente com a mesma frequência a descrição do comportamento e as características mais profundas e não observáveis dos sujeitos.

Além disto, parece que as pessoas tenderiam a obedecer a um silogismo clássico na inferência de traços como causalidade dos fenômenos, que se apresenta como verdadeiro no plano formal, mas nem sempre verificada no plano empírico. Assim:

X comportou-se de forma Y; o sujeito que tem traço Y comporta-se de forma Y; então X possui o traço Y.

Este último fato está associado aos resultados de Pasini e Norman (1966) que encontraram semelhança muito grande nas atribuições efetuadas por seus sujeitos a características de pessoas bem conhecidas dos mesmos e de pessoas completamente estranhas, que nunca tinham sequer visto. Este dado conduz à conclusão que as pessoas possuem em sua cognição uma verdadeira matriz de intercorrelação dos traços de uma pessoa qualquer, e uma vez dado um evento trata-se de posicionar este sujeito em uma das células desta matriz, classificando-o segundo uma "teoria pessoal da personalidade" que cada um possui e utiliza com frequência incomum.

A este respeito deve-se mencionar ainda o fato de ra-

ramente a atribuição de um traço a uma pessoa qualquer sofrer desconfirmação por outras. Ao contrário, parece que o erro de atribuição de um traço a uma pessoa recebe elevado grau de validação consensual. Assim, quando alguém afirma que outro apresenta determinado traço ou característica, a tendência é juntar outros comportamentos subsequentes como elementos explicativos desta característica, num processo somativo, e se alguma contradição com outras pessoas aparece, procura-se atribuir a desconfirmação a uma característica negativa desta outra pessoa, a uma falha deste contraditor.

É por causa destas e de outras razões, que cada vez que se conhece mais a respeito de uma pessoa, quanto mais indícios se possui a respeito de sua ação, mais difícil se torna a atribuição de uma característica, de um traço a esta pessoa, tendo em vista o grande número de restrições de distintividade, consistência e consenso que aparecem no caso.

C. Diferenças Motivacionais de Atores e Observadores

Além dos fatores perceptuais e cognitivos referentes ao processo de obtenção e processamento das informações, devem ser mencionados os fatores motivacionais dos atores e observadores como variáveis importantes na diferenciação do processo de atribuição, ainda que para Jones e Nisbett (1972) a influência dos fatores motivacionais pareça ser bem menor do que a dos dois primeiros. Esta afirmação deve-se ao fato de que a divergência ator X observador persiste mesmo nos casos onde a importância dos eventos é bastante reduzida, e o envolvimento pessoal dos elementos é diminuto. Ao que parece, os fatores mo-

tivacionais envolvidos no processo atribucional aumentariam ou diminuiriam as divergências ator X observador, mas estas existiriam até nos casos onde não houvesse envolvimento pessoal maior das duas partes.

Um dos motivos que muito contribui para o processo de atribuição diferencial ator X observador é a manutenção, ou busca de incremento do sentimento de auto-estima por parte de cada um dos elementos envolvidos neste processo. Como os estudos, em geral, apresentam como efeito final da situação um evento de cunho negativo, os atores procuram proteger-se da culpa pelo fracasso atribuindo a causalidade do fenômeno às variáveis do meio e da situação, o que lhes garante no mínimo a manutenção de sua situação atual, não se vendo diminuído por ter sido a causa de um evento negativo. Por outro lado, os observadores ao atribuírem a causalidade às características e traços dos atores estão de certa forma diminuindo seus pares, o que significa manter e elevar sua posição no conceito do seu grupo. Esta tendência é aumentada quando o observador não gosta do ator e diminuída nos casos onde existem elos positivos entre ator X observador.

Creemos entretanto que estas explicações envolvendo auto-estima ainda são incompletas, e dados mais abrangentes e operacionais podem ser buscados na seção dedicada ao egotismo.

Outro fator motivacional importante, e que tem papel relevante nesta diferenciação ator X observador, é a busca de controle sobre os eventos que se apresentam a cada um no dia a dia de suas vidas. Ao atribuir a origem dos comportamentos dos

outros às suas características estáveis, e o seu próprio comportamento ficando condicionado à influência de variáveis do meio ambiente, muito mais instáveis, os sujeitos automaticamente passam a admitir que o comportamento dos outros está sob controle efetivo, é predizível, e por isto controlável, ao passo que o seu depende de cada caso, conseqüentemente não estando sob controle de ninguém. Isto lhes garante a liberdade de ação, aliada ao controle sobre os outros para atingir seus objetivos pessoais, o que se constitui em forte motivo à ação das pessoas (Brehm, 1966).

Gurwitz e Pancieira (1975) formularam uma explicação para o problema da divergência ator-observador e sobre a qual planejaram estudo para verificação. Para esses estudiosos a diferença entre atribuições de ator e observador estaria na percepção de liberdade de ação, menor para os atores que para os observadores. Assim, estando a atribuição de disposições pessoais relacionadas às possibilidades de escolha do comportamento, conforme demonstraram Jones e Davis (1965), os observadores, que perceberiam maior liberdade de ação no ator, que ele próprio, tenderiam a efetuar mais frequentemente atribuições de causalidade às disposições do ator que às características situacionais.

Os resultados fornecidos pelos sujeitos, colocados na situação de professor ou aluno em uma tarefa de solução de anagramas, indicaram que os sujeitos colocados na posição de estudantes atribuíam maior liberdade aos professores que estes próprios, e julgavam o comportamento do professor, durante as

sessões experimentais, como sendo indicador de seu comportamento costumeiro, mais que o próprio professor, o que vem apoiar as suposições iniciais dos pesquisadores a respeito.

É claro que as respostas a estas indicações de influência de cada um destes fatores estão longe de serem oferecidas nos dias atuais, mas um grande passo metodológico foi dado por Storms (1973) e depois replicado por Arkin e Duval (1975) ao tornar reversíveis as posições de atores e observadores, valendo-se de um sistema de *video-tape* em seus experimentos. Os resultados indicaram que as tendências atribucionais de atores e observadores podem ser revertidas quando se proporciona ao ator a visão de observador do seu próprio comportamento. Estes resultados tornaram-se um argumento a mais em favor da hipótese de Jones e Nisbett (1972) acerca da importância do foco de atenção de atores e observadores na determinação das discrepâncias de atribuição entre ambos, e uma vez que este foco é modificado também são mudadas as atribuições na mesma direção.

Miller e Ross (1975) em sua penetrante revisão a respeito concluem que há pouca evidência experimental demonstradora de atribuição defensiva em eventos onde o sujeito obteve desempenho negativo, e afirmam que o fato de os sujeitos tomarem mais para si a causa de eventos positivos que negativos, pode ser explicada de várias formas, sem que se faça apelo à motivação de proteção ou auto-estima, e que são assim descritas por Bradley (1978):

"1 - As pessoas procuram e esperam o sucesso mais que o fracasso, e são mais dispostas a fazerem auto-

atribuições para consequências esperadas que inesperadas;

- 2 - A covariação percebida entre respostas e consequências pode ser mais clara para pessoas que experimentam um padrão de crescente sucesso, do que para pessoas experimentando constante fracasso;
- 3 - As pessoas, erroneamente, baseiam seus julgamentos de contingência da resposta com a consequência em termos de ocorrência da consequência desejada (isto é, sucesso), mais do que em qualquer grau de contingência atual"(pág.57).

Através destas alternativas fica patente que para Miller e Ross (1975) este viés é muito mais relativo ao processamento de informação que um problema envolvendo a motivação.

Entretanto Bradley (1978) reexamina esta questão e fez uma brilhante revisão das publicações que são consistentes com a interpretação de "*self-serving biases*" na atribuição de causalidade (atribuição defensiva), e com base em alguns destes estudos (Wortman, Costanzo e Witt, 1973; Arkin, Gleason e Johnston, 1976), mormente os de Snyder et alii (1976) envolvendo o egotismo, contesta as afirmativas de Miller e Ross, oferecendo exemplos onde as três formas de explicação propostas por estes últimos autores estavam presentes, e mesmo assim se verificou o fenômeno da atribuição defensiva.

Entretanto, para alguns dos estudos que se mostraram inconsistentes com a teoria de atribuição defensiva, e que foram apregoados por Miller e Ross como mais um argumento contrário a este viés atribucional, Bradley (1978), usando os efeitos

de "*public self-presentation*", já demonstrados por Schlenker (1975), conclui que algumas vezes não é muito desejável fazer uso deste viés da atribuição defensiva, e completa: "...atribuições em função de si próprio podem ser vistas como auto imagem pública, com o propósito de maximizar o reconhecimento público. Uma pessoa muitas vezes pode ser hábil no sentido de aumentar ou proteger sua imagem pública aceitando ser responsável por seus próprios comportamentos positivos e negando a culpa nos negativos. Entretanto, em certas circunstâncias, a imagem pública será melhorada através da aceitação de responsabilidade por consequências negativas". (Bradley, 1978, pág. 66)

Ao mesmo tempo Luginbuhl et alii (1975) argumentam que se o sucesso em uma dada tarefa não é muito importante para o sujeito, ele não ganhará muito em aplicar esse viés de atribuir o sucesso a sua capacidade. É possível mesmo que em alguns casos o sujeito não tenha nenhuma dificuldade em fazer atribuições internas ao seu fracasso, como por exemplo, é comum se ouvir em atividades de dança e canto "Eu não sou capaz disto. Eu não aprenderia isso nunca".

Conclui Bradley (1978) que o viés da atribuição defensiva não é dependente nem só da motivação nem do processamento da informação, mas sim de uma ação composta destas duas variáveis e que necessita do cumprimento de algumas exigências para a sua manifestação, e só aparecendo quando:

- 1) o desempenho do sujeito é público;
- 2) o sujeito percebe que pode escolher a prática daquela dada ação, da forma como o fez;

- 3) há um substancial envolvimento pessoal do sujeito;
- 4) sob condições programadas a produzir "*high objective self awareness*".

2.5.2 - O Egotismo - Uma Variação e Complemento das Idéias de Jones e Nisbett

Dentro da perspectiva motivacional pode ser identificado um outro viés atribucional que se caracteriza pelas mesmas idéias básicas de Jones e Nisbett, mas que compreende uma extensão e um complemento daqueles postulados fundamentais.

Trata-se de uma tendência da pessoa, sobejamente observada, a atribuir crédito a si própria, suas características, sua capacidade, seu esforço, por atos que compreendem um efeito positivo, e evitar aceitar a própria culpa nos casos de comportamentos que produziram um efeito considerado negativo. Ao mesmo tempo este viés atribucional compreenderia a recusa em aceitar como causa de comportamento dos outros que produziram um final positivo as características pessoais, disposições mais estáveis, esforço, enquanto procura imputar às variáveis pessoais dos outros a causalidade a fatos de cunho negativo.

A este fenômeno atribuiu-se a denominação de egotismo (*egotism*) (Snyder, Stephan, Rosenfield, 1976; Snyder, Stephan e Rosenfield, 1978), e a opção por este termo, ao invés de outros correlatos como defensividade, egocentrismo, ou racionalização, prende-se ao fato de que estes outros, de um modo ou de outro, pressupõem envolvimento de outra natureza, conforme a teoria na qual tiveram origem, o que contribuiria para certa confusão de entendimento desta nova proposta.

Um exemplo talvez torne as coisas um pouco mais claras: Um sujeito X ouve falar que uma pessoa Y obtém sucesso na sua carreira profissional e diz: "Bem, mas também ele tem um padrinho que o auxilia em tudo, teve sorte de pegar aquele primeiro emprego, etc." Se ouve notícias sobre o fracasso da pessoa Y, diz: "Também aquele sujeito não quer nada, não é muito inteligente, não se esforça o suficiente, nunca leva a sério as coisas da vida".

Quando se trata de seu caso particular, o sucesso na carreira tenderia a ser acompanhado de frases atributivas desta natureza: "Mas você precisa ver que eu estudo 18 horas por dia, que não tenho sábado ou domingo, que eu levo a sério o que faço", ao passo que um fracasso seu seria seguido das seguintes justificativas causais: "Não sei o que há, parece que todo mundo me persegue, eu não tenho sorte, aquela prova foi muito difícil, o meu chefe quer "ver a minha caveira", tem alguém interessado nas mesmas coisas e o seu padrinho conseguiu tudo".

A grande utilidade deste viés na atribuição de causalidade aos indivíduos refere-se à manutenção ou incremento da auto-estima do sujeito que fez a atribuição, e isto é conseguido pela auto-atribuição dos eventos positivos e atribuição externa a eventos negativos, bem como a atribuição externa a eventos positivos e atribuição pessoal a eventos negativos dos outros.

Entretanto, os diferentes estudos tem indicado que algumas condições devem ser preenchidas para que sejam observados os fenômenos do egotismo. A primeira delas refere-se à necessi-

dade de que a causalidade do fenômeno seja mais ou menos ambígua, de tal modo que as interpretações causais egotistas do sujeito sejam acompanhados de um grau mínimo de possibilidade de aceitação destas causas indicadas. A apresentação de elementos causais totalmente ilógicos ou absurdos a uma situação não leva ao aparecimento do fenômeno do egotismo.

O segundo aspecto a ser mencionado, e que necessita ser cumprido, é a garantia de uma probabilidade bastante reduzida de que o sujeito venha a ser contradito por interpretações dos outros, o que de certa forma estaria bastante relacionado à exigência anteriormente mencionada.

Por último, o próprio sujeito ao efetuar estas atribuições causais deve oferecer uma garantia de uma mínima possibilidade de que venha a se contradizer em situações futuras semelhantes, ou que já tenha se comportado de forma diversa em épocas passadas.

Além destas exigências, o fenômeno do egotismo ainda sofre a concorrência de duas outras tendências conflitantes: de um lado o desejo de ser preciso em suas interpretações, de buscar o maior número possível de indícios antes de efetuar uma atribuição qualquer, que já se choca com o fato de manter uma atitude de auto-proteção e de fechamento em suas próprias intenções, e de outro lado o desejo muitas vezes presente de se apresentar como modesto, temendo as consequências sociais de um comportamento do tipo egotista ou defensivo. Esta apresentação pessoal contendo alguma reserva e críticas a seu respeito ou não inclusão de suas características positivas, pode buscar na

verdade uma avaliação de sua pessoa por parte do grupo a que pertence, ou a indicação de suas qualidades pelos membros do seu grupo: "Ora, deixe de ser modesto. Você sabe que é o melhor neste dado aspecto".

Os postulados básicos do fenômeno do egotismo foram alvo, ao lado daqueles relacionados à divergência ator X observador, de atenção dos pesquisadores, e muitos estudos conduzidos com o intuito de verificar a veracidade dos princípios, o que na maioria das vezes produziu respostas confirmadoras e complementadoras.

Assim, Snyder, Stephan e Rosenfield (1976) valendo-se de uma situação de jogo em forma de matriz, colocavam seus sujeitos em situação de vencedor onde recebia *feed back* falso de que havia saído vencedor em sete entre nove tentativas, ou de perdedor, onde era falsamente informado de que saíra vencido em sete entre nove tentativas. Ao final destas sessões, os sujeitos eram solicitados a indicar, numa escala de sete pontos, importância que atribuía a cada um dos quatro fatores: esforço, capacidade, acaso e dificuldade da tarefa, como explicadores do ocorrido, variando os resultados de -7 a +7.

Os resultados encontrados são expressos na tabela a seguir:

Tabela 6 - Atribuição dos Atores e seus Adversários pelo Ganho ou Perda
(retirado de Snyder et alii, 1976, pág.438).

Fatores de Atribuição	ATOR PERDEU		ATOR VENCEU	
	Atribuição do ator aos seus resultados	Atribuição do adversário aos resultados do ator	Atribuição do ator aos seus resultados	Atribuição do adversário aos resultados do ator
Habilidade	0,54*	1,83	4,38	2,04
Esforço	0,02	1,17	3,75	1,50
Dificuldade da Tarefa	0,12	0,42	1,08	1,33
Acaso	0,62	2,96	3,17	4,67

*Quanto mais positivos os valores, mais se atribui a origem do fenômeno a aquele fator.

Estes dados indicam, conforme conclusões de Snyder, Stephan e Rosenfield, em outra publicação (1978, pág.100): "Considerando o baixo resultado do perdedor, este (no papel de ator) culpa mais a má sorte e menos a falta de habilidade do que o faz seu adversário vencedor (no papel de observador da perda). Considerando o alto resultado do vencedor, este (como ator) enfatiza o papel da habilidade e desconsidera a boa sorte, comparado ao que o perdedor (como observador) tinha dito sobre isto. Tal evidência claramente está de acordo com a noção de egoísmo".

Stephan, Rosenfield e Stephan (1976), em um projeto semelhante e usando sujeitos masculinos e femininos como compe-

tidores, encontraram os seguintes resultados:

Tabela 7 - Índice Compósito de Atribuição Interna-Externa
(retirado de Stephan, et alii, 1976, pág.1164)

Sexo do sujeito/ adversário	Atribuição pela própria consequência		Atribuição pela consequên- cia do adversário	
	Próprio Sucesso	Próprio fracasso	Sucesso do Adversário	Fracasso do Adversário
Masculino-Masculino	4,8*	-2,4	-0,2	-0,8
Masculino-Feminino	3,2	-1,4	0,2	0,8
Feminino-Masculino	1,3	0,4	2,7	0,4
Feminino - Feminino	1,3	-3,8	-2,9	-0,2

* Índices positivos indicam predominância de atribuições internas e índices negativos predominância de atribuições externas.

Estes dados mostram, em primeiro lugar, maior predominância de atribuições internas ao sucesso do que ao fracasso, com as mulheres tendendo a atribuir o sucesso menos internamente e o fracasso menos externamente do que os homens. Ao mesmo tempo, o sucesso de oponentes homens é atribuído mais internamente do que o sucesso de sujeitos oponentes femininos, enquanto o fracasso de oponentes homens é atribuído mais externamente do que no caso de oponentes femininos.

O dado mais importante, entretanto, é que nos casos de homens X homens, homens X mulheres e mulheres X mulheres, observa-se a tendência a atribuir o próprio sucesso mais interna-

mente do que no caso do oponente, e o seu fracasso mais externamente do que o do outro, mas no caso de mulheres X homens, as mulheres não apresentam a tendência a efetuar atribuições egoístas, ainda que o façam quando tenham como competidores outras mulheres.

Luginbuhl, Crowe e Kahan (1975), em dois experimentos complementares, verificaram a tendência em seus sujeitos a atribuírem o seu sucesso em dada tarefa a fator interno instável (esforço) sobre o qual exerciam controle, enquanto que o fracasso era atribuído a um fator interno estável (falta de habilidade), sobre o que não podiam exercer qualquer tipo de controle.

Mann e Taylor (1974) demonstraram que as atitudes de etnocentrismo, e os estereótipos que já interveem na indicação de traços pessoais aos indivíduos, também influenciam a atribuição de causalidade (se interna ou externa) por dado comportamento, pertencente ou não ao grupo étnico ao qual pertence o sujeito participante do estudo. Particularmente, seus resultados demonstram uma tendência maior dos sujeitos em efetuar atribuições internas para eventos positivos e externas para eventos negativos para os comportamentos de personagens pertencentes ao seu grupo étnico, do que para os de outro grupo étnico diferente.

Feldman, Summers e Kiesler (1974), usando sujeitos universitários de ambos os sexos em dois experimentos distintos, demonstraram que ao fazer atribuições de causalidade ao resultado em uma tarefa intelectual e ao sucesso no exercício da profissão de médico, valendo-se das quatro dimensões propos

tas por Weiner (capacidade, motivação, dificuldade da tarefa e acaso), os sujeitos indicavam mais a motivação entre as mulheres que os homens como causa da solução de problemas e sucesso profissional, enquanto maior capacidade era atribuída aos homens que às mulheres como indicação do sucesso nas mesmas tarefas.

Em adendo a estes dados, os autores encontraram que as mulheres avaliam os homens como tendo uma tarefa mais fácil que as mulheres, percebendo os sujeitos masculinos exatamente o oposto, sendo que para ambos os sexos existem indícios de que o sucesso é sempre mais relacionado à masculinidade que à feminilidade.

Crandall, Katkowsky e Preston (1962), ainda que não utilizando os princípios da teoria da atribuição, encontraram entre sujeitos masculinos e femininos diferenças de explicação para uma situação de fracasso, sugerindo estes dados uma interpretação ao nível de teoria da atribuição, onde os homens fazem atribuições externas ao seu fracasso, ao passo que as mulheres usam atribuições internas para explicar o mesmo fato.

Fitch (1970) desenvolveu experimento com o intuito de verificar um problema importante nesta área: se as pessoas efetuam atribuições aos resultados positivos ou negativos (sucesso ou fracasso) de seus comportamentos, de modo a elevar sua auto-estima, ou de modo a parecer consistente com seu estado atual de auto-estima.

Seus resultados claramente indicam que os sujeitos

que experimentam *feed-back* indicando sucesso em seu comportamento atribuem maior causalidade aos fatores internos (habilidade e esforço) que os sujeitos que experimentam *feed-back* negativo. Ao mesmo tempo, os sujeitos com baixa auto-estima atribuem mais às causas internas o seu fracasso, que os sujeitos com alta auto-estima, de acordo com a explicação de atribuição consistente com o estado atual de auto-estima. Mas, por outro lado, os sujeitos com alta auto-estima não atribuem significativamente mais o seu sucesso a causas internas que os sujeitos com baixa auto-estima, o que não está de acordo com a hipótese da atribuição em função do estado atual de auto-estima.

Parece claro que conclusivamente não há evidência de que uma ou outra das explicações da relação de auto-estima com atribuição de causalidade por um evento possa ser aceita totalmente.

Como palavra final acerca da divergência ator X observador e do fenômeno do egotismo, no que tange ao processo de atribuição, fica clara a idéia de que se trata de um aspecto da maior importância dentro da teoria de atribuição, que merece atenção de todos os pesquisadores, e que muitos postulados básicos bem como novas hipóteses geradas por este princípio ainda estão por serem investigados, o que faz prever ainda para os próximos anos uma dedicação considerável dos estudiosos a este aspecto particular.

2.6. - A NOÇÃO DE DESAMPARO: UM CONCEITO GERADO NA TEORIA DA APRENDIZAGEM POR MARTIN SELIGMAN E AS SUAS RELAÇÕES COM O PROBLEMA DA ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE

Quanto mais se progride com o conhecimento científico e maior é a especialização de cada ramo da ciência, mais se verifica a discriminação dos diversos setores do conhecimento específico e particular. Paradoxalmente de modo aparente, mas claramente determinado pela própria complexidade dos fenômenos, que não admitem uma só e radical explicação, verifica-se que certas descobertas de uma determinada área do saber, por exemplo a Psicologia da Aprendizagem, necessitam recorrer em parte aos conceitos que são mais desenvolvidos em outra área da mesma ciência, por exemplo a Psicologia Social e a Psicologia das Relações Interpessoais.

Este é precisamente o caso particular da noção de "helplessness", traduzido para o português por desamparo, desenvolvido por Martin Seligman para explicar certos fenômenos da aprendizagem, e que muito tem a ver com o problema da atribuição de causalidade, o que justifica a inserção deste capítulo neste trabalho, ainda que bastante resumido.

Por desamparo (*helplessness*) entende-se um estado psicológico que acompanha a ocorrência de um dado efeito, cuja determinação é independente da ação das respostas que o sujeito emite. Ou seja, o sujeito percebe que suas respostas são insuficientes, ou mesmo inúteis, para a determinação dos fenômenos aos quais ficou exposto. Esta expectativa de não controle sobre os eventos pode determinar um estado de desamparo no su

jeito, que corresponde à eliminação da motivação que elicia as respostas instrumentais, à passividade, falta de agressividade, perda de peso e apetite, deficiências sociais e sexuais, apatia geral.

A ocorrência de uma situação de desamparo segue, via de regra, algumas etapas bastante características e que foram assim definidas por Seligman (1977): "a expectativa de que uma consequência é independente do responder (1) reduz a motivação para controlar a consequência; (2) interfere com a aprendizagem de que responder controla a consequência; e, se a consequência é de natureza traumática, (3) produz medo enquanto o sujeito tem dúvidas sobre a incontrolabilidade da consequência, e a seguir produz depressão". (p. 53)

As explicações para estes fatos incluem três grandes aspectos: motivacional, cognitivo e emocional.

No que tange ao aspecto motivacional, a explicação da ocorrência do fenômeno de desamparo baseia-se no fato que aos organismos superiores o incentivo que produz a iniciação de uma resposta voluntária qualquer é a expectativa de que a resposta emitida provoque uma situação positiva de prazer, ou elimine outra negativa de desprazer. Se as contingências ato/consequência levam aquele organismo a aprender que não há ligação entre suas respostas e os efeitos aos quais está sujeito, então a expectativa de que sua resposta irá provocar os efeitos desejados, ou terminar os indesejados, decresce e como consequência o seu poder iniciador de respostas diminui, e assim o organismo deixa de responder a qualquer situação - o que signi

fica uma situação de desamparo.

A caracterização do desamparo como um distúrbio cognitivo está calcado no conceito de interferência proativa e significa que um organismo aprendendo que uma consequência é independente da emissão de uma dada resposta tem dificuldade posterior em aprender que outras respostas, diferentes daquela dada, poderiam estar relacionadas à provocação da consequência. Ou seja, o organismo generaliza a outras respostas posteriores a ausência de expectativa de que responder pode controlar o aparecimento dos efeitos desejados ou não.

A explicação do desamparo ao nível de um distúrbio emocional parte do fato que um organismo qualquer, quando à frente de uma situação traumática luta ativa e desesperadamente contra este trauma, sendo acompanhado por um estado emocional que poderia ser caracterizado como de medo. Caso o organismo consiga dominar a situação traumática, esta atividade desesperada é paulatinamente substituída por respostas bem adaptadas, contendo relações lógicas com as consequências às quais estão ligadas. Mas, se a dominação da situação não é possível, o organismo tenta mais algumas vezes e a atividade desesperada é substituída pela ausência total de respostas, situação esta caracterizada como de desamparo, quando o estado emocional de depressão se faz então presente, o que auxilia a instalação e explicação deste fenômeno.

Ainda, acrescente-se a estas explicações uma tentativa de caracterizar o desamparo como uma decorrência de estados fisiológicos, com alterações bioquímicas e neurológicas. Para

esta abordagem, quando o organismo exerce pleno controle sobre as consequências que o afetam, os níveis de noradrenalina no cérebro são elevados, níveis estes que se encontram sensivelmente diminuídos quando o animal sofre uma situação traumática incontrolável. Deste modo, a redução dos níveis de noradrenalina no cérebro tornaria mais difícil a um neurônio disparar a atividade de outro, o que seria a explicação do estado de não resposta pelo animal, e de que o desamparo seria causado diretamente pela atividade neural, e não por fatores mediadores como a cognição ou motivação.

Ainda que cada uma das explicações pareça razoável no plano formal e teórico, nenhuma delas conseguiu demonstrar nos estudos conduzidos ser a única responsável pela provocação do fenômeno de desamparo. Ao que parece entretanto é que estes motivos atuariam em conjunto, ainda que existam evidências de que cada um por si fosse suficientemente capaz de provocar o fenômeno.

2.6.1. - Evidências Experimentais do Fenômeno do Desamparo

Os estudos e pesquisas referentes ao desamparo tem sido conduzidos através de um modelo experimental denominado planejamento de triades, e que consiste no emprego de três grupos de sujeitos, dois dos quais recebem um pré-tratamento. Para um o pré-tratamento consiste em situações que os sujeitos podem controlar por meio de suas respostas, e que para o outro não são passíveis de controle. Um terceiro grupo, de controle, não recebe nenhum pré-tratamento. Após esta fase todos os três gru

pos são submetidos à mesma tarefa principal do experimento.

Com este procedimento ou outros similares, já foram verificados, de um modo ou de outro, o fenômeno do desamparo em muitas espécies animais, compreendendo pombos, ratos, gatos, cães, peixes, primatas, e no próprio homem.

Entre os animais, talvez os trabalhos mais interessantes sejam aqueles conduzidos com cães. Em uma das condições experimentais ele eram amarrados e submetidos a choques inescapáveis, e nas outras sessões quando eram colocados em gaiolas onde poderiam emitir respostas que os conduziriam ao lado de fora e conseqüentemente evitariam os choques que lhes eram aplicados, eles simplesmente, ao contrário dos sujeitos na outra pré-condição de choque escapável, não emitiam qualquer resposta, simplesmente ficando em um canto da gaiola a emitir grunhidos de dor e nada fazendo.

Os estudos de Weiss (1968, 1970, 1971 a b c) sobre previsibilidade dos sinais, controle das respostas e seus reflexos na formação de úlceras nos animais, que também foram os primeiros a fazer críticas severas aos famosos estudos de Brady, Porter, Conrad e Mesos (1958) sobre os "macacos executivos", mostraram, ao contrário do que se supunha por um erro metodológico no experimento de Brady et alii, que os animais que não podiam exercer controle sobre os eventos que lhes ocorriam, os desamparados, eram os que apresentavam mais úlceras, coerentemente à suposição de que o desamparo provoca mais tensão do que o exercício de controle.

Engberg, Hansen, Welker e Thomas (1973) apresentaram

resultados de seus estudos, onde o recebimento de reforçadores positivos sem que o sujeito emitisse qualquer resposta para conseguí-los, traziam conseqüente lentidão na aprendizagem de uma outra resposta posterior, em um esquema que os autores chamaram de "preguiça aprendida", que é também uma forma de desamparo em situações não traumáticas, e que muito se assemelha à situação social do "filho mimado".

Kurlander, Miller, e Seligman (In Seligman, 1977) submeteram seus sujeitos a três pré-condições que envolviam resposta a problemas solúveis, insolúveis (para todos os efeitos semelhante a inescapável) ou a nenhum problema. Após, todos os sujeitos eram submetidos a um jogo, tipo dilema do prisioneiro, onde poderiam tomar uma das três posições: cooperar com seu oponente, competir com ele, ou simplesmente retirar-se do jogo. Os resultados mostraram que os sujeitos submetidos a problemas solúveis, ou a nenhum problema, com maior frequência optavam por continuar no jogo competitivo, enquanto aqueles submetidos a problemas insolúveis com maior frequência abandonavam o jogo, o que demonstra a interferência negativo do desamparo em uma situação de competição.

Hiroto (1974), em um complicado e bem planejado experimento, conseguiu os mesmos resultados iniciais de Seligman com os cães, agora com sujeitos universitários, que tinham de fugir de uma situação de ruído emitindo uma resposta manual. Ao lado de outros resultados, Hiroto pode constatar que os sujeitos de locus de controle predominantemente externo (ver Rotter, 1966) tornavam-se desamparados com maior facilidade do que os

sujeitos com locus de controle predominantemente interno.

Glass e Singer (1972) em uma série de estudos, entretanto, concluem que, na verdade, a mera percepção de exercício de controle já é o bastante para evitar o aparecimento do desamparo entre os seres humanos.

Os famosos estudos de Milgram (1963, 1964a e b, 1965) a respeito da obediência demonstram bem este problema do sentimento da perda de controle e de liberdade, quando seus sujeitos, atendendo a um pedido do experimentador aplicaram choques, às vezes de grande intensidade, em outros sujeitos seus semelhantes. Uma vez questionados sobre o porque tinham feito aquilo, respondiam que estavam apenas cumprindo as ordens dadas pelo experimentador, que não podiam fazer nada para evitar, o que não era verdade, pois poderiam deixar o experimento a qualquer momento, e a maioria dizia que até se sentia muito bem fazendo aquilo.

Langer e Rodin (1975) relatam experiência de uma instituição para velhos, onde um programa de indução de responsabilidade e de liberdade de decisão em um grupo de 47 sujeitos, dentre os 91 clientes selecionados para o estudo, todos com idade entre 65-90 anos, mostrou claramente que após a conclusão dos trabalhos os sujeitos submetidos a este tipo de tratamento sentiam-se mais felizes e ativos, eram avaliados como mais vigilantes e alertas que os sujeitos do grupo de controle, ao mesmo tempo em que dispendiam mais tempo visitando outros pacientes, e dirigindo-se às pessoas da instituição.

Estes dados demonstram que a permissão de maior liber

dade de escolha, e consequente aumento de responsabilidade dos seus atos, podem levar sujeitos que já se encontram em processo de desamparo a elevarem seus níveis de atuação em geral, de participação e engajamento em tarefas da vida diária.

Mas, seguramente os dados com seres humanos mais importantes a respeito do desamparo são aqueles expressos por Ferrari (1962) a respeito do desamparo e de sua relação com a morte. Aos seus sujeitos, 55 mulheres de mais de 65 anos de idade, que solicitaram internamento em um asilo de velhos, Ferrari formulou questões para verificar o grau de percepção de liberdade na escolha em se internar no asilo, influências dos parentes e outras alternativas de que dispunham na época. Um grupo de 17 respondeu de forma a indicar que não dispunha de outras alternativas senão aquela do asilo, e destas 16 faleceram em 10 semanas, sendo que 8 faleceram nas 4 primeiras semanas. Das 38 que acreditavam terem escolhido ir para o asilo entre outras possibilidades, somente uma veio a falecer nas primeiras semanas. Em acréscimo a estes dados Schemale e Ickler (1966) verificaram que entre 51 mulheres submetidas a exame para prevenção do câncer cervical, e nas quais se notavam indícios de células suspeitas, 18 apresentavam perdas importantes nos últimos tempos, e entre estas 11 vieram a contrair cancer posteriormente, ao passo que das outras 33 que não tiveram perdas importantes nos últimos meses somente 8 ficaram doentes.

Parece, por estes dados ao menos e por outros mais frequentes com animais e seres humanos, que o estado geral de desamparo aumenta a probabilidade de que o indivíduo contraia

doenças ou mesmo venha a sofrer morte repentina, por absoluta diminuição de suas defesas e queda do *elã* geral de vida. A este respeito Seligman (1977), citando Engel, Schemale, Greene, e o grupo da Universidade de Rochester, propõe algumas categorias envolvendo desamparo que predisporiam à morte súbita e sem explicações orgânicas: colapso ou morte de ente querido, tristeza aguda, ameaça de perda de ente querido, luto ou aniversário de morte, perda de status ou auto-estima.

As propostas de cura e prevenção do estado de desamparo envolvem o treinamento dos indivíduos para exercer controle sobre os traumas que poderão vir a suceder-lhes, o não fornecimento de reforçadores sem a ação correspondente do sujeito que os provoque, a perfeita harmonia entre *out-puts* conseguidos e referência aos comportamentos emitidos para tanto. Nos casos onde o desamparo já esteja instalado, instigar os indivíduos a responderem ao ambiente, nem que para isso tenham que ser arrastados e quase o façam obrigados pois com o tempo e a repetição deste expediente os sujeitos passarão a perceber novamente relação entre suas ações e as consequências positivas conseguidas ou a retirada das negativas.

Para o nosso caso, de atribuição de causalidade, o importante é que a percepção de causalidade externa aos fenômenos que venham a ocorrer com os sujeitos, pode levá-los a um estado geral de desamparo, de aceitação das coisas conforme lhes acontecem porque acreditam não terem meios de provocar eventos diferentes, e este estado do sujeito sem dúvida terá reflexos nas respostas de combate (*coping responses*), nas reações dos

sujeitos às situações (adotaremos esta tradução seguindo sugestão dos tradutores do livro de Seligman (1977) e por não nos ocorrer outra mais apropriada)

Em apoio a esta sugestão Escovar (1979) apresenta os resultados de seus estudos com 249 chefes de família, de população rural do Panamá, demonstradores da existência de relação entre a alienação, o locus de controle, e o estrato sócio-econômico ao qual pertence o sujeito. Acrescenta que os chefes de família dos estratos sócio-econômicos inferiores tendem a apresentar as seguintes características:

- "1) - Uma tendência para o locus de controle externo, ou seja um maior desamparo aprendido com os sintomas concomitantes do mesmo;
- 2) - Falta de iniciativa em seu comportamento social
- 3) - Uma orientação cognitiva que lhes impedirá de buscar maior informação de seu meio ambiente e aproveitar as mudanças estruturais que possam ocorrer;
- 4) - Uma maior tendência a sentimentos depressivos manifestados em alguns casos, p.ex., nos homens por um alcoolismo crônico;
- 5) - A crença de que é necessário utilizar meios ilícitos e socialmente reprováveis para alcançar as metas a que se propõem." (pág. 10)

Acreditamos mesmo que a atribuição de causalidade possa funcionar como variável moderadora do processo de desamparo

e na luta contra as deficiências de cada um, na busca dos objetivos pessoais e na superação das dificuldades que o mundo social cada vez mais impõe aos seus membros.

2.7 - LOCUS DE CONTROLE: UMA VARIÁVEL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL DE JULIAN ROTTER E UM CONSTRUTO NA ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE

A idéia romântica de que o homem é o ser supremo do universo, livre por natureza, o único que tem como objetivo constante na vida a busca e o exercício da liberdade, e que pode racionalmente decidir se faz ou deixa de fazer alguma coisa, se aceita ou rejeita uma proposta, se gostando de A faz A, e não gostando de B não faz B, sem dúvida recebeu forte abalo no controvertido, mas não menos brilhante, livro de Skinner de 1971 "*Beyond Freedom and Dignity*" basicamente demonstrando que o homem não é um ser totalmente livre, e que precisa aprender a conviver com a idéia de que é controlado por forças e entidades externas a ele, em boa parte das vezes determinando totalmente o seu comportamento.

Essas entidades e forças externas ao homem tornam-se então, ao lado das capacidades do indivíduo, de seu empenho em provocar os fenômenos, os dois grandes pólos de origem de todo e qualquer evento observado na vida diária das pessoas: o interno correspondente às causas oriundas no próprio sujeito envolvido na ação, e o externo relacionado às variáveis causais alocadas nas outras pessoas, nas entidades, nas forças do meio ambiente e no acaso, todas fora do controle do próprio sujeito.

Mas, na verdade, pouco ou quase nada interessam as verdadeiras fontes de controle do aparecimento dos eventos vivenciados. O importante mesmo é a percepção que o sujeito tem das causas dos fenômenos, o que as pessoas acreditam que tenha sido res

ponsável pela ocorrência daquele fato particular, sua opinião pessoal a respeito, e não a causa objetiva, real, frequentemente inatingível, e que pouca importância real tem na determinação da conduta humana.

A percepção de controle é um constructo que foi introduzido na linguagem e nas linhas de pesquisa psicológica no início dos anos 60, e desde esta data vem merecendo substancial atenção dos estudiosos, e um número impressionante de descobertas esclarecedoras deste fenômeno.

Perceived control é definido como o sentimento que o sujeito tem de que é capaz de determinar a ocorrência dos fenômenos, de que é capaz de fazer algo bem definido. É a expectativa de que as causas internas possam suplantam as externas na origem dos fatos, de que os reforçamentos ocorrem por sua ação específica e não dos outros ou do meio que o cerca.

Esta percepção de controle da ação pelo sujeito tem influências marcantes na aprendizagem, no desempenho, e na própria fisiologia do corpo humano, podendo a percepção da perda deste controle acarretar consequências profundas e duradouras para o sujeito (Seligman, 1977).

A principal contribuição à sistematização dos princípios de influência da percepção de controle foi desenvolvida na área da Aprendizagem Social por Julian Rotter (1966) (James e Rotter, 1958) para quem "...o potencial para o comportamento X ocorrer na situação 1, em relação ao reforçamento A, é função da expectativa da ocorrência do reforçamento A seguindo o comporta-

mento X na situação 1, e o valor deste reforçamento na situação 1" (Lefcourt, 1976, pág. 26), o que obedeceria à fórmula seguinte:

$$BPx, S_1, Ra = f (Ex, Ra, S_1 \text{ \& } RV_a, S_1)$$

Assim, a probabilidade de ocorrência de uma dada resposta torna-se função direta do valor do reforçamento que o segue e da expectativa de que tal comportamento venha a provocar tal reforço.

Rotter também cunhou o termo locus de controle (*locus of control*) para designar o que ou quem detém o controle, o foco de controle da determinação dos eventos, conforme percebido pelo indivíduo.

Locus de controle constitui-se em um constructo que pretende explicar a percepção das pessoas a respeito da fonte de controle dos eventos, se própria do sujeito - interno - ou pertencente a algum elemento fora de si próprio - externo.

De acordo com este constructo, as pessoas tenderiam a perceber o exercício de controle sobre as ocorrências do mundo de maneira geral como, num extremo, dependentes de suas próprias capacidades ou esforços ou, no outro extremo, como dependentes de outras pessoas, de entidades, do acaso, todas fora de seu próprio controle. Deixa-se claro aqui que os indivíduos posicionariam-se a respeito do locus de controle em um contínuo, que variaria desde a internalidade extrema até a externalidade total.

Para Lefcourt (1976) "...o locus de controle de um indivíduo é frequentemente inferido da expressão momentânea do seu

senso de causalidade, que, se solicitado em diferentes épocas, deve ser relativamente consistente". E ainda "...locus de controle não é uma característica a ser descoberta dentro dos indivíduos. Ele é um constructo, uma ferramenta de trabalho na teoria da aprendizagem social que permite interpretação de observações feitas pelas pessoas em resposta a questões sobre causalidade." (pág. 111-112).

Complementarmente ao conceito de locus de controle e à diferenciação estabelecida por Rotter (1966) e seguidores entre internos e externos, alguns estudos recentes (Levenson, 1974; Romero Garcia, 1980) propõem complementação discriminando dois tipos de sujeitos externos: os externos autênticos que perceberiam a origem do controle como estando relacionado ao destino, azar, acaso, entidades sobrenaturais, sobre as quais não poderiam esperar exercer controle de forma alguma, e os externos defensivos ou "externos outros poderosos", que perceberiam o controle como estando o cargo de outras pessoas, que um dia poderiam ainda serem controladas por eles.

Para a caracterização e mensuração do posicionamento dos sujeitos no contínuo "locus de controle" muitas escalas foram desenvolvidas, sendo as principais reproduzidas em Lefcourt (1976) acompanhadas de normas e referências de pesquisas com diversas populações e finalidades: Bialer locus of control Questionnaire (Bialer, 1961); the Crandall Intellectual Achievement Responsibility Questionnaire (Crandall, Katkovsky e Crandall, 1965), Dean's Alienation Scales (Dean, 1969), The James Internal-External locus of control Scale (James, 1957), The Nowicky-Strickland locus

of control scale (Nowick e Strickland, 1973), The Reid-Ware three factor internal-external scale (Reid, Ware, 1974), The Stanford preschool internal-external scale (Mischel, Zeiss e Zeiss, 1974). Citam-se ainda a mais empregada de todas elas "The Rotter internal-external locus of control scale (Rotter, 1966) e uma não referenciada por Lefcourt (1976), The personal - Environmental causal attribution Scale (P.E.C.A.) (Lowe, Medway, Beers) ambas com tradução, adaptação e alguns resultados no Brasil (Dela Coleta, 1979 a, 1979, b).

A escala de Rotter de locus de controle interno-externo, a mais empregada de todas elas, é um questionário de 23 itens de escolha forçada com duas opções em cada item - uma interna e outra externa - compreendendo ainda os itens distrativos (*filler itens*). Este instrumento foi adaptado da escala original de James de 60 itens, e é corrigida na direção da externalidade, isto é, quanto maior o escore do sujeito, mais externo será o seu locus de controle.

A título de exemplo cita-se um dos itens:

Opção externa A - muitos dos infortúnios na vida da pessoa são parcialmente devidos à má sorte.

Opção interna B - o infortúnio das pessoas resulta dos erros que elas cometem.

A escala de locus de controle I.E. de Rotter não supõe necessariamente a crença no acaso de um lado, e na capacidade de outro, como determinantes do locus de controle de um indivíduo dado. O trabalho de Collins (1974), de análise fatorial de uma

escala com as 46 alternativas oriundas dos 23 itens da escala de Rotter, administrada aos sujeitos em formato das escalas de Likert, demonstrou a existência de quatro fatores distintos, que seriam responsáveis pelo escore do sujeito na direção externa:

- a) crença em um mundo difícil, onde os reforçamentos seriam complexos;
- b) crença em um mundo injusto, onde os bons comportamentos decorrentes do esforço e capacidade nem sempre seriam recompensados;
- c) crença de viver em um mundo não predizível, onde os esquemas de reforços seriam mais tendentes à aleatorização;
- d) crença de que o mundo é politicamente irresponsável.

2.7.1 - Alguns Estudos a Respeito de Locus de Controle

Os principais resultados de pesquisas tentando encontrar diferenças entre os sujeitos que perceberiam o locus de controle como mais interno, e aqueles mais tendentes à externalidade poderiam ser assim apresentados resumidamente, a partir dos conteúdos das revisões efetuadas por Lefcourt (1976), e que forneceriam indicações de algumas características dos sujeitos ditos "internos" ou "externos".

Sujeitos com locus de controle predominantemente interno(*):

- demonstram menos medo de estímulo aversivo que pode ser suspenso (Glass, Singer e Friedman, 1969)

(*)As características sem referência bibliográfica foram citadas por Lefcourt, 1976, a partir de análises de resultados de pesquisas.

- pertencem mais frequentemente à alta classe sócio-econômica e tem maior acesso a oportunidades (Jessor, Graves, Hanson e Jessor, 1968) (Franklin, 1963)
- resistem mais a influências técnicas (Gore, 1962)
- não são mais resistentes ao viés do experimentador (Gore, 1962)
- mais propensos a negar serem influenciados durante o condicionamento verbal (Strickland, 1970)
- mais influenciados no comportamento de deixar de fumar (James, Woodruff, Werner, 1965; Platt, 1969)
- não são simplesmente mais resistentes à influência, mas discriminam que influências aceitarão (James, Woodruff e Werner, 1965; Platt, 1969).
- resistem mais à "tentação", aos comportamentos perigosos, a assumir riscos (Johnson e Gormly, 1972)
- mais tolerantes ao desconforto (Johnson et alii, 1968)
- procuram mais a redução da incerteza, fazem mais perguntas quando não são dadas instruções em uma tarefa qualquer (Davis e Phares, 1967)
- gastam maior tempo para decisão, quando a dificuldade da tarefa aumenta (Rotter e Mulry, 1965) (Julian e Katz, 1968)
- apresentam-se mais ativos e alertas

- são melhores em aprendizagem incidental e intencional (Wolk e Ducette, 1974)
- são mais sensitivos (*perceptually sensitive*) (Wolk e Ducette, 1974)
- são mais resistentes à coerção
- são mais inquisitivos, curiosos e eficientes processadores de informação
- são mais persistentes para solucionar problemas lógicos (James, 1965)
- são mais acostumados a planos longos
- são mais capazes de adiar reforços (Walls e Miller, 1970, Erikson e Roberts, 1971)
- apresentam maior persistência no esforço para obter maiores resultados (Mischel et alli, 1974)
- são mais "educados" (Walls e Miller, 1970)
- são mais "defensivos", ou evitam mais o desafio (Lipp, Kolstoe, James e Kandall, 1968)
- são menos pessimistas e possuem mais habilidades para vencer adversidades (Mc Donald e Hall, 1971)
- são mais flexíveis na indicação de causas a fracassos (Phares, Wilson e Klyver, 1971)
- culpam-se mais que os externos por suas falhas (Davis e Davis, 1972)

- manifestam menos perturbações por experiência fracassada
- apresentam mecanismos de defesa mais primitivos
- são mais frequentemente alcoólatras que externos (Goss e Morosko, 1970)
- apresentam maior força do ego
- seus pais em geral são mais aprovadores que críticos (Katkovsky, Crandall e Good, 1967)
- idade cronológica e mental, positivamente relacionadas à internalidade (Penk, 1969)
- são mais resistentes às influências sociais
- apresentam maior fluência verbal (Brecher e Denmark, 1969)
- a internalidade está relacionada ao tempo gasto no estudo em casa (Franklin, 1963)

Sujeitos com locus de controle predominantemente externo (fatalista):

- apresentam tendência ao conformismo (Odell, 1959)
- às pessoas que vivem em circunstâncias adversas, a vida parece não ser sujeita ao controle de seus esforços
- nos Estados Unidos os negros apresentam-se mais fre-

quentemente como externos que os brancos (Lefcourt ,
Ladwig, 1965)

-não percebem corretamente as contingências entre ação
e consequência

-sofreram mais influências afetivas negativas

-se percebem que o desempenho depende do acaso, os su
jeitos estão mais propensos a ignorar o *feed-back*
(Phares, 1957)

-são mais passíveis de influência de acordo com o sta-
tus da fonte (Ritchie e Phares, 1969)

-concordam mais com as posições Machiavélicas (Miller e
Minton, 1969)

-~~possuem~~ ~~menos~~ conhecimentos a respeito de sua doença,
quando a ~~tem~~ (Seeman e Evans, 1962)

-são mais imediatistas (Strickland, 1972)

-apresentam visão do futuro negativa (Melges e Weiz,
1971)

-apresentam mais idéias suicidas (Melges, e Weiz, 1971)

-histerias, úlceras

-depressão (Abramowitz, 1969; Warehime e Woodson, 1971;
Goss e Morosko, 1970)

-ansiedade

- esquizofrenia (Harrow e Ferrante, 1969, Cromwell, 1961)
- sentem mais insatisfação durante interação social
- apresentam menor necessidade de se defenderem do fracasso
- são menos hábeis para aceitar as implicações do fracasso (Phares, Wilson e Klyver, 1971)

Por tudo o que foi visto até o momento, a noção de locus de controle tem ramificações de influências em muitas áreas da psicologia.

No que tange à cognição, dado que os sujeitos externos não percebem corretamente as contingências entre os comportamentos emitidos e as consequências advindas com os mesmos, eles tem menos informações sobre os eventos do que os sujeitos internos. Ao mesmo tempo eles as buscam com menor intensidade porque acreditam não precisar delas para agir, uma vez que a determinação dos eventos vem de fora mesmo, e nada adianta fazer para isto.

Estes procedimentos tem implicações profundas ao desenvolvimento cognitivo dos indivíduos e, mais ainda, podem determinar futuramente a atitude geral dos sujeitos perante os fatos da vida diária, pois a manutenção da internalidade é uma poderosa força contra a submissão a influências de toda natureza.

Como extensão destes princípios, a percepção do locus de controle pelo sujeito pode vir a ser o mediador na realização pessoal do sujeito (*achievement*), uma vez que as pessoas precisam necessariamente perceber que seus atos são relevantes à de

terminação dos eventos para que venham a se engajar nestas atividades. Neste sentido o sacrifício, o empenho do sujeito em realizar algo superior ao que já dispõe no momento é função direta da percepção que este sujeito tem de que é capaz de determinar as ocorrências, sendo muito duvidosa a participação das pessoas em empreendimentos que elas mesmas não acreditem que venham a ocorrer.

A este respeito um belo trabalho de Escovar (1979) relaciona auto-estima, desamparo, e locus de controle com a possível evolução social e econômica das pessoas e por conseguinte das nações, chegando a propor modelo de desenvolvimento de povos e pessoas calcado nestes princípios.

Na psicopatologia os estudos tem demonstrado existir alta relação entre locus de controle e determinados quadros psicopatológicos conforme mencionado anteriormente. O problema aqui se situa ao nível de estabelecimento da direção desta relação: será que o locus de controle externo determina a ocorrência de quadros depressivos, histéricos, suicidas, ou esses quadros geram a percepção de que os eventos do mundo estão fora do controle do sujeito, que ele tem mesmo que se submeter às ocorrências sem nada fazer em contrário.

Também no processo de atribuição de causalidade são observadas diferenças significativas entre os sujeitos com locus de controle predominantemente internos daqueles externos. Phares, Wilson e Klyver (1971) demonstraram que os internos são menos predispostos que os externos a empregar comportamentos de culpa para explicar o fracasso em uma condição comum, neutra, e não ob-

servaram diferenças significativas entre os dois grupos nas situações onde havia fracasso em uma condição de distração.

De Charms, Carpenter e Kuperman (1965) usando terminologia proposta e mais tarde sistematizada por De Charms (De Charms, 1968), que substitui os termos interno por origem (*origin*) e externo por "peão" (*pawn*), observaram que os sujeitos que se viam como origem (internos) apresentavam a tendência a ver os outros também como origem (internos) enquanto aqueles que se viam como peões (externos) tendiam a ver os outros também como peões (externos), numa clara alusão de que a auto-percepção da causalidade dos eventos a si mesmo pode exercer influências marcantes no processo de atribuição de causalidade a outros.

Sosis (1974) ao estudar a variação entre sujeitos internos e externos na atribuição de responsabilidade a outra pessoa por um acidente, encontrou que os internos, por acreditarem que o homem provoca e controla as coisas que lhe acontecem, atribuem maiores responsabilidades que os externos ao motorista acusado por atropelamento que causou ferimentos à vítima. Ao mesmo tempo os internos, mais que os externos, dizem que foi um comportamento irresponsável a causa do acidente; recomendam uma maior sentença de prisão ao acusado; acreditam mais que o motorista bebesse regularmente; sentiam menos pena do motorista pelo ocorrido; acreditavam mais que o motorista poderia ter evitado o acidente, e que teriam agido de forma diferente na mesma situação.

Para os externos o que ocorreu foi um caso de má sorte, enquanto para os internos foi por causa do comportamento negligente do motorista.

É certo também que a percepção de locus de controle sofre influências determinantes do ambiente familiar, onde o reforçamento ou não reforçamento indiscriminado dos comportamentos resulta em percepção de locus de controle externo, e, num estágio muito avançado, no sentimento de desamparo (*helplessness*). Como os "externos" são mais pessimistas que os internos, este fato reflete-se na crença de sua capacidade de emitir respostas de combate (*coping responses*) à adversidade, que em círculo vicioso, reflete-se no estado geral de desamparo do sujeito, e assim por diante, até o completo trancamento do sujeito em si mesmo num claro quadro psicótico.

Parece terem ficado suficientemente demonstradas neste capítulo as noções fundamentais de locus de controle, as características típicas dos sujeitos com diferentes locus de controle, e sobretudo as implicações mais profundas da percepção do locus de controle pelos indivíduos. Entretanto maiores estudos ainda necessitam ser realizados a este respeito, inclusive com a verificação da real veracidade destas conclusões no meio brasileiro para que se possa interferir no processo atribucional como um todo visando modificar a ação do sujeito nas respostas às suas adversidades.

2.8 - TEORIAS DE ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE A EVENTOS ACIDENTAIS

As referências e afirmações contidas nos capítulos anteriores são suficientes para demonstrar que os indivíduos efetuam atribuições de causalidade como uma forma subjetiva, entre outras, de percepção de exercício de controle sobre os eventos com os quais está envolvido em sua vida diária.

Estas atribuições de causalidade como certa forma de promover um controle dos fenômenos, acontecem mesmo nos casos onde estão envolvidos fatos de ocorrência completamente ocasional, acidental, para os quais nenhuma forma de controle real é exercido ou mesmo possível. Isto ocorre porque as técnicas de prevenção nem sempre são conhecidas e eficazes, pelas múltiplas causas que interferem no processo e tornam impraticável qualquer tentativa de manter sob controle a ocorrência destes fatos e porque, ao lado de variáveis reconhecidamente influenciadoras do processo, existem muitas outras que a ciência ainda não dominou.

Mesmo assim, as pessoas quando postas à frente de fenômenos desta natureza tenderiam a encontrar alguma explicação pessoal para os fatos e não raro diante de um cenário de acidente perguntam: "Quem é o culpado?", "Quem foi o responsável por isto?" (Dela Coleta, 1980).

Por estas e outras razões muitos teóricos e pesquisadores da Psicologia Social tem se dedicado ao problema geral da atribuição de causalidade a eventos acidentais, e mais precisamente ao problema da vitimação, com o surgimento de al

gumas concepções teóricas muito importantes, que geraram novas linhas de pesquisa, entre as quais citam-se as três principais: a manutenção na crença e na busca de controle sobre os eventos e o ambiente (Walster, 1966); a crença no mundo justo (Lerner, 1965) e a atribuição defensiva (Shaver, 1970).

2.8.1 - ELAINE WALSTER E A EXPLICAÇÃO CALCADA NA BUSCA DE CONTROLE.

A primeira sistematização de princípios explicativos dos processos de atribuição de causalidade utilizados nas ocorrências acidentais foi proposta por Walster (1966) e sobre ela, de um modo ou de outro, todas as afirmações posteriores se referenciam.

As premissas de Walster (1966) baseiam-se no fato observado frequentemente de que nos eventos acidentais com consequências leves as pessoas tendem a creditar estas ocorrências ao acaso, a qualquer causa, demonstrando mesmo às vezes certa simpatia para com o sujeito envolvido, em afirmações deste tipo: "isto acontece com todo mundo", "não liga não, são coisas da vida, e todos sofrem uma coisinha um dia ou outro."

Mas, nos casos de eventos acidentais com consequências graves, é muito desconfortável saber e admitir que estes fatos são causados por variáveis que nós não podemos controlar de forma nenhuma, e muito menos conhecê-las. Por este motivo, na medida em que as consequências dos eventos se tornam mais graves verifica-se um crescimento na tendência de encontrar responsáveis pela ocorrência destes fatos, em um esquema assim

descrito por Walster (1966): "se um acidente grave é visto como consequência de um conjunto de circunstâncias imprevisíveis, além do controle e da antecipação de todos, a pessoa é forçada a conceber que a catástrofe pode acontecer com ela. Se entretanto, ela acredita que o evento é previsível, controlável, e se decide que alguém foi responsável por este evento infeliz, ela pode sentir-se como alguém capaz de evitar este desastre. Ela pode proteger-se colocando outra pessoa como responsável pelo fato. Nós então simplesmente temos que assegurar que somos um tipo diferente de pessoa daquela da vítima (do acidente), ou que podemos nos comportar diferentemente em circunstâncias similares, e nos sentiremos protegidos da catástrofe" (pág. 74).

Tomando como partida a hipótese fundamental de que quanto mais grave a consequência de um evento imprevisível maior a tendência manifestada pelas pessoas em atribuir responsabilidade à pessoa potencialmente causadora deste evento, Walster (1966) realiza brilhante estudo com sujeitos universitários, de ambos os sexos, que deveriam atribuir responsabilidade a um jovem pela ocorrência de um acidente, numa situação em que ele parou o carro e, com ele fora do carro, por um problema no freio o carro rolou ladeira abaixo.

Os sujeitos respondiam a quatro condições experimentais distintas contidas em uma fita gravada, onde: 1- só ocorreram danos leves ao carro; 2- só ocorreram danos graves ao carro; 3- outras pessoas estão envolvidas e as consequências são leves; 4- outras pessoas estão envolvidas e as consequências são graves.

Os sujeitos deveriam, após ouvirem as histórias dos acidentes, responder algumas questões referentes às variáveis dependentes, mormente a atribuição de responsabilidade.

Os resultados indicam que maior responsabilidade é atribuída à pessoa potencialmente responsável, no caso de acidentes graves do que leves, conforme quadro resumo abaixo:

Tab.6 - Média de responsabilidade atribuída ao ator (Adaptado de Walster, 1966, pág. 77)

	Somente o carro está envolvido		Outras pessoas estão envolvidas	
	Consequências leves	Consequências graves	Consequências leves	Consequências graves
Quantidade média de responsabilidade atribuída	2,5*	3,0	2,6	3,2

(*) Maior a média, maior a responsabilidade atribuída ao motorista.

Atribuindo-se responsabilidade a alguém pela ocorrência deste evento negativo, e não deixando a explicação por conta do acaso, da imprevisibilidade, a pessoa apenas está, de certa forma, encontrando um meio de buscar, ao nível da percepção, manter o controle sobre a ocorrência de eventos que não se pode absolutamente controlar, e esta "busca de controle" fornece ao sujeito a indicação da possibilidade de que o fato não venha a ocorrer com ele, o que lhe garante maior agradabilidade geral.

Estes resultados de Walster (1966) entretanto não foram replicados em outro experimento da mesma autora (Walster, 1967), que utilizando como sujeitos estudantes secundários e universitários, e propondo-lhes situações onde o personagem com prava uma casa e por isto obtinha ganho ou perda em níveis bai-

xos, intermediários ou altos, obteve resultados demonstradores de que os sujeitos atribuíam menor responsabilidade ao comprador da casa quanto maior a consequência, tanto positiva como negativa, e ainda acreditavam que as consequências eram devidas ao acaso, o que contradiz aqueles resultados inicialmente obtidos pela mesma autora (Walster, 1966).

Os experimentos de 1967 foram conduzidos para testar a explicação dos achados de 1966, supondo que o fenômeno de atribuição de responsabilidade a quem está envolvido no evento accidental, seja devido ao fato que o sujeito que faz a atribuição está convencido de que seria capaz de prever o evento, e assim julgaria mais severamente os outros que não souberam prevê-lo.

Realmente a autora consegue verificar que, quanto mais aumenta a consequência, mais o sujeito está seguro da crença de que poderia antecipar a consequência, mas falha no outro aspecto porque este fato não está relacionado à atribuição de responsabilidade conforme o aumento da intensidade das consequências.

As interpretações para as divergências de achados de 1966 e 1967 incluem a relevância dos eventos colocados a julgamento dos sujeitos em 1966 (acidente de carro) e a não relevância dos casos de 1967 (compra de uma casa).

Shaw e Skolnick (1971), trabalhando com eventos accidentais que provocassem não só consequências negativas, desagradáveis, mas também positivas, agradáveis, esperavam encontrar resultados contrários aos de Walster (1966), pois quando as con

sequências são graves e positivas, os observadores tenderiam a atribuir mais a causalidade ao acaso, pois assim teriam possibilidade de um dia, no futuro, virem a receber igual dote. Isto é, efetuando-se atribuição da origem destes eventos acidentais positivos ao acaso seria o mesmo que admitir a possibilidade de que isso viesse um dia a ocorrer com o próprio sujeito que fez a atribuição.

Trabalhando com sujeitos homens e mulheres, e controlando a similaridade de seus sujeitos com os personagens dos eventos das estórias que compuseram o estudo, Shaw e Skolnick - (1971) propuseram situações onde um aluno ia a um laboratório e fazer um trabalho escolar de química, e ocorria uma das consequências seguintes:

- a - uma explosão (negativa e grave)
- b - forte odor desagradável (negativa e leve)
- c - uma grande descoberta (positiva e grave)
- d - um odor agradável (positiva e leve)

Previram os atores encontrar uma relação positiva entre aumento de gravidade das consequências e atribuição ao ator no caso de consequências negativas, e uma correlação negativa entre as duas variáveis nos casos de consequências positivas.

Os resultados de atribuição de responsabilidade ao estudante, para a população total estão expressos na tabela a seguir, bem como aqueles conseguidos com a população masculina isoladamente:

Tab. 7 - Atribuição de responsabilidade (população total)
(Retirado de Shaw e Skolnick, 1971, pg. 382)

Tipo de Acidente	Consequência	
	leve	grave
positivo	9.57	5.53
negativo	8.10	8.27

- Maiores valores indicam maior atribuição de responsabilidade

Tab. 8 - Atribuição de responsabilidade (somente homens) (Retirado de Shaw e Skolnick, 1971, pag. 382)

Tipo de Acidente	Consequência	
	leve	grave
positivo	8,77	5,64
negativo	7,69	8,73

- Maiores valores indicam maior atribuição de responsabilidade

Esses dados indicam que maior causalidade é atribuída ao sujeito na condição leve do que grave no caso positivo, como previsto, mas na condição negativa a atribuição de causalidade ao autor é independente das consequências, o que não confirma os dados de Walster (1966) e nem as suposições dos autores. Ao mesmo tempo a hipótese do mundo justo (Lerner, 1965) deixa de ser verificada, e parece serem os argumentos de Shaver (1970) os necessários à explicação, dado que para este último precisa haver o mínimo de relevância, de similariedade, de possibilidade de que o sujeito venha a estar na situação, para que sejam observados os fenômenos preconizados por Lerner (1965) e Walster (1966).

Quando os autores (Shaw e Skolnick, 1971) isolaram os sujeitos masculinos dos femininos, observaram-se as relações previstas anteriormente, tanto para os casos positivos quanto para os negativos, o que demonstra ter razão Shaver (1970) neste aspecto. Com os sujeitos femininos não se consegue observar a relação uma vez que estes apresentam baixo auto-conceito e menor sentimento de auto-estima em relação aos homens, e acreditam mesmo que merecem as más consequências preconizadas nas histórias do experimento.

Em um estudo com sujeitos universitários de ambos os sexos que, a partir de histórias de atropelamento onde se variavam as consequências para o motorista (responsável em potencial) e o pedestre (vítima em potencial), deveriam indicar o grau de responsabilidade atribuída ao motorista, ao pedestre, a possibilidade de virem a se encontrar na situação do motorista e da vítima, bem como a porcentagem de causalidade atribuída por este evento a cada um dos quatro fatores preconizados por Weiner et alli (1972) - capacidade, esforço, dificuldade de tarefa e acaso - Dela Coleta (1980) encontrou diferenças de comportamento bastante acentuadas entre os sujeitos homens e mulheres e resolveu tratar os dados destas sub-amostras isoladamente.

Os dados deste estudo, que foi completado ainda pela variação de sexo, status e idade dos personagens envolvidos na história, demonstram que, para os sujeitos homens, quando o autor (motorista) sofre consequências leves no acidente, este é mais responsabilizado ($\bar{X}=52,20$) pelo evento do que nos casos onde

sofre consequências graves ($\bar{X}=45,76$), e para os sujeitos do se xo feminino o ator que sofre consequências leves é menos respon sabilizado ($\bar{X}=56,7$) do que aqueles que sofrem consequências gra ves ($\bar{X}=59,33$). Ainda que a magnitude das diferenças não seja su ficientemente grande, as mulheres comportam-se mais de acordo com os resultados de Walster (1966), enquanto os homens teriam comportamento oposto ao preconizado pela autora, dados estes que contrariam também aqueles obtidos por Shaw e Skolnick(1971).

Acrescente-se a estes dados que tanto para os sujei tos masculinos como femininos, quando a vítima sofre consequên cias leves, o autor é menos responsabilizado pela ocorrência - ($\bar{X}=45,20$ para os sujeitos masculinos e $\bar{X}=56,80$ para os femini nos) do que no caso onde a vítima sofre consequências graves ($\bar{X}=52,80$ para os homens e $\bar{X}=59,25$ para as mulheres). Neste caso de danos a terceiros os resultados das atribuições seguem os princípios preconizados por Walster (1966), da necessidade de atribuir maior responsabilidade ao autor quando as consequên cias do evento são graves, do que no caso de consequências le ves.

De maneira geral, e complementarmente, este estudo demonstrou que:

- os sujeitos do sexo masculino comportam-se frente às situações estimuladoras e frente ao processo de atribuição de causalidade de forma totalmente diferente dos sujeitos do se xo feminino, e esta diferença deve ser levada em consideração na montagem de novos estudos;

- as mulheres em geral, e em comparação com os homens, indicam maiores níveis de atribuição de causalidade e responsabilidade tanto ao autor como à vítima, maiores possibilidades de virem a se encontrar na situação de ator ou de vítima, e preferem optar pelos fatores estáveis (dificuldade de tarefa e pequena capacidade do autor) para explicar a ocorrência dos eventos;

- a atribuição de responsabilidade pelo evento nos casos onde há mais de uma pessoa envolvida, é dependente não só da gravidade das consequências a cada um dos elementos envolvidos no caso, mas também deve ser considerada a interação entre estas ocorrências, fato que deve merecer novos estudos pois os modelos de Walster (1966), Lerner (1965) e Shaver (1970) não previram estas possibilidades;

- o sexo dos personagens influencia o processo de atribuição de responsabilidade, com os personagens femininos sendo mais responsabilizados pela ocorrência dos eventos do que os masculinos, isto tanto pelos sujeitos masculinos quanto femininos.

O autor conclui o trabalho afirmando que o processo de atribuição de responsabilidade em situação de acidente parece ser mais complexo do que se supunha, e que as teorias a este respeito simplificam demais as relações entre as variáveis, quando se observa uma interação importante entre elas. Alerta para o problema de envolvimento de muitas variáveis ao mesmo tempo, no mesmo estudo, e conclui que "talvez" a interação entre as diversas características dos personagens ou da situação torna a

estória cognitivamente complexa e este fato dificulta a obtenção de dados que possam testar convenientemente as interpretações até o momento propostas na literatura, ao mesmo tempo em que a determinação da influência de cada variável em si fica prejudicada, em virtude da contaminação sofrida por estas variáveis concomitantes (Dela Coleta, 1980). Faz ainda uma indagação importante: "será que os eventos são dependentes de cada uma das variáveis isoladamente, ou nossos modelos de exploração das interações mais complexas entre as variáveis não estão sendo convenientemente empregados ou desenvolvidos?"

A resposta a estas questões é de vital importância para o avanço da Psicologia Social, e à pesquisa psicológica como um todo, e sua busca deveria merecer atenção prioritária dos pesquisadores" (Dela Coleta, 1980, pg. 126-127).

Em outro trabalho de teste dos princípios de Walster, Chaikin e Darley (1973), na revisão da literatura, isolam dois fatos que poderiam estar contribuindo para a não verificação uniforme dos mesmos achados:

- os sujeitos que participam dos experimentos muitas vezes tem dificuldades em isolar exatamente quais são os causadores dos eventos, os atores, daqueles personagens que sofrem as consequências, ou sejam, as vítimas;

- nem sempre são tomados os devidos cuidados com a verificação da relevância dos temas envolvidos, dos personagens das estórias e da situação como um todo, aos sujeitos que participam dos experimentos, sendo esta uma condição essencial a

qualquer trabalho nesta área, conforme definido por Shaver (1970).

Montando seu plano experimental de modo a controlar estas duas fontes de mascaramento dos resultados, Chaikin e Darley (1973) encontram resultados que confirmam os pressupostos de Walster (1966), quando seus sujeitos colocados na posição de vítimas em potencial indicam menos o acaso quando as consequências são severas e culpam mais os causadores dos eventos.

Os princípios de Walster (1966), de que as pessoas tenderiam a culpar e punir os responsáveis pelos eventos acidentais no afã de protegerem-se (pois no futuro acreditam que os eventos poderão ocorrer-lhes, sendo o outro culpado e não o acaso, e sendo elas diferentes daquele culpado, estariam por isso a salvo, ao mesmo tempo se pudessem retirar os culpados do meio para não causarem mais esses fatos estariam controlando as ocorrências) não encontram apoio somente nos estudos de laboratório, mas também nos estudos sociológicos e de campo.

Vale citar o relato de Bucher (1957) a respeito da reação das pessoas moradoras em Elizabeth, New Jersey, que em 1951 - 1952 em três meses tiveram três quedas de aviões nas vizinhanças:

"A responsabilidade foi colocada onde as pessoas pensam que reside o poder de aliviar as condições subjacentes aos desastres. Não é o fator instrumentalmente causador do desastre que determinou a responsabilidade, mas a capacidade de fazer alguma coisa para prevenir sua reocorrência... Um número consi-

derável de respostas mencionou entidades que indiretamente concorreram para as ações que provocaram os desastres, tais como pilotos, mecânicos, pessoal da torre de controle, etc. Mas em nenhum caso estas entidades foram responsabilizadas, mesmo quando foram acusadas de incompetência, a responsabilidade foi colocada nas altas autoridades... As pessoas traçaram uma linha de responsabilidade subindo na hierarquia da autoridade e colocaram a responsabilidade onde, a seu ver, reside o poder para controlar a situação" (pág. 471-472).

2.8.2. - A HIPÓTESE DO MUNDO JUSTO: UMA INTRIGANTE PROPOSTA DE MELVIN LERNER PARA O PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE A EVENTOS ACIDENTAIS

Se a interpretação e explicação de Walster (1966) do processo de atribuição de responsabilidade em situações de vitimação , particularmente à vítima, receberam confirmações nos estudos de laboratório e nos levantamentos sociológicos, a proposição explicativa de Lerner para o mesmo processo também não deixou de encontrar suporte tanto ao nível laboratorial como da vida diária.

Para Lerner (1966,1970,1971, Lerner, Miller e Holmes, 1976, Lerner e Simons,1966) as pessoas são motivadas a crer que vivem em um mundo justo, onde as outras pessoas tem o que merecem, e merecem o que tem.

Justamente por ser muito desconfortável crer que se vive em um mundo onde os reforçamentos e punições são distribuídos ao acaso, sem nenhuma regra ou princípio, por mais rudimentar que seja, e por conseguinte sem possibilidade de controlar os reforços e punições a seus atos, é que as pessoas tendem a acreditar que vivem em um mundo onde deveriam haver relações de união entre o que as pessoas fazem e o que conseguem com estes atos. Deste modo, se esta premissa básica é verdadeira, e deve ser verdadeira para que a situação de vida seja cognitivamente agradável, a consequência natural da análise causal de uma ocorrência é a atribuição a algum comportamento que a pessoa emitiu, e mais genericamente, ao fato de ela possuir características que fazem com que ela mereça tal consequência.

Cognitivamente não se pode admitir que uma pessoa tenha um final negativo ao acaso, pois assim a mesma ocorrência poderá advir para nós próprios, e é por isto que tendemos a encontrar correlatos a um final negativo no comportamento ou nas disposições das pessoas, mesmo não as conhecendo.

Assim, no caso de vítima de uma situação acidental, onde pareça suficientemente claro que o evento não ocorreu por outras causas objetivamente observáveis e determináveis, as pessoas tendem, quando expostas à desgraça alheia, a culpar as vítimas ou a desmerecer suas qualidades, a encontrar defeitos entre suas características mais estáveis, para explicar o ocorrido.

Estes sentimentos das pessoas encontram suporte nas propostas de Heider (1970) acerca do princípio do equilíbrio: "... A relação entre bondade e felicidade, entre maldade e castigo, é tão forte, que, quando se dá uma dessas condições, a outra é frequentemente suposta. Frequentemente, a infelicidade, a doença e o acidente são considerados como sinais de maldade e culpa. Se O é infeliz, cometeu um pecado" (pág.265).

O mesmo Heider (1970), a respeito de justiça, felicidade e bondade, menciona "...frequentemente se pensa que, por razões intrínsecas e não apenas em consequência de uma ser derivada da outra, a felicidade e a bondade estão juntas. Estão também em harmonia como dois estados positivos que refletem as exigências de justiça. Quando coexistem, sentimos que a situação é o que deveria ser, que existe justiça. De outro lado, a coexistência de felicidade e maldade é desarmoniosa, por mais

que a pessoa goste de sua maldade". (pág.264-265)

Além da explicação baseada no princípio do equilíbrio de Fritz Heider, existem outras fontes nas quais estaria calcada a hipótese do mundo justo e seu emprego por parte das pessoas em situação de interrelação social.

Um destes aspectos envolve os condicionantes culturais, que na civilização ocidental reforçam a premiação quando se pratica o bem e a punição quando se abraça o caminho do mal. As estórias infantis, que desde a tenra idade ajudam a moldar o caráter das pessoas, estão repletas de casos onde o bem praticado pelos personagens é gratificado, ficando as consequências negativas entregues a aqueles que fazem o mal, que perseguem os outros, que não trabalham, que contam mentiras, que tem pais e parentes que desenvolvem atividades consideradas negativas: Pinóquio vê seu nariz crescer quando diz mentiras, Papai Noel recebe listas de crianças bem comportadas para presentear-las no Natal.

Ao mesmo tempo a religião católica, o protestantismo, o judaísmo, de uma forma ou de outra, pregam a recompensa ao trabalho duro, a uma vida santa e ameaçam com punições severas após a morte quem levar uma vida irregular, praticando o mal, e ao lado da família, que exige o respeito aos pais, à autoridade, ao professor, à escola, contribuem para desenvolver fortemente nas pessoas que vivem sob sua tutela o sentimento de crença num mundo justo.

Esta crença tem também algumas funções psicológicas

de extrema utilidade aos sujeitos que aceitam esta hipótese explicativa dos eventos. As pessoas, crendo na existência de regras que fazem do mundo em que vivem um lugar justo, e que os reforçamentos e punições não são distribuídos aleatoriamente, podem planejar suas vidas, escolher que trilha seguir, firmar enfim um contrato pessoal consigo mesmo e com a sociedade em geral, com a certeza de que uma vez cumprida a sua parcela no referido contrato as consequências lhe serão automaticamente concedidas.

Este fato naturalmente está relacionado, às vezes, ao necessário adiamento de reforços, à internalidade do locus de controle, e a toda característica da vida psicológica do sujeito, como dizem Lerner et alii (1976)" O ponto mais importante a ser colocado aqui é que a pessoa, se ela procura agir efetivamente no seu ambiente, desenvolverá um sentido de merecimento e se conscientizará da relação de sua própria capacidade com o fato de merecer suas conquistas, a partir da capacidade das outras pessoas que a orientavam por similaridade. O contrato pessoal pode ser mantido somente em um "mundo justo". Ademais, muitas pessoas que são socializadas na sociedade ocidental internalizaram os valores de justiça e merecimento. A pessoa não se julga somente com base no que ela conseguiu ou mereceu, mas baseia uma parte importante da sua auto-imagem como um cidadão e pessoa boa, na percepção de si próprio como alguém que não causa mal aos outros e age para corrigir injustiças quando elas ocorrem. Finalmente, o cidadão desta sociedade geralmente espera que as outras pessoas julguem-no na medida em que

ele aceita estas normas de merecimento e manutenção da justiça".(p.137)

Além destes dois aspectos, o cultural e o psicológico, tem-se que considerar, como explicador da ocorrência e desenvolvimento da crença no mundo justo no ser humano, a própria perspectiva do desenvolvimento cognitivo da criança. Para Piaget (1932) esta partiria de uma justiça imanente (*immanent justice*) onde um erro seria seguido de uma punição, e segundo Kohlberg (1963) passaria de um estado preliminar de moralidade preconventional onde cada ocorrência seria apreciada em função unicamente das consequências que causou, não sendo envolvida aí em hipótese alguma a internalidade, passando por uma segunda fase de moralidade convencional, onde os eventos são julgados levando em conta a sua relação com as normas sociais e a hierarquia de autoridade, até uma última fase onde seriam consideradas as intenções, um julgamento real calcado nos princípios universais e nos direitos humanos.

2.8.2.1 - Medida da Crença no Mundo Justo e sua Relação com outras Variáveis: Resultados de Pesquisas e Estudos

Como visto anteriormente, ao lado dos determinantes situacionais, pode-se considerar a crença num mundo justo como uma característica mais ou menos estável das pessoas, como um constructo psicológico, e com a finalidade de oferecer um instrumento para sua medida, Rubin e Peplau (1975) propuseram uma escala contendo 20 itens aos quais os sujeitos responderiam em um contínuo de seis pontos variando do "acordo" ao "desacordo".

Alguns estudos preliminares produziram resultados mé-

dios por item de 3.08, o que é retrato de certa rejeição da crença no mundo justo por parte dos sujeitos universitários empregados nestes estudos, ainda que Merrifield e Timpe (1973) houvessem encontrado médias de 3.79 em uma revisão do instrumento anteriormente considerado. Acerca da consistência interna, resultados com o coeficiente alfa ou KR-20 alcançaram 0,80 e 0,81 nas duas amostras, respectivamente.

No Brasil realizamos a tradução e uma pequena adaptação da escala, substituindo o contínuo de respostas por uma dicotomia concordo ou discordo tendo em vista sua utilização a populações de baixo nível de instrução, envolvendo nesta adaptação 99 estudantes de curso profissionalizante noturno (corresponde às últimas séries do 1º grau), sendo todos, no período diurno, trabalhadores operários semi-especializados nas indústrias do Rio de Janeiro.

A escala traduzida, com o gabarito respectivo e os resultados encontrados estão expressos no Anexo VI sendo a escala corrigida no sentido de que os altos escores signifiquem maior crença no mundo justo.

Pelos dados se verifica que a distribuição de frequência dos diferentes escores assemelha-se a uma distribuição normal, com a média ($\bar{X} = 10,60$) próxima da metade do número de itens, com pouco mais da metade dos sujeitos demonstrando tendência a concordar com as premissas do mundo justo, expostas nesta escala.

O mais importante entretanto são os resultados do cálculo do coeficiente rpb entre cada item e o resultado global

dos sujeitos, que mostram, à exceção dos itens 3,16 e 19, serem todos de boa qualidade no que concerne à medida da característica, garantindo boa relação com a escala como um todo, recomendando-se a sua utilização futura.

O emprego da escala de crença no mundo justo em diferentes estudos pode produzir um conjunto de conhecimentos a respeito da diferenciação individual dos sujeitos com altos escores em crença no mundo justo, daqueles com baixos escores nesta variável, sendo as principais destas distinções agora revisitadas.

Os altos escores em crença no mundo justo estão associados a:

- Religiosidade

- crença em um Deus ativo $r=0,32$ (Rubin e Peplau,1973)
- auto-atribuição de escores de religiosidade $r=0,42$ (Rubin e Peplau,1973)
- ética protestante $r=0,35$ (Lerner,1973)
- declaração de frequência à igreja $r=0,45$ (Rubin e Peplau,1973)

- Autoritarismo

- versão da escala F de autoritarismo de dez itens, $r=0,56$ (Rubin e Peplau,1973)
- itens de escala F, $r=0,20$ (Lerner,1973)
- forma com cinco itens da escala F, $r=0,35$ (Zuckerman,1975)
- pessoas fortes e poderosas são boas, e as fracas e pobres são más (Sanford, 1971)

- Locus de controle

- internalidade no locus de controle, medida pela escala de Rotter, $r = -0,32$ e $-0,44$ (Rubin e Peplau, 1973), e r entre $-0,32$ e $-0,58$ (Zuckerman e Gerbasi, 1975)

- A crença no mundo justo constitui-se num dos quatro fatores isolados por Collins (1974) na escala de locus de controle interno-externo de Rotter, recebendo os outros três restantes as denominações de: *belief in a difficult world*, *a predictable world* e *a politically responsive world*.

- Variáveis biográficas :

Acerca do sexo, idade e classe social os resultados dos estudos são contraditórios, e nenhuma relação relevante e estável foi encontrada entre estas variáveis e os escores de crença no mundo justo, conforme revisão de Rubin e Peplau (1975).

- aqueles sujeitos que creem no mundo justo tendem a admirar as pessoas que tem sorte e a depreciar as vítimas, tendo atitudes negativas para com os limitados fisicamente e para com os pobres;

- os sujeitos que não creem no mundo justo tendem a atribuir o fracasso de outrem ao destino ou às situações da vida social diária.

- altos escores em crença no mundo justo estão relacionados a conservadorismo político, a atitudes favoráveis ao governo, e a atitudes negativas para com grupos desvantajados

(conforme revisões de Rubin e Peplau, 1973 e 1975).

- correlações negativas entre mundo justo e ativismo político e social $r = -0,29$ e $-0,20$ (Rubin e Peplau, 1973).

- correlações negativas entre escores de crença no mundo justo e atitudes pró-feminismo, $r = -0,24$ (Smith, Ferres e Miller, 1975) e positivas com escala de tradicionalismo de papéis sexuais, $r = 0,35$ (Peplau e Tyler, 1975).

Os inúmeros estudos conduzidos para testar a eficácia da interpretação através da hipótese do mundo justo a eventos de ocorrência accidental, por outro lado, produziram resultados bastante interessantes, e que de um modo geral permitem confirmar as suposições desta intrigante proposta.

Zuckerman, Gerbasi, Kravitz e Wheeler (1974), Miller, Smith, Ferreze e Taylor (1973) em seus estudos encontraram que os sujeitos com alta crença no mundo justo tendem a culpar mais as vítimas de um evento accidental do que aqueles com baixa crença no mundo justo.

Em um brilhante estudo e extremamente oportunista, Rubin e Peplau (1973) investigaram as reações de 58 sujeitos universitários à seleção ou não de seu dia de nascimento através de um sistema de loteria, o que era sinônimo de ser ou não convocado para o serviço militar.

Estes sujeitos, todos com possibilidades de serem escolhidos, assistiram ao processo nacional aleatorizado de seleção das datas cujos sujeitos nascidos naquele dia deveriam

prestar o serviço militar, respondendo a uma série de escalas e questionários, antes e após este evento.

Os resultados indicaram que os sujeitos com altos escores em crença no mundo justo admiravam e preferiam os vencedores na extração da loteria (que não tiveram suas datas de nascimento selecionadas e portanto não deveriam prestar obrigatoriamente o serviço militar), enquanto culpavam os perdedores pela sua má sorte, ao mesmo tempo em que acreditavam ser a loteria um bom critério para a eleição do pessoal que deveria prestar o serviço militar ($r = 0,53$ entre escores de crença no mundo justo e avaliação da loteria como critério). Além destes dados comprovadores da tese principal da crença no mundo justo, este estudo ofereceu muitos dados acerca da correlação dos escores na crença do mundo justo e outras características dos sujeitos, e que já foram expostos de um modo ou de outro, nesse trabalho.

A esse mesmo respeito Ryan (1971) refere-se a fatos observados entre ocupantes da classe média norte americana que denotam atribuição de culpa às pessoas pobres pelo seu estado negativo, e indicam como culpado pelo fato o seu não esforço para trabalhar o suficiente buscando deixar essa situação. Nesse sentido ainda, Gofman (1963) diz que as pessoas veem a deficiência física de algumas pessoas como retratando uma deficiência moral, que os tornaria merecedores dessa desgraça, e completa como sendo algo "... como uma justa retribuição por alguma coisa que ele, seus pais ou seu grupo fez, e portanto uma justificativa do caminho que foi preparado para ele" (pág.6).

Em um estudo de aplicação imediata a um problema de enorme importância da vida diária, Gerbasi e Zuckerman (1975) encontraram entre sujeitos atuando como jurados que aqueles com altos escores em crença no mundo justo apresentaram sentenças mais pesadas a crimes de falsificação, do que os sujeitos com baixos escores em crença no mundo justo. Interpretaram os dados como demonstradores de uma preocupação por parte destes jurados com punição especial para aqueles que causam sofrimentos às pessoas.

Entretanto Aderman, Brehm e Katz (1974) e Chaickin e Darley (1973) quando incluíram em seus estudos a possibilidade de que o sujeito viesse a estar no lugar da vítima, ou que imaginasse estar no lugar dela, encontraram resultados que denotam compaixão, em lugar de rejeição à vítima, e certa tendência a não culpá-la pelo evento, numa clara demonstração de resultados que contrariam as hipóteses do mundo justo, quando o próprio observador se encontra envolvido de um modo ou de outro na situação.

Lerner e Simons (1966), em um trabalho pioneiro, demonstram que as alunas participantes como observadoras das cenas de aprendizagem de sílabas sem sentido, onde o sujeito aprendiz levava choques nos casos de rendimento insuficiente, indicavam níveis muito baixos de atratividade às vítimas dos choques. Estes índices de atratividade eram menores ainda nos casos onde a vítima conseguia mudar seu sofrimento por uma recompensa, onde ela mesma decidia pela recompensa, do que nos casos em que era comunicada que isto iria acontecer, e onde a ví

tima mesmo relutantemente ainda continuava a sofrer por sua própria escolha.

Lerner (1965) também encontrou nos seus sujeitos-observadores tendências a crer que os personagens recompensados tinham apresentado rendimento superior aos sujeitos não recompensados.

Lerner (1971) conduziu estudo onde os sujeitos observavam através de circuito de televisão a aplicação de choques a um participante de experimento de aprendizagem de pares de palavras, e seus resultados confirmam os de Lerner e Simons (1966) a respeito da reação dos sujeitos e a explicação pela hipótese do mundo justo. Mostrou ainda que os sujeitos observadores, a creditando que a vítima está recebendo choques, fornecem avaliações mais baixas da mesma, do que os sujeitos que acreditam estar ela fazendo alguma coisa, e não simplesmente levando choques.

Jones e Aronson (1973) levaram a cabo belo trabalho onde os sujeitos deveriam fazer atribuição de causalidade e responsabilidade a um evento de assalto sexual sofrido por uma aluna da universidade, e que lhes era narrado através de uma estória escrita. Os autores variaram as consequências do assalto (tentativa e consumado) e as características da vítima (virgem, casada, divorciada).

Tal como esperado pela hipótese do mundo justo, a maior responsabilidade e culpabilidade foi atribuída à vítima casada, depois à virgem e menor responsabilidade atribuída à víti

ma divorciada (conforme tabela 11). Estes dados são uma clara alusão ao fato de que quanto mais respeitável a vítima, maior a tendência a atribuir-lhe culpa por seu comportamento no evento dado, uma vez que não se pode encontrar correlatos em suas características que a culpem pelo caso, pois neste aspecto é superior às outras vítimas.

TABELA 11 - Média de culpa atribuída à vítima de um assalto sexual
(retirado de Jones e Aronson, 1973, pág. 417)

Características do crime	CARACTERÍSTICAS DA VÍTIMA			\bar{X}
	CASADA	VIRGEM	DIVORCIADA	
Estupro	-2.46	-3.20	-5.62	-3,76
n	39	40	40	
Tentativa de estupro	-2.42	-4,00	-5.30	-3.91
n	37	40	38	
\bar{X}	-2.44	-3.60	-5.46	

Nota: Quanto mais negativo o escore menor a culpa atribuída à vítima.

Ao mesmo tempo os sujeitos observadores indicaram maior número médio de anos de cadeia para o réu quando as vítimas eram mais respeitáveis, do que no caso da vítima menos respeitável, numa clara alusão de que as características pessoais da vítima interferem no processo de julgamento de um réu, conforme os dados da tabela 12.

TABELA 12 - Número médio de anos de prisão recomendado para o réu
(retirado de Jones e Aronson, 1973, pág. 418)

Características do crime	Características da vítima			Média
	Casada	Virgem	Divorciada	
Estupro	18.47	15.52	14.53	16.17
n	39	40	40	
Tentativa de estupro	11.59	11.88	7.72	10.40
n	37	40	38	
Média	15.03	13.70	11.13	

Apsler e Friedman (1975) também encontraram em seu estudo tendência dos observadores em avaliar o desempenho e as características pessoais de atores recompensados como superiores a de atores não recompensados, de acordo com a hipótese do mundo justo.

Brickman, Coates e Bulman (1978) demonstraram que sujeitos ganhadores de grandes somas na loteria indicavam em 71,4% das vezes o acaso como a causa principal do ocorrido, enquanto as vítimas de acidente somente 33,6% das vezes apresentavam o acaso como explicador do evento sofrido. Do mesmo modo, enquanto 13/22 ganhadores da loteria acreditavam que mereciam o que lhes aconteceu, somente 2/29 das vítimas apontavam o mesmo fato. Ainda, enquanto somente a metade dos ganhadores da loteria tinham se perguntado porque isto ocorreu com ele (Por que eu?), isto só deixou de ocorrer com uma vítima de acidente grave.

Zukerman (1975), partindo da hipótese que as pessoas crentes no mundo justo apresentam maior tendência a se comportar de maneira altruística numa situação de necessidade, de modo a tornarem-se mais merecedoras de eventos positivos no futuro, observou que os sujeitos com altos escores na escala do mundo justo, em comparação àqueles com baixos escores, voluntarizavam-se mais frequentemente para participar como sujeitos em experimentos, concordavam mais em colaborar com outros experimentos, mesmo já tendo cumprido sua obrigação, e com mais frequência dispunham-se a servir como ledores para alunos cegos.

Lincoln e Levinger (1972) usaram *slides* de situações tidas ou não como de agressão de policiais a cidadãos comuns, e informaram a seus sujeitos que seus julgamentos seriam relevantes para as decisões de organismos que tratam do comportamento social, ou que seriam usados só pelo experimentador. Os resultados mostraram que, nos casos de agressão, quando o sujeito fazia avaliações só para o experimentador, e isto não tinha consequência nenhuma na mudança dos fatos, ele justificava o evento colocando a culpa na vítima e a desvalorizava, conforme as hipóteses, mas elevavam as avaliações da vítima no caso destas informações servirem a uma comissão que iria tratar de impor a justiça neste caso, o que ainda seria uma forma de mudar os fatos.

Estes dados significam que, nos casos onde são dadas as chances de escolher entre desvalorização ou compensação à vítima, os observadores de eventos violentos tendem a preferir a compensação, caso esta venha a ser uma forma de melhor estabele

cer a justiça, o que não deixa de ser um dado novo nas suposições iniciais de Lerner e Simons (1966) e que devam ser considerados doravante.

Entretanto, ao lado da importância teórica e prática da interpretação da crença no mundo justo, e dos inumeráveis achados de pesquisas que comprovam as suposições básicas, devemos considerar que ela está longe de ser considerada absoluta, e muitos estudos revelam ser a sua ação dependente de situações contextuais que afetam as percepções dos observadores, e que poderiam ser enumeradas entre outras: expectativa de possíveis interações futuras com a vítima (Stokols e Schopler, 1973), envolvimento do observador ou cumplicidade percebida no sofrimento da vítima (Stokols e Schopler, 1973), firmeza empática (*empathic set*) (Adelman et alii, 1974), antecipação pelo observador de um destino similar (Chaikin e Darley, 1973), sexo do sujeito e da vítima (Dela Coleta, 1980).

Neste mesmo sentido Friedman e Austin (1978) encontraram que os observadores atribuíam gradativamente escores menores de atratividade à vítima, conforme aumentava a magnitude do sofrimento da mesma, somente na condição onde recebiam informações desfavoráveis a respeito da vítima. Entretanto aumentavam, também gradativamente, a avaliação da vítima sobre a qual recebiam informações favoráveis, à medida que aumentava a magnitude do sofrimento da vítima.

A observação deste fenômeno levou os autores a concluir que as variáveis situacionais e pessoais tem um importante papel na percepção da vítima, ao mesmo tempo em que su-

geriam serem as explicações da crença do mundo justo verificadas somente nos casos onde os observadores pudessem fazer atribuições negativas acerca do caráter ou comportamento da vítima.

Após rever todos estes resultados de pesquisas que comprovam na maioria das vezes a hipótese do mundo justo como explicadora da atribuição de responsabilidade às vítimas de eventos acidentais, e considerando as propostas alternativas de Walster (1966), já reportadas nos capítulos anteriores, seria importante reproduzir aqui, ainda que um pouco extensa, a clara diferenciação efetuada por Wortman (1976) entre as duas posições, e que serve como elemento capaz de distinguir as interpretações dos mesmos resultados obtidos por Lerner e Walster: "Pode ser predito por ambos os modelos que as pessoas serão motivadas a punir aqueles que são claramente culpados por provocar consequências negativas. Walster sugeriu que a punição é motivada por desejo de prevenir a reocorrência do acidente; de acordo com Lerner, as pessoas desejam punir o culpado porque precisam manter a crença que existe uma relação entre os comportamentos e as consequências. Ambas as teorias predizem que a culpa ou desvalorização aumentariam com o crescimento da magnitude das consequências negativas, e deste modo consequências negativas graves são mais ameaçadoras que as medianas. Entretanto, as teorias diferem um pouco nas suas predições de quem seria culpado ou desvalorizado. Walster sugere que nós preferimos culpar alguém por um acidente no sentido de evitar a idéia de nossa própria vitimação. Entretanto, essa pessoa não precisa ser a vítima. Se a pessoa que provocou o acidente é também vitimada por ele, Walster sugere que nós podemos preferir culpar a víti-

ma a concluir que o acaso foi o responsável. Esta visão implica, entretanto, que se a vítima é claramente inocente, e se há alguém que pode ser plausivelmente culpado pelo acidente, a vítima poderá não ser necessariamente culpada ou desvalorizada.

Por outro lado, Lerner sugere que é a vítima - a pessoa que sofreu as consequências negativas - quem deveria ser culpada ou desvalorizada. Se a vítima é claramente inocente e é impossível culpá-la, então as características pessoais da vítima deverão ser desvalorizadas num esforço para vê-la merecendo seu infortúnio. De fato, quanto mais claramente a vítima for inocente, mais negativamente suas qualidades devem ser avaliadas, consequentemente uma vítima inocente pode ameaçar mais a visão do sujeito de um mundo justo do que uma vítima que é, através de seu comportamento, responsável pelo seu infortúnio. (ver Jones e Aronson, 1973).

Estas teorias também fazem diferentes previsões a respeito das reações aos acidentes com consequências positivas. Assim, ainda que o modelo de Walster (1966) implique que nós façamos atribuições para nos sentirmos protegidos das catástrofes, ele parece ser de pequena relevância para estes casos. Outra interpretação da hipótese de Walster (Shaw e Skolnick, 1971) é que tanto mais positiva a consequência, mais estaremos motivados a culpar o acaso. Agindo assim, passamos a acreditar que as consequências podem acontecer conosco. O modelo de Lerner faz uma previsão diferente: Tanto mais desejáveis as consequências, mais acreditamos que o comportamento do receptor foi especialmente meritório ou que suas características pessoais o fizeram merecedor das consequências. (Wortman, 1976, pág. 27).

2.8.3. - ATRIBUIÇÃO DEFENSIVA: REINTERPRETAÇÃO E NOVOS DADOS DE KELLY SHAVER ACERCA DA ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE E DA VITIMAÇÃO

Em decorrência das interpretações de Walster (1966) e de Lerner (1966, Lerner e Simmons, 1966) do processo de atribuição de responsabilidade em situações envolvendo eventos acidentais, surgiu uma terceira linha de pensamento explicadora dos mesmos fenômenos desenvolvida por Shaver (1970). Este trabalho era calcado em três experimentos desenvolvidos inicialmente para testar as posições de Walster, mas que acabaram evoluindo em verificações de hipóteses geradas pelo próprio autor, conduzindo os resultados a esta terceira explicação de atribuição de causalidade aos fenômenos acidentais.

Como previam testes para as posições de Walster, os experimentos de Shaver (1970) foram conduzidos para a verificação da hipótese seguinte: "Um observador de um acidente, para controlar a possibilidade de que ele possa causar tal desgraça, atribuirá a responsabilidade desta ocorrência à pessoa potencialmente responsável, e tentará se diferenciar desta pessoa: además esta tendência aumentará com a probabilidade de ocorrência e a gravidade das consequências do acidente (Shaver, 1970, pág. 101).

Entretanto, os resultados de seus estudos não foram suficientemente diferentes no sentido de proporcionar uma clara comprovação destes supostos, e mais uma vez as idéias e os achados de Walster (1966) não conseguiram ser replicados.

Shaver (1970) infere que uma das possíveis causas da não confirmação dos resultados de Walster (1966) seja a presença de maior ou menor "relevância" aos sujeitos dos diversos experimentos. Esta variação na relevância seria obtida com modificações tanto na situação onde o evento se passa, que se tornaria mais ou menos próxima do sujeito, com maior ou menor probabilidade de que este venha a se envolver em uma situação deste tipo algum dia, como nos personagens envolvidos, que ora guardariam mais ora menos características comuns e semelhantes às dos sujeitos envolvidos no estudo.

Talvez seja por estes motivos que Walster (1967) não tenha conseguido replicar seus resultados anteriores, de aumento na responsabilidade atribuída ao autor conforme o aumento das consequências, ao utilizar uma situação incomum aos sujeitos, de negociação de uma casa, e personagens muito diferentes daqueles que interpretavam os comportamentos.

Os resultados de seus dois outros experimentos, e as conclusões retiradas deste primeiro, levaram Shaver (1970) a algumas constatações interessantes, que modificaram seu posicionamento quanto à explicação dos eventos que estava estudando.

Constatou, por exemplo, que o aumento da similaridade dos personagens com seus sujeitos fazia com que diminuíssem os níveis da responsabilidade atribuída aos atores das ocorrências, sendo os julgamentos mais tolerantes e brandos com sujeitos similares do que com os sujeitos muito diferentes dos obser

vadores. Interpretou estes dados como uma forma de os sujeitos evitarem que o evento viesse a ocorrer consigo algum dia, culpando um sujeito muito diferente de si próprio pela ocorrência, e depois fazendo valer a diferenciação com este culpado. Este aumento da possibilidade de que o sujeito venha a estar nesta situação de vítima ou de causador, enfim de envolvido em um acidente, determina a tendência de diminuição da responsabilidade atribuída aos personagens, numa clara forma de se proteger da ocorrência consigo de eventos negativos.

Bulman e Wortman (1977) preveem que os sujeitos analisando seus próprios casos de perdas graves, tenderiam a fazer atribuições a causas externas mais frequentemente que a si mesmos.

Os estudos de Dela Coleta (1980) mostram um predomínio de correlações altas negativas entre quantidade de responsabilidade atribuída ao autor e/ou à vítima de um atropelamento no trânsito, e a possibilidade de o sujeito vir a se encontrar na situação de autor e/ou da vítima. Em alguns casos, entretanto, quando as variáveis sexo, idade, status do personagem, e consequências dos eventos, assumiam determinados valores, os coeficientes de correlação também se diferenciavam da tendência geral observada, e já preconizada por Shaver (1970), de relações inversas entre possibilidade de envolvimento do sujeito na situação e quantidade de responsabilidade atribuída.

Por outro lado, observou também Shaver (1970) que os sujeitos tendiam a atribuir mais ao acaso a ocorrência dos eventos quanto mais acreditavam que um dia pudessem estar no lugar

do causador ou da vítima deste evento. Estes dados, somados aos já anteriormente expostos, dão a clara impressão que parece ser mais importante às pessoas evitar a culpa pelo envolvimento em um ato, caso ele venha a ocorrer consigo, do que a própria prevenção da ocorrência deste ato.

Todos estes dados levaram Shaver (1970) a cunhar o termo "atribuição defensiva" para explicar a reação das pessoas frente a uma situação de infortúnio, quando estas tenderiam a efetuar atribuição de causalidade e responsabilidade aos elementos destas situações de maneira a manter ou a elevar os seus níveis pessoais de auto-estima, e de evitar o seu envolvimento futuro nestas situações, bem como a culpa pelas suas ocorrências.

Como se vê não é uma explicação que envolva a noção de "busca de controle", de percepção de controle, como aquelas propostas por Walster (1966) e Lerner (1966), mas o sujeito sente-se seguro, com as coisas "sob-controle", quando faz atribuições a causas externas a eventos que ele próprio causou, ou atribui ao personagem os eventos causados por outros. As pessoas acreditam que agindo desta forma estariam evitando que os fatos negativos lhes ocorressem, e portanto estariam exercendo controle, ainda que indireto e psicológico, sobre os mesmos.

Estas explanações de Shaver (1970), ainda que bastante lógicas e tendo recebido alguma forma de evidência empírica, merecem entretanto novos e mais profundos estudos visando verificar sua real capacidade de clarear os processos de atribuição de causalidade a eventos acidentais.

2.8.4. - A RELAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE A UM EVENTO OCASIONAL COM A REAÇÃO DAS PESSOAS A ESTES FATOS: O TRABALHO DE CAMILLE WORTMAN PARA TORNAR PRÁTICA A TEORIA DE ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE

Os capítulos anteriores puderam demonstrar claramente a influência marcante de certos aspectos motivacionais na condução do processo de atribuição de causalidade. Todos esses vieses apontados e discutidos pormenorizadamente podem, entretanto, e numa abordagem bastante grosseira, ser resumidos em dois grandes motivos: - a preservação ou elevação do eu, e a execução de controle sobre os eventos - que em última análise, por estarem fortemente conectados, terminam por serem muitas vezes confundidos e reunidos em um mesmo motivo: o controle dos eventos aos quais está sujeito cada indivíduo visando a uma vida melhor para si e para os seus.

A ação destes motivos exerce influência marcante no processo de atribuição de causalidade aos eventos da vida diária, como pode ser verificado nos capítulos destinados ao desamparo, locus de controle, divergência ator X observador, reação a eventos incontroláveis (vitimação), e o incremento da ação destes quatro fenômenos contribui para o aparecimento de distorções no processo atributivo, que podem ser reunidas em três grandes grupos:

- ilusão de contingência
- ilusão de liberdade
- ilusão de controle

A - Ilusão de liberdade

A busca da liberdade tem se constituído em um dos motivos principais da existência do homem, e o seu real exercício tem sido tema de debates entre filósofos e psicólogos de diferentes linhas de pensamento.

Para uns o homem é livre por natureza e a sua luta constante contra os fenômenos opressores desta liberdade constitui-se em um dos objetivos de vida, ao passo que outros, como Skinner (1971) afirmam que o comportamento do homem é controlado por contingências de reforçamento, com imposições externas, e que muitas vezes não se apresentam como controle aversivo, mas que mesmo compreendendo reforços positivos acabam por imprimir ao homem uma situação onde a sua liberdade é sempre cerceada.

Mas o que nos interessa aqui não é a realidade da existência da liberdade ou não, e sim a percepção de exercício desta liberdade pelo homem.

Muitos fatores contribuem para que os indivíduos se sintam com maior ou menor liberdade em dada situação e incluem entre outros: similaridade das opções, número destas opções, valência das opções, locus de controle do sujeito, consequências de sua decisão, custo de seguir cada uma das opções (Harvey e Smith, 1977). É claro que neste momento a atribuição de causalidade de dado fenômeno leva o indivíduo a sentir-se mais ou menos livre para provocar os fatos e escolher o caminho a trilhar, e a experimentar muitas vezes uma falsa sensação de que é livre, uma ilusão de liberdade. Os fenômenos de auto-atribui-

ção, e da atribuição diferencial ator X observador ilustram muito bem essas afirmativas.

B - Ilusão de Contingência

O desejo de exercer controle sobre a situação determina também o fenômeno chamado de ilusão de contingência, onde a mera associação temporal ou local entre um desejo e a ocorrência do fato leva a crer que existe um real controle sobre a situação.

Nos estudos de Chapman e Chapman (1967) os sujeitos utilizavam-se de todos os argumentos possíveis para justificar a existência de relações entre a contingência dos fenômenos, conforme supunham que ocorressem. Os autores creem que estes fatos se verificavam porque os sujeitos partiam de hipóteses sobre a relação de eventos que ocorriam simultaneamente e os passavam como evidência um do outro, e assim percebiam erroneamente a situação total como evidência desta relação de causa e efeito, ao mesmo tempo em que tendiam a ignorar os casos de desconfirmação das relações e a supervalorizar os casos de confirmação.

Assim, o desejo de ocorrência de um fenômeno associado à real ocorrência deste fato leva os sujeitos à falsa percepção de que as coisas acontecem porque ele fez algo para que isto ocorresse e não por outros motivos, exacerbando o seu falso sentimento de controle sobre a determinação dos fatos. Isto levou Miller e Ross (1975) a suporem que esta ilusão de contingência poderia vir a ser mais uma razão explicadora das divergên-

cias entre atores e observadores, da atribuição a si próprio das origens das situações de sucesso, e atribuição à situação as razões de seu fracasso.

C - Ilusão de Controle

O exercício do controle por uma pessoa sobre os eventos do mundo tem sido definido como a habilidade, capacidade da pessoa em efetuar mudanças no meio, no comportamento, atitude, sentimento, seus e de outros.

Mas, novamente aqui, o que importa ao estudo do comportamento humano não é o real exercício do controle, mas sim a percepção de controle exercido por parte do sujeito e de outros, e esta percepção de controle muitas vezes é distorcida pelo próprio sujeito para atender objetivos de motivação própria.

A ilusão de controle é muito bem definida por Langer (1975) como uma super estimativa subjetiva da probabilidade de determinação dos fenômenos, em comparação com a real probabilidade de que isto venha a ocorrer.

Em muitas situações de vida diária este fenômeno pode ser observado e estas incluem entre outras a percepção de relação entre eventos ocorridos por acaso, as ações míticas em geral, os bilhetes escolhidos pelo sujeito têm maior chance de serem premiados do que aqueles comprados ao acaso, a aposta em determinado número com o qual sonhou ou que esteja relacionado a um evento marcante de sua vida, e mesmo nos casos onde nenhum responsável aparente poderia ser detectado, existe uma tendência a encontrar alguma coisa que possa responder pelo evento,

pois a admissão de que o fato não tem determinação real é reconhecer que o mesmo é incontrolável, e isto é muito desagradável às pessoas.

Assim, Abrams e Fenesinger (1953) após estudarem as reações de 60 pacientes cancerosos, verificaram em muitos deles a presença de elementos de culpa em relação ao seu passado, e em 8 casos que sofreram doenças venéreas anteriormente todos atribuíam o sofrimento do cancer ao fato de terem sido no passado portadores destas doenças. No mesmo sentido Kubler-Ross (1969) encontrou a tendência nas pessoas que sofrem eventos traumáticos incontroláveis a atribuírem mais culpa a si do que ao acaso.

Além desta tendência natural em atribuir a origem dos fatos, mesmo incontroláveis, a alguma variável como forma de exercício de controle, podem ser citadas algumas variáveis pessoais dos sujeitos que os predisporiam a perceber, ou buscar, a existência deste controle sobre os fatos: crença no mundo justo (Rubin e Peplau, 1975), locus de controle (Rotter, 1966) comportamento tipo A (Friedman e Rosenman, 1976), que inclui padrões de comportamentos característicos de irritação, agressividade, premência de tempo, realização, desafio, pensamento e ação em várias coisas ao mesmo tempo.

Mas é a perda completa de controle, e principalmente o sentimento de perda do exercício de controle, que nos interessa mais de perto.

Lerner (1966, 1971), na sua abordagem do mundo justo,

afirma que às pessoas é difícil admitir o mundo como um lugar incontrollável, onde as coisas acontecem sem o domínio de uma vontade específica. Por este fato as pessoas relutam em fazer atribuições ao acaso como origem de certos fenômenos, preferindo sempre encontrar algo predizível para imputar-lhe a causa do fenômeno, pois assim podem exercer controle sobre este mesmo fato.

Mas muitas vezes as pessoas veem-se diante de quadros onde são incapazes de determinar o aparecimento dos fatos, onde as coisas lhes acontecem independente de sua própria vontade, e nestes casos pode advir um sentimento de que não exerce, ou que perdeu o exercício do controle sobre os fatos.

Duas teorias de grande importância na Psicologia Social, e à primeira vista contraditórias, explicam a reação dos indivíduos ao seu sentimento de perda de controle sobre os eventos que lhes ocorrem: a teoria da reactância de Jack Brehm (1966) e a do desamparo de Martin Seligman (1977).

Para Brehm quando nos encontramos colocados em uma situação onde alguma forma específica de controle nos é imposta, onde perdemos a liberdade de escolha de que comportamento devemos emitir, ou vemos esta liberdade de escolha bastante limitada, tendemos a emitir comportamentos que restabeleçam a liberdade perdida, fato que recebeu a denominação de reactância psicológica.

Os diferentes estudos conduzidos à luz desta teoria tem indicado ser este sentimento de luta para a recuperação da

liberdade ameaçada ou perda da função, entre outros fatores, da expectativa de liberdade por parte do sujeito, da força da proibição, da importância desta liberdade perdida, das implicações da proibição a outras liberdades que o sujeito ainda dispõe. Esta noção teórica prevê ainda uma reação hostil, e até certo ponto em intensidade bastante elevada, da pessoa que sofreu a perda da liberdade para com aquele que detém o exercício do controle sobre seu comportamento, visando com isto recuperar a situação que desfrutava anteriormente.

Contrariamente, a noção de desamparo formulada por Seligman (1977) prevê que os organismos colocados à frente de uma situação onde não podem efetivamente exercer nenhum controle, tendem a se acomodar com a situação de controlado e a ficarem passivos terminando por generalizar este sentimento de que não podem provocar nada que lhes interesse, nem impedir nada que lhes seja negativo, chegam a exibir um padrão de comportamentos que se caracteriza pela não iniciativa em nenhuma ocasião, a sentir que o mundo é assim mesmo, não adiantando lutar contra este fato, num quadro totalmente diverso daquele preconizado por Brehm.

Como explicar esta incongruência entre duas importantes teorias na explicação do mesmo fenômeno?

A solução para isto parece ter sido encontrada por Wortman e Brehm (1975), que propõem um modelo integrativo das duas teorias visando a explicação da reação frente à perda de controle.

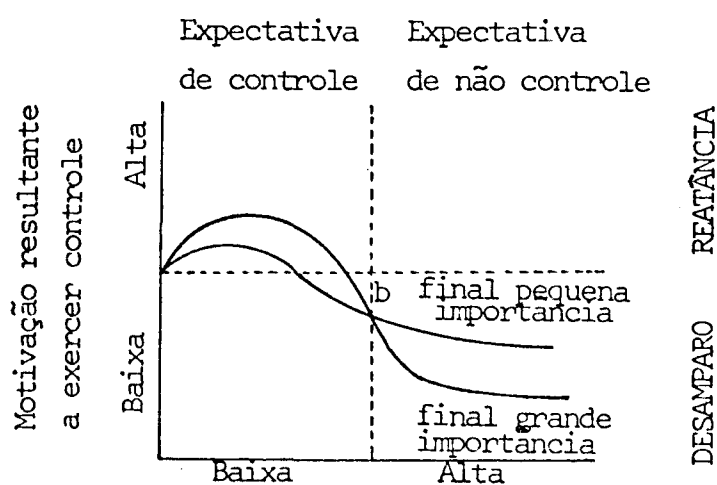
Segundo esta abordagem, para aqueles sujeitos que es-

perariam exercer o controle sobre os eventos considerados, esta expectativa de controle aliada a uma pequena evidência de que não tem controle sobre a situação, produz reactância e os esforços previstos para a recuperação do exercício de controle. Caso ocorram mais situações que demonstrem que este controle não existe de fato, e o sujeito vê que não consegue controlar os eventos, advém a situação caracterizada como de desamparo e a consequente redução geral da ação do sujeito. Nestes casos pode-se dizer que a reactância psicológica é um estado que precede ao desamparo, surgindo este nos casos onde as reações do sujeito não recuperaram o controle da situação.

Este mesmo modelo supõe que o aumento da importância do evento gera maior reactância na pessoa e consequentemente torna mais lento ou menos provável o aparecimento do desamparo (porém mais intenso caso ocorra), em um modelo assim proposto por Wortman e Brehm (1975):

FIGURA 14 - Modelo Integrativo

(retirado de Wortman e Brehm, 1975, pág. 309)



Quantidade de treinamento de desamparo, ou exposição a eventos incontroláveis.

Para o caso de sujeitos que já não esperam exercer controle sobre os eventos, prevê-se a não observação do fenômeno da reactância, ou muito pequena ocorrência, entrando rapidamente o sujeito em uma situação de desamparo.

Como se vê, o sentimento de exercício de controle sobre os eventos apresenta relações importantes com a reação do sujeito à ocorrência de certos eventos com a sua pessoa. Nesta mesma linha de raciocínio seria lógico perguntar-se se, e como, a atribuição de causalidade de um dado evento para uma pessoa, caracterizado como sendo ou não sujeito a seu controle, afetaria a sua reação frente a este mesmo evento, e os casos reais mais adaptados a estas indicações são aqueles referentes à perda de controle em eventos acidentais e à reação do sujeito frente aos mesmos.

A análise da literatura a respeito da atribuição de causalidade a eventos acidentais, se por um lado mostra a clara existência de três teorias explicadoras dos fatos ocorridos com outrem, mundo justo (Lerner, 1966), atribuição defensiva (Shaver, 1970), busca de controle (Walster, 1966), também demonstra por outro a não referência destas três teorias à explicação de fatos com o próprio sujeito atribuidor, e um reduzido número de estudos e pesquisas com pessoas que realmente foram vítimas de um evento acidental qualquer. Ao contrário são empregados sujeitos que em situação de laboratório "ouvem falar" ou "leem" a respeito de uma pessoa que sofreu isto ou aquilo e sobre este fato são chamados a emitir seus julgamentos.

Se por um lado já sabemos das grandes diferenças nos

processos de atribuição utilizadas por atores (pessoas que sofreram ou passaram pelos eventos) e pelos observadores (pessoas que assistem a ocorrência dos fatos, que leem ou ouvem falar sobre), não são desconhecidas também as grandes diferenças na execução de estudos controlados, com o rigor metodológico dos laboratórios, e aqueles envolvendo diretamente as pessoas que passaram por um processo de vitimação qualquer.

Estas diferenças incluem em primeiro lugar a possibilidade de escolha em situação de laboratório, do engajamento em um evento que colocará o sujeito como vítima, ao passo que na situação real, na maior parte das vezes, o sujeito encontra-se frente a esta situação independente de sua vontade ou escolha.

Em segundo lugar, e em decorrência deste primeiro aspecto abordado, as situações propostas nos estudos de laboratório nunca incluem a gravidade que pode estar presente nos casos de vida real, o que torna as coisas bastante diversas.

Por último deve ser mencionado o significado que tem para o sujeito a colocação em uma situação de vítima nos estudos de laboratório e uma correlata na vida real. É muito difícil ao experimentador obter de seus sujeitos um envolvimento tal na situação proposta que se assemelhe, sequer de perto, com aqueles sentimentos experimentados pelo sujeito quando sofre a ação de um evento imprevisto na vida real.

Aqui se encontra uma situação bastante conflitiva. Por um lado verifica-se a dificuldade de serem reproduzidas em la-

boratório situações aproximadas àquelas ocorridas na vida real, e por outro tem-se os inúmeros óbices que se interpõem ao estudo do processo de atribuição de causalidade com os próprios sujeitos vitimados e a sua reação frente a estes infortúnios, e que incluem entre outros: o custo elevado destes estudos, a possibilidade de contato com estas vítimas; o constrangimento das mesmas em abordar as ocorrências pelas quais passaram; a obtenção de bons indicadores das respostas de combate (*copíng responses*), de luta contra o infortúnio; a dificuldade de medida operacionalizada de muitas variáveis dado que, na maior parte das vezes, não é possível o emprego de escalas ou questionários muito estruturados.

Mesmo com estas dificuldades alguns estudos foram conduzidos, entre os quais podem ser citados os de Chodoff, Stanford, Friedman e Hamburg (1964) com pais de crianças leucêmicas, de Abrams e Finesinger (1953) com pacientes cancerosos, e o de Bullman e Wortman (1977) com vítimas de acidentes que ficaram paralíticas, no qual nos deteremos em alguns detalhes tendo em vista a importância capital para o nosso estudo de campo.

Os autores que tinham como objetivo de seu estudo determinar a relação entre a atribuição de causalidade destes eventos por parte das vítimas e as respostas de combate (*copíng responses*), encontrando preditores destas respostas, tiveram que, em primeiro lugar, adaptar as proposições das três teorias principais a respeito do processo de atribuição em casos de vitimação dado que nenhuma delas prediziam as atribuições pelos próprios sujeitos vitimados, mas sim por observadores

dos eventos.

Propuseram os autores que pela explicação do mundo justo, (Lerner, 1966), as vítimas culpar-se-iam pelo ocorrido, a seus antepassados, a seus defeitos e características negativas, ou mesmo efetuariam uma reavaliação das consequências, demonstrando não serem elas tão negativas como a princípio foram consideradas. Para a proposta da atribuição defensiva (Shaver, 1970) as próprias vítimas deveriam indicar como causa do ocorrido os fatores externos, o acaso, as outras pessoas, a situação em que viviam, as circunstâncias especiais daquele momento onde ocorreu o evento. Por último, para a interpretação da busca de controle (Walster, 1966), as vítimas tratariam de indicar o seu próprio comportamento como causador do evento, e evitariam a todo custo mencionar o acaso como responsável pelo que ocorreu.

Tomando 29 sujeitos (23 homens e 6 mulheres) que sofreram acidentes diversos, e tiveram como consequência uma lesão da coluna vertebral, que os tornaram paraplégicos ou quadriplégicos, os autores efetuaram entrevistas individuais para obter as atribuições de causalidade aos acidentes sofridos, bem como medidas biográficas, de outras variáveis e traços pessoais, coletando as medidas das respostas de combate através de profissionais que tinham contato estreito com as vítimas.

Os resultados obtidos não permitiram teste adequado da capacidade explicativa das três teorias referidas, e nem este era o principal objetivo do estudo, mas oferecem um conjunto de indicações bastante importantes.

Assim, as pessoas vitimadas, ao contrário do predito pela atribuição defensiva, são pouco motivadas a evitar totalmente a culpa, estando dispostas a atribuir culpa a si mesmas pelo evento, mesmo nos casos onde existem claramente outros fatores aos quais poderiam ser imputadas as causas do evento. Entre os fatos propostos para serem julgados como causadores dos eventos, o acaso é apontado com maior frequência, seguido do próprio sujeito, outras pessoas e meio ambiente por último.

Se a atividade onde ocorreu o acidente faz parte do dia a dia do sujeito, se é frequente o seu envolvimento com este tipo de situação, as pessoas acreditam que não poderiam evitar o que ocorreu, porque um dia ou outro isto iria mesmo acontecer, em função do número de vezes em que esteve exposto ao fato e este nunca ocorrera antes. Mas se a atividade é pouco comum, e não é usual o envolvimento do sujeito com este tipo de situação, então tendem a julgar que a ocorrência do acidente consigo era evitável, pois poderia não ter ocorrido justamente quando foi participar daquele evento.

As pessoas parecem que se culpam mais quando percebem grande evitabilidade da ocorrência do evento, estavam só na ocasião do acidente, e são mais religiosas.

Quando questionados a responderem por que eles estiveram envolvidos neste tipo de evento, os sujeitos indicaram seis grandes classes de categorias explicativas, aqui relacionadas em ordem decrescente de aparecimento: Deus tinha uma razão, acaso, predeterminação, reavaliação do evento como positivo, probabilidade, merecimento.

Quanto à relação da atribuição de causalidade ao evento e de outras variáveis pessoais com as respostas de combate, os resultados indicam relações negativas entre a atribuição de causalidade a outras pessoas, a crença na evitabilidade do evento, e a luta contra o seu estado atual. Mostram relações positivas entre a auto-atribuição de culpa pelo acidente, engajamento voluntário na situação que resultou no acidente, e as respostas positivas de luta contra o infortúnio, sendo aqueles que acham que não podiam evitar, e mesmo assim se culpam, os que reagem melhor ao seu estado. Quanto mais os sujeitos culpam os outros pelo seu estado, pior reagem contra os infortúnios que se abateram sobre eles.

Aqueles que estavam sozinhos quando ocorreu o fato, que acreditam mais no mundo justo, que são mais educados, são as pessoas que se sentem mais felizes no momento, apesar da situação em que se encontram.

Mesmo não podendo testar corretamente, e de maneira conclusiva, a contribuição das três teorias propostas para explicação de eventos acidentais, o trabalho de Bullman e Wortman (1977) traz uma série de contribuições importantes ao estudo do processo de atribuição de causalidade utilizado pelos próprios sujeitos que se tornam vítimas de um acidente. Oferecem também a primeira abordagem envolvendo a relação entre atribuição de causalidade e a reação dos sujeitos aos infortúnios que os afligem.

Como palavra final, pode ficar a idéia, perfeitamente demonstrável nos poucos estudos conduzidos, de que o tipo de a-

atribuição causal pelo qual opta um indivíduo visando explicar a origem do fenômeno que lhe ocorreu, tem um papel importante nas suas reações a este dado evento, numa clara confirmação das afirmações que anteriormente fizemos sobre a função mediadora da atribuição de causalidade, colocada entre a situação estimuladora que se apresenta ao sujeito e suas reações a respeito.

Ora, se o comportamento do sujeito frente a determinado fenômeno depende diretamente da atribuição causal que ele faz a este mesmo fenômeno, é possível modificar, controlar, direcionar, esse mesmo comportamento para as metas que se pretendem, a partir da ação direta sobre o processo de atribuição causal, pois ao modificá-lo pode-se obter um redirecionamento em seu próprio comportamento.

Assim, não é difícil entender o papel importante do processo de atribuição utilizado pelo sujeito na determinação do seu comportamento e da conseqüente ação dos psicólogos sobre o mesmo, com aplicações a situações de ensino, trabalho, psicoterapia, planejamento e ação comunitária.

3 - ANÁLISE GERAL DA LITERATURA REVISADA, PROPOSTAS E JUSTIFICATIVAS DE ESTUDO COMPLEMENTAR DA ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE NAS SITUAÇÕES DE VITIMAÇÃO.

A partir da revisão da literatura contida nos capítulos precedentes, especialmente naqueles referentes ao processo de atribuição de causalidade em situações de vitimação, pode-se claramente delinear um conjunto de pontos específicos que ainda não receberam respostas satisfatórias e que por isto mesmo comprometem sobremaneira o entendimento do processo como um todo.

O primeiro destes aspectos, e talvez o principal deles, diz respeito ao fato de que as três mais importantes e sistemáticas propostas de explicação do processo de atribuição de causalidade em situação de vitimação, a busca de controle (Walster, 1966), a teoria do mundo justo (Lerner, 1966) e a teoria de atribuição defensiva (Shaver, 1970) apresentam suas raízes, bem como os experimentos que as sustentam, quase exclusivamente calcados em situações que são apresentadas a sujeitos que, na maior parte das vezes, nada têm a ver com o fato, que recebem um pequeno texto ou ouvem uma fita gravada contando um fato ocorrido, e sobre este mesmo relato devem efetuar suas interpretações referentes às possíveis causas explicadoras do evento.

São fartamente conhecidas as diferenças marcantes entre as percepções de indivíduos que estão totalmente envolvidos com um fenômeno qualquer e aqueles outros que, à margem do que se passou realmente, e a partir de umas poucas informações a respeito, oferecem seu depoimento interpretativo do ocorrido. Falta claramente a estas três teorias, e ao conhecimento da atribuição

de causalidade como um todo, maior conhecimento de como as pessoas que realmente sofreram perdas consideráveis, que se envolveram em um processo de vitimação grave, efetuam as atribuições de causalidade explicativas do fenômeno com elas ocorrido.

Uma tentativa neste sentido foi realizada por Bullman e Wortman (1977), que entretanto só investigaram mais profundamente a relação entre a atribuição de causalidade em paraplégicos e sua consequente luta contra tal infortúnio, sendo o estudo do processo de atribuição relegado a segundo plano, e o teste de eficácia explicadora das três teorias se resumido a breve descrição de sua presença ou não nos sujeitos alvo do estudo.

Ao mesmo tempo a literatura não nos mostra estudo mais aprofundado para verificar se outros sujeitos que sofreram outros tipos de limitação, que não estas decorrentes de um acidente de trânsito, apontam padrões de atribuição de causalidade diferenciados, oferecendo uma visão mais ampla do problema em pessoas que sofreram processos diversos de vitimação, aumentando assim o poder de generalidade dos dados.

Outro aspecto muito importante no processo de atribuição de causalidade refere-se ao grau de participação do sujeito que sofreu os efeitos de uma ação vitimadora no evento que a causou, e da sua relação com a atribuição efetuada por este sujeito. Assim sendo, é de se supor que graus diferentes de envolvimento na ação que provocou a perda do sujeito, venham a contribuir para a diferenciação de atribuição de causalidade feita pelo sujeito, conforme já predito e verificado por Heider(1958) em outros tipos de evento.

E em um extremo desta apreciação anterior podem ser também questionadas quais as relações existentes entre as atribuições de causalidade efetuadas pelos próprios sujeitos que sofreram as perdas graves, e por sujeitos observadores, pareados a eles, que ouviram individualmente os relatos dos eventos ocorridos com outros indivíduos, chamados de atores.

Outro aspecto que deve ser mencionado sobre a pouca clareza da literatura a respeito, refere-se à possível interferência de algumas variáveis do próprio sujeito, tanto biográficas como de personalidade e atitudinais, no processo de atribuição de causalidade, tanto nos sujeitos que sofreram as perdas como naqueles pareados a eles que fazem julgamentos sobre seus casos.

Não deve ser esquecido nesta apreciação o fato de que são poucos os estudos relacionando a aceitação e luta dos sujeitos que sofreram infortúnios graves em suas vidas com as possíveis atribuições de causalidade que estes sujeitos utilizam para explicar os seus casos, lembrando também a relação do exercício de controle, ou percepção do exercício de controle, sobre os eventos que se abatem sobre as pessoas e as possíveis reações mais ou menos adaptadas e eficazes para combater este mal.

Tendo em conta estes fatos e a observação de que cada vez mais se solicita da Psicologia Social o estudo do comportamento, atitudes, valores, sentimentos, percepções, de sujeitos envolvidos diretamente com os fatos, que tenham sofrido pessoalmente as situações positivas, ou os fracassos e desgraças, envolvendo sempre temas da vida diária, pretende-se aqui estudar os

processos de atribuição de causalidade, responsabilidade e culpa aos eventos críticos sofridos por indivíduos que experimentaram infortúnios sérios em sua vida, mais especificamente, presos, cegos e amputados.

Os resultados destes estudos talvez possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida destas populações, ao mesmo tempo em que se consideram as contribuições necessárias e imprescindíveis ao suporte teórico e ao avanço da ciência como um todo.

Exatamente a respeito deste ponto, o estudo tem por finalidade oferecer dados à compreensão do comportamento de sujeitos que sofreram sérias perdas, bem como dos processos que utilizam para aceitação e luta contra o mal que sobre eles se abateu, para a busca de elementos capazes de oferecer explicação aos eventos e condições de melhoria da qualidade de vida destes sujeitos.

Considerando os objetivos mais diretos poder-se-ia resumidamente afirmar que este estudo visa a:

- Determinar os processos de causalidade, responsabilidade e culpa utilizados por sujeitos presos, cegos, e amputados, aos eventos que geraram seus estados;
- Determinar a relação existente entre os processos de atribuição utilizados pelos sujeitos e as reações de aceitação e luta contra suas desgraças (respostas de combate);
- testar a eficácia das teorias do mundo justo, atribuição defensiva e busca de controle na explicação dos processos

de atribuição de causalidade aos eventos sofridos por estes su
jeitos;

- verificar como algumas variáveis pessoais dos sujeitos (crença no mundo justo, locus de controle, auto-estima e religiosidade) relacionam-se com o processo de atribuição de causalidade empregado e o processo de luta contra a desgraça;

- determinar como sujeitos (observadores) que nada sofreram, e emparelhados aos sujeitos atores, efetuam as atribuições de causalidade aos eventos que determinaram o estado atual dos presos, cegos e amputados, e qual a eficácia relativa de cada uma das três teorias consideradas para explicar as atribuições destes sujeitos observadores.

Torna-se necessário aqui um paralelo entre este trabalho e aquele desenvolvido por Bullman e Wortman (1977). Estes autores tinham por objetivos em seu estudo estabelecer a relação entre o processo de atribuição de causalidade utilizado e as reações dos sujeitos paraplégicos frente a sua situação (*copíng*), valendo-se de um só tipo de perda (paraplégicos por acidente automobilístico), considerando as respostas somente dos próprios sujeitos que tiveram as perdas (atores), obtendo as atribuições apenas através de uma questão aberta formulada ao sujeito, e valendo-se do controle das características dos sujeitos para estudar suas relações com as respostas de combate.

Este trabalho, por outro lado, pretende:

- testar a pertinência de cada uma das três teorias de atribuição de causalidade a eventos envolvendo vitimação (mundo

justo, atribuição defensiva, e busca de controle) como explicadora das atribuições de causalidade efetuadas por presos, cegos e amputados, sendo o estudo da relação entre atribuição de causalidade e a luta contra o infortúnio (*coping*) uma preocupação secundária, visando eminentemente oferecer uma aplicação dos conhecimentos aqui adquiridos;

- utilizar sujeitos com três tipos de perdas: amputados de perna ou braço decorrentes de um acidente, com alguma limitação permanente no controle dos eventos que se lhes apresentam; cegos congênitos (ou adquiridos até 5 anos de idade) dos dois olhos ou que adquiriram a cegueira após 5 anos de idade, e que apresentam muito maior limitação, e permanente, no controle e determinação dos eventos ao seu redor; e presos condenados por assalto ou homicídio, com penas de mais de cinco anos de reclusão, e que por isso apresentam mobilidade social comprometida, além da perda temporária do controle sobre alguns dos seus comportamentos e dos eventos que se lhes apresentam;

- comparar os processos de atribuição utilizados pelos próprios sujeitos que sofreram as perdas (atores), e por outros emparelhados a eles, e que tomando conhecimento mais ou menos profundo de seus casos tentavam explicar as razões que os determinavam (observadores);

- obter as atribuições de causalidade através de questões abertas, e por uma escala especialmente construída para testar a presença de explicação por uma ou outra das três teorias consideradas;

- estudar as relações entre as características dos su

jeitos atores e observadores, crença no mundo justo, auto-estima, locus de controle, religiosidade com o processo de atribuição utilizado, e a relação com as teorias de atribuição de causalidade a eventos vitimadores.

Em um quadro resumo poderíamos assim expor as diferenças na abordagem do problema por Bullman e Wortman (1977), e por este trabalho:

	Bullman e Wortman	Este trabalho
Objetivo	-relação entre atribuição de causalidade e respostas de combate	-testar a eficácia das três teorias (mundo justo, atribuição defensiva e busca de controle) na explicação de eventos vitimadores e a relação da atribuição de causalidade com as respostas de combate
Perdas	-paraplégicos devido a acidente automobilístico	-cegos congênitos ou adquiridos -presos assassinos ou assaltantes -amputados de membro superior ou inferior
Obtenção de dados da atribuição	-através de resposta a questão aberta	-através de questão aberta e escala especialmente construída para este fim
Sujeitos	-só os atores	-atores e observadores
Características pessoais	-relação das características pessoais com as respostas de combate	-relação das características pessoais com a atribuição de causalidade

4 - METODOLOGIA

O esquema metodológico, bastante simples empregado neste trabalho, considera como variável independente o tipo de limitação sofrida pelo sujeito, assumindo os seguintes índices ao nível dos sujeitos:

- A - Presos e condenados
 - por assassinato
 - por assalto
- B - Cegos
 - portadores de cegueira total congênita dos dois olhos, ou adquirida até os 5 anos de idade.
 - portadores de cegueira total dos dois olhos adquirida após os 5 anos de idade.
- C - Amputados
 - de um membro superior, com no mínimo a perda de uma mão
 - de um membro inferior, com no mínimo a perda de um pé.
- D - Observadores
 - sujeitos que apresentam características culturais, socio-econômicas e de idade semelhantes às dos sujeitos que sofreram as diversas limitações.

Além destas variáveis independentes, outras consideradas como intervenientes foram alvo da mensuração e incluem a crença no mundo justo, locus de controle, sentimento de auto-estima, sentimento de religiosidade, que poderão vir a ser empregadas como elementos moderadores na explicação dos processos de atribuição de causalidade utilizados pelos diferentes sujeitos deste estudo. As variáveis dependentes incluem a atribuição de causalidade, responsabilidade e culpa pelo evento.

corrido, a possibilidade de se evitar o que aconteceu, uma avaliação geral da situação atual, e as respostas de combate ao estado de infortúnio, entre os sujeitos portadores das perdas consideradas.

3.1 - Hipóteses

Com base nos objetivos últimos deste trabalho e nas suposições básicas das teorias de busca de controle, mundo justo, atribuição defensiva, formulam-se as hipóteses de existência de influências significativas:

- do tipo de perda sofrida pelos sujeitos nas atribuições de causalidade aos eventos vitimadores;
- do tipo de perda sofrida pelos sujeitos no emprego das três teorias de atribuição de causalidade aqui consideradas;
- das variáveis psicológicas dos sujeitos (crença no mundo justo, sentimento de auto-estima, locus de controle e sentimento de religiosidade) no emprego das três teorias de atribuição de causalidade;
- do emprego das três teorias de atribuição de causalidade pelos sujeitos sobre as respostas de combate às perdas sofridas;
- das variáveis psicológicas consideradas nas respostas de combate empregadas;
- do fato de o sujeito ser ator ou observador nas atribuições de causalidade aos eventos geradores dos diversos tipos de perda;
- do fato de o sujeito ser ator ou observador no em

prego das três teorias de atribuição de causalidade.

3.2 - Sujeitos

Os grupos de sujeitos deste estudo compõem-se de:

Grupo 1 - 43 sujeitos, com idade entre 18 e 40 anos, com escolaridade variando entre as primeiras séries do primeiro grau e o segundo grau completo, condenados a penas maiores que cinco anos, e presos em uma penitenciária-prêmio do Estado do Rio de Janeiro para a qual são designados presos de pequena periculosidade.

Grupo 1.1 - 20 sujeitos condenados por assalto a mão armada.

Grupo 1.2 - 23 sujeitos condenados por homicídio.

Grupo 2 - 43 sujeitos observadores.

Grupo 2.1 - 20 sujeitos, alunos de curso profissionalizante de escola do Estado do Rio de Janeiro, que simultaneamente exercem uma atividade profissional, e que analisaram os casos dos sujeitos do grupo 1.1, - considerando o emparelhamento de idade e nível socio-econômico-cultural com os atores dos casos.

Grupo 2.2 - 23 sujeitos, alunos de curso profissionalizante de escola do Estado do Rio de Janeiro, que simultaneamente exercem uma atividade profissional, e que analisaram os casos dos sujeitos do grupo 1.2, considerando o emparelhamento de idade e nível socio-econômico-cultural com os

atores dos casos.

Grupo 3 - 40 sujeitos que sofreram amputação de um membro superior ou um inferior (no mínimo mão ou pé) e que seguiam tratamento de reabilitação profissional em centro especializado do Estado do Rio de Janeiro, todos com idade entre 18 e 43 anos e escolaridade variando entre as primeiras séries do primeiro grau e o segundo grau completo.

Grupo 3.1 - 25 sujeitos que sofreram amputação de membro inferior (no mínimo o pé).

Grupo 3.2 - 15 sujeitos que sofreram amputação de membro superior (no mínimo a mão).

Grupo 4 - 40 sujeitos observadores.

Grupo 4.1 - 25 sujeitos, alunos de curso profissionalizante de escola do Estado do Rio de Janeiro, que simultaneamente exercem uma atividade profissional, e que analisaram os casos dos sujeitos do grupo 3.1, considerando o emparelhamento de idade e nível socio-econômico-cultural com os atores dos casos.

Grupo 4.2 - 15 sujeitos, alunos de curso profissionalizante de escola do Estado do Rio de Janeiro, que simultaneamente exercem uma atividade profissional, e que analisaram os casos dos sujeitos do grupo 3.2, considerando o emparelhamento de idade e nível socio-econômico-cultural com os atores dos casos.

Grupo 5 - 35 sujeitos, cegos bilaterais pertencentes a diversas instituições de amparo ou

desenvolvimento de pessoas portadoras de deficiência visual, com idade entre 18 e 41 anos e escolaridade até o segundo grau completo.

Grupo 5.1 - 13 sujeitos portadores de cegueira total bilateral e que já nasceram cegos ou adquiriram a cegueira até os cinco anos de idade.

Grupo 5.2 - 22 sujeitos portadores de cegueira total bilateral e que adquiriram a cegueira após os cinco anos de idade.

Grupo 6 - 35 sujeitos observadores.

Grupo 6.1 - 13 sujeitos, alunos de curso profissionalizante de escola do Estado do Rio de Janeiro, que simultaneamente exercem uma atividade profissional, e que analisaram os casos dos sujeitos do grupo 5.1, considerando o emparelhamento de idade e nível socio-econômico-cultural com atores dos casos.

Grupo 6.2 - 22 sujeitos, alunos de curso profissionalizante de escola do Estado do Rio de Janeiro, que simultaneamente exercem uma atividade profissional, e que analisaram os casos dos sujeitos do grupo 5.2, considerando o emparelhamento de idade e nível socio-econômico-cultural com os atores dos casos.

3.3 - Instrumentos e Procedimentos

Como não se dispunha de um instrumento já adaptado para recolher as informações necessárias a este estudo houve necessidade de se construir um conjunto deles. Tendo em vista

o baixo nível cultural da maior parte dos sujeitos, e o fato de que a amostra incluía grupos de sujeitos cegos, uma premissa impunha-se à montagem deste material: que ele fosse de compreensão simples, de aplicação oral, e o menos demorado possível dada a pequena disponibilidade dos sujeitos em alguns casos.

Inicialmente foi desenvolvido um pequeno inventário (Anexo I) de dados pessoais, que era aplicado aos sujeitos atores com o intuito de descrever melhor as características biográficas do sujeito, visando em primeiro lugar encontrar um observador que mais se assemelhasse às suas características, em segundo para certo "desarme" do sujeito, inicialmente um pouco temeroso em falar de seu caso, e por último para possível posterior controle destas variáveis. Este inventário inclui informações referentes a: idade, escolaridade, profissão, estado civil, número de irmãos, posição em relação aos irmãos, local de criação, quem foi o responsável pela sua criação, se seus pais são vivos, sua religião, a prática efetiva desta religião e a situação econômica geral.

Aos sujeitos observadores era perguntado somente a sua idade e o grau de escolaridade.

Um segundo questionário foi desenvolvido com o intuito de se obterem as informações relativas à atribuição de causalidade e culpa pelo evento ocorrido com o próprio sujeito, bem como um conjunto de dados relativos à avaliação do evento e de sua situação atual. (Anexo II)

Para os sujeitos observadores desenvolveu-se outro

instrumento, que na verdade constituiu-se em uma pequena variante daquele destinado aos atores, onde a linguagem foi modificada e algumas questões abolidas por não serem pertinentes ao caso. (Anexo III)

A criação de uma escala para obtenção de dados relativos à atribuição de causalidade explicitamente voltada para o teste da eficácia das três teorias de atribuição de causalidade em situação de vitimação, desenvolveu-se a partir da elaboração de 41 questões (ver Anexo IV) aplicadas experimentalmente a 111 sujeitos, alunos de curso profissionalizante no turno de escola do Rio de Janeiro, que durante o dia desenvolviam atividades remuneradas na empresa a nível de operário semi-especializado.

Os resultados das análises da qualidade dos itens expressos no Anexo IV demonstram que a maioria deles apresentam coeficientes de correlação item-resultado geral na escala referente à teoria a que se relaciona bastante altos e significativos.

Além destes tratamentos, efetuaram-se cálculos do coeficiente de correlação (Bravais-Pearson) entre os escores de cada sujeito em cada uma das 3 teorias, comparadas duas a duas. Os dados a seguir, mostram a relativa não superposição das medidas nas três escalas, o que assegura a boa qualidade da escala como um todo e a diferenciação que consegue estabelecer entre as três explicações possíveis:

Busca de controle X Atribuição defensiva: $r = -0,09$

Busca de controle X Mundo justo: $r = 0,35$

Atribuição defensiva X Mundo Justo: $r = -0,62$

Obtiveram-se ainda relações muito baixas entre o fato de um sujeito localizar-se abaixo ou acima da média da amostra em uma teoria, e os seus escores situarem-se abaixo ou acima da média da amostra na outra teoria (coeficiente ϕ):

Busca de controle X Atribuição Defensiva: $r_{\phi} = 0,027$

Busca de controle X Mundo justo : $r_{\phi} = 0,17$

Atribuição defensiva X Mundo justo : $r_{\phi} = 0,028$

Um último e complementar estudo referia-se ao cálculo do coeficiente de correlação ponto bisserial (r_{pb}) entre cada item da escala de cada teoria, e os escores totais obtidos por cada um dos sujeitos nos outros dois conjuntos de escalas, das outras duas teorias (Anexo IV), para que se pudesse verificar se um item que se mostra com boa qualidade para a medida de atribuição de causalidade a uma dada teoria, não seria também bom para as outras duas teorias.

Os resultados demonstram claramente que, exceto raras exceções, isto não ocorre, mormente nos itens que mais nos interessam.

A partir destes estudos foram escolhidos os 10 itens representativos de cada uma das três teorias que melhor se comportaram nas análises estatísticas, e que apresentavam conteúdo mais adaptado à nossa pesquisa, que vieram a compor o instrumento final de coleta de dados de atribuição de causalidade aos eventos vitimadores, para testes da eficácia das três teorias na explicação destes eventos. A mesma escala de

30 itens no total era aplicada a sujeitos atores e observadores, respeitadas as diferenças de indicação pessoal (eu para atores e ele para observadores), e ao sujeito bastava indicar se concordava ou não com cada uma das afirmativas propostas para explicar o fenômeno, conforme pode ser verificado no anexo IV, e onde o gabarito para correção das respostas está também indicado.

Nesta escala cada sujeito obtinha um escore em cada uma das três teorias através da aplicação do gabarito e quanto maior o escore obtido maior a tendência do sujeito em valer-se daquela teoria para explicar a causalidade do evento ocorrido.

A escala de locus de controle foi obtida a partir de um conjunto de 28 itens retirados da escala de locus de controle interno-externo de Rotter (1966), já adaptada ao meio brasileiro por Dela Coleta (1979), que foram submetidos, em um teste inicial, a 79 sujeitos do mesmo curso profissionalizante. Nesta variante da escala de Rotter (1966) os itens devem receber somente a resposta concordo ou discordo, ao invés de serem pareados dois a dois com uma opção interna e outra externa, e às quais os sujeitos devem optar por uma só delas, em virtude da maior complexidade desta última alternativa.

Os resultados deste teste inicial a respeito dos itens (rpb) estão expressos no Anexo V, juntamente com os 28 itens inicialmente submetidos à amostra e demonstram claramente que, de modo semelhante aos dados encontrados por Dela Coleta (1979), a grande maioria deles mostra-se com muito boa

qualidade.

Deste total de 28 itens foram escolhidos 15 deles que apresentavam os maiores índices de relação com a nota total obtida em todos os itens (rpb), e um conteúdo mais adaptado a este estudo, vindo a compor a escala de locus de controle empregada neste trabalho, juntamente com o gabarito de correção reproduzida no Anexo V.

Os escores nesta escala eram obtidos a partir da aplicação do gabarito, correspondendo aos maiores escores um locus de controle mais externo.

A escala de crença no mundo justo foi derivada da aquela de 20 itens desenvolvida por Rubin e Peplau (1975) (Anexo VI), que após traduzida e adaptada foi aplicada a 99 adultos, alunos dos mesmos cursos profissionalizantes a título experimental.

Os resultados expressos no Anexo VI demonstram que exceto três casos, os demais itens apresentam correlação item-nota total na escala (rpb) com valores significativos, indicando a boa qualidade dos itens, e da escala como um todo para a mensuração deste constructo.

Destes 20 itens da escala de Rubin e Peplau (1975) foram escolhidos os 15 que apresentaram os melhores índices de correlação, e um conteúdo compatível com a população alvo e com os propósitos deste estudo, vindo a compor a escala de crença no mundo justo utilizada neste trabalho e reproduzida juntamente com o gabarito para correção no Anexo VI.

Os escores são obtidos a partir da aplicação do gabarito discriminado e os mais altos escores significam maior crença no mundo justo.

A escala para medida do sentimento de auto-estima deriva-se de um conjunto de itens retirados de várias escalas tradicionalmente utilizadas para medida desta característica, mas que na sua totalidade não se adaptavam ao nosso caso.

Assim, tornou-se necessária a construção de 36 itens iniciais retirados de Janis-Field (Eagly, 1967), Coopersmith (1967), Rosenberg (1965), Costa (1978) que foram submetidos a 89 adultos alunos de cursos profissionalizantes, respondendo concordo ou discordo a cada item (Anexo VII).

O estudo da qualidade (Anexo VII) dos itens mostrou que a grande maioria deles apresentavam altos coeficientes de correlação (rpb) com os escores obtidos na escala como um todo, e destes foram retirados os 15 que apresentavam os maiores coeficientes de correlação e cujo conteúdo mais se adaptava ao nosso caso, e que são reproduzidos no Anexo VII juntamente com o gabarito para correção das respostas.

Aqui os escores são obtidos pela aplicação do gabarito descrito na escala, e quanto maior o escore obtido maior o sentimento de auto-estima.

A mesma sistemática foi adotada na construção da escala para medida do sentimento de religiosidade cujos 29 itens (Anexo VIII) inicialmente construídos derivaram-se dos trabalhos desenvolvidos por Poppleton e Pilkington (1963), Brown e

Lowe (1951) e Broen (1956). Esta escala-piloto foi aplicada a 84 adultos alunos de cursos profissionalizante , e os resultados (Anexo VIII) indicam a boa qualidade da maior parte destes itens.

Foram também escolhidos aqueles 15 itens que apresentavam melhores coeficientes de correlação com o escore total, e cujo conteúdo mais se adaptava a este estudo. A escala final utilizada no estudo acha-se reproduzida no Anexo VIII juntamente com o gabarito de correção de respostas.

Os escores são obtidos também pela aplicação do gabarito descrito e quanto mais alto o resultado maior o sentimento de religiosidade.

Com os três grupos de sujeitos que sofreram as perdas, (presos, amputados e cegos) os precedimentos foram bastante semelhantes. Em todos os casos consultava-se na instituição (penitenciária, centro de reabilitação, escola ou albergue para cegos) um arquivo com as fichas dos internos, selecionando-se aleatoriamente entre aqueles que satisfaziam aos critérios de definição das amostras (preso por assalto ou preso por assassinato; cego total bilateral - congênito ou adquirido; amputado de membro inferior ou superior, com pelo menos a perda de uma mão ou de um pé).

Mais tarde, com o auxílio do pessoal da instituição, marcava-se uma entrevista individual com cada sujeito, onde eram aplicados nesta ordem os instrumentos: dados biográficos, atribuição (questões abertas), escala de atribuição de

causalidade com base nas três teorias, e em ordem aleatória as escalas de crença no mundo justo, sentimento de auto-estima, locus de controle e sentimento de religiosidade.

A cada um dos sujeitos era explicado que o experimentador não fazia parte da instituição, que se tratava de estudo individual, sem nenhuma relação com a entidade, que a sua participação era voluntária, e que todos os dados teriam unicamente o destino do estudo, sendo mantida sem identificação a sua pessoa.

As entrevistas realizavam-se em salas razoavelmente confortáveis, com a privacidade e tranquilidade garantidas.

Cumprе ressaltar que quase todos os sujeitos participaram com a maior boa vontade, e alguns até pediam para fazer parte da amostra, lamentando não terem sido "escolhidos", sendo observadas somente duas recusas de participação entre os presos, uma entre os amputados e uma entre os cegos.

Os problemas maiores residiam em se conseguir maior número de sujeitos, ou melhor distribuição entre os sub-grupos. Este fato era particularmente importante nos grupos de cegos, em virtude do pequeno número deles nas instituições contatadas, e nos grupos de amputados, uma vez que os sujeitos só vinham ao centro de reabilitação para receber os tratamentos, retornando logo após às suas residências, com pequeno tempo de permanência no local, ao mesmo tempo em que se observavam muitas faltas aos dias e horários marcados, o que comprometia o bom andamento dos trabalhos.

Uma vez realizadas todas as entrevistas com os sujeitos que sofreram determinado tipo de perda (preso, amputado, cego) o experimentador, de posse da relação completa dos nomes dos sujeitos, conduziu entrevistas com profissionais das instituições às quais se vinculavam os sujeitos a fim de se obterem dados a respeito da aceitação e luta do sujeito contra seu infortúnio - resposta de combate.

No caso dos presos, foram realizadas entrevistas isoladas com o chefe da disciplina e da segurança da penitenciária, ambos conhecedores profundos do comportamento, do dia a dia de cada um dos sujeitos, com os quais se obtiveram as informações desejadas de cada caso. Foi solicitado pelo experimentador que além das informações dadas, emitissem uma nota a cada sujeito, de zero a dez, que pudesse retratar o quanto aquele indivíduo lutava para se recuperar da situação onde se encontrava, para ter uma vida normal o mais breve possível. A nota zero corresponderia à total aceitação da sua situação atual, e a nota dez ao máximo de busca de uma situação normal de vida.

Após esta etapa, os dois profissionais reuniram-se com o experimentador que lhes apresentou os resultados de suas avaliações para que julgassem a sua correção, e mesmo a concordância de um com a avaliação de outro. Curiosamente suas avaliações eram idênticas em todos os casos, à exceção de dois deles onde as notas diferiam somente por um ponto, e após trocarem algumas impressões logo chegaram a um acordo sobre a nota final única.

A obtenção de dados de respostas de combate referentes aos sujeitos amputados foi mais difícil, pois o contato de técnicos do processo de reabilitação profissional com eles era bem menor, com reflexos na prontidão para dar uma informação a respeito. Assim, procurou-se utilizar quase sempre o elemento da equipe de atendimento que tivesse maior contato com os sujeitos, e que possuísse as melhores informações a respeito da aceitação e luta do sujeito contra sua limitação.

Neste caso, entretanto, não foi possível estabelecer um grau para as respostas de combate a cada sujeito, sendo apenas indicado se ele era bom ou mau nestas respostas, isto é, se ele apresentava tendências que poderiam sugerir maior ou menor aceitação e luta contra sua situação.

Outro problema enfrentado dizia respeito ao maior número de pessoas que se precisou contatar para obter os dados, o que se constitui em mais uma fonte de erro aos dados (assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais em geral só tinham condições de opinar sobre o máximo de três amputados).

Situação intermediária foi enfrentada quando da obtenção de dados a respeito das respostas de combate nos sujeitos cegos. Aqui também só foi possível indicar se o sujeito era bom ou mau nesta característica, mas os dados foram obtidos com um grupo menor de pessoas: um diretor de cada uma das quatro instituições às quais pertenciam os sujeitos cegos. Em nenhum caso, entretanto, estes diretores vacilaram ao apontar se aquele sujeito era bom ou mau nas respostas de combate, e

sempre ofereciam indicadores que justificavam plenamente sua opinião.

Tendo-se obtido os dados com os sujeitos que sofreram as perdas, passou-se à fase de coleta de dados junto aos observadores, constituindo-se estas amostras de adultos, masculinos, alunos de cursos profissionalizantes em escola do Rio de Janeiro, e apresentando idade e nível sócio-econômico-cultural semelhante aos dos sujeitos atores.

Um funcionário da escola indicava uma sala da qual poderíamos tomar os sujeitos que eram entrevistados individualmente, e uma vez terminada a entrevista, cada um deles chamava o seguinte. As mesmas precauções tomadas com os sujeitos atores eram observadas quanto à não identificação dos sujeitos observadores e não uso das informações senão no estudo, que a eles era dito tratar-se da verificação de como algumas pessoas percebem a ocorrência de certas coisas com outras pessoas. Era solicitado também aos sujeitos que não comentassem a entrevista com os outros, pois cada uma era diferente da outra.

Após tomar ciência da idade e nível de escolaridade do sujeito, era escolhido, entre os conjuntos de escalas e questionários já respondidos pelos atores, um caso que apresentasse características semelhantes às desse sujeito. Relatava-se o ocorrido com o ator e após assegurar-se do total entendimento do relato, iniciavam-se as questões dos questionários e escalas.

Uma vez concluída a aplicação destes 236 conjuntos

de escalas, a atores e observadores, e corrigidas as respostas atribuindo-se o grau correspondente a cada instrumento, foram os dados codificados e tratados eletronicamente no que tange às medidas descritivas da distribuição, de tendência central, de variabilidade e de correlação entre as variáveis. Os outros tratamentos secundários, e que se referiam a testes das hipóteses, foram realizadas manualmente aproveitando-se dos resultados dos primeiros tratamentos no computador.

5 - RESULTADOS

5.1 - Descrição da Amostra

Antes de se passar à análise dos resultados propriamente dita, seria conveniente verificar como se comportam os diferentes grupos de sujeitos a respeito de algumas variáveis biográficas que servirão como parâmetros para melhor entendimento e controle dos resultados obtidos, bem como de futuras comparações com outros estudos. Lembre-se que a preocupação básica a respeito dos sujeitos deste estudo é a de se procurar compatibilizar as principais variáveis dos atores com aquela dos sujeitos observadores, bem como de restringir a presença a sujeitos com nível sócio econômico baixo, e nível cultural até o segundo grau completo.

A respeito da idade dos sujeitos, pode ser verificado na tabela 13 que os grupos apresentam distribuição de frequência e médias de idade bastante similares, com diferenças insignificantes entre os grupos com as diversas perdas, e principalmente entre os sub-grupos de atores e observadores, o que garante a homogeneização dos grupos nesta variável.

Tabela 13 - Porcentagem de sujeitos em cada classe, amplitude total e média de idade, entre presos, amputados e cegos, atores e observadores.

Idade	P r e s o s				A m p u t a d o s				C e g o s			
	Homicidas		Assaltantes		Membro Inferior		Membro Superior		Congênitos		Adquiridos	
	Ator	Obs	Ator	Obs	Ator	Obs	Ator	Obs	Ator	Obs	Ator	Obs
≤ 20	-	-	-	5	8	-	6,6	13,3	30,8	15,4	23,2	18,2
21-25	8,7	13	35	30	28	28	26,7	20	23	38,4	27,5	18,2
26-30	39,1	30,4	45	25	16	20	33,3	40	30,8	15,4	31,8	31,8
31-35	35	34,7	20	35	20	24	13,3	6,7	-	15,4	4,3	13,6
36-40	17,4	17,4	-	5	16	20	20	6,7	7,7	15,4	13	9,1
≥ 41	-	4,3	-	-	12	8	-	13,3	7,7	-	-	9,1
A.T.	22-40	23-42	21-32	20-36	18-43	22-41	19-39	20-42	18-41	18-40	18-40	18-45
\bar{X}	30,96	31,47	26,85	27,9	30,16	31	28,2	29,3	25,85	27,08	26,23	28,36

Considerando-se o nível cultural-escolar (Tabela 14) verifica-se que a maioria dos sujeitos frequentou a escola até o antigo curso primário, ou nem mesmo chegou a completá-lo. Boa parte do grupo conseguiu ingressar no antigo curso ginásial, frequentou algumas séries ou mesmo o concluiu, e pequena parcela chega a cursar ou concluir o antigo curso colegial.

Uma pequena distinção deve ser efetuada aqui no que tange ao grupo de sujeitos cegos onde a maioria ostenta o título de antigo curso ginásial, ou mesmo colegial. Esta supremacia na frequência a cursos escolares, em geral é compensada pelo menor acesso às informações, a que estão submetidas estes sujeitos cegos. Este fato termina por colocá-los muitas vezes em posições semelhantes aos sujeitos dos outros grupos com menor escolaridade.

Tabela 14 - Distribuição dos sujeitos atores e observadores (percentagem)
nos diferentes níveis de escolaridade.

Escola- ridade	P r e s o s				A m p u t a d o s				C e g o s			
	Homicidas		Assaltantes		Membro Inferior		Membro Superior		Congênitos		Adquiridos	
	Ator	Obs	Ator	Obs	Ator	Obs	Ator	Obs	Ator	Obs	Ator	Obs
Primário ou Menos	69,6	65,2	45	35	64	56	46,7	46,7	38,5	38,5	18,2	36,4
Ginásial Completo ou Incompleto	13	17,4	20	45	32	28	46,7	40	38,5	53,8	45,4	27,2
Colegial Completo ou Incompleto	17,4	17,4	35	20	4	16	6,7	13,3	23,0	7,7	36,4	36,4

A respeito do estado civil dos sujeitos, a inspeção à tabela 15 indica a predominância de solteiros (46%), fato explicado pela própria idade até certo ponto reduzida dos sujeitos. É expressivo entretanto o número de pessoas (29%) que se encontram em situação de anormalidade conjugal, seja vivendo com uma mulher com a qual não é casado, seja vivendo separadamente de sua esposa legal. Acrescente-se a estas informações que a quase totalidade destes casos se refere a sujeitos presos, restando saber agora se esta situação é consequência de seu crime e de sua prisão, ou um dos elementos que possam ter contribuído para esta ocorrência.

Tabela 15 - Distribuição dos sujeitos atores (percentagem) segundo o estado civil.

Estado Civil	Presos		Amputados		Cegos		Total
	Homicidas	Assaltantes	Membro Inferior	Membro Superior	Congênitos	Adquiridos	
Solteiro	13	40	44	53	69,2	68,2	45,8
Amigado	74	20	12	-	7,7	-	21,2
Casado	8,7	15	36	47	15,4	27,3	24,6
Casado vivendo separadamente	-	25	8	-	7,7	4,5	7,6
Viuvo	4,3	-	-	-	-	-	0,8

Os dados indicadores da posição em relação aos seus irmãos (Tabela 16), não demonstram nenhuma associação significativa que pudesse oferecer subsídios à análise mais profunda da distribuição, ficando a citação dos resultados como mero registro e controle.

Tabela 16 - Distribuição dos Sujeitos Atores (percentagem) em relação aos seus irmãos.

Posição em Relação aos Irmãos	Presos		Amputados		Cegos		Total
	Homicidas	Assaltantes	Membro Inferior	Membro Superior	Congênitos	Adquiridos	
Único	8,7	5	4	-	7,7	9,1	5,9
1º	30,4	25	12	33,2	30,8	22,7	24,6
2º	26,1	25	36	6,7	23,1	22,7	24,6
3º	21,7	15	8	6,7	7,7	9,1	11,9
Outro Intermediário	4,3	20	32	26,7	15,4	13,6	18,6
Último	8,7	10	8	26,7	15,4	22,7	14,4

As respostas à questão referente ao local onde o sujeito foi criado até os 15 anos aproximadamente (Tabela 17) fornecem resultados bastante interessantes e que merecem ser analisados com pouco mais de detalhe.

A grande maioria dos sujeitos (48%) morou desde o nas

cimento, ou dos primeiros anos, na grande Rio de Janeiro, mas assim mesmo distingue-se maior concentração de sujeitos presos nesta categoria (65% dos presos), enquanto os outros grupos de sujeitos subdividem-se entre as outras três categorias.

Por outro lado, dado muito interessante mostra que a maioria dos sujeitos compondo o grupo que foi criado na "roça" é composto por sujeitos amputados (69% de sujeitos da categoria são amputados e 50% dos amputados colocam-se nesta categoria). Este dado vem finalmente verificar hipóteses levantadas por Dela Coleta (1977) de que as pessoas criadas no meio rural tenderiam a apresentar maior possibilidade de se envolver em acidentes de trabalho. Em reforço ainda a esta afirmação constata-se a predominância nesta categoria de sujeitos amputados de braço, que sofreram a lesão mais frequentemente no trabalho, do que sujeitos amputados de perna, que em muitos casos sofreram a lesão em acidente de automóvel ou de trem.

Tabela 17 - Distribuição de sujeitos atores (percentagem)
segundo o Local de Criação.

Local de Criação	P r e s o s		Amputados		C e g o s		Total
	Homicidas	Assaltantes	Membro Inferior	Membro Superior	Congênitos	Adquiridos	
Grande Rio	56,5	75	48	-	46,2	50	48,3
Outra Cidade Grande	13	10	8	26,7	15,4	18,2	14,4
Outra Cidade Pequena	13	15	8	-	23,1	18,2	12,7
Roça	17,4	-	36	73,3	15,4	13,6	24,6

Os resultados relativos à questão: "Por quem foi criado?" (Tabela 18) não apresentam diferenças marcantes entre os grupos de sujeitos e por isso merecerão apenas citação de registro.

Tabela 18 - Distribuição dos sujeitos atores segundo o responsável por sua criação (percentagem).

Responsável	Presos		Amputados		Cegos		Total
	Homicidas	Assaltantes	Membro Inferior	Membro Superior	Congênitos	Adquiridos	
Pais	69,6	70	84	73,3	69,2	77,3	74,6
Somente um dos Pais	8,7	15	8	26,7	23,1	9,1	13,6
Membro da família	17,4	10	8	-	7,7	9,1	9,3
Outras Pessoas	-	5	-	-	-	-	0,8
Entidade	-	-	-	-	-	4,5	0,8
Ninguém	4,3	-	-	-	-	-	0,8

As respostas à questão relativa à religião seguida pelo sujeito (Tabela 19) indicam predominância da religião católica. Entretanto, percentagem bastante significativa de sujeitos cegos (40%) declara possuir outra, ou mesmo nenhuma religião, sendo seguidos pelos presos (26%) e por últi

mo os amputados (20%).

Estas diferenças marcantes podem ser ou ter reflexo da ou sobre a situação do sujeito, e influenciar o processo de atribuição de causalidade e os resultados gerais deste estudo.

Tabela 19 - Distribuição dos sujeitos atores segundo sua religião (percentagem).

Religião	Presos		Amputados		Cegos		Total
	Homici- das	Assal- tantes	Membro Inferi- or	Membro Superi- or	Congê- nitos	Adqui- ridos	
Católi- ca	78,3	70	88	66,7	61,5	59,1	72
Espí- rita	-	5	-	6,7	15,4	22,7	7,6
Batis- ta	13	10	12	20	15,4	4,5	11,9
Nenhu- ma	8,7	15	-	6,7	7,7	13,6	8,5

Quando indagados sobre a prática ou não da religião seguida a maioria dos sujeitos (46%) declara não o fazer, enquanto somente 34% indicam a frequência normal às atividades de sua religião. Entretanto as diferenças nos grupos não são marcantes e a Tabela 20 tem o objetivo apenas de registro.

Tabela 20 - Distribuição dos sujeitos atores segundo a prática da religião (percentagem).

Prática da Religião	Presos		Amputados		Cegos		Total
	Homicidas	Assaltantes	Membro Inferior	Membro Superior	Congênitos	Adquiridos	
Sim	47,8	15	32	33,3	30,8	40,1	33,9
+	8,7	30	36	13,3	23,1	9,1	20,3
Não	43,5	55	32	53,3	46,2	50	45,6

5.2 - RESPOSTAS A QUESTIONÁRIOS E ESCALAS

Os resultados das entrevistas conduzidas com sujeitos dos diferentes grupos serão agora apresentados, obedecendo à seguinte sistemática: os três grandes grupos de sujeitos (presos, amputados e cegos) serão analisados inicialmente em separado, descrevendo-se os dados em cada variável para todo o grupo e para cada um dos dois sub-grupos, bem como as comparações entre eles.

Como um dos objetivos deste trabalho é o de testar os postulados gerais a respeito da distinção no processo atribucional entre atores e observadores, muito bem formulados por Jones e Nisbett (1972), serão apresentadas para todas as variáveis consideradas, as informações obtidas junto aos sujeitos observadores daqueles casos específicos, logo após os resultados dos atores no grupo total e em cada sub-grupo.

Uma vez descritos os resultados de cada um dos grupos e sub-grupos, bem como aqueles fornecidos pelos observadores, serão apresentadas as comparações entre os três grandes grupos, tanto ao nível dos atores como dos observadores.

Lembra-se o fato de que nesta seção somente serão descritos os resultados, ficando as discussões e análises mais sistemáticas para o capítulo seguinte.

5.2.1 - SUJEITOS PRESOS

Tal como mencionado anteriormente, as entrevistas iniciavam-se com a obtenção de informações biográficas, passavam ao

relato da situação que redundou naquela limitação aos sujeitos, e a partir daí se iniciava a aplicação dos questionários e escalas cujos resultados passamos a apresentar.

Quando questionados a respeito do que ou quem os sujeitos achavam que teria sido o responsável pelo que lhes aconteceu, nenhum deles deixou de indicar algo ou alguém responsável, na maioria das vezes apontando a causa com muita segurança. Todas estas respostas foram reunidas em sete grandes categorias que serão aplicadas a todos os grupos deste estudo.

Os resultados dos sujeitos atores, tanto do grupo de homicidas, como do de assaltantes, e de ambos em conjunto são indicados na tabela 21, juntamente com a descrição das sete categorias.

Tab.21 - Frequência de atribuição causal a cada categoria - Sujeitos Atores

Categorias	Homicidas		Assaltantes		Total	
	F	%	F	%	F	%
1. Pais, família, hereditariedade, tipo de criação	2	8,7	-		2	4,6
2. Outras pessoas (incluindo a própria vítima) *	13	56,5	-		13	30,2
3. Sociedade, governo, entidades, empresas	-		1	5	1	2,3
4. Falta de recursos da família ou do lugar, situação econômica, tipo de trabalho, máquinas	-		6	30	6	14
5. Destino, acaso, Deus, fatalidade, azar	1	4,3	-		1	2,3
6. Comportamento ou característica do próprio ator	7	30,4	13	65	20	46,5
7. Castigo, outra geração	-		-		-	

* - casos de presos

Por estes dados se verifica que os presos homicidas indicam em 56,5% dos casos as outras pessoas como culpadas pela ocorrência do evento que motivou a sua ida para a prisão, sendo que 54% dos sujeitos que escolheram esta explicação apontam a própria vítima como culpada e causadora do que ocorreu, e 46% indicam uma terceira pessoa como origem do fato. Em 30,4% das vezes os homicidas preferem apontar a sua própria pessoa como causadora de tudo que ocorreu, restando dois casos indicando os pais e o tipo de criação que tiveram, e apenas um apontando o destino como causador de sua perda.

Entre os assaltantes a situação é bastante diversa pois nenhum deles aponta a causalidade do evento nas outras pessoas, e 65% dos sujeitos indicam a sua própria pessoa, sua falta de controle, sua imaturidade, como origem dos fatos. Os outros 35% explicam a sua situação como decorrente das falhas da sociedade ou da falta de recursos, e da situação econômica geral, pessoal ou da família.

Pode-se dizer que para o grupo como um todo o índice das causas externas (composto pelas categorias 1,2,3,4,5) compreende aproximadamente 54% das citações por parte dos sujeitos, e as causas internas 46%, mas essa situação é muito diferente entre homicidas e assaltantes para permitir que esses dados sejam reunidos sem maiores cuidados. Tanto isto é verdadeiro que entre os homicidas as causas externas apresentam 70% de citações, e as causas internas pessoais apenas 30%, e no caso dos assaltantes as causas externas mereceram 35% de indicações e as causas internas 65%.

Para os sujeitos observadores, que efetuaram atribui-

ções de causalidade aos eventos ocorridos com os atores, as respostas alocadas nas sete categorias formuladas apresentam a seguinte atribuição:

Tab.22 - Frequência de atribuição causal a cada categoria - Sujeitos observadores.

Categorias	Homicidas		Assaltantes		Total	
	F	%	F	%	F	%
1.Pais, família, hereditariedade, tipo de criação	-		-		-	
2.Outras pessoas (incluindo a própria vítima)*	7	30,4	-		7	16,3
3.Sociedade, governo, entidades, empresas	-		-		-	
4.Falta de recursos da família ou do lugar, situação econômica, tipo de trabalho, máquinas	-		-		-	
5.Destino, acaso, Deus, fatalidade, azar	-		-		-	
6.Comportamento ou característica do próprio autor	16	69,6	20	100	36	83,7
7.Castigo, outra geração	-		-		-	

* - casos de presos

Os observadores dos casos de homicídio indicaram em 69,6% das vezes a própria pessoa do ator como responsável e em 30,4% apontaram os outros como causa do ocorrido, sendo que des

tes somente 29% mencionam a própria vítima e 71% indicam uma terceira pessoa como culpada pelo evento.

Dentre os observadores de casos com assaltantes, a totalidade aponta o próprio sujeito como a origem e causa do que lhes ocorreu, discriminando a falta de caráter, a ausência de controle, o fato de possuir "idéias fracas" e se deixar levar por soluções fáceis a seus problemas financeiros.

Considerando o grupo total verifica-se que os observadores preferem indicar as causas internas dos atores em 83,7% das vezes como responsáveis pelos eventos, e em somente 16,3% dos casos apontam outras causas externas para explicar o ocorrido.

Comparando-se os resultados recolhidos com atores e observadores verifica-se a comprovação da hipótese de diferenças no processo de atribuição utilizados por atores e observadores ($\chi^2=11,52$ p < .01), como descrito na tabela 23:

Tab.23 - Frequência de atribuição a fatores internos ou externos, por atores e observadores

	Causas Internas ao Ator	Causas Externas ao Ator	Total
Sujeitos Atores	20	23	43
Sujeitos Observa dores	36	07	43
Total	56	30	86

Ao lado da maior diversidade de indicações causais por parte de atores que observadores, comprova-se a predominância de atribuições a causas externas pelos presos atores e a

flagrante maioria de indicações de causas internas pelos observadores como explicação dos eventos ocorridos, tal como previsto por Jones e Nisbett (1972) e detalhadamente descrito no capítulo 2.5 deste trabalho.

As respostas à questão "quanto o ator foi culpado pelo que aconteceu?", variando entre o ponto mais baixo, representado por nada que correspondia ao valor 1, até o nível mais alto, representado por totalmente e o valor 5, indicam que o grupo de atores presos assaltantes se julga mais culpado pelo que ocorreu ($\bar{X}=3,50$) do que os atores presos homicidas ($\bar{X}=2,74$), ainda que esta diferença não atinja os níveis convencionais de significação estatística ($t=1,65$; $p=n.s.$).

O mesmo fenômeno, mas em intensidade superior, e atingindo níveis de significação estatística ($t=3,03$; $p<01$), ocorre entre os sujeitos observadores, com os referentes aos homicidas culpando menos o ator ($\bar{X}=3,87$) do que aqueles relativos aos sujeitos assaltantes ($\bar{X}=4,90$).

Estes dados vem confirmar os resultados obtidos na variável anterior e mostram que, tanto entre atores como observadores, os sujeitos assaltantes são julgados mais culpados pelo evento do que os sujeitos homicidas, que em boa parte dividiram sua culpa com causas externas.

Ao se compararem os resultados de sujeitos atores e observadores verifica-se que os observadores do grupo de homicidas

culpam mais ($t=2.52$; $p<.05$) os atores ($\bar{X}=3,87$) do que eles próprios o fazem ($\bar{X}=2,74$), o mesmo ocorrendo e em maior intensidade, com os observadores do grupo de assaltantes que culpam quase totalmente ($\bar{X}=4,90$) os atores e estes indicam níveis intermediários de culpa a si mesmos. ($\bar{X}=3,50$) ($t=4,17$; $p<.01$).

Considerando-se os grupos totais constata-se que os sujeitos observadores, conforme a hipótese de Jones e Nisbett (1972), e já verificada anteriormente neste trabalho, tendem a culpar mais ($\bar{X}=4,35$) os atores do que o fazem os próprios atores ($\bar{X}=3,09$), sendo esta diferença estatisticamente significativa ($t=4,21$; $p<.01$).

Os coeficientes de correlação entre os resultados dos grupos de atores e de observadores, indicam relações positivas, com os índices variando entre 0,31 para o grupo total, 0,26 para os homicidas e 0,35 para os assaltantes. De qualquer modo esses valores demonstram certa independência nos julgamentos de um e de outro grupo, ficando os resultados mais ligados a cada caso particular do que ao fato do sujeito ser ator ou observador.

A atribuição de responsabilidade pelo evento a cada um dos quatro fatores propostos aos sujeitos - eu/ele, outros, situação, acaso - apresentou resultados bastante interessantes e que fornecem ricas informações. Aos sujeitos competia atribuir um valor classificatório de 1 a 4 a cada um dos fatores indicados, sabendo-se que quanto menor o valor indicado, maior a importância daquele dado fator à ocorrência do fenômeno (lembre-se que não era possível atribuir-se o mesmo valor a fatores diferentes, isto é, um dos fatores deveria receber valor 1, o outro 2, e as

sim sucessivamente...)

O grupo de sujeitos atores homicidas, em média, forneceu as seguintes indicações a cada um dos fatores, assim ordenados:

Tab.24 - Média de valores classificatórios atribuídos a cada fator - Sujeitos Atores Homicidas

Fatores	Médias
1.outros	1,65
2.acaso	2,48
3.eu	2,83
4.situação	3,04

Já os sujeitos atores assaltantes, em média, indicaram os seguintes valores a cada um dos 4 fatores:

Tab.25 - Média de valores classificatórios atribuídos a cada fator - Sujeitos Atores Assaltantes

Fatores	Médias
1.situação	2,05
2.eu	2,25
3.acaso	2,85
4.outros	2,85

Por estes dados pode-se notar claramente algumas diferenças entre os dois subgrupos, onde os homicidas apontam os outros (em geral, a vítima) e o acaso (ocorrência momentânea) como os responsáveis pelo ocorrido, enquanto os assaltantes tendem a

indicar a situação econômica que enfrentavam no momento e a sua própria pessoa como os causadores do evento que conduziu à situação em que se encontram no momento.

Os sujeitos observadores, tanto dos casos ocorridos com os homicidas, como com assaltantes, fornecem as seguintes indicações de importância de cada um dos quatro fatores propostos:

Tab.26 - Média de valores classificatórios atribuídos a cada fator - Sujeitos Observadores

Fatores	Homicidas	Assaltantes
1.ele mesmo	1,83	1,15
2.os outros	2,39	2,40
3.situação	2,69	3,05
4.acaso	3,09	3,40

Pode-se notar claramente a maior diferenciação dos resultados entre os observadores dos assaltantes em relação a aqueles dos homicidas, e a indicação maior entre os primeiros do fator ele mesmo como explicador do evento. Os outros aparecem em segundo lugar de importância, tendo a situação e o acaso um papel muito menor na explicação do ocorrido, à luz das opiniões dos observadores.

Quando se consideram os grupos totais de atores e observadores, os resultados médios indicadores de contribuição de cada um dos quatro fatores à explicação dos eventos, apresentam-se do seguinte modo:

Tab.27 - Média de valores classificatórios atribuídos a cada fator -Todos os Sujeitos Atores e Observadores

Fatores	Média dos Atores	Média dos Observadores
eu/ele	2,56	1,51
outros	2,21	2,40
situação	2,58	2,86
acaso	2,65	3,23

Os tratamentos indicam diferenças significativas entre os dois grupos de sujeitos com os observadores apontando como mais importante o fator eu/ele do que os sujeitos atores ($t=5,07$; $p < .01$) e atribuindo menor importância ao fator acaso ($t=2,58$; $p < .05$). Nos outros dois fatores- outras pessoas e situação - as diferenças entre os dois grupos não atingem níveis significativos para merecerem maiores apreciações.

Novamente aqui se constata os resultados anteriores de predominância de atribuições causais à pessoa do ator como explicação por parte de observadores, e a indicação de fatores externos por parte dos sujeitos atores, lembrando-se também como importante resultado a relevância intermediária do fator acaso oferecida pelos sujeitos atores e a total desconsideração deste mesmo fator pelos sujeitos observadores.

Solicitados a responder o quanto poderiam ter evitado o que ocorreu, os sujeitos atores homicidas indicaram menor possibilidade ($\bar{X}=1,74$) de controlar o evento do que os sujeitos assaltantes ($\bar{X}=3,70$) ($t=3,98$; $p < .01$), acrescentando muitas vezes que foram obrigados a matar a outra pessoa para garantir sua hon

ra e mesmo sua própria vida. Já os assaltantes acreditam mais que, se tivessem refletido um pouco melhor e mantido a serenidade, conseguiriam superar a situação difícil por que passavam e evitariam envolver-se no assalto.

O mesmo ocorre com os observadores dos sujeitos homicidas que indicam menores possibilidades ($\bar{X}=4,39$) de que os atores pudessem evitar o que ocorreu do que os observadores dos sujeitos assaltantes ($\bar{X}=5,00$) ($t=2,10$; $p<.05$) que por unanimidade afirmaram serem os atores assaltantes capazes de evitar o ocorrido.

A comparação entre as respostas de sujeitos atores e observadores mostra diferenças marcantes entre os dois grupos, tanto para os casos de homicídios ($t=6,24$; $p<.01$) como para os de assalto ($t=3,42$; $p<.01$). Os sujeitos observadores de casos de homicídios indicaram maiores ($\bar{X}=4,39$) possibilidades de que os atores pudessem evitar o ocorrido, do que o fazem os próprios atores ($\bar{X}=1,74$), o mesmo ocorrendo para os casos de assalto (observadores $\bar{X}=5,00$ e atores $\bar{X}=3,70$).

Ao se considerarem os grupos totais (homicidas mais assaltantes) verifica-se que os observadores significativamente ($t=6,23$; $p<.01$) indicam maiores possibilidades de se evitar o ocorrido ($\bar{X}=4,67$) do que o fazem os atores ($\bar{X}=2,65$) a esse respeito.

Os coeficientes de correlação entre os julgamentos nesta variável pelo grupo de atores e observadores assumem valores muito baixos (0,24 para o grupo total, 0,14 para os homicidas e sem correlação para os assaltantes), que indicam a independência

dos julgamentos dos sujeitos, variando os resultados apenas em função de cada caso e não do fato de o sujeito pertencer a um ou outro grupo.

Lembra-se aqui a correlação positiva e alta entre os escores obtidos na indicação de quanto o sujeito foi culpado pelo ocorrido e o quanto poderia ter evitado o que aconteceu, que para os atores apresenta índice igual a 0,41 e para os observadores 0,69.

Devem ser mencionadas ainda correlações significativas para os sujeitos observadores, entre o quanto acreditam que o ator tenha sido culpado pelo evento e seus escores nas escalas de auto-estima (0,31), e entre o quanto acreditam que o sujeito pudesse ter evitado o que aconteceu e os escores na escala de mundo justo (0,38). Quer dizer, quanto maior a auto-estima do observador mais ele acredita que o ator foi culpado pelo que aconteceu, e quanto mais crê no mundo justo mais indica que o sujeito poderia ter evitado o que aconteceu.

Correlações de menor expressão entre os escores dos sujeitos observadores, merecendo apenas registro, entre o quanto o ator foi culpado e os escores de locus de controle (-0,25), o quanto o ator poderia ter evitado o que aconteceu e os escores de locus de controle (-0,28), indicaram ligeira tendência a quanto mais interno o locus de controle do observador mais ele indicar que o sujeito foi culpado e que poderia ter evitado o ocorrido.

As soluções apresentadas pelos diversos sujeitos para que se pudesse evitar a ocorrência do evento com os sujeitos ato

res foram reunidas em seis categorias mais abrangentes, com a seguinte frequência de menção de cada uma delas pelos grupos de sujeitos atores:

Tab. 28 - Frequência de indicação de soluções para evitar a ocorrência dos eventos - Sujeitos Atores

Soluções	Homicidas		Assaltantes		Total	
	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento diferente de entidades	1	4,3	-		1	2,3
2. Comportamento diferente de outros	9	39,1	2	10	11	25,6
3. Comportamento diferente da família	2	8,7	1	5	3	7
4. Situação diferente da família, do lugar ou dele mesmo	3	13	3	15	6	14
5. Comportamento diferente do ator	8	34,8	12	60	20	46,5
6. Nada	-		2	10	2	4,6

Os homicidas indicam com maior frequência (65,2%) a necessidade de que houvessem diferenças de comportamento por parte de outros elementos (pessoas, entidades) e menor número de vezes (34,8%) mencionam a necessidade de uma modificação em seu modo de agir como forma de controle da situação.

Já os sujeitos assaltantes apontam com maior frequência (60%) a emissão de um comportamento diferente de sua parte como forma de controlar o aparecimento daquele evento, ficando as mudanças externas, ou nenhuma possibilidade de controle com me

nor número de citações (40%).

A reunião dos dois sub-grupos em um só termina por anular as diferenças e apresentar uma divisão equitativa de citações de modificações pessoais ou externas como forma de evitar o ocorrido.

Considerando-se as respostas dos sujeitos observadores e as mesmas categorias mencionadas anteriormente, os resultados são bastante distintos, com a indicação, pela quase totalidade dos sujeitos observadores, da mudança de comportamento do sujeito ator como a única forma de se evitar o ocorrido.

Tab.29 - Frequência de indicação de soluções para evitar a ocorrência dos eventos - Sujeitos Observadores

Soluções	Homicidas		Assaltantes		Total	
	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento diferente de entidades	-		-		-	
2. Comportamento diferente dos outros	-		-		-	
3. Comportamento diferente da família	-		-		-	
4. Situação diferente da família, do lugar ou dele mesmo	-		-		-	
5. Comportamento diferente do ator	22	95,7	20	100	42	97,7
6. Nada	1	4,3	-		1	2,3

Estabelecendo-se um paralelo entre as respostas dos su

jeitos atores e observadores verifica-se a existência de clara associação ($\chi^2=25,49$; $p<.01$) entre as duas categorias de sujeitos e a indicação de modificações no próprio ator ou nas variáveis externas em geral (ou mesmo nenhuma modificação possível porque seria inevitável a ocorrência do fato), o que mais uma vez suporta a hipótese de Jones e Nisbett (1972).

Tab.30 - Frequência de indicação de mudanças internas ou externas, por sujeitos atores ou observadores, para evitar a ocorrência dos eventos.

	Ator	Observador	Total
mudança no próprio sujeito ator	20	42	62
mudança em outras variáveis externas ou nada a fazer	23	1	24
Total	43	43	86

Uma das medidas que permitiriam aos sujeitos expressar de modo mais pessoal as atribuições de causalidade da ocorrência dos eventos era a resposta à questão: Por que isto ocorreu com você (ele) e não com outra pessoa? Por que você (ele)?

As respostas fornecidas tanto por atores como observadores incluíam uma gama de menções difícil de ser expressa de modo compreensível e que por isto mesmo necessitaram ser agrupadas em sete grandes categorias explicadoras do porquê aquele sujeito sofreu aquela dada perda, e cujas frequências de indicações para os sujeitos atores são expressas a seguir:

Tab.31 - Frequência de explicações adotadas por sujeitos atores à questão
"Por que isto ocorreu com você?"

Explicações	Homicidas		Assaltantes		Total	
	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento ou característica inadequada do ator	7	30,4	6	30	13	30,2
2. Pela ação negativa de outros	-		2	10	2	4,6
3. Falha dos pais, família, fator hereditário	-		3	15	3	7
4. Pela situação, do modo como estava só podia ocorrer com ele, local perigoso	-		4	20	4	9,3
5. Destino, acaso, azar, predestinação, desígnio, provação de Deus, probabilidade	16	69,6	5	25	21	48,8
6. Pagando por erro de alguém, castigo de Deus	-		-		-	
7. Não sabe	-		-		-	

Os homicidas oferecem suas explicações para a questão valendo-se de apenas duas categorias. O Destino em 69,6% dos casos e o seu comportamento inadequado ou suas características pessoais em 30,4% das vezes. Os assaltantes valem-se de 5 categorias, sem predominância maciça de uma delas, mas de qualquer modo apontando mais frequentemente (70%) razões fora de sua pessoa,

do que seu comportamento ou característica (30%).

No total do grupo de presos a menção ao destino é responsável por 48,8% das explicações à escolha do sujeito para sofrer esta perda, com as características e comportamentos pessoais do sujeito respondendo por apenas 30,2% das respostas, ficando os outros 20,9% por conta da situação e dos outros.

Ao se considerar os sujeitos observadores a configuração é totalmente diferente e os resultados de frequência de menção de cada categoria são os seguintes:

Tab.32 - Frequência de explicações adotadas por sujeitos observadores à questão "Por que isto ocorreu com ele?"

Explicações	Homicidas		Assaltantes		Total	
	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento ou característica inadequada do ator	13	56,5	17	85	30	70
2. Pela ação negativa de outros	2	8,7	1	5	3	7
3. Falha dos pais, família, fator hereditário	-		1	5	1	2,3
4. Pela situação, do modo como estava só podia acontecer com ele, local perigoso	3	13	-		3	7
5. Destino, acaso, azar, predestinação, desígnio, provação de Deus, probabilidade	5	21,7	1	5	6	14
6. Pagando por erro de alguém, castigo de Deus	-		-		-	
7. Não sabe	-		-		-	

As respostas dos observadores concentram-se em 70% das vezes na categoria "comportamento ou característica do próprio ator" como explicadora da ocorrência do evento com aquele sujeito em particular, sendo o Destino mencionado em apenas 14% dos casos, e outras variáveis relativas a outras pessoas e situação geral sendo apontadas em 16% das vezes.

Aqui também as diferenças entre atores e observadores são marcantes. Se for observada a reunião dos dois sub-grupos de atores e observadores, bem como das categorias que guardam semelhança entre si, verifica-se a indicação dos fatores internos aos atores para explicar a ocorrência dos fatos por parte dos observadores, e a menção a variáveis externas (mormente o Destino) por parte dos sujeitos atores ($\chi^2=11,91$; $p<.01$).

Tab.33 - Frequência de explicações internas ou externas, por sujeitos atores e observadores à questão: "Por que isto ocorreu com você/ele?"

	CARACTERÍSTICAS DO ATOR	VARIÁVEIS EXTERNAS	TOTAL
Atores	13	30	43
Observadores	30	13	43
Total	43	43	86

Como introdução ao ponto central deste trabalho - medida de atribuição de causalidade a eventos acidentais, e teste do emprego das três teorias (busca de controle, mundo justo e atribuição defensiva) como explicação destes eventos - foi solicitado aos sujeitos que classificassem, em ordem decrescente de importância, três frases explicadoras do que havia ocorrido con

sigo ou com o ator do evento em pauta, e que representavam cada uma das três teorias mencionadas.

Os resultados médios das respostas fornecidas pelos sujeitos atores homicidas delinearão a seguinte opção por explicações calcadas nas três teorias:

Tab.34 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - sujeitos atores homicidas

Teorias	Médias
Busca de Controle(BC)*	2,04
Mundo Justo (MJ)	2,26
Atribuição Defensiva (AD)	1,69

numa primeira indicação de que esses sujeitos preferiam adotar prioritariamente, e nesta ordem, as teorias de Atribuição Defensiva, Busca de Controle e, por último Mundo Justo, para explicação do ocorrido consigo.

Já os sujeitos atores assaltantes, em termos médios, apresentavam a seguinte distribuição classificatória da utilidade das três teorias para explicação de seu caso:

(*) Algumas vezes neste trabalho, ao se fazer referência às teorias, serão empregadas as siglas conforme esta convenção aqui estabelecida.

Tab.35 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - su
jeitos atores assaltantes.

Teorias	Médias
Busca de Controle (BC)	1,60
Mundo Justo (MJ)	2,60
Atribuição Defen <u>s</u> iva (AD)	1,80

mostrando optar em primeiro lugar pela teoria de Busca de Con -
trole, em segundo Atribuição Defensiva e por último e mais dis-
tante a teoria de Mundo Justo.

Para os sujeitos observadores os resultados são ainda
mais diversos que estes apresentados. Os observadores dos casos
de homicídios aceitam em termos médios, nesta ordem classifica-
tória, as três teorias para explicar os eventos dos quais ouvi-
ram os relatos:

Tab.36 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - su
jeitos observadores de homicídios

Teorias	Médias
Busca de Controle (BC)	1,35
Mundo Justo (MJ)	2,78
Atribuição Defen <u>s</u> iva (AD)	1,87

Aqui se verifica a colocação da teoria de Busca de
Controle em nítido primeiro lugar, Atribuição Defensiva em ní-
veis intermediários, e bem próximo à extremidade inferior a teou

ria do Mundo Justo.

Os sujeitos observadores dos casos de assalto apresentaram resultados médios a respeito desta mesma variável, muito mais nítidos ainda que aqueles apresentados pelos observadores dos homicidas, com a indicação da teoria BC próxima do extremo superior, a teoria AD na posição intermediária, e praticamente no extremo inferior a teoria MJ.

Tab.37 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - sujeitos observadores de assaltantes

Teorias	Médias
Busca de Controle (BC)	1,05
Mundo Justo (MJ)	2,90
Atribuição De-fensiva (AD)	2,05

Em termos gerais, e unindo agora os dois sub-grupos de homicidas e assaltantes, os resultados médios indicam que os sujeitos atores optam em primeiro lugar pelas explicações da teoria AD, em segundo BC e por último MJ, ocorrendo o contrário com os observadores que apontam as explicações da teoria BC em primeiro lugar, AD em segundo e por último MJ.

Os sujeitos observadores optam com maior intensidade ($\bar{X}=1,21$) pela teoria BC para explicar o ocorrido, do que os sujeitos atores ($\bar{X}=1,84$) ($t=4,5$; $p<.01$); relegam a teoria MJ a um plano mais inferior ($\bar{X}=2,84$) do que o fazem os sujeitos atores ($\bar{X}=2,42$) ($t=3,00$; $p<.01$); e ainda que as diferenças não atinjam níveis de significação estatística ($t=1,5$), consideram menos a

teoria de AD ($\bar{X}=1,95$) do que o fazem os sujeitos atores ($\bar{X}=1,74$).

Entretanto o ponto principal da medida de atribuição de causalidade só agora é focalizado: os escores dos sujeitos nas escalas de atribuição de causalidade com base nas três teorias explicadoras de eventos acidentais (busca de controle, mundo justo e atribuição defensiva).

Os sujeitos atores presos por homicídio obtiveram resultado médio de 18,21 considerando-se as escalas referentes às três teorias conjuntamente (30 itens). Uma análise de variância RBD com os resultados dos mesmos sujeitos nas escalas referentes às três teorias indica diferenças significativas ($F=18,56$; $p<.01$) entre os escores, demonstrando que este grupo utiliza diferencialmente as três teorias nas explicações dos casos ocorridos.

A preferência entre as teorias recai em primeiro lugar sobre a teoria de atribuição defensiva ($\bar{X}=7,09$), com pequena diferença não significativa ($t=0,21$; $p=n.s.$) sobre a teoria de Busca de Controle ($\bar{X}=6,96$) colocada em segundo lugar. Os resultados indicam também o pequeno emprego da teoria do Mundo Justo para explicação dos eventos ocorridos com sujeitos presos homicidas ($\bar{X}=4,43$) tanto ao ser comparada com a teoria de Busca de Controle ($t=8,72$; $p<.01$) como com os escores da teoria de Atribuição Defensiva ($t=5,22$; $p<.01$).

Para os sujeitos atores presos por assalto, que obtiveram resultados médios de 18,6 nas três escalas conjuntamente, as análises estatísticas demonstram existir diferenças significativas ($F=28,2$; $p<.01$) nos escores de cada uma das três teo -

rias para explicação do evento ocorrido com o mesmo sujeito.

Diferentemente dos sujeitos homicidas, os assaltantes obtêm escores bastante superiores na teoria BC ($\bar{X}=9,00$) e que apresentam diferenças significativas ($t=6,57$; $p<.01$) em relação aos escores referentes à teoria AD ($\bar{X}=5,15$) colocada em segundo lugar na preferência para explicação dos eventos ocorridos. Por último, tal como no caso dos homicídios, os escores referentes à teoria do MJ ($\bar{X}=4,45$), inferiores a aqueles da teoria BC ($t=11,1$; $p<.01$) mas com pequena diferença, não significativa, em relação à teoria AD ($t=0,95$; $p=n.s.$)

Considerando-se o grupo de presos atores como um todo (reunindo-se os dois sub-grupos de homicidas e assaltantes) os resultados nas três teorias apresentam-se bastante diferenciados ($F=31,8$; $p<.01$), com os escores da teoria BC ($\bar{X}=7,91$) superiores ($t=3,33$; $p<.01$) tanto aos da teoria AD ($\bar{X}=6,19$) como aos da teoria MJ ($\bar{X}=4,44$) ($t=11,96$; $p<.01$), e as indicações de explicações com base na teoria AD ($\bar{X}=6,19$) superiores ($t=3,80$; $p<.01$) às referentes à teoria do Mundo Justo ($\bar{X}=4,44$).

Os sujeitos observadores dos casos de homicídio apontaram, em média, 18,18 explicações para os eventos ocorridos, ao se considerarem as três teorias conjuntamente. A análise de variância dos resultados em cada uma das teorias mostrou existirem diferenças significativas ($F=27,9$; $p<.01$) entre as explicações baseadas nestas três posições.

Em primeiro lugar aparecem as explicações da teoria de BC ($\bar{X}=9,00$) bastante superiores ($t=5,34$; $p<.01$) a aquelas calculadas na teoria AD ($\bar{X}=4,96$), colocada em segundo lugar, o mesmo ocorrendo com relação à teoria MJ ($\bar{X}=4,22$) ($t=9,64$; $p<.01$). O em-

prego da teoria AD, embora pouco superior, não alcança níveis de significação estatística sobre a teoria do MJ ($t=0,96; p=n.s.$)

Ao se considerarem os sujeitos observadores dos casos de assalto, verifica-se terem concordado, em média, com 16 das 30 explicações propostas, independentemente de cada uma das três teorias. O estudo dos escores em cada uma das teorias mostrou diferenças significativas ($F=70,4; p<.01$) quanto ao emprego das mesmas para explicação dos eventos ocorridos.

Para estes sujeitos, a preferência maior para explicar os casos de assalto, cujos relatos lhes foram apresentados, recai sobre a teoria de busca de controle ($\bar{X}=8,95$) que apresenta superioridade ($t=10,74; p<.01$) sobre a teoria do MJ ($\bar{X}=3,75$), segunda colocada, e sobre a teoria AD ($t=13,02; p<.01$) postada em último lugar ($\bar{X}=3,30$).

A teoria do MJ apresenta pequena superioridade sobre a teoria de AD, mas esta diferença não chega a atingir níveis de significação estatística ($t=0,70; p=n.s.$).

Tomando-se os sujeitos observadores em conjunto, tanto aqueles relacionados aos casos de homicídio como de assalto, verifica-se existirem diferenças significativas ($F=72,50; p<.01$) no emprego das três teorias para explicação dos fenômenos ocorridos com os atores. Claramente valem-se da teoria de BC em primeiro lugar ($\bar{X}=8,98$) bastante superior ($t=10,41; p<.01$) à teoria de AD ($\bar{X}=4,19$), e ainda mais ($t=14,23; p<.01$) à teoria do MJ ($\bar{X}=4,00$). A teoria de Atribuição Defensiva apresenta ligeira superioridade à teoria do Mundo Justo, mas esta diferença é muito pequena para ser aqui considerada ($t=0,37; p=n.s.$).

A comparação entre os resultados obtidos junto aos sujeitos atores e observadores, como sempre, fornece indicadores bastante seguros das diferenças no processo de atribuição utilizados por um e outro. No que tange ao grupo de homicidas, os observadores valem-se mais ($t=3,71; p<.01$) das afirmativas referentes à teoria de BC ($\bar{X}=9,00$) do que os sujeitos atores ($\bar{X}=6,96$) para explicação do ocorrido, enquanto estes últimos empregam mais frequentemente ($t=3,04; p<.01$) as explicações calcadas na teoria de AD ($\bar{X}=7,09$) do que os sujeitos observadores ($\bar{X}=4,96$). A concordância com as explicações baseadas na teoria do MJ, sempre menores em relação às demais teorias, não apresenta diferenças significativas ($t=0,30; p=n.s.$) entre o grupo de atores ($\bar{X}=4,43$) e observadores ($\bar{X}=4,22$) de casos de homicídio.

Para os casos de assalto a situação é um pouco diferente desta anteriormente apresentada, com os atores valendo-se pouco mais ($\bar{X}=9,00$) da teoria BC do que os sujeitos observadores ($\bar{X}=8,95$), mas esta diferença sendo praticamente nula, não pode ser considerada ($t=0,66; p=n.s.$). Entretanto os sujeitos atores utilizam-se mais ($t=2,57; p<.05$) das afirmativas relativas à teoria de AD ($\bar{X}=5,15$) do que os sujeitos observadores ($\bar{X}=3,30$) o que de certa forma já era esperado. A utilização da teoria do MJ para explicar as ocorrências, como sempre, se faz em menor escala e as diferenças entre o grupo de sujeitos atores ($\bar{X}=4,45$) e de observadores ($\bar{X}=3,75$), ainda que em favor dos primeiros, é muito reduzida para ser caracterizada ($t=1,06; p=n.s.$)

Para os grupos reunidos de atores e observadores verifica-se mais uma vez a maior utilização de explicações baseadas

na teoria de Busca de Controle ($t=3,00; p<.01$) por parte dos sujeitos observadores ($\bar{X}=8,98$) do que pelos atores ($\bar{X}=7,91$), enquanto que estes últimos empregam mais ($\bar{X}=6,19$) as explicações da teoria de AD ($t=3,77; p<.01$) do que os sujeitos observadores ($\bar{X}=4,19$). As explicações oriundas da teoria do Mundo Justo, menos frequentes que as demais, aparecem igualmente ($t=0,92; p=n.s.$) entre os sujeitos atores ($\bar{X}=4,44$) e observadores ($\bar{X}=4,00$).

As correlações entre os escores dos sujeitos atores e observadores nas três teorias assumem os valores expressos na tabela abaixo:

Tab. 38 - Coeficientes de correlação entre os escores obtidos em cada uma das três teorias de atribuição de causalidade por sujeitos atores e observadores.

Teorias	Homicidas	Assaltantes	Todos
Busca de Controle (BC)	0,49	0,30	0,38
Mundo Justo (MJ)	0,30	-0,05	0,14
Atribuição Defensiva (AD)	0,11	0,22	0,26

Como pode ser verificado, à exceção dos escores na teoria de Busca de Controle que apresentam correlações altas entre os grupos de atores e observadores, nos demais casos parece haver total independência entre as respostas dadas por atores e observadores, reafirmando uma vez mais as demonstrações anteriores sobre os julgamentos de ambos os grupos.

Devem ser mencionadas aqui as correlações entre os escores nas três teorias de atribuição de causalidade - BC, MJ e

AD - e as avaliações dos sujeitos de quanto foi culpado pelo e vento e quanto poderia ter evitado o que ocorreu. Tanto para atores como para observadores verificam-se correlações positivas, variando de 0,33 a 0,35 entre os escores na teoria BC e quanto o sujeito se julga culpado pelo que ocorreu, numa demonstração de que quanto mais se julga culpado pelo que aconteceu, mais fre quentemente escolhe as afirmações baseadas na teoria de BC para explicar o evento. Observam-se do mesmo modo, tanto para atores como observadores, correlações variando entre -0,47 e -0,62 en tre o quanto o sujeito se julga culpado pelo que ocorreu e os escores na teoria de AD, o que representa maior opção pelas ex plicações calcadas na teoria de AD à medida que diminui a ava - liação de sua culpa no evento.

Fatos análogos são observados quando se consideram as respostas ao quanto o sujeito poderia ter evitado o que aconte - ceu. Verificam-se assim correlações positivas, variando entre 0,34 e 0,64, entre os escores na teoria de BC e o quanto o su - jeito poderia ter evitado o que ocorreu, e índices variando en tre -0,46 e -0,51 para as correlações entre os escores na teo - ria de AD e o quanto poderia evitar o ocorrido. Isto é, quanto mais o sujeito acredita que poderia ter evitado o que aconteceu, mais emprega a teoria de BC para explicar o evento e menos em - prega a teoria de AD (como forma de controle dos resultados men - ciona-se a correlação de 0,69 entre o quanto o sujeito achou que foi culpado e o quanto achou que poderia ter evitado o que ocor - reu).

As correlações destas duas medidas com os escores da

teoria do MJ são muito próximas de zero para merecerem consideração especial neste momento.

Com respeito às escalas de medida das características pessoais dos sujeitos (crença no mundo justo, sentimento de auto-estima, locus de controle, sentimento de religiosidade) os resultados dos sub-grupos de atores homicidas e assaltantes não apresentam diferenças significativas entre si, o mesmo ocorrendo com os sub-grupos de observadores. Entretanto ao se considerar os grupos de atores conjuntamente e todos os sujeitos observadores em outro grupo, observam-se diferenças importantes entre os sujeitos que sofreram a perda de liberdade social (presos) e aqueles de características sócio-econômico-culturais semelhantes, mas que nada sofreram.

Assim, os atores apresentam significativamente ($t=2,78$; $p<.01$) escores menores de crença no mundo justo ($\bar{X}=7,91$) do que os sujeitos observadores ($\bar{X}=9,16$), sentimentos que caracterizam mais baixa auto-estima ($\bar{X}=9,49$) do que os observadores ($\bar{X}=12,09$) ($t=4,90$; $p<.01$), e menor ($\bar{X}=10,3$) sentimento de religiosidade ($t=2,85$; $p<.01$) do que os observadores ($\bar{X}=11,98$). Os escores na escala de locus de controle, apesar de mais tendentes ao polo externo entre os atores, não apresentam diferenças significativas ($t=0,36$) que permitam estabelecer comparações mais seguras entre atores ($\bar{X}=7,84$) e observadores ($\bar{X}=7,65$).

Lembra-se ainda que estas comparações não podem ser realizadas impunemente de forma absoluta, dadas as outras características diferenciais importantes entre os dois grupos que não foram alvo de controle experimental.

Estudando-se as correlações entre os escores de atribuição de causalidade nas três teorias entre si, e entre estes e aqueles obtidos nas escalas de medidas pessoais, verificam-se nos sujeitos atores algumas indicações interessantes.

Entre os sujeitos envolvidos em casos de homicídio en contram-se correlações significativas entre os escores na teoria de BC e na teoria de MJ (0,75) e entre a teoria AD e a esca la de locus de controle (0,41). Devem ser mencionados entretan- to, ainda que não tenham atingido níveis de significação esta- tística, mas que podem oferecer interpretações importantes ao fenômeno estudado, as correlações obtidas entre teoria de Busca de Controle e auto-estima (0,37); teoria de BC e locus de con- trole (-0,30); teoria de BC e sentimento de religiosidade(-0,28); e entre a teoria de AD e sentimento de auto-estima (-0,34).

Entre os sujeitos assaltantes observam-se relações significativas entre teoria de BC e teoria do MJ (0,59), teoria do MJ e escala de crença no MJ (0,42); teoria do MJ e locus de controle (-0,46); teoria do MJ e religiosidade (0,44); sem atin- gir níveis de significação estatística, mas de importância, ob- serva-se a relação entre teoria de BC e escala de crença no mun do justo (0,36).

Ao se considerar o grupo total de atores verificam-se relações significativas entre as teorias de BC e MJ (0,54), BC e AD (-0,30); entre a teoria de BC e a escala de locus de con- trole (-0,31), entre a teoria do MJ e escala de crença no mun do justo (0,30) e por último entre a teoria de AD e a escala de locus de controle (0,34). Menciona-se ainda a já esperada cor -

relação positiva e alta (0,43) entre os escores nas escalas de crença no mundo justo e de sentimento de religiosidade, para os sujeitos atores.

Entre os sujeitos observadores verificam-se correlações entre as teorias de BC e MJ (0,35); escores na teoria BC e nas escalas de crença no mundo justo (0,45); teoria MJ e escala de religiosidade (0,32); teoria do MJ e escala de crença no mundo justo (0,36); teoria AD e sentimento de auto-estima (-0,42); teoria AD e locus de controle (0,51); crença no mundo justo e o quanto acredita que o ator pudesse ter evitado o que ocorreu (0,39); sentimento de auto-estima e quanto o sujeito foi culpado pelo evento (0,31).

Considerando apenas os sujeitos atores (pois estes dados só poderiam ser obtidos com eles) verifica-se que os sujeitos assaltantes avaliam o ocorrido (ter praticado o assalto e perdido a liberdade social - ficar preso) como mais positivo ($\bar{X}=1,90$) do que os sujeitos envolvidos em homicídio ($\bar{X}=1,43$), e mesmo não sendo tão grande a magnitude da diferença ($t=1,74$; $p < .10$) deve ser considerada em virtude de sua importância ao problema da criminalidade em geral.

Menciona-se aqui, para o grupo como um todo, a correlação negativa (-0,34) entre os escores na escala de religiosidade e a avaliação do evento ocorrido, isto é, quanto maior o sentimento de religiosidade do sujeito mais ele acredita que o evento que lhe ocorreu é a pior coisa do mundo que poderia ter lhe acontecido.

Quando solicitados a indicar como se sentem no momen-

to, os presos homicidas apresentam resultados médios ($\bar{X}=2,74$) bastante semelhantes ($t=0,82$; $p=n.s.$) a aqueles fornecidos pelos atores assaltantes ($\bar{X}=3,00$).

Importante mencionar aqui a correlação existente entre a avaliação que faz o sujeito do que lhe ocorreu, com a sensação experimentada no momento ($r=0,30$), indicando que tanto mais avalia o evento como positivo mais declara que se sente feliz no momento.

Outro dado relevante refere-se à correlação entre o sentimento de auto-estima e a situação que o sujeito agora experimenta ($r=0,35$), demonstrando que maior o sentimento de auto-estima do sujeito, mais feliz declara sentir-se na situação.

Um último resultado a ser considerado refere-se às respostas de combate (*coping responses*) empregadas pelos sujeitos presos para controlar ou sair da situação que ora experimentam. A partir das avaliações destas respostas nos sujeitos, oferecidas por supervisores da penitenciária, pode-se determinar a total semelhança das médias para os sujeitos homicidas ($\bar{X}=6,39$) e assaltantes ($\bar{X}=6,45$) com o grupo como um todo obtendo resultado médio igual a 6,41.

As relações significativas esperadas entre o processo de atribuição e as respostas de combate acabaram não ocorrendo, mas alguns índices de correlação menos expressivos podem ser interpretados de forma combinada e talvez ofereçam substitutivo a estes valores mais elevados.

Assim, como ponto de partida, obteve-se correlação sig

nificativa e negativa (-0,40) entre o quanto o sujeito acredita que foi culpado pelo que ocorreu e os escores conseguidos em respostas de combate. Este fato significa que tanto mais o sujeito crê que foi o culpado pelo que aconteceu, menos ele emite respostas indicadoras de luta contra a situação em que se encontra no momento.

Este dado é reforçado por índices de correlação de menor significação entre as respostas de combate e os escores na teoria de BC ($r=-0,17$); os escores na teoria AD (0,15); o quanto poderia ter evitado o que aconteceu (-0,17); classificações em primeiras posições do fator "outros" como causador da sua situação (-0,28), classificação nos primeiros lugares da explicação baseada na teoria BC (0,20); classificação nos primeiros lugares de explicação calcada na teoria AD (-0,12); escores na escala de auto-estima (-0,19); escores na escala de sentimento de religiosidade (0,19).

Todos estes dados parecem indicar um elemento comum e muito importante; aqueles que se julgam mais culpados pela perda que sofreram combatem de forma menos intensa do que aqueles sujeitos presos que atribuem a culpa a causas fora de sua pessoa. Em outras palavras: os que se valem dos postulados da teoria de busca de controle para explicar os eventos que lhes ocorreram combatem pior do que aqueles que se valem de argumentos baseados na teoria de atribuição defensiva.

5.2.2 - SUJEITOS AMPUTADOS

Este grupo é composto por 40 sujeitos atores no total, sendo que 25 sofreram a perda de membro inferior e 15 de membro superior. Naturalmente, acompanham estes sujeitos outros tantos 40 caracterizados como observadores e que emitiram suas respostas a partir dos relatos dos casos dos atores.

Em resposta à questão destinada a verificar a atribuição de causalidade do sujeito ao evento que motivou a sua perda (quem ou o que você acha que foi o responsável pelo que aconteceu?), os atores indicaram variáveis que, agrupadas em sete categorias comuns a todos os grupos, foram mencionadas com a seguinte frequência:

Tab.39 - Frequência de atribuição causal a cada categoria - Sujeitos Atores

Categorias	Membro Inferior		Membro Superior		Total	
	F	%	F	%	F	%
1.Pais, família, hereditariedade, tipo de criação	-	-	-	-	-	-
2.Outras pessoas (incluindo a própria vítima)*	10	40	3	20	13	32,5
3.Sociedade, governo, entidades, empresas	5	20	1	6,7	6	15
4.Falta de recursos da família ou do lugar, situação econômica, tipo de trabalho, máquinas	4	16	1	6,7	5	12,5
5.Destino, acaso, Deus, fatalidade, azar	3	12	9	60	12	30
6.Comportamento ou característica do próprio ator	3	12	1	6,7	4	10
7.Castigo, outra geração	-	-	-	-	-	-
Total	25		15		40	

* - casos de presos

Como pode ser verificado, para os sujeitos amputados de membro inferior, a atribuição de culpa às outras pessoas ocorre em 40% dos casos, vindo a seguir, em ordem decrescente e com menor relevância, a citação de entidades e empresas, falta de recursos e destino. A indicação do próprio sujeito como responsável pelo ocorrido verifica-se em tão somente 12% dos casos.

Entre os sujeitos que sofreram perda de membro superior a distribuição é bem diferente desta anteriormente mostrada, podendo-se constatar que 60% deles indicam o destino, o azar, o acaso, como responsável pelo que lhes ocorreu, ficando 26,7% com as categorias que envolvem outras pessoas, entidades ou situação geral, tendo a menção à sua própria pessoa ocorrido em somente um caso.

No total, o grupo de atores aponta em primeiro lugar, em 32,5% dos casos, outras pessoas como causadoras de sua situação, em 30% como sendo devido ao Destino, 15% a entidades em geral, 12,5% dos casos sendo explicados pela falta de recursos, e apenas 10% como sendo culpa do sujeito.

Aqui se torna necessário esclarecer melhor esta questão referente à menção do Destino como explicação causal da ocorrência pelo próprio sujeito ou por um observador.

Os sujeitos que mencionavam esta explicação, quando questionados acerca da responsabilidade pelo que ocorreu, de pronto respondiam: "é obra do Destino"; "Não havia o que fazer, o destino já previa isto"; "Estava escrito"; "Se não fosse naquela hora e daquele jeito, seria de outro"; "Não havia como escapar".

Procurou-se saber mais profundamente o que significariam todas estas explicações, pois havia uma dúvida se o "destino" representava um castigo por algum erro ou uma determinação pura e simples.

A totalidade das respostas indicou ser a última interpretação a verdadeira, não contendo nenhum componente de castigo ou coisa parecida, mas tão somente a idéia de um processo determinista de ocorrência na vida de cada um, contra o que não é possível fazer nada, pois tudo o que acontece em nossas vidas já está previsto anteriormente. Alguns dos sujeitos chegaram a adiantar, em maiores esclarecimentos, que existe um "livro" (sic) no qual tudo está escrito e nada pode ser modificado por mais que se tente.

Quando questionados sobre quem seria o responsável pela elaboração deste Destino, as dúvidas tornaram-se mais intensas com alguns indicando Deus, um "ser superior", "nada", "ele existe e pronto", ou simplesmente "não sei".

Os resultados dos sujeitos observadores a respeito do responsável pelo que ocorreu, são expressos na tabela 40, e mostram diferenças importantes:

Tab.40 - Frequência de atribuição causal a cada categoria-Sujeitos Observados

Categorias	Membro Inferior		Membro Superior		Total	
	F	%	F	%	F	%
1.Pais, família, hereditariedade, tipo de criação	-		-		-	
2.Outras pessoas (incluindo a própria vítima)*	8	32	1	6,7	9	22,5
3.Sociedade, governo, entidades, empresas	2	8	-		2	5
4.Falta de recursos da família ou do lugar, situação econômica, tipo de trabalho, máquinas	2	8	-		2	5
5.Destino, acaso, Deus, fatalidade, azar	-		-		-	
6.Comportamento ou característica do próprio ator	13	52	14	93,3	27	67,5
7.Castigo, outra geração	-		-		-	
Total	25		15		40	

* - casos de presos

Para os sujeitos observadores dos casos de amputados de membro inferior, observa-se indicação da própria vítima como sendo responsável pela ocorrência em 52% dos casos, os outros (principalmente os motoristas com quem a vítima viajava ou que a atropelou causando a perda do membro inferior) em 32%, restando a situação, o trabalho (8%), a empresa e entidades (8%) em um plano bastante inferior.

Quanto aos observadores nos casos de perda de membro superior, 93,3% deles atribuem a responsabilidade totalmente à própria vítima, com somente um caso indicando os "outros" como

responsáveis pelo ocorrido.

Esta discriminação entre os dois subgrupos parece importante, dado que os observadores do grupo de amputados de membro superior, considerando que o acidente ocorreu com esse sujeito por obra de sua ação isolada, não envolvendo em geral outras pessoas, atribuem quase totalmente à vítima a culpa pelo ocorrido. Já no caso do grupo de observadores de sujeitos amputados de membro inferior, muitas vezes existem outras pessoas envolvidas na questão, outras vezes o ator tem um comportamento bastante passivo (como estar ao lado do motorista, este bateu com o carro e ele perde a perna), o que motiva a opção por outras categorias com fatores externos ao ator.

Para o grupo de observadores como um todo verifica-se a predominância maciça da indicação de responsabilidade do próprio ator (67,5%), vindo em segundo lugar a categoria "outros" (22,5%) e por último a situação (5%) e entidades (5%).

Comparando-se os grupos totais de atores e observadores, e agrupando as categorias em fatores internos e externos ao ator, verificam-se os resultados seguintes:

Tab.41-Frequência de atribuição a fatores internos ou externos, por atores e observadores

	Causas internas à vítima Categoria 6	Causas externas à vítima Categorias 1 a 5	Total
Ator	4	36	40
Observador	27	13	40
Total	31	49	80

Um teste estatístico ($\chi^2=25,49; p<.01$) demonstra a existência de associação significativa entre as duas classes de variáveis - ator ou observador, menção a variáveis internas e externas para explicar o fenômeno - com os atores empregando muito mais os fatores externos para explicar o ocorrido e os observadores os internos à vítima, dado que mais uma vez, e redundantemente, confirma a hipótese de Jones e Nisbett (1972).

Analisando-se as respostas dos sujeitos atores à questão "quanto você acha que foi culpado pelo que ocorreu?", em uma escala que variava entre um ponto, significando "nada culpado", até cinco pontos, representando a afirmativa "totalmente culpado", constata-se igualdade de médias de respostas entre os amputados de membro inferior ($\bar{X}=1,48$) e de membro superior ($\bar{X}=1,47$), com o grupo total de atores apresentando valor médio igual a 1,48 muito próximo do polo significando "nada culpado" pelo evento.

Entre os sujeitos observadores, ao contrário, verificam-se entre aqueles que julgaram os casos de amputação de membro superior respostas indicando maior ($t=2,09; p<.05$) atribuição de culpa ao ator ($\bar{X}=4,53$) do que para aqueles que responderam com base em casos de perda de membro inferior ($\bar{X}=3,16$).

Considerando-se os grupos como um todo constata-se que os sujeitos observadores acreditam que os atores tenham maior culpa ($t=6,90; p<.01$) pelo evento que motivou sua perda ($\bar{X}=3,68$) do que acreditam os próprios atores ($\bar{X}=1,48$) e isto também é verdade quando se comparam os sub-grupos referentes à amputação de membro superior ($\bar{X}=1,47$ para os atores e $\bar{X}=4,53$ para os observa-

dores, $t=10,30; p<.01$) e de membro inferior ($X=1,48$ para os atores e $X=3,16$ para os observadores, $t=3,05; p<.01$). Tais dados oferecem várias comprovações à hipótese de diferenças no processo atribucional entre atores e observadores.

As respostas à solicitação de atribuição de uma ordem aos quatro fatores propostos para explicar o evento ocorrido (valores menores significando maior importância do fator), mostraram as seguintes médias para os sujeitos atores do grupo de amputados de membro inferior a cada um dos quatro fatores assim ordenados:

Tab.42 - Médias de valores classificatórios atribuídos a cada fator - Sujeitos atores amputados de membro inferior

Fatores	Médias
1. acaso	2,00
2. outros	2,20
3. situação	2,40
4. eu	3,40

Ao se considerar os sujeitos amputados de membro superior, a ordem de importância dos fatores segundo as médias das classificações fornecidas, difere um pouco daquela referente aos sujeitos amputados de membro inferior, conforme tabela a seguir:

Tab.43 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada fator - Sujeitos atores amputados de membro superior

Fatores	Médias
1. acaso	1,47
2. situação	2,00
3. eu	3,20
4. outros	3,33

Ambos os grupos indicam o acaso como fator mais importante na explicação da ocorrência do evento vitimador, sendo que para o grupo de sujeitos amputados de membro superior esta classificação é muito mais extrema do que para os sujeitos amputados de membro inferior. Para os sujeitos amputados de membro inferior os outros são considerados mais culpados do que para aqueles de membro superior, explicando-se estes dados pelo envolvimento de outras pessoas em caso de acidente automobilístico como causador de lesão, mais frequente nos casos de membro infe-
rior que superior.

Ao mesmo tempo deve ser considerada a pequena diferença de importância atribuída a sua própria pessoa pelos sujeitos atores com perda de membro superior ou inferior, colocando esta variável entre os últimos postos na hierarquização dos quatro fatores.

Para os sujeitos observadores de casos de amputação de membro inferior constata-se a seguinte ordem aos fatores, considerando-se as médias dos resultados dos sujeitos:

Tab.44 - Média de valores classificatórios atribuídos a cada fator - Sujeitos observadores - membro inferior

Fatores	Médias
1. outros	2,16
2. ele	2,24
3. situação	2,48
4. acaso	3,12

Estes dados são bastante diferentes daqueles oferecidos pelos observadores de casos de amputação de membro superior, observados na tabela 45:

Tab.45 - Média de valores classificatórios atribuídos a cada fator - Sujeitos observadores - membro superior

Fatores	Médias
1. ele	1,20
2. situação	2,60
3. acaso	2,93
4. outros	3,27

Como se verifica, o grupo de observadores de amputados de membro inferior indica os outros em primeiro lugar como responsáveis pelo evento, colocando a própria vítima em segundo, enquanto os observadores de casos de amputados de membro superior preferem apontar em primeiro lugar a própria vítima como culpada. Este resultado pode ser devido a que os casos de perda de membro inferior, muitas vezes são consequências de acidentes automobilísticos, onde a vítima frequentemente teve participação

passiva, e nos casos de perda de membro superior, quase sempre se referem a acidentes na execução de atividades de trabalho, portanto com participação mais ativa do sujeito, e por isto os observadores julgam que os atores foram mais culpados pelo ocorrido.

Ao se considerar os grupos de atores e observadores totais, obtém-se os seguintes valores médios de classificação em cada um dos grupos:

Tab.46 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada fator - todos os sujeitos atores e observadores

Fatores	Sujeitos Atores	Sujeitos Observadores
1. acaso	1,80	3,05
2. situação	2,25	2,52
3. outros	2,62	2,58
4. eu/ele	3,32	1,85

Enquanto os atores consideram o acaso em primeiro lugar para explicar as ocorrências dos eventos nos quais estiveram envolvidos ($\bar{X}=1,80$), os observadores colocam este mesmo fator em último lugar ($\bar{X}=3,05$) mostrando de modo significativo ($t=6,34$; $p<.01$) diferença entre as posições dos dois grupos. Fato análogo ocorre com o fator eu/ele, quando os sujeitos atores o colocam em último lugar ($\bar{X}=3,32$) e os observadores em primeiro ($\bar{X}=1,85$), sendo esta diferença significativa do ponto de vista estatístico ($t=6,12$; $p<.01$).

A respeito dos fatores "situação" e "outras pessoas",

as diferenças entre atores e observadores na consideração de sua importância relativa são muito pequenas para merecerem análise mais aprofundada.

Estes dados confirmam as hipóteses de diferenças de atribuição entre atores e observadores e vão na direção das propostas de Jones e Nisbett (1972), com os atores calcando suas respostas em fatores externos, mais propriamente no acaso, e os observadores indicando com maior intensidade a pessoa do ator/vítima como responsável pelo ocorrido.

A respeito das respostas dos sujeitos à questão "quanto poderia ter evitado o que ocorreu?", os sujeitos amputados de membro inferior acreditam mais, ainda que as diferenças não atinjam níveis de significação estatística ($t=1,64; p=n.s.$), que poderiam ter evitado o que lhes aconteceu ($\bar{X}=1,64$), do que os sujeitos amputados de membro superior ($\bar{X}=1,00$) que em sua totalidade dizem não poder em nada evitar o ocorrido, porque os eventos não seriam passíveis de controle. Contrariamente os sujeitos observadores, em média, admitem mais que os amputados de membro superior ($\bar{X}=5,00$) poderiam ter evitado ($t=2,79; p<.01$) o acidente do que os amputados de membro inferior ($\bar{X}=3,16$).

Comparando-se os dados de atores e observadores constata-se que tanto para o caso de amputados de membro inferior como de membro superior, os observadores julgam com maior intensidade que os atores poderiam ter evitado o que ocorreu, do que o fazem os próprios atores ($\bar{X}=1,64$ para os atores e $\bar{X}=3,72$ para observadores de membro inferior, $t=3,47; p<.01$ e $\bar{X}=1,00$ para atores e $\bar{X}=5,00$ para observadores de membro superior, $t=\infty$).

Tomando-se os grupos totais tem-se mais uma vez os observadores julgando que os atores poderiam ter evitado o que ocorreu ($t=9,03; p<.01$) de forma muito mais intensa ($\bar{X}=4,20$) do que os próprios atores ($\bar{X}=1,40$), que na maior parte das vezes indicam que não seria possível evitar aquele dado acontecimento.

Quando questionados a indicarem o que fazer para evitar o que aconteceu os sujeitos atores forneceram respostas que permitiram a seguinte distribuição entre as seis categorias anteriormente definidas:

Tab.47 - Frequência de indicação de soluções para evitar a ocorrência dos eventos vitimadores - sujeitos atores

Soluções	Membro Inferior		Membro Superior		Total	
	F	%	F	%	F	%
1.Comportamento diferente de entidades	7	28	4	26,7	11	27,5
2.Comportamento diferente de outros	9	36	-	-	9	22,5
3.Comportamento diferente da família	-	-	-	-	-	-
4.Situação diferente da família, do lugar ou dele mesmo	1	4	-	-	1	2,5
5.Comportamento diferente do ator	3	12	2	13,3	5	12,5
6.Nada	5	20	9	60	14	35
Total	25		15		40	

Os amputados de membro inferior em primeiro lugar indicam em 36% dos casos o comportamento, a atuação diferente de outras pessoas, como forma de se evitar a ocorrência daquele fato

com ele, vindo a seguir a citação da modificação da atuação de entidades (empresa) com 28%. O mais importante, entretanto, é a indicação por 20% dos sujeitos que não há nada a fazer para evitar o que aconteceu, e somente 12% apontando a sua própria pessoa como culpada pelo ocorrido.

Entre os amputados de membro superior a situação é bastante diversa com a maioria (60%) afirmando que nada poderia ser feito para a prevenção desta ocorrência, 26,7% indicando a mudança no comportamento de entidades (em geral a empresa dando maior segurança no trabalho), e somente 13,3% dos casos apontando necessidade de modificação em si mesmo como maneira de evitar o ocorrido.

Para os sujeitos observadores, e considerando as mesmas categorias, as distribuições são as seguintes:

Tab.48 - Frequência de indicação de soluções para evitar a ocorrência dos eventos vitimadores - Sujeitos observadores

Soluções	Membro Inferior		Membro Superior		Total	
	F	%	F	%	F	%
1.Comportamento diferente de entidades	1	4	-	-	1	2,5
2.Comportamento diferente de outros	4	16	-	-	4	10
3.Comportamento diferente da família	-	-	-	-	-	-
4.Situação diferente da família, do lugar ou dele mesmo	-	-	-	-	-	-
5.Comportamento diferente do ator	20	80	15	100	35	87,5
6.Nada	-	-	-	-	-	-
Total	25		15		40	

Como se verifica, os observadores de amputados de membro inferior apontam em 80% dos casos a mudança de comportamento do sujeito como forma de evitar esse tipo de ocorrência, restando 16% para o comportamento diferente dos outros e apenas 4% para mudança nas entidades e organizações. Já os observadores de amputados de membro superior em sua totalidade apontam a mudança no comportamento do ator como a forma de se evitar o ocorrido.

Considerando-se os grupos de atores como um todo tem-se que os atores em 35% acreditam não haver nada a fazer para evitar estas ocorrências, em 27,5% recomendam a modificação da conduta de entidades, empresas, como forma de prevenção, em 22,5% dos casos indicam a mudança no comportamento de outros, e em somente 12,5% os sujeitos acreditam que eles próprios deveriam ter se comportado de forma diferente do que fizeram para evitar o ocorrido.

Para os observadores, em 87,5% dos casos acreditam que a prevenção deste tipo de evento poderia ser realizada com uma simples modificação na ação dos sujeitos atores, e os demais 12,5% sendo alocados nas categorias de modificação de comportamento de outros e de entidades.

Torna-se claro mais uma vez que os atores buscam indicar razões externas a sua pessoa para a prevenção dos eventos, e os observadores mudanças internas aos atores, numa associação significativa ($\chi^2=42,05; p<.01$) entre as variáveis ator x observador e razões internas x razões externas, como se ve na tabela a seguir:

Tab.49 - Frequência de indicação de mudanças internas ou externas, por sujeitos atores ou observadores, para evitar a ocorrência de eventos victimadores

	mudanças internas	mudanças externas	total
ator	5	35	40
observador	35	5	40
total	40	40	80

A respeito da questão "Por que isto aconteceu com você e não com outra pessoa?" todos os sujeitos amputados, tanto atores como observadores, oferecem respostas que foram alocadas em algumas das sete categorias formuladas para todos os sujeitos deste estudo, e que apresentavam as seguintes distribuições para os sujeitos atores:

Tab.50 - Frequência de explicações adotados por sujeitos atores à questão
"Por que isto ocorreu com você?"

Explicações	Membro Inferior		Membro Superior		Total	
	F	%	F	%	F	%
1.Comportamento ou característica inadequada do ator	1	4	5	33,3	6	15
2.Pela ação negativa de outros	-	-	-	-	-	-
3.Falha dos pais,família, fator hereditário	-	-	-	-	-	-
4.Pela situação,do modo como estava só podia ocorrer com ele, local perigoso	5	20	-	-	5	12,5
5.Destino,acaso,azar,predestinação,desígnio,provação de Deus,probabilidade	19	76	10	66,7	29	72,5
6.Pagando por erro de alguém, castigo de Deus	-	-	-	-	-	-
7.Não sabe	-	-	-	-	-	-
Total	25		15		40	

Observando-se os dados da tabela anterior,verifica-se que no grupo de amputados de membro inferior se considera o destino em 76% das vezes responsável por cada um ter sido escolhido para sofrer aquela perda considerada, indicando a seguir (em 20% dos casos) a situação em que estava particularmente colocado, restando apenas uma indicação à sua característica negativa particular como resposta a esta questão.

Entre os amputados de membro superior 66,7% mencionam o destino como o elemento explicador de suas escolhas para sofrerem as perdas, enquanto outros 33,2% apontam para suas próprias falhas e defeitos a resposta a esta questão.

Os resultados das respostas dos sujeitos observadores assim se distribuem entre as sete categorias formuladas:

Tab.51 - Frequência de explicações adotadas por sujeitos observadores à questão "Por que isto ocorreu com ele?"

Explicações	Membro Inferior		Membro Superior		Total	
	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento ou característica inadequada do ator	9	36	10	66,7	19	47,5
2. Pela ação negativa de outros	-	-	-	-	-	-
3. Falha dos pais, família, fator hereditário	-	-	-	-	-	-
4. Pela situação, do modo como estava só podia ocorrer com ele, local perigoso	3	12	-	-	3	7,5
5. Destino, acaso, azar, predestinação, desígnio, provação de Deus, probabilidade	13	52	5	33,3	18	45
6. Pagando por erro de alguém, castigo de Deus	-	-	-	-	-	-
7. Não sabe	-	-	-	-	-	-
Total	25		15		40	

Entre os 25 casos de observadores de amputados de membro inferior encontram-se 52% de citações ao fator destino para explicar o porquê aquele sujeito teria sido envolvido naquela ocorrência específica, sendo mencionado em segundo lugar em 36% dos casos o comportamento inadequado do próprio ator, e por último, em apenas 12% das vezes, os sujeitos indicam a situação e as circunstâncias do momento como tendo levado o ator a envolver-se nesta ocorrência.

Para os observadores de amputados de membro superior, 66,7% optam pela indicação do próprio comportamento do ator pa

ra explicar seu envolvimento no ocorrido, e os outros 33,3% escolhem o destino para explicar os acontecimentos.

Quando se comparam atores e observadores nos sub-grupos reunidos verifica-se que 72,5% dos atores indicam o destino como responsável pelo seu sofrimento, enquanto este fato se encontra em somente 45% dos observadores. Ao mesmo tempo que por um lado os atores apontam em 15% dos casos a explicação no seu próprio comportamento inadequado, por outro entre os observadores verifica-se uma porcentagem em 47,5% para esta categoria.

Mais uma vez, ao se considerar essas categorias como internas ou externas encontra-se uma associação significativa ($\chi^2=8,38; p<.01$) entre o fato do sujeito ser ator ou observador e a opção por uma destas duas classes de respostas para explicar os eventos. Tal como preconizado pelas hipóteses de Jones e Nisbett (1972), e como pode ser visualizado na tabela a seguir, os atores indicam mais as explicações externas para justificar o abatimento sobre eles desta desgraça, enquanto os observadores optam mais frequentemente pelos fatores internos aos atores.

Tab.52 - Frequência de explicações internas ou externas, por sujeitos atores e observadores à questão "Por que isto ocorreu com você/ele?"

	Fatores Internos	Fatores Externos	Total
Ator	6	34	40
Observador	19	21	40
Total	25	55	80

Como se recorda, na introdução do problema central deste trabalho, que se refere ao uso das três teorias de atribuição de causalidade em eventos acidentais (Busca de Controle, Mundo Justo, Atribuição Defensiva), foi solicitado aos sujeitos a indicação de um valor variando de 1 a 3 a cada uma das três afirmativas baseadas nas três teorias em estudo, com o menor valor representando a afirmativa que melhor explicasse o porquê de aquele evento ter ocorrido com eles ou com os atores dos quais ouviram as histórias.

Os resultados fornecidos pelos sujeitos atores amputados de membro inferior podem ser assim descritos em termos médios:

Tab.53 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - sujeitos atores amputados de membro inferior

Teorias	Médias
Busca de Controle(BC)	2,76
Mundo Justo (MJ)	2,04
Atribuição Defensiva(AD)	1,20

Os dados indicam a preferência destes sujeitos em primeiro lugar pelas explicações baseadas na teoria de AD, em segundo por aquelas calcadas na teoria de MJ, e por último a referência aos postulados explicativos da teoria de BC.

Quanto aos sujeitos atores amputados de membro superior, os resultados são bastante análogos e seguem a mesma direção, conforme se pode observar:

Tab.54 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - Sujeitos atores amputados de membro superior

Teorias	Médias
Busca de Controle(BC)	2,53
Mundo Justo (MJ)	2,20
Atribuição Defensiva(AD)	1,27

Considerando-se os sujeitos observadores dos casos de amputação de membro superior tem-se a seguinte ordem de opção pelas três teorias, em termos médios:

Tab.55 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - Sujeitos observadores de amputados de membro inferior

Teorias	Médias
Busca de Controle (BC)	1,64
Mundo Justo (MJ)	2,80
Atribuição Defensiva(AD)	1,56

A explicação calcada na teoria de AD, diferentemente das amostras de observadores anteriormente examinadas, é colocada em primeiro lugar entre estes sujeitos, bastante próxima daquela referente à teoria BC, ficando relegada ao último lugar a explicação baseada na teoria de MJ. Para a amostra de observadores de sujeitos amputados de membro superior, a explicação baseada na teoria de BC é colocada em primeiro lugar, quase por unanimidade, a calcada na teoria de AD em segundo e em último lugar a afirmativa representando a teoria do MJ, como na tabela a seguir:

Tab.56 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - Sujeitos observadores de amputados de membro superior

Teorias	Médias
Busca de Controle(BC)	1,07
Mundo Justo (MJ)	2,80
Atribuição Defensiva(AD)	2,13

Para os grupos totais de atores e observadores os resultados são bastante esclarecedores e demonstram diferenças significativas entre os dois grupos na indicação da preferência por uma ou outra explicação para os seus casos ou os casos que analisavam, como se verifica na tabela seguinte:

Tab.57 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - Sujeitos atores e observadores

Teorias	Médias ator	Médias observador
Busca de Controle(BC)	2,68	1,40
Mundo Justo(MJ)	2,10	2,80
Atribuição Defensiva(AD)	1,22	1,77

Segundo estes dados, os sujeitos atores preferem explicar a ocorrência dos eventos que os envolveram com base na teoria de AD mais que os observadores ($t=4,87; p<.01$), que a colocam em segundo lugar nas explicações dos fatos. Ao mesmo tempo em segundo lugar para os atores encontra-se a teoria do MJ, também com diferença significativa para com o grupo de observadores ($t=5,83; p<.01$) que a coloca em último lugar entre suas preferências. Em último lugar entre os atores e primeiro entre os

observadores está o emprego da teoria de BC, apresentando diferenças significativas ($F=8,53; p < .01$) entre os dois grupos.

No que tange aos escores obtidos pelos sujeitos nas escalas de atribuição de causalidade ao evento vitimador, com base nas três teorias explicadoras destes fatos (busca de controle, mundo justo e atribuição defensiva), as comparações revelaram resultados bastante esclarecedores.

Os sujeitos amputados de membro inferior utilizam-se em média de 13,24 explicações, entre as 30 propostas independentemente das três teorias, para atribuir a causa aos eventos que os atingiram. A análise de variância RBD considerando os escores dos mesmos sujeitos em cada uma das três teorias, mostrou existirem diferenças significativas ($F=48,87; p < .01$) para este mesmo grupo na frequência de emprego das três teorias na atribuição de causalidade aos eventos considerados.

Assim, eles preferem em primeiro lugar utilizar as afirmações baseadas na teoria de AD para explicação de seu caso, sendo esta preferência ($\bar{X}=7,84$) significativamente superior ($t=26,53; p < .01$) aos escores obtidos na teoria do MJ ($\bar{X}=2,80$), esta colocada em segundo lugar, e mais ainda ($t=6,89; p < .01$) com respeito à teoria de BC ($\bar{X}=2,60$) colocada em terceiro e último lugar na preferência para explicação dos eventos. A diferença, entre os escores nas escalas das teorias de MJ e BC é muito pequena e não atinge níveis de significação estatística ($t=0,36; p=n.s.$)

Os sujeitos amputados de membro superior valem-se, em média, de 13,07 afirmativas, entre as 30 propostas para expli-

car as ocorrências com sua pessoa. O estudo das diferenças no emprego das três teorias por parte dos mesmos sujeitos para explicar os eventos pelos quais passaram, mostra claramente que as mesmas são significativas ($F=36,13; p<.01$) do ponto de vista estatístico.

Comparando-se as três teorias duas a duas verifica-se que os sujeitos amputados de membro superior, do mesmo modo que aqueles amputados de membro inferior, preferem empregar a teoria de AD com maior intensidade ($\bar{X}=7,13$) para explicação das ocorrências com sua pessoa, com diferenças significativas ($t=12,06; p<.01$) sobre os escores da teoria do mundo justo ($\bar{X}=3,27$) postada em segundo lugar na preferência, e mais intensamente ainda ($t=7,82; p<.01$) em relação aos escores obtidos nas escalas da teoria de BC ($\bar{X}=2,67$), sendo a diferença entre a teoria do MJ e BC bastante reduzida, não atingindo níveis de significação estatística ($t=0,95; p=n.s.$).

Se considerarmos os dois grupos de amputados de membro inferior e superior conjuntamente, verifica-se, que este grande grupo de amputados (atores) vale-se em média de 13,18 itens, entre os 30 propostos independentemente de cada uma das três teorias, para explicar os eventos traumatizantes que os vitimaram. O estudo do emprego de cada uma das três teorias propostas (BC, MJ e AD) para explicar a causalidade dos eventos de monstra existirem diferenças significativas ($F=81,6; p<.01$) entre os escores relativos às escalas de cada uma das três teorias.

Análise posterior pode demonstrar que esses sujeitos se valem em primeiro lugar das afirmações calcadas na teoria de AD ($\bar{X}=7,58$) que apresentam superioridade significativa ($t=13,53$;

$p < .01$) sobre os escores da teoria do MJ ($\bar{X}=2,98$) colocada em segundo lugar, e maior distância positiva ainda em relação aos escores obtidos na escala da teoria de BC ($\bar{X}=2,62$) colocada em último lugar na preferência destes sujeitos para explicação dos eventos com eles ocorridos ($t=9,54; p < .01$). Apesar de estar colocada em segundo lugar na preferência dos sujeitos, a teoria do MJ não apresenta diferenças significativas ($t=0,89; p=n.s.$) sobre a teoria de BC, sendo os escores médios das duas bastante próximos.

Entre os sujeitos observadores dos casos de amputados de membro inferior, observa-se a utilização média de 14,80 afirmações entre as 30 propostas, para explicar a causa das ocorrências dos casos de atores que lhes foram relatados. Quando se consideram os escores em cada uma das três teorias, verifica-se a existência de diferenças significativas ($F=13,29; p < .01$) na sua utilização por parte dos mesmos sujeitos para a atribuição de causalidade das ocorrências envolvendo a pessoa do ator.

Assim, os escores na escala contendo afirmações baseadas na teoria de BC ($\bar{X}=7,32$) apresentam superioridade significativa ($t=2,26; p < .05$) em relação àqueles referentes à teoria de AD ($\bar{X}=4,72$) e maior ainda ($t=5,56; p < .01$) ao se considerar a teoria do MJ ($\bar{X}=2,76$). Ao mesmo tempo os escores da teoria de AD apresentam-se superiores ($t=3,21; p < .01$) aos relativos à teoria do MJ.

Quanto aos sujeitos observadores dos casos de amputados de membro superior, constata-se que os mesmos valem-se, em média, de 16,00 explicações, independentes das três teorias propostas, para a atribuição de causalidade aos fatos que vitima -

ram os atores. O emprego de afirmativas relacionadas a cada uma das três teorias é significativamente ($F=54,6; p<.01$) diferenciado para os mesmos sujeitos, havendo nítida preferência pelas afirmativas da teoria de BC, o que faz com que os escores obtidos nas escalas referentes a esta teoria ($\bar{X}=9,40$) sejam significativamente ($t=8,82; p<.01$) superiores aos relativos à teoria de MJ ($\bar{X}=3,40$), e mais ainda ($t=10,02; p<.01$) àqueles da teoria de AD ($\bar{X}=3,20$). Os escores da escala relativa à teoria do MJ são apenas pouco superiores aos da teoria de AD e esta diferença não apresenta maior significação ($t=0,28; p=n.s.$) para que se a considere.

Os dois sub-grupos de observadores em conjunto empregam em média 15,25 afirmações, entre as 30 propostas, para explicação dos acontecimentos com os atores dos quais ouviram os relatos.

Quando se consideram os resultados das escalas representativas de cada uma das três teorias em estudo, verificam-se diferenças significativas ($F=35,5; p<.01$) no emprego das mesmas para a atribuição de causas aos eventos que estes sujeitos observadores apreciaram. Os escores maiores referem-se à teoria de BC ($\bar{X}=8,10$) e apresentam-se como significativamente superiores ($t=4,94; p<.01$) aos relativos à teoria de AD ($\bar{X}=4,15$) e mais ainda àqueles que se referem à teoria do MJ ($\bar{X}=3,00$) ($t=8,79; p<.01$). Ao mesmo tempo são observadas diferenças significativas ($t=2,35; p<.05$) entre os escores da teoria de AD e os da teoria de MJ, com superioridade dos primeiros.

Tomando-se os grupos de atores e observadores, e com-

parando-se os seus resultados, verifica-se, a exemplo do que tem ocorrido ao longo deste trabalho e comprovando as hipóteses levantadas, a existência de diferenças significativas entre o comportamento geral de um e de outro grupo. Assim, a respeito dos escores nas escalas das três teorias de atribuição de causalidade a eventos vitimadores, os sujeitos atores ($\bar{X}=7,58$) significativamente ($t=6,67; p<.01$) obtêm escores superiores aos sujeitos observadores ($\bar{X}=4,15$) na teoria de AD, enquanto os observadores apresentam resultados ($\bar{X}=8,10$) muitas vezes superiores ($t=8,98; p<.01$) àqueles dos sujeitos atores ($\bar{X}=2,62$) na teoria de BC. O emprego da teoria do MJ, como sempre tem sido mostrado, menor que o das outras teorias, não apresenta diferenças ($t=0,04; p=n.s.$) entre os escores de sujeitos atores ($\bar{X}=2,98$) e observadores ($\bar{X} = 3,00$).

O estudo das correlações entre os escores dos mesmos sujeitos, considerados em seus diversos grupos, nas escalas referentes às três teorias, mostra haver alguma correlação positiva não significativa, entre a teoria de BC e MJ, índices mais altos e negativos entre BC e AD e praticamente nenhuma relação entre AD e MJ, conforme pode ser verificado na tabela seguinte:

Tab.58 - Coeficientes de correlação entre as três teorias de atribuição de causalidade, para grupos de atores e observadores

Teorias	Atores	Observadores
BC x MJ	0,32	0,15
BC x AD	-0,23	-0,58
MJ x AD	0,05	0,16

A obtenção de correlações significativas entre as três teorias é muito difícil, dado que os escores dependem muito da natureza dos eventos ocorridos, observando-se com frequência casos de sujeitos utilizando-se bastante de duas ou três teorias, e outros casos de sujeitos valendo-se muito de uma e pouco de outras duas, e casos onde os sujeitos empregam pouco as três teorias.

Ao se considerar a relação entre os escores obtidos nas três teorias e o quanto se julgam culpados ou aos atores pelos eventos, e também o quanto acreditam que poderia ter sido evitada a ocorrência do evento, alguns resultados importantes aparecem, como se verifica na tabela a seguir:

Tab.59 - Coeficientes de correlação entre as três teorias de atribuição de causalidade, e quanto o ator foi culpado e quanto podia ter evitado o ocorrido.

	Ator Membro Inferior	Ator Membro Superior	Ator Todos	Observa- dor mem- bro infe- rior	Observa- dor mem- bro supe- rior	Observa- dor Todos
Teoria BC x quanto foi culpado	0,72	0,26	0,58	0,71	-0,02	0,70
Teoria BC x quanto podia evitar	0,80	-*	0,68	0,89	-*	0,90
Teoria MJ x quanto foi culpado	0,07	0,61	0,27	0,02	0,27	0,11
Teoria MJ x quanto podia evitar	0,31	-	0,20	0,05	-	0,08
Teoria AD x quanto foi culpado	-0,48	0,15	-0,26	-0,69	-0,28	-0,65
Teoria AD x quanto podia evitar	-0,41	-*	-0,25	-0,74	-*	-0,65
Quanto foi culpa- do x quanto podia evitar	0,80	-*	0,62	0,86	-*	0,82

(*) Não existe a possibilidade de se determinar a correlação por não haver variabilidade em uma das medidas

Observando-se os dados contidos na tabela anterior constata-se a predominância, na maioria dos grupos, de correlação significativas e positivas entre os escores na teoria BC e o quanto os sujeitos acreditam que sejam (ou os atores) culpados e/ou que poderiam (ou os atores) ter evitado o que ocorreu, mostrando a interdependência destas três medidas, enquanto, na maior parte das vezes, não são observadas correlação significativas entre os escores na teoria de MJ e nas duas outras variáveis. Por outro lado os escores na escala da teoria de AD apresentam correlações significativas e negativas, na maior parte das vezes, com os escores nas questões relativas a quanto o sujeito se julga (ou os atores) culpado pela ocorrência do evento e o quanto acredita que poderia (ou os atores) ter evitado o mesmo, indicando a dependência entre estas três medidas. Por último, e como se esperava, em todos os grupos observa-se a existência de correlações positivas muito altas entre o quanto o sujeito crê que tenha sido o culpado pelo evento e o quanto acha que poderia tê-lo evitado, tanto entre atores como observadores.

Comparando-se resultados obtidos por atores e observadores nas três teorias, verifica-se a predominância de correlações positivas entre os escores de ambos os grupos, exceto no caso de amputados de membro superior, onde as correlações entre atores e observadores destes casos assim se apresentam: busca de controle -0,22; mundo justo -0,35; atribuição defensiva -0,44 ; indicando oposições na variabilidade dos julgamentos de um e outro grupos.

Outro aspecto estudado neste trabalho refere-se a algumas características pessoais dos sujeitos que dele participam e que envolvem medidas de crença no mundo justo, sentimento de

auto-estima, locus de controle, e sentimento de religiosidade. Essas medidas, como visto anteriormente, tem a finalidade de investigar a possível relação destas características com os processos de atribuição de causalidade (tanto por atores como por observadores) e de aceitação e combate à situação de limitação enfrentada pelos sujeitos.

Os grupos de atores amputados de membro inferior e de membro superior não apresentam diferenças significativas em nenhuma dessas quatro variáveis, o mesmo ocorrendo com os dois grupos de sujeitos observadores. Entretanto, ao se considerar as diferenças entre atores e observadores como um todo, algumas diferenças aparecem e merecem agora ser consideradas, ainda que sejam lembradas as enormes limitações à permissão deste tipo de comparação, dado que os grupos de atores e observadores não receberam tratamento tão cuidadoso que permitisse o perfeito emparelhamento de sujeito a sujeito em muitas variáveis importantes. Acredita-se, entretanto, que estes achados devam ser considerados pois poderão auxiliar na compreensão dos fenômenos estudados neste trabalho.

Assim, são observadas diferenças significativas - ($t=5,59; p<.01$) entre os grupos de atores e observadores nas medidas de sentimento de auto-estima, com os observadores obtendo escores médios ($\bar{X}=11,4$) mais elevados que os sujeitos atores ($\bar{X}=8,38$), ocorrendo o mesmo fato com respeito ao locus de controle, onde os observadores comportam-se significativamente mais ($t=3,43; p<.01$) como internos ($\bar{X}=7,30$) do que os atores ($\bar{X}=9,12$). Entretanto não são observadas diferenças significativas entre os resultados de atores ($\bar{X}=8,22$) e observadores ($\bar{X}=8,50$) na es-

cala de crença no mundo justo ($t=0,64$; $p=n.s.$) bem como naquela referente ao sentimento de religiosidade ($\bar{X}=11,45$ para os atores e $\bar{X}=11,30$ para os observadores, $t=0,24$; $p=n.s.$).

Considerando-se as correlações entre os escores nas três teorias de atribuição de causalidade em estudo, e as medidas pessoais dos sujeitos em crença no mundo justo, sentimento de auto-estima, locus de controle e sentimento de religiosidade, observam-se os resultados seguintes para os diversos grupos de sujeitos:

Tab.60 - Coeficientes de correlação entre as três teorias de atribuição de causalidade e medidas psicológicas dos sujeitos.

	Ator membro inferior	Ator membro superior	Ator Todos	Observa- dor mem- bro infe- rior	Observa- dor mem- bro supe- rior	Observa- dor to- dos
Teoria BC x MJ	-0,12	0,28	0,01	0,28	0,19	0,16
AE	-0,23	-0,17	-0,20	-0,08	0,00	-0,13
LC	0,17	-0,23	0,07	-0,15	-0,29	-0,07
Rel	-0,01	<u>0,48</u>	0,14	-0,23	0,15	-0,20
Teoria MJ x MJ	0,05	-0,18	-0,06	<u>0,33</u>	0,29	<u>0,29</u>
AE	<u>-0,36</u>	0,00	-0,22	-0,26	<u>-0,36</u>	<u>-0,31</u>
LC	0,20	0,00	0,15	<u>0,41</u>	<u>0,42</u>	<u>0,42</u>
Rel	0,24	0,00	0,15	0,18	0,20	0,17
Teoria AD x MJ	0,16	<u>0,41</u>	<u>0,27</u>	<u>-0,31</u>	0,18	-0,11
AE	<u>-0,45</u>	-0,23	<u>-0,34</u>	-0,18	<u>-0,46</u>	-0,19
LC	0,11	-0,19	-0,02	<u>0,33</u>	<u>0,63</u>	<u>0,36</u>
Rel	<u>0,39</u>	0,08	0,28	0,21	0,21	0,22

Nota-se claramente a predominância de correlação muito baixas entre as variáveis consideradas, mas mesmo assim podem ser observadas algumas relações interessantes. Assim, os escores na teoria de BC apresentam somente para um grupo relação com o sentimento de religiosidade, o que pode ser também ocasional. A respeito dos escores da teoria MJ, elas mostram alguma relação com crença no mundo justo, mas somente para os sujeitos observadores, relações negativas para com o sentimento de auto-estima e para os sujeitos observadores relações positivas e mais altas com o locus de controle.

Os escores na teoria AD mostram algumas relações positivas para os sujeitos atores com a crença no mundo justo e relações negativas entre os sujeitos observadores; relações negativas com o sentimento de auto-estima; correlações positivas, entre os observadores, com locus de controle; algumas relações positivas com o sentimento de religiosidade.

Devem ser mencionadas ainda tendências de relações entre algumas dessas medidas pessoais e o quanto o sujeito se julga (ou o ator) culpado pelo ocorrido, e o quanto acredita que poderia ter evitado (ou o ator) o acontecido. Assim são observadas: correlação negativa de -0,35 entre quanto se julga culpado e crença no mundo justo para os atores amputados de membro inferior, e correlações de 0,33 e 0,53 entre as mesmas variáveis para os observadores de amputados de membro inferior e superior respectivamente; correlação de -0,22 entre quanto se julga culpado e sentimento de religiosidade para os sujeitos amputados de membro inferior; correlações de -0,21 entre os sujeitos atores amputados de membro inferior, e de 0,44 entre os observadores

dos mesmos sujeitos entre o quanto poderia ter sido evitado o evento e a crença no mundo justo.

Analisando-se as respostas dos sujeitos atores, pois somente eles oferecem estes dados, às questões que pretendiam verificar a avaliação (uma coisa ruim, uma coisa boa) que faziam da limitação que sofreram, bem como da situação em que se encontram hoje (se estão felizes ou não e quanto) não são observadas diferenças significativas entre os grupos de amputados de membro inferior e de membro superior. Entretanto os amputados de membro inferior apresentam, ainda que sem atingir níveis de significação estatística ($t=1,26; p=n.s.$), uma avaliação mais positiva ($\bar{X}=1,96$) dos eventos que lhes ocorreram do que os sujeitos amputados de membro superior ($\bar{X}=1,67$). O mesmo ocorre quando apresentam indicação de sua situação atual, com os amputados de membro inferior sentindo-se pouco mais felizes ($\bar{X}=2,96$) do que aqueles amputados de membro superior ($\bar{X}=2,73$), de onde pode ser retirado que a amputação de membro superior é vista como pior do que a amputação de membro inferior, ainda que as diferenças entre os grupos não atinjam níveis de significação estatística ($t=1,05; p=n.s.$).

As correlações entre as avaliações efetuadas pelos sujeitos atores da perda que sofreram, bem como da situação em que se encontram no momento, e os escores nas teorias de atribuição de causalidade, nas medidas pessoais dos sujeitos, e no quanto acreditam que tenham sido culpados ou que pudessem ter evitado o ocorrido, mostram resultados interessantes, ainda que haja predominância de coeficientes não atingindo níveis de significação estatística, e que são expressos nas tabelas se -

guintes:

Tab.61 - Coeficientes de correlação entre as avaliações das perdas sofridas pelos sujeitos e outras variáveis.

Variáveis	Ator amputado membro inferior	Ator amputado membro superior	Ator Todos
Teoria de BC	0,22	-0,18	0,10
Teoria de MJ	-0,11	-0,10	-0,13
Teoria de AD	-0,47	-0,48	-0,40
Escala de crença no mundo justo	-0,25	-0,33	-0,24
Sentimento de Auto-Estima	0,27	0,64	0,42
Locus de Controle	-0,40	0,57	-0,10
Sentimento de Religiosidade	-0,08	-0,05	-0,06
Quanto foi culpado	0,33	-0,05	0,18
Quanto podia ter evitado	0,18	-*	0,18
Situação atual	0,27	0,70	0,47

(*) Não existe a possibilidade de se determinar a correlação por não haver variabilidade em uma das medidas.

Tab.62 - Coeficientes de correlação entre a avaliação da situação em que se encontra o sujeito no momento(situação atual)e outras variáveis.

Variáveis	Ator amputado membro inferior	Ator amputado membro superior	Ator Todos
Teoria de BC	-0,24	-0,28	-0,23
Teoria de MJ	-0,21	-0,10	-0,18
Teoria de AD	-0,38	-0,31	-0,29
Crença no mundo justo	0,15	0,09	0,14
Sentimento de Auto-Estima	0,59	0,64	0,61
Locus de Controle	-0,24	0,54	0,04
Sentimento de Religiosidade	0,16	-0,03	0,08
Quanto foi culpado	-0,27	0,15	-0,08
Quanto podia ter evitado	-0,33	-*	0,18

(*) Não existe a possibilidade de se determinar a correlação por não haver variabilidade em uma das medidas.

A primeira constatação que pode ser efetuada com base nos dados expressos anteriormente é a predominância de correlações negativas entre os escores nas três teorias e aqueles relativos à avaliação de perda sofrida e da situação em que se encontram os sujeitos no momento, parecendo ocorrer que quanto maiores explicações encontrem para os eventos que se lhes abateram, mais lamentem a perda e mais infelizes se sintam, ou vice-versa; quanto menos lamentem a perda e menos infelizes se sintam menos conseguem explicar o ocorrido. É particularmente verdadeiro que, quanto mais o sujeito atribui aos outros a ocorrência dos fatos, mais grave acha que foi a sua perda e mais infeliz se sente no momento, ou vice-versa.

Mostram também esses resultados, relações, ainda que não significativas do ponto de vista estatístico, para os sujeitos amputados de membro inferior (para os de membro superior não existem relações mais relevantes), entre o quanto o sujeito acredita que foi culpado e o quanto poderia ter evitado o ocorrido, e as avaliações da perda e da situação em que se encontra no momento. Assim, esses sujeitos quanto mais se julgam culpados pelo ocorrido e mais acreditam que poderiam ter evitado o que aconteceu, menos avaliam a perda como ruim (acham que não foi uma coisa tão ruim, ou mesmo, foi mais ou menos), mas se sentem mais infelizes.

Observam-se também correlações altas e positivas entre a avaliação da perda e a situação atual, isto é, se o sujeito acredita que a perda foi grave sente-se infeliz, e quanto mais acredita que a perda foi leve mais feliz se encontra no momento.

Considerando-se as medidas pessoais observam-se altas correlações positivas entre o sentimento de auto-estima e a avaliação da perda e a situação atual, isto é, quanto maior o sentimento de auto-estima do sujeito mais ele acha a sua perda uma coisa até certo ponto boa, acredita que foi mais leve a perda, e mais feliz se sente no momento.

Alguns outros dados fornecem indicações, bastante inseguras é certo, mas que podem servir de indícios, de que mais o sujeito acredita num mundo justo mais ele avalia a ocorrência como negativa.

Quanto ao locus de controle, situação curiosa acontece: os escores apresentam correlações negativas com as duas variáveis consideradas para os sujeitos amputados de membro inferior e correlações positivas para os amputados de membro superior. Isto é, para os casos de perda de membro inferior quanto mais externo o sujeito é, mais acredita que o evento tenha sido ruim e mais infeliz se sente agora; por outro lado entre os sujeitos amputados de membro superior, quanto mais externo é o sujeito menos avalia negativamente a perda e mais feliz se sente no momento.

A respeito do sentimento de religiosidade nenhuma relação de maior vulto foi detectada e por isso não merecem comentários os resultados registrados nas tabelas anteriores.

Os dados a respeito das respostas de combate (*coping responses*) entre os sujeitos atores amputados, obtidos a partir de entrevistas com os técnicos dos centros de reabilitação profissional, apresentam distribuições equitativas de bons e maus

em respostas de combate, entre os grupos de amputados de membro inferior ou de membro superior, como se verifica na tabela a seguir:

Tab.63 - Distribuição de sujeitos atores amputados de membro inferior e superior entre os bons e maus em respostas de combate.

Comportamento de combate	Amputados membro inferior	Amputados membro superior	Total
Bom	12	7	19
Mau	13	8	21
Total	25	15	40

Analisando-se o comportamento dos grupos de bons e maus nas respostas de combate observam-se algumas diferenças, ainda que a maioria não significativa, podendo indicar alguns dados importantes. Assim, a respeito dos escores nas três teorias de atribuição de causalidade, os sujeitos bons em respostas de combate obtêm escores mais elevados na teoria de BC ($\bar{X}=3,16$) que os maus ($\bar{X}=2,14$), ainda que estas diferenças não atinjam níveis de significação estatística ($t=1,22$; $p=n.s.$); alcançam menores resultados na teoria do mundo justo ($\bar{X}=2,74$ para os bons e $\bar{X}=3,19$ para os maus, $t=0,85$; $p=n.s.$) e na teoria de AD ($\bar{X}=7,42$ para os bons e $\bar{X}=7,71$ para os maus, $t=0,64$; $p=n.s.$), todas essas diferenças pequenas e não significativas.

A respeito das variáveis pessoais encontram-se apenas diferenças significativas nos escores de auto-estima, quando os sujeitos que se comportam como bons nas respostas de combate obtêm maiores escores ($\bar{X}=10,00$) do que os sujeitos que se apre-

sentam como maus nas respostas de combate ($\bar{X}=6,90$) ($t=2,87$; $p<.05$). Não se observam diferenças significativas nos escores de crença no mundo justo ($\bar{X}=8,47$ para os bons e $\bar{X}=8,00$ para os maus em respostas de combate, $t=0,71$; $p=n.s.$), locus de controle ($\bar{X}=9,63$ para os bons e $\bar{X}=9,14$ para os maus, $t=0,70$; $p=n.s.$) e sentimento de religiosidade ($\bar{X}=11,32$ para os bons e $\bar{X}=11,57$ para os maus, $t=0,27$; $p=n.s.$).

Ainda, os sujeitos amputados classificados como bons em respostas de combate julgam-se mais culpados pelo evento com eles ocorrido ($\bar{X}=1,895$) do que aqueles classificados como maus nas respostas de combate ($\bar{X}=1,095$) ($t=2,42$; $p<.05$) e mesmo não sendo significativa a diferença ($t=1,16$; $p=n.s.$) os bons em respostas de combate acreditam mais ($\bar{X}=1,63$) que poderiam ter evitado o que aconteceu, do que os maus ($\bar{X}=1,19$) nesta medida.

Por último, os bons em respostas de combate avaliam como menos negativas ($\bar{X}=2,00$) as ocorrências que se lhes abateram, do que os maus ($\bar{X}=1,71$), ainda que esta diferença não se apresente como significativa ($t=1,26$; $p=n.s.$), não sendo observada diferença de maior amplitude no que tange a situação em que o sujeito diz se encontrar no momento ($\bar{X}=2,95$ para os bons em respostas de combate, $\bar{X}=2,81$ para os maus, $t=0,20$; $p=n.s.$).

5.2.3 - SUJEITOS CEGOS

Dentro do grupo de sujeitos cegos totais e bilaterais serão considerados dois sub-grupos: um constituído de sujeitos que já nasceram cegos ou se tornaram cegos até os 5 anos de idade, aqui denominados "sujeitos cegos congênitos" e compreendendo 13 sujeitos; outro composto de 22 sujeitos que enxergaram normalmente, ou com deficiências aceitáveis, até os 5 anos e que perderam a visão após esta idade. Como em todo este trabalho, igual número de sujeitos, emparelhados a estes em idade e nível sócio-econômico-cultural, funcionaram como observadores, respondendo às mesmas questões e escalas após ouvirem o relato da situação e da perda sofrida pelo sujeito ator.

Solicitados a indicar, em primeiro lugar, o que ou quem teria sido o responsável pela ocorrência que o levou à situação em que se encontra, os sujeitos dos dois sub-grupos, e do grupo como um todo, ofereceram respostas que após agrupadas nas sete categorias comuns a todos os grupos permitiram obter a seguinte distribuição de frequência de menção de cada categoria.

Tabela 64 - Frequência de Atribuição Causal a cada Categoria -
Sujeitos Atores.

CATEGORIAS	Congênitos		Adquiridos		Total	
	F	%	F	%	F	%
1. Pais e família, hereditariedade, tipo de criação.	7	53,8	3	13,6	10	28,6
2. Outras pessoas (incluindo a própria vítima)*	3	23,1	3	13,6	6	17,1
3. Sociedade, governo, entidades, empresas.	-	-	-	-	-	-
4. Falta de recursos da família ou do lugar, situação econômica.	2	15,4	3	13,6	5	14,3
5. Destino, acaso, Deus, fatalidade, azar.	1	7,7	3	13,6	4	11,4
6. Comportamento ou característica do próprio ator.	-	-	6	27,3	6	17,1
7. Castigo, outra geração	-	-	4	18,2	4	11,4
T o t a l	13		22		35	

* - casos de presos

Analisando-se os resultados verifica-se que o grupo de sujeitos cegos congênitos, em 53,8% dos casos atribuem a responsabilidade aos pais e família pelo fato de ter nascido ou ficado cego nos primeiros anos de sua vida, em geral decorrente de maus cuidados ou de moléstias em geral. Em segundo lugar aparece a menção a outras pessoas, em 23,1% dos casos, aí incluindo-se os médicos que assistiram ao sujeito, pessoas que cuidavam da criança na ausência da mãe.

A falta de recursos da família ou do lugar onde viviam, de recursos econômicos, de assistência médica, nível

cultural muito baixo para detectar as moléstias nas primeiras etapas de instalação, foram mencionados em 15,4% dos casos pelos sujeitos cegos congênitos, restando apenas uma menção ao destino, azar, acaso, Deus, como explicação do ocorrido. Lembra-se a ausência total de indicação da categoria referente às causas internas do próprio sujeito como determinantes da ocorrência, dado que ou o indivíduo já nasceu cego ou ficou nesta situação na primeira fase de sua vida, onde efetivamente não podia exercer nenhum controle sobre os eventos que se apresentavam.

Entre os sujeitos cegos adquiridos, 13,6% indicam os pais e família como responsáveis pela sua situação, enquanto outros tantos apontam as outras pessoas, os médicos, os conhecidos. A falta de recursos econômico-culturais é mencionada também em 13,6% das vezes, o mesmo ocorrendo com a categoria "destino, acaso".

Entretanto, e diferencialmente dos sujeitos cegos congênitos, 27,3% admitem a responsabilidade pessoal na determinação dos eventos com eles ocorridos, e 18,2% apontam a origem dos fatos que lhes ocorreram para as falhas em outras gerações anteriores à sua, ou a um castigo para sua pessoa.

No grupo de atores como um todo, observa-se a predominância da atribuição de responsabilidade aos pais, seguido dele mesmo e de outras pessoas, da falta de recursos, e do destino, outra geração ou castigo. Tais dados compreendem, de outra forma, a atribuição de responsabilidade em 83% dos casos a fatores externos e somente em 17% dos casos a indica-

ção recai em variáveis internas dos próprios atores.

Para os sujeitos observadores os resultados apresentam a seguinte distribuição:

Tabela 65 - Frequência de Atribuição Causal a cada Categoria -
Sujeitos Observadores.

CATEGORIAS	Congênitos		Adquiridos		Total	
	F	%	F	%	F	%
1. Pais, família, hereditariedade, tipo de criação.	7	53,8	15	68,2	22	62,9
2. Outras pessoas*(incluindo a própria vítima).	5	38,5	2	9,1	7	20
3. Sociedade, governo, entidades, empresas.	-	-	-	-	-	-
4. Falta de recursos da família ou do lugar, situação econômica.	-	-	-	-	-	-
5. Destino, acaso, Deus, fatalidade, azar.	1	7,7	1	4,5	2	5,7
6. Comportamento ou característica do próprio ator.	-	-	4	18,2	4	11,4
7. Castigo, outra geração.	-	-	-	-	-	-
T o t a l	13		22		35	

* Casos de presos

Os observadores de sujeitos cegos congênitos, valendo-se de apenas três categorias, em 53,8% dos casos apontam os pais como os responsáveis pelas ocorrências que atingiram esses sujeitos, em 38,5% das vezes culpam os médicos, enfermeiros, restando somente uma indicação para a categoria envolvendo o Destino.

Entre os observadores de sujeitos cegos adquiridos as respostas à indicação do responsável pelo evento envolve quatro categorias, sendo 68,2% relativas à culpa dos pais, 9,1% às outras pessoas, um caso de menção ao Destino, sendo o próprio sujeito indicado como responsável pela ocorrência em 18,2% das vezes.

Para o grupo de observadores como um todo verifica-se maior atribuição de responsabilidade pela ocorrência aos pais e família, com 62,9% das citações, vindo a seguir as outras pessoas com 20%, o próprio ator com 11,4% e por último o destino com apenas 5,7% das indicações.

Comparando-se o grupo de atores e observadores como um todo pode-se verificar, em primeiro lugar, que os atores se valem de maior número de categorias (6) do que os observadores (4) para a explicação dos eventos, e que os atores culpam menos seus pais e familiares do que o fazem os sujeitos observadores. Ao mesmo tempo, e curiosamente contrário as hipóteses formuladas, os atores culpam mais a si mesmos pelo ocorrido do que o fazem os observadores, acontecendo o mesmo com o destino, mais apontado por atores que por observadores. Por último, os atores mencionam em número significativo a falta de recursos, o castigo e gerações anteriores, ambas omitidas totalmente das atribuições dos sujeitos observadores.

O segundo aspecto estudado com os sujeitos cegos e seus observadores, envolve o quanto acreditavam que o ator teria sido culpado pelo que aconteceu. Atentando para as res-

postas dos sujeitos atores, constata-se diferença significativa ($t = 2,23; p < .05$) entre os grupos de sujeitos cegos congênitos e aqueles adquiridos, com os primeiros considerando-se nada culpados ($\bar{X} = 1,00$), e os adquiridos julgando-se mais culpados pela ocorrência do evento ($\bar{X} = 2,04$). A mesma tendência, sem no entanto atingir níveis de significação estatística ($t = 1,89; p = n.s$) é verificada entre os sujeitos observadores, com aqueles referentes aos congênitos atribuindo menor ($\bar{X} = 1,00$) culpa aos atores do que os relativos aos cegos adquiridos ($\bar{X} = 1,73$).

Ao se comparar atores e observadores, contrariamente ao que se esperava, não são observadas diferenças entre essas duas classes de sujeitos, tanto para os sub-grupos de cegos congênitos ($\bar{X} = 1,00$ para atores, $\bar{X} = 1,00$ para observadores, $t = 0$ $p = n.s$), como para o de cegos adquiridos ($\bar{X} = 2,04$ para atores, $\bar{X} = 1,73$ para observadores, $t = 0,67$ $p = n.s$) e para os grupos gerais de atores ($\bar{X} = 1,66$) e observadores ($\bar{X} = 1,46$) ($t = 0,64$ $p = n.s$).

A atribuição de importância na explicação do seu caso particular a cada um dos quatro fatores propostos aos sujeitos (eu/ele, outros, situação, acaso) produziu resultados bastante interessantes e que são agora focalizados, lembrando que quanto menor o valor médio, maior a importância daquele fator na explicação do que ocorreu.

O grupo de sujeitos atores cegos atribuiu em média os seguintes valores a cada um dos quatro fatores:

Tabela 66 - Médias de valores classificatórios atribuídos a cada fator
- Sujeitos Atores

Fatores	Médias Congênitos	Médias Adquiridos
eu	3,92	2,95
outros	1,77	2,27
situação	1,92	2,54
acaso	2,38	2,23

Como pode ser verificado, existem algumas diferenças no comportamento dos dois grupos, onde aquele de sujeitos cegos congênitos coloca os fatores de forma mais diferenciada um de outro do que o grupo de sujeitos cegos adquiridos, que oferecem resultados discriminando menos os quatro fatores. Assim, os cegos congênitos colocam em primeiro lugar os outros como culpados pelo que lhes ocorreu, vindo a seguir e nesta ordem: situação, acaso, e por último e bastante distanciado o fator "eu".

Já os sujeitos cegos adquiridos, sem muita diferenciação entre os fatores, colocam em primeiro lugar o acaso, seguindo-se os outros, situação, e "eu", com a distância entre o primeiro e o último fatores não atingindo nem a uma unidade sequer.

Para os grupos de sujeitos observadores as atribuições médias a cada um dos quatro fatores é a seguinte:

Tabela 67 - Médias de valores classificatórios atribuídos a cada fator
- Sujeitos Observadores.

Fatores	Médias Congênitos	Médias Adquiridos
Ele	3,92	3,00
Outros	1,69	2,09
Situação	2,54	2,00
Acaso	1,85	2,91

Novamente aqui para os observadores verifica-se maior distinção entre os diversos fatores para os casos de observadores de cegos congênitos que adquiridos, para quem a diferença de importância entre os quatro fatores é muito pequena.

Os observadores dos sujeitos cegos congênitos colocam em primeiro lugar os outros como responsáveis pela ocorrência, vindo a seguir o acaso, a situação e bem distanciado o próprio ator.

Entre os observadores dos adquiridos a situação é colocada em primeiro lugar, vindo logo após os outros, o acaso e por último, mas não muito distanciado, o próprio ator.

Ao se compararem os grupos de atores e observadores como um todo, tem-se as seguintes médias de atribuição de responsabilidade a cada fator, e o resultado do teste de diferença entre as médias dos atores e observadores:

Tabela 68 - Médias de valores classificatórios atribuídos a cada fator
- comparação de sujeitos atores e observadores.

Fator	Médias Atores	Médias Observadores	<i>t</i>	<i>p</i>
eu/ele	3,31	3,34	0,12	n.s
outros	2,08	1,94	0,64	n.s
situação	2,31	2,20	0,46	n.s
acaso	2,28	2,51	0,96	n.s

Como se observa as diferenças entre os grupos de atores e observadores é desprezível em todos os quatro fatores, levando-nos a considerar as atribuições de um e do outro grupo como idênticas, fato que contraria as hipóteses a respeito, os dados anteriormente expostos nesse mesmo estudo, e a hipótese de Jones e Nisbett (1972).

Quando questionados a indicar o quanto poderiam ter evitado o que aconteceu, em uma escala de 1 a 5, os sujeitos atores cegos congênitos ofereceram respostas na sua totalidade mostrando nenhuma possibilidade de evitar o ocorrido ($\bar{X}=1,00$), o que é significativamente ($t=2,00; p < .05$) menor que a média obtida pelo grupo de cegos adquiridos ($\bar{X}=1,86$), que acredita com maior intensidade poder ter evitado o que aconteceu.

Entre os sujeitos observadores, as respostas a esta mesma questão indicam resultados bastante semelhantes com todos os observadores de cegos congênitos respondendo não ser possível evitar o que aconteceu ($\bar{X}=1,00$), e os observadores

de cegos adquiridos acreditando mais fortemente que as coisas poderiam ter sido evitadas pelo ator ($\bar{X}= 1,95$) ($t=2,28$; $p < .05$).

Ao se considerar o grupo total de atores e observadores não se observam diferenças entre ambos quanto à possibilidade de se evitar o que aconteceu ($\bar{X}=1,54$ para atores, $\bar{X}= 1,60$ para observadores, $t= 0,20$ $p = n.s$), o que de certa forma contraria as hipóteses levantadas anteriormente e os resultados já obtidos.

A respeito do que deveria ter sido feito para que se pudesse evitar o que aconteceu, assim se distribuem as respostas dos sujeitos atores, considerando as diversas categorias formuladas:

Tabela 69 - Frequência de indicação de soluções para evitar a ocorrência dos eventos vitimadores - Sujeitos Atores.

CATEGORIAS	Congênito		Adquirido		Total	
	F	%	F	%	F	%
1.Comportamento diferente de entidades.	-	-	-	-	-	-
2.Comportamento diferente de outros.	-	-	-	-	-	-
3.Comportamento diferente da família.	6	46,2	8	36,4	14	40
4.Situação diferente da família,do lugar, ou dele mesmo	3	23,1	3	13,6	6	17,1
5.Comportamento diferente do ator	-	-	6	27,3	6	17,1
6.Nada.	4	30,7	5	22,7	9	25,8
T o t a l	13		22		35	

Como se observa, os sujeitos cegos congênitos, na maior parte das vezes (46,2%), indicam modificações no modo de conduta de elementos de sua família como forma de evitar o ocorrido, sendo que outros 23,1% pregam uma situação sócio-econômico-cultural diferente da família ou do lugar em que viviam como forma de controle da ocorrência destes fatos, de onde se pode generalizar dizendo-se que em 69% dos casos os sujeitos acreditam que as únicas modificações capazes de evitar o ocorrido estariam ao nível de sua família, seja no comportamento de seus membros ou em suas condições gerais de vida. Lembra-se que os outros 30,7% acreditam nada ser possível fazer para se evitar o que aconteceu.

Entre os sujeitos atores cegos adquiridos 36,4% apontam modificações no comportamento geral da família e 13,6% mudanças na situação geral da família, como forma de controle das ocorrências das quais foram vítimas. Menos frequentemente que os cegos congênitos, estes acreditam em 22,7% das vezes que não seria possível evitar o ocorrido e, curiosamente, 27,3% apontam para modificações em sua própria maneira de agir como forma de evitar o que aconteceu.

Para o grupo como um todo, tem-se que 40% pregam mudanças no comportamento geral da família, seguidos de 17,1% de opiniões defendendo a mudança nas condições gerais de vida e da família como forma de se controlar o que aconteceu, e ainda de uma parcela de 17,1% acreditando que as modificações deveriam ser realizadas em sua própria pessoa, no seu próprio modo de se comportar. Relevante observar que 25,8% declaram nada

ser possível fazer para se evitar o que aconteceu.

Quando se consideram as respostas dos sujeitos observadores, as frequências obtidas nas seis categorias formuladas são as seguintes:

Tabela 70 - Frequência de indicação de soluções para evitar a ocorrência dos eventos vitimadores. Sujeitos Observadores.

CATEGORIAS	Congênitos		Adquiridos		Total	
	F	%	F	%	F	%
1.Comportamento diferente de entidades.	-	-	-	-	-	-
2.Comportamento diferente de outros.	-	-	-	-	-	-
3.Comportamento diferente de família.	10	76,9	13	59,1	23	65,7
4.Situação diferente da família, do lugar, ou dele mesmo	-	-	-	-	-	-
5.Comportamento diferente do ator	-	-	7	31,8	7	20
6.Nada.	3	23,1	2	9,1	5	14,3
T o t a l	13		22		35	

A primeira constatação que se faz ao observar a ta
bela anterior é que os sujeitos observadores se valem tão so-
mente de três categorias para expor suas idéias acerca da pre
venção das ocorrências consideradas. Assim, os sujeitos obser-
vadores de cegos congênitos, como forma de controle desses
eventos, apontam em 76,9% das vezes para maiores cuidados dis-
pensados pela família, seja na gestação da criança, seja nos

primeiros anos de vida, e em 23,1% das vezes acreditam nada ser possível fazer para se evitar o ocorrido.

Entre os observadores de cegos adquiridos, novamente a maior (59,1%) parcela deles aponta para modificações no modo de agir da família como forma de controle das ocorrências, seguido de 31,8% de indicação de mudanças no comportamento da própria vítima, e de apenas 9,1% de declarações de que nada poderia ser feito para se evitar o que aconteceu.

Para o grupo de observadores como um todo tem-se que 65,7% apontam mudanças no comportamento da família, 20% modificações na própria maneira de agir do ator, como forma de controlar acontecimentos desta natureza, restando os outros 14,3% a afirmar que nada poderia ter evitado esses eventos.

Comparando-se os grupos de atores e observadores, verifica-se maior dispersão de frequência de citações entre as quatro categorias utilizadas pelos sujeitos atores e maior concentração em uma das três empregadas pelos sujeitos observadores. Ao mesmo tempo os sujeitos observadores tendem a pregar mais frequentemente modificações na conduta da família como forma de controle dos eventos do que os sujeitos atores, que preferem apontar mais para a transformação na situação de vida em geral, e acreditar mais que nada poderia ser feito para evitar isto que lhes aconteceu. É conveniente lembrar que nas entrevistas muitos atores diziam o seguinte: "não quero culpar ninguém de minha família, eles não tinham a instrução necessária, viviam mal", numa alusão a que talvez pensas

sem mesmo que a falta de cuidados da família poderia ter contribuído para o ocorrido, mas preferissem não apontar para esta direção como uma forma de respeito pelos pais ou outro fenômeno qualquer.

Uma vez questionados a indicar por que foram eles os escolhidos para sofrer esta perda, e isto não ter acontecido com outros, as respostas dos sujeitos atores assim se distribuem pelas sete categorias formuladas e comuns a todos os grupos:

Tab.71 - Frequência de explicações adotadas por sujeitos atores à questão "Por que isto ocorreu com você?"

CATEGORIAS	Congênito		Adquirido		Todos	
	F	%	F	%	F	%
1.Comportamento ou característica inadequada do ator	-	-	2	9,1	2	5,7
2.Pela ação negativa de outros	-	-	-	-	-	-
3.Falha dos pais, família, fator hereditário	3	23,1	-	-	3	8,6
4.Pela situação, do modo como estava só podia ocorrer com ele, local perigoso	-	-	-	-	-	-
5.Destino, acaso, azar, predestinação, desígnio, provação de Deus, probabilidade	9	69,2	19	86,4	28	80
6.Pagando por erro de alguém, castigo de Deus	1	7,7	1	4,5	2	5,7
7.Não sabe	-	-	-	-	-	-
Total	13		22		35	

Como se observa na tabela anterior os sujeitos atores cegos congênitos atribuem em 69,2% das vezes ao destino o fato dele ter vindo a ser cego e isto não ocorrer com uma outra pessoa, quer dizer, explicaria através da ação do Des-

tino o fato de ser ele e não outro o escolhido entre tantas pessoas normais para ser cego; 23,1% creditam às falhas de seus familiares, o que não teria ocorrido com os familiares de outras pessoas, e somente um dos casos acha que está assim para pagar os pecados de alguém, que isto seria um castigo a si por erro de outros.

Para os sujeitos cegos adquiridos, o destino em 86,4% dos casos explicaria a sua escolha, restando 9,1% de citações às suas características que o predispuseram a esta situação, e apenas um caso (4,5%) acredita estar pagando pelos pecados de outra pessoa.

No total, 80% dos sujeitos atores apontam o destino como explicação para a sua escolha pessoal para sofrer esta perda, ficando os demais 20% equitativamente distribuídos entre características do próprio sujeito, falha no comportamento ou ação da família, ou pagando pecados de alguém.

Entre os observadores a distribuição de frequência de respostas nas sete categorias assim se apresenta:

Tab.72 - Frequência de explicações adotadas por sujeitos observadores à questão "Por que isto ocorreu com ele?"

CATEGORIAS	Congênitos		Adquiridos		Todos	
	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento ou característica inadequada do ator	2	15,4	6	27,3	8	22,9
2. Pela ação negativa de outros	-	-	-	-	-	-
3. Falha dos pais, família, fator hereditário	1	7,7	4	18,2	5	14,3
4. Pela situação, do modo como estava só podia ocorrer com ele, local perigoso	1	7,7	-	-	1	2,9
5. Destino, acaso, azar, predestinação, destino, provação de Deus, probabilidade	7	53,8	10	45,5	17	48,6
6. Pagando por erro de alguém, castigo de Deus	1	7,7	2	9,1	3	8,6
7. Não sabe	1	7,7	-	-	1	2,9
Total	13		22		35	

Os sujeitos observadores de casos de atores cegos congênitos, na explicação do porquê aquele determinado ator, e não outra pessoa, teria sofrido aquela perda, utilizam-se, à exceção da categoria relacionada às outras pessoas, de todas as seis categorias restantes.

Para eles, o destino explicaria este fato em 53,8% das vezes, as falhas do próprio ator em 15,4% ficando os outros 31% de citações equitativamente distribuídos entre as falhas da família, a situação da família, o fato de estar pagando algum pecado, e não saber porque isto ocorreu.

Os sujeitos observadores de atores cegos adquiridos, por outro lado, em 45,5% dos casos atribuem ao destino o fato considerado, em 27,3% às próprias características do ator, em 18,2% às falhas da família do ator, e outros 9,1% acreditam que o ator tenha sido o escolhido para pagar os pecados de alguém.

Para os grupos de observadores conjuntamente o destino é mencionado em 48,6% dos casos, vindo a seguir as próprias características do ator com 22,9% das citações, as falhas no comportamento das famílias dos atores em 14,3% das vezes, o fato de estar pagando por erros de alguém em 8,6%, restando os outros 6% a serem divididos de forma equitativa entre a situação da família e não saber uma resposta para o fato.

Comparando-se atores e observadores verifica-se em primeiro lugar maior variabilidade nas categorias entre os ob-

servadores do que os atores, maior emprego do destino como explicação pelos atores que pelos observadores, menor culpa a si mesmo e aos pais pelos atores que pelos observadores, dados que mais uma vez confirmam a suposição acerca da diferença no processo atribucional de atores e observadores.

Como uma primeira forma de se medir a preferência dos sujeitos pela utilização de cada uma das três teorias de atribuição de causalidade a eventos vitimadores, foi solicitado aos sujeitos que atribuissem valores de 1 a 3 a cada uma de três afirmações baseadas uma em cada teoria, de modo que uma afirmação recebesse o valor 1 (a mais importante segundo ele para explicar o seu caso) a outra 2 e a última 3.

Os resultados médios destes escores de cada afirmação estão descritos na tabela a seguir, para os sujeitos atores.

Tabela 73 - Médias dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - sujeitos Atores.

Teorias	Atores Cegos Congênitos	Atores Cegos Adquiridos	Atores Cegos Todos
Busca de controle (BC)	3,00	2,41	2,63
Mundo justo (MJ)	2,00	1,91	1,94
Atribuição Defensiva (AD)	1,00	1,68	1,43

Os sujeitos cegos congênitos em sua totalidade colocam em primeiro lugar a teoria AD, em segundo MJ e por último BC. Já os cegos adquiridos apresentam alguma variabilidade dos resultados mas seguindo a mesma ordem para as três teo-

rias: AD em primeiro lugar, MJ em segundo e por último BC. O grupo de atores como um todo, como não poderia deixar de ser, com alguma variabilidade dos dados devido ao grupos de cegos adquiridos, prefere em primeiro lugar a teoria AD, a teoria MJ em segundo e por último a teoria BC.

Para os sujeitos observadores de cegos congênitos a situação é bastante semelhante a esta verificada com os sujeitos atores cegos congênitos, com pequena variabilidade dos dados e com a teoria AD em primeiro lugar na preferência dos sujeitos para explicação dos eventos, a teoria do MJ em segundo e por último a teoria de BC, conforme a tabela a seguir:

Tabela 74 - Médias dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - Sujeitos Observadores

Teorias	Observadores de cegos Congênitos	Observadores de cegos Adquiridos	Observadores de cegos Todos
Busca de controle (BC)	3,00	2,09	2,43
Mundo justo (MJ)	1,85	2,54	2,28
Atribuição defensiva (AD)	1,15	1,36	1,28

Para os sujeitos observadores de casos de cegos adquiridos, verifica-se a presença da teoria de AD em primeiro lugar, a de BC em segundo e por último a teoria de MJ, mas esta pequena diferença em relação aos outros grupos é neutralizada quando se considera o grupo de observadores como um todo, onde aparece a teoria de AD em primeiro lugar, a teoria MJ em segundo e a teoria BC em último.

Contrariamente ao que se esperava pelas hipóteses, e o que tem sido verificado ao longo deste trabalho, não se apresentam diferenças significativas na ordem de preferência pelas três teorias para explicação dos eventos por parte de atores por um lado e de observadores por outro. As pequenas diferenças observadas ao nível dos escores médios em cada uma das teorias para os grupos de atores, ou observadores, não fere a essência desta variável que trata do estabelecimento de uma ordem às explicações baseadas nas três teorias, e esta ordem é absolutamente a mesma para os dois grupos.

Mas, a principal variável dependente estudada neste trabalho refere-se aos escores dos sujeitos atores e observadores nas escalas de atribuição de causalidade aos eventos vitimadores, tomando por base cada uma das três teorias consideradas (BC, MJ, AD).

Os sujeitos cegos congênitos adotam em média 11,3 explicações aos eventos que lhes ocorreram, dentre as 30 afirmativas que lhes foram apresentadas.

Uma análise de variância entre os escores nas três escalas referentes às três teorias distintamente acusou diferenças significativas ($F=34,95; p < .01$) na frequência de emprego de cada uma destas teorias pelos sujeitos na explicação dos fatos ocorridos.

Estudo posterior indicou o emprego em primeiro lugar de afirmações baseadas na teoria de AD ($\bar{X}=7,38$), bastante superior ($t=4,21; p < .01$) aos escores obtidos na escala refe-

rente à teoria do MJ ($\bar{X}=3,23$), e mais ainda a aqueles baseados na teoria BC ($\bar{X}=0,69$) ($t=12,86$; $p < .01$). Mostram ainda esses resultados superioridade significativa do ponto de vista estatístico ($t= 3,02$; $p < .05$), dos escores obtidos na escala da teoria do MJ frente a aquelas obtidos na escala da teoria de BC.

Para os casos de cegos adquiridos verifica-se o emprego em média de 14,08 explicações entre todas as propostas, com diferenças significativas ($F=3,59$; $p < .01$) nos escores em cada uma das escalas das três teorias obtidos pelos mesmos sujeitos.

Ao se comparar duas a duas as teorias, observam-se maiores escores na teoria de AD ($\bar{X}=6,04$), significativamente ($t=2,50$; $p < .05$) superiores aos da teoria de MJ ($\bar{X}=4,04$) e da teoria de BC ($\bar{X}=4,00$, $t=2,24$; $p < .05$). Entretanto a diferença muito pequena entre os escores da teoria de MJ e de BC não deve ser aqui considerada ($t=0,04$; $p= n.s$).

Para os sujeitos cegos atores como um todo observa-se, em média, a utilização de 13,05 itens entre os 30 propostos para a explicação dos fatos vitimadores, enquanto análise de variância demonstrou a existência de diferenças significativas ($F=16,86$; $p < .01$) na intensidade do emprego de cada uma das três teorias para essas explicações.

A teoria de AD é preferida pelos sujeitos cegos atores ($\bar{X}=6,54$) tanto em relação à teoria do MJ ($\bar{X}=3,74$) ($t=4,38$; $p < .01$) segunda colocada, quanto à teoria de BC ($\bar{X}=2,77$) ($t=$

5,31; $p < .01$) a menos empregada das três teorias. Não são observadas, entretanto, diferenças que atinjam níveis de significação estatística entre a preferência pela teoria do MJ e a teoria de BC, malgrado a superioridade da primeira ($t=1,47$ $p=n.s.$).

Focalizando agora os sujeitos observadores dos casos de cegos, e mais particularmente aqueles referentes aos cegos congênitos, constata-se a adoção, em média, de 10,61 afirmativas entre todas as propostas para a explicação dos eventos ocorridos e que lhes foram relatados pelo experimentador, com a análise dos escores em cada uma das três teorias demonstrando a existência de diferenças significativas ($F=72,02$; $p < .01$) no emprego de cada uma delas pelos mesmos sujeitos.

Estudo a posteriori indica escores mais elevados para a teoria de AD ($\bar{X} = 7,54$) apresentando diferenças significativas ($t=7,7$; $p < .01$) quando comparados a aqueles relativos à teoria do MJ ($\bar{X} = 2,46$) que se mostrou como a segunda mais empregada pelos sujeitos, e mais intensamente ainda ($t=21$; $p < .01$) em relação à teoria de BC ($\bar{X} = 0,61$), pouquíssimo aceita pelos observadores para explicação dos eventos relatados. Note-se ainda a demonstração da existência de diferenças ($t=2,57$; $p < .05$) entre a teoria de MJ e a de BC, com significativa superioridade da primeira.

Os sujeitos observadores de casos de cegos adquiridos concordam em média com 14,46 afirmações entre as trinta propostas com base nas três teorias, e uma análise dos resultados para as escalas de cada teoria separadamente mostra existirem diferenças significativas ($F=11,95$; $p < .01$) na preferên

cia de emprego de cada uma das teorias pelos diversos sujeitos para explicação dos eventos.

Comparando os escores nas escalas das teorias duas a duas constata-se que a teoria de AD é a preferida ($\bar{X} = 6,50$) para a explicação dos fatos pelos sujeitos, ainda que não significativamente superior ($t=0,78; p = n.s$) à teoria de BC ($\bar{X}=5,64$). Entretanto a teoria de AD é significativamente ($t=5,65; p < .01$) mais empregada que a teoria do MJ ($\bar{X}=2,32$), observando-se também superioridade da teoria de BC em relação à teoria do MJ ($t=4,1; p < .01$).

O grupo de observadores como um todo obtém escores médios de 13,02 nas três escalas conjuntamente, mas as análises demonstram a existência de diferenças no emprego de cada uma delas ($F=21,24; p < .01$). A teoria de AD aparece em primeiro lugar ($\bar{X}=6,88$) seguida da teoria de BC ($\bar{X}=3,77$), significativamente inferior ($t=3,62; p < .01$), e da teoria de MJ ($\bar{X}=2,37$) com menor importância ainda ($t=8,51; p < .01$). Os escores na escala da teoria de BC apresentam-se ainda como pouco superiores ($t=2,00; p < .10$) a aqueles obtidos por esses mesmos sujeitos na teoria do MJ.

Comparando-se os escores médios de atores e observadores nos dois sub-grupos e nos grupos totais, em cada uma das três teorias, obtém-se o seguinte quadro indicativo dos resultados:

Tabela 75 - Médias de escores nas escalas referentes às três teorias de atribuição de causalidade.

Teorias	Cegos Congênitos				Cegos Adquiridos				Todos os cegos			
	Médias Ator	Médias Observ.	t	p	Médias Ator	Médias Observ.	t	p	Médias Ator	Médias Observ.	t	p
Busca de controle (BC)	0,69	0,61	0,33	n.s.	4,00	5,64	1,36	n.s.	2,77	3,77	1,22	n.s.
Mundo justo (MJ)	3,23	2,46	0,72	n.s.	4,04	2,32	2,26	<.05	3,74	2,37	2,21	<.05
Atribuição defensiva (AD)	7,38	7,54	0,25	n.s.	6,04	6,50	0,73	n.s.	6,54	6,88	0,71	n.s.

Como se pode notar, à exceção das diferenças nos escores da teoria do MJ entre os sujeitos atores e observadores relacionados a casos de cegos adquiridos, e no grupo total, não são observadas diferenças significativas entre os escores dos sujeitos atores e observadores, o que contraria resultados já obtidos neste trabalho, as hipóteses por nós levantadas, e aquelas de Jones e Nisbett (1972). Lembra-se entretanto, que mesmo sem atingir níveis de significação estatística, as diferenças entre atores e observadores são mais expressivas nos grupos relativos a casos de cegos adquiridos que congênitos.

A título de reforçamento dos dados aqui relatados, e da qualidade dos instrumentos de medida utilizados, seria

conveniente mencionar as correlações entre os escores nas diversas teorias e aqueles obtidos pelos sujeitos na indicação de quanto foram culpados pelo ocorrido e de quanto poderiam tê-lo evitado.

Tabela 76 - Coeficientes de correlação entre os escores nas três teorias; o quanto o ator foi culpado e o quanto poderia ter evitado a ocorrência.

	Atores		Observadores	
	qto foi culpado	qto podia evitar	qto foi culpado	qto podia evitar
Escores teoria de Busca de Controle (BC)	0,59	0,78	0,60	0,67
Escores teoria do Mundo Justo (MJ)	0,27	0,27	0,21	0,26
Escores teoria de Atribuição Defensiva (AD)	-0,38	-0,02	0,71	-0,69

Observa-se que tanto para os sujeitos atores como para observadores existem correlações significativas positivas entre os escores na teoria de BC e o quanto de culpa se atribui ao ator, o mesmo ocorrendo quando se considera a possibilidade de se evitar o ocorrido, o que garante bom nível de confiabilidade aos dados obtidos. Como era de se esperar, são observadas correlações negativas entre a teoria de AD e as duas outras medidas consideradas, demonstrando que tanto mais se usa a teoria de AD, menos se culpa o ator pelo ocorrido e menores são as chances de que ele pudesse ter evitado o que ocorreu.

Verificam-se ainda correlações positivas, de pequena

magnitude, entre os escores da teoria de MJ, a quantidade de culpa atribuída ao ator e a possibilidade de que ele pudesse e vitar a ocorrência.

Ao se considerar os resultados das respostas dos sujeitos às escalas de medidas pessoais (crença no mundo justo, sentimento de auto-estima, locus de controle e sentimento de religiosidade), torna-se necessário antes de mais nada estabelecer um paralelo entre os escores dos sujeitos atores cegos congênitos e os adquiridos.

Assim, os sujeitos cegos congênitos apresentam escores ($\bar{X}=10,38$) significativamente ($t=2,75; p < .01$) mais elevados do que os sujeitos cegos adquiridos ($\bar{X}=8,23$) nas escalas de locus de controle, (comportando-se portanto como mais externos); escores inferiores em auto-estima, ainda que essa diferença não tenha atingido níveis de significação estatística ($\bar{X}=7,77$ para os cegos congênitos, $\bar{X}=9,36$ para os adquiridos, $t=1,31; p=n.s$). Ao se considerar as duas outras medidas (crença no MJ e sentimento de religiosidade) as médias dos escores dos dois grupos são praticamente idênticas (ver anexo IX) não merecendo portanto maiores esclarecimentos.

Ao se considerar os grupos totais de sujeitos atores e observadores (e para os dois sub-grupos a mesma tendência é verificada) constata-se que os cegos apresentam escores significativamente ($t=3,87; p < .01$) mais baixos ($\bar{X}=8,77$) na escala de auto-estima do que os sujeitos observadores a eles emparelhados ($\bar{X}=11,50$). Ao mesmo tempo são verificados entre os cegos escores significativamente ($t=2,93; p < .01$) mais eleva-

dos ($\bar{X}=9,03$) nas escalas de locus de controle, comportando-se como mais externos do que os sujeitos observadores ($\bar{X}=7,37$). Mesmo sem que a diferença entre os dois grupos atinja níveis de significação estatística ($t=1,64$; $p=n.s$) os sujeitos cegos obtêm menores escores de crença no mundo justo ($\bar{X}=7,85$) do que os sujeitos observadores ($\bar{X}=8,80$), não se registrando entretanto diferença considerável entre eles no que tange ao sentimento de religiosidade ($\bar{X}=10,5$ para os cegos, $\bar{X}=10,74$ para os observadores e $t=0,34$; $p=n.s$).

Ao se estudar a correlação entre os escores nas escalas referentes às três teorias de atribuição de causalidade e os escores nas escalas de medida de variáveis pessoais, poucos coeficientes atingem níveis de magnitude que justifiquem maior detalhamento. Assim, os dados de maior relevância indicam tendência de correlações positivas entre os escores na teoria de BC e aqueles referentes à crença no MJ (r entre 0,08 e 0,29); correlações negativas entre escores na teoria BC e auto-estima (r entre -0,09 e -0,35) para os sujeitos atores e positivas (r entre 0,17 e 0,27) para os observadores; correlação negativa de -0,29 entre teoria BC e sentimento de religiosidade para os sujeitos cegos congênitos e positiva de 0,52 para os cegos adquiridos, sendo de 0,32 para todos os sujeitos atores.

Observa-se também correlação positiva (r entre 0,34 e 0,61) entre teoria de MJ e crença no MJ, ocorrendo o mesmo em relação ao sentimento de religiosidade (r variando entre 0,28 e 0,61 para os sujeitos atores).

Os escores na teoria de AD apresentam correlações po-

sitivas com os escores na escala de locus de controle entre 0,09 e 0,44, indicando que tanto mais externo é o sujeito mais utiliza-se desta teoria para explicação dos eventos, e somente entre os sujeitos atores encontra-se relação positiva (r entre 0,25 e 0,59) entre sentimento de religiosidade e emprego da teoria de AD.

Como se observa, os resultados das correlações entre as diversas variáveis nos diferentes sub-grupos apresentam-se bastante irregulares e com índices muito baixos, mesmo ao se considerar as relações entre as escalas de medidas pessoais, o que não permite maiores ligações entre os fenômenos e prejudica sensivelmente as considerações de similaridades ou diferenças dos sub-grupos considerados.

Tomando-se a partir de agora somente os sujeitos cegos atores verifica-se que os cegos adquiridos consideram a sua perda menos negativa ($\bar{X}=2,59$) do que os cegos congênitos ($\bar{X}=2,08$), ainda que sem significação estatística esta diferença ($t=1,50; p = n.s$). Não aparecem diferenças de magnitude considerável entre os dois sub-grupos no que tange a sua situação atual ($\bar{X}=3,31$ para cegos congênitos e $\bar{X}=3,41$ para cegos adquiridos, $t=0,42; p = n.s$).

Estudando-se as correlações entre a avaliação que o sujeito faz da perda sofrida e os escores em outras variáveis aqui consideradas, observa-se o predomínio de índices muito baixos de correlação, uma grande incongruência dos dados de atores cegos congênitos e aqueles dos cegos adquiridos, o que torna difícil a interpretação mais precisa dos dados.

Mesmo assim, constata-se que a avaliação mais negativa da perda sofrida está associada a altos escores na teoria de AD ($r = -0,44$ para cegos congênitos, $r = -0,13$ para cegos adquiridos e $r = -0,30$ para o grupo total); a baixos escores na teoria de MJ ($r = 0,18$ para cegos congênitos, $r = 0,24$ para adquiridos e $r = 0,25$ para o grupo total); a altos escores na teoria de BC para os sujeitos cegos congênitos ($r = -0,49$) e a baixos para os cegos adquiridos ($r = 0,21$), o mesmo ocorrendo para o grupo total ($r = 0,24$); a pequenas possibilidades de que o ator pudesse ter evitado a ocorrência do fenômeno ($r = 0,28$ para o grupo total).

A avaliação de sua situação atual, e sua consideração como mais negativa, parece estar associada a baixos escores na teoria de MJ ($r = 0,33$ para os congênitos, $r = 0,20$ para adquiridos e $r = 0,25$ para o grupo total); altos escores na teoria de BC para os congênitos ($r = -0,63$) e baixos para os adquiridos ($r = 0,14$); altos escores em AD para os congênitos ($r = -0,58$) e baixos para os adquiridos ($r = 0,16$); e por último quanto mais o sujeito acredita que tenha sido ruim a perda que sofreu mais infeliz se sente no momento e vice-versa ($r = 0,66$ para os congênitos, $r = 0,40$ para os adquiridos e $r = 0,50$ para o grupo total).

A última etapa deste trabalho tratava do estudo das respostas de combate (*coping responses*) entre os sujeitos que sofreram perda da visão e sua relação com as outras variáveis aqui estudadas.

Lembra-se que os sujeitos foram classificados pelo pessoal dirigente das instituições a que estavam vinculados em

bons ou maus nas respostas de combate, se eles lutavam contra o fato de serem cegos buscando levar uma vida mais próxima possível da normalidade ou se haviam se entregue a sua limitação, aceitando de modo passivo o fato de ser cego, admitindo que não havia nada a fazer, que o jeito era ficar "encostado" naquela instituição que os acolhia sem frequentar cursos, ou se empenhar para equilibrar sua deficiência tendo em vista uma vida mais autônoma.

Assim, obteve-se a seguinte distribuição de sujeitos bons ou maus em respostas de combate nos dois sub-grupos de sujeitos cegos:

Tabela 77 - Distribuição de sujeitos cegos congênitos ou adquiridos entre as categorias de bons ou maus em respostas de combate.

Comportamento de combate	Cegos Congênitos	Cegos Adquiridos	Total
bom	4	15	19
mau	9	7	16
T o t a l	13	22	35

Tais dados caracterizam-se por maior presença de cegos congênitos entre os sujeitos maus em respostas de combate, e maior de adquiridos entre os bons nestas respostas, o que produz certa associação, ainda que não significativa, ($\chi^2=3,22$; $p < .10$) entre o fato de ser cego congênito ou adquirido e ser bom ou mau nas respostas de combate.

A respeito das relações entre respostas de combate e

outras variáveis estudadas neste trabalho, observa-se em primeiro lugar que os sujeitos bons nestas respostas apresentam ligeira ($t=0,98$; $p=n.s$) superioridade em adotar a teoria de BC ($\bar{X}=3,32$) para explicar os eventos com eles ocorridos do que os sujeitos maus nestas respostas ($\bar{X}=2,12$), ao mesmo tempo em que apresentam menor ($t=0,63$; $p=n.s$) emprego da teoria do MJ ($\bar{X}=3,47$) do que os maus em respostas de combate ($\bar{X}=4,06$). As maiores diferenças, entretanto, estão no fato de que os bons em respostas de combate empregam muito menos ($t=2,09$; $p < .10$) a teoria AD para explicar as perdas que sofreram ($\bar{X}=5,89$) do que o fazem os maus nestas respostas ($\bar{X}=7,31$), lembrando todavia que nenhuma dessas diferenças atinge os níveis de significação estatística desejados e consequentemente devem ser considerados com certa cautela.

No que tange à relação das respostas de combate com as características pessoais dos sujeitos, observa-se na escala de crença no MJ diferença desprezível entre os dois grupos ($\bar{X}=8,10$ para os bons, $\bar{X}=7,56$ para os maus, $t=0,56$; $p=n.s$); superioridade significativa ($t=3,14$; $p < .01$) do grupo de bons em respostas de combate ($\bar{X}=10,10$) no sentimento de auto-estima em relação a aqueles maus nestas respostas ($\bar{X}=7,18$); ligeira inferioridade do grupo de bons na escala de locus de controle ($\bar{X}=8,74$ para os bons, $\bar{X}=9,38$ para os maus, $t=0,77$; $p=n.s$); o mesmo ocorrendo em relação à religiosidade, onde o grupo de bons obtém menores escores ($\bar{X}=9,58$) do que os maus ($\bar{X}=11,62$) ($t=1,94$; $p=n.s$).

Por último, constata-se que, mesmo as diferenças não

atingindo níveis de significação estatística, os bons em respostas de combate julgam-se mais culpados pelo evento ocorrido ($\bar{X}=2,00$) do que os maus ($\bar{X}=1,25$) ($t=1,61$; $p = n.s$) não aparecendo entretanto maiores discriminações quando avaliam o quanto poderiam ter evitado o que ocorreu ($\bar{X}=1,58$ para os bons, $\bar{X}=1,50$ para os maus, $t = 0,18$; $p = n.s$).

Se os sujeitos que lutam contra a sua deficiência não sentem a sua situação atual de modo diferente daqueles que não o fazem ($\bar{X}=3,32$ para os bons, $\bar{X}=3,44$ para os maus, $t=0,52$; $p = n.s$), por outro lado demonstram ligeira diferença dos outros ao considerar a perda sofrida como menos ruim, e mais aceitável ($\bar{X}=2,58$ para os bons; $\bar{X}=2,19$ para os maus, $t=1,18$; $p = n.s$).

Estas constatações acerca das relações das respostas de aceitação ou luta contra a desgrça sofrida pelos sujeitos cegos, os processos de atribuição utilizados, e variáveis pessoais destes sujeitos, se por um lado fascinam o leitor e pesquisador, por outro devem merecer o cuidado nas interpretações daí oriundas, tendo em vista geralmente a pequena magnitude das diferenças entre os grupos, o que coloca as apreciações e conclusões sob suspeita.

5.2.4 - SUJEITOS PRESOS, AMPUTADOS E CEGOS - TENTATIVA DE COMPARAÇÕES ENTRE OS GRUPOS

Após a apresentação separada dos resultados de cada grupo de atores, observadores, e as comparações entre ambos, este capítulo é dedicado ao estabelecimento de alguns paralelos entre o comportamento dos sujeitos que sofreram as diferentes perdas consideradas. Em virtude do volume de dados, somente serão apresentados neste capítulo os resultados dos grupos como um todo, seja de atores ou observadores, não se considerando os sub-grupos separadamente (presos atores homicidas, presos atores assassinos, mas sim somente presos atores, por exemplo).

As respostas dos sujeitos atores à questão "quem ou o que teria sido o responsável pelo que ocorreu com você?" assim se distribuem através das sete categorias formuladas.

Tabela 78 - Frequência de Atribuição Causal a cada categoria -
Sujeitos Atores

CATEGORIAS	Presos		Ampu- tados		Cegos		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
1. Pais, família, hereditariedade, tipo de criação	2	4,6	-	-	10	28,6	12	10,2
2. Outras pessoas (incluindo a própria vítima)*	13	30,2	13	32,5	6	17,1	32	27,1
3. Sociedade, governo, entidades, empresas	1	2,3	6	15	-	-	7	5,9
4. Falta de recursos da família ou do lugar, situação econômica, tipo de trabalho, máquinas	6	14	5	12,5	5	14,3	16	13,6
5. Destino, acaso, Deus, fatalidade, azar	1	2,3	12	30	4	11,4	17	14,4
6. Comportamento ou característica do próprio ator	20	46,5	4	10	6	17,1	30	25,4
7. Castigo, outra geração	-	-	-	-	4	11,4	4	3,4
T o t a l	43		40		35		118	

* Casos de presos

Como se verifica na tabela anterior, os sujeitos atores atribuem com maior frequência aos outros a causa dos fatos que lhes ocorreram, vindo imediatamente a seguir a auto-atribuição da origem dos eventos, mais distante um pouco o destino, a situação sócio-econômico-cultural dele ou da família, os próprios pais ou a família, a sociedade em geral ou entidades mais particulares, e por último um castigo de uma entidade superior.

Ao se considerar os grupos separadamente, constata-se que os presos atribuem mais a si mesmos a origem dos even-

tos, e em segundo lugar às outras pessoas, enquanto os amputados valem-se das categorias outras pessoas e da noção de destino para a explicação dos fatos, e os cegos envolvem mais a família, outras pessoas e eles mesmos como causas do que lhes aconteceu.

Focalizando as categorias isoladamente tem-se que os pais e família como explicação da origem dos fatos são apresentados mais pelos cegos; as outras pessoas por presos e amputados; entidades (no caso empresas) pelos amputados; a falta de recursos, a situação sócio-econômico-cultural por todos os grupos mais ou menos equitativamente, nos casos de presos e cegos referindo-se à situação sua ou da família e nos casos de amputados à situação do trabalho ou do trânsito; o destino muito mais pelos amputados; o próprio sujeito muito mais citado pelos presos; e o castigo só é apontado pelos sujeitos cegos.

Entre os sujeitos observadores a distribuição de frequência de citação das causas das ocorrências pelos diferentes grupos de sujeitos dos quais ouviram os relatos dos eventos, as sim se apresenta:

Tabela 79 - Frequência de Atribuição Causal a cada categoria -
Sujeitos Observadores

CATEGORIAS	Presos		Ampu- tados		Cegos		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
1. Pais, família, hereditariedade, tipo de criação	-	-	-	-	22	62,9	22	18,6
2. Outras pessoas (incluindo a própria vítima)*	7	16,3	9	22,5	7	20	23	19,5
3. Sociedade, governo, entidades, empresas	-	-	2	5	-	-	2	1,7
4. Falta de recursos da família ou do lugar, situação econômica, tipo de trabalho, máquinas	-	-	2	5	-	-	2	1,7
5. Destino, acaso, Deus, fatalidade, azar	-	-	-	-	2	5,7	2	1,7
6. Comportamento ou característica do próprio ator	36	83,7	27	67,5	4	11,4	67	56,8
7. Castigo, outra geração	-	-	-	-	-	-	-	-
T o t a l	43		40		35		118	

*Casos de presos

Em 56,8% dos casos os sujeitos observadores apontam a própria pessoa do ator como responsável pela ocorrência, vindo a seguir a indicação em 38,1% das vezes de outras pessoas, aí compreendidas também os pais e família em proporções idênticas, ficando as demais categorias com frequência inexpressiva de menções.

Os sujeitos observadores de casos de presos e amputados mencionam com maior frequência a pessoa do ator como causa do evento, ficando com a categoria relativa aos pais e família a indicação mais significativa entre os casos de cegos.

Os pais e família são citados unicamente pelos observadores dos casos de cegos, as outras pessoas mais ou menos equitativamente entre os três grupos, e a própria pessoa do ator mais intensamente pelos observadores de presos, vindo a seguir os de amputados e por último, com frequência não significativa os casos de cegos. As categorias relativas a entidades, falta de recursos, destino, castigo, ou não são mencionadas ou recebem frequência sem significação.

Comparando-se os grupos de atores e observadores verifica-se para os grupos de presos e amputados maior atribuição a causas externas por parte dos atores e às causas internas por parte dos observadores, tendência não observada entre os sujeitos relacionados a casos de cegueira, onde tanto atores como observadores indicam mais frequentemente causas externas, aparecendo poucas citações à pessoa do ator como determinante do evento, diga-se de passagem citações estas mais frequentes entre os próprios atores que observadores. Destes dados tem-se que a hipótese de Jones e Nisbett (1972) relativa à atribuição diferencial por atores e observadores é verificada entre os presos e amputados mas não entre os casos de sujeitos cegos.

As respostas à questão "quanto o ator foi culpado pela origem do evento?", assumindo valores de 1 (nada) até 5 (totalmente), indicam média de 2,12 para os sujeitos atores considerando-se conjuntamente os três grupos, sendo encontradas diferenças significativas entre os diversos grupos nesta variável ($F=17,33; p < .01$). Estudo posterior demonstrou que os sujei-

tos presos julgam-se mais culpados ($\bar{X}=3,09$) que os cegos ($\bar{X}=1,66$) ($t=4,33$; $p < .01$), o mesmo ocorrendo, e em maior intensidade ($t=5,42$; $p < .01$) quando comparados aos amputados ($\bar{X}=1,48$). A diferença entre os amputados e cegos é muito pequena e não atinge significação estatística ($t=0,62$; $p = n.s$).

Os sujeitos observadores julgam os atores como culpados pela ocorrência com escores médios de 3,26 e diferenças significativas entre os três grupos ($F=45,40$; $p < .01$). Os observadores dos sujeitos presos julgam-nos como mais culpados entre todos ($\bar{X}=4,35$), significativamente superiores ($t=2,12$; $p < .05$) aos amputados ($\bar{X}=3,68$) e mais ainda ($t=10,95$; $p < .01$) aos cegos ($\bar{X}=1,46$). Julgam também os amputados significativamente ($t=6,57$; $p < .01$) mais culpados que os cegos.

As diferenças de atribuição de culpa aos grupos totais de atores e observadores, demonstram que os observadores ($\bar{X}=3,26$) atribuem significativamente ($t=6,33$; $p < .01$) maior culpa aos atores do que estes próprios o fazem ($\bar{X}=2,12$).

Ao se considerar a importância atribuída a cada um dos quatro fatores propostos para explicação da causalidade dos eventos ocorridos, observam-se diferenças marcantes entre os grupos de atores e observadores. Lembra-se aqui o fato de que tanto menores os índices obtidos maior a importância atribuída a aquele fator.

Entre os sujeitos atores, ao fator eu é atribuída importância média de 3,04, sendo as diferenças significativas ($F=7,41$; $p < .01$) entre os escores dos sujeitos presos, amputados e cegos. Os presos significativamente atribuem maior impor

tância ($\bar{X}=2,56$) ao fator eu na explicação dos eventos ocorridos do que os amputados ($\bar{X}=3,32$) ($t=3,58$; $p < .01$) e os cegos ($\bar{X}=3,31$) ($t=2,96$; $p < .01$). Não se verifica, entretanto, diferença alguma ($t=0,04$; $p = n.s$) entre as médias de atribuição dos sujeitos cegos e amputados. A respeito do fator outros, os três grupos em conjunto atribuem-lhe em média 2,31 pontos, aparecendo diferenças entre os resultados de cada um dos grupos ($F=3,23$; $p < .05$). Os cegos atribuem maior importância a este fator ($\bar{X}=2,08$) seguidos pelos presos ($\bar{X}=2,21$) e por último ficando colocados os amputados ($\bar{X}=2,62$), mas as diferenças entre os grupos comparados dois a dois são muito pequenas e não atingem níveis de significação estatística (presos x amputados, $t=1,58$; $p=n.s$; presos x cegos, $t=0,54$; $p=n.s$; amputados x cegos, $t=1,97$; $p=n.s$).

Ao fator situação são atribuídos, em média, 2,39 pontos denotativos da importância geral na explicação dos fatos ocorridos com os três grupos, não aparecendo diferenças significativas entre os escores obtidos pelos grupos ($F=1,23$; $p=n.s$), indicando que os sujeitos com diferentes tipos de perdas atribuem importância semelhante a este fator para os seus casos.

Por último, ao fator acaso os sujeitos dos três grupos atribuem, em média, 2,25 pontos ao indicar a importância desta variável para explicação dos eventos que lhes ocorreram, com diferenças significativas nos resultados dos grupos ($F=8,10$; $p < .01$). Assim, os amputados atribuem maior importância a este fator ($\bar{X}=1,80$) tanto em relação aos cegos ($\bar{X}=2,28$), ($t=2,38$; $p < .01$), como em relação aos presos ($\bar{X}=2,65$) ($t=8,64$; $p < .01$), não se observando diferença significativa entre os

presos e cegos neste particular ($t=1,56; p = n.s.$).

Ao se apreciarem os dados dos sujeitos observadores, e considerando especificamente o fator ele, constata-se a atribuição de 2,17 pontos, em média, na indicação da importância deste fator na determinação da ocorrência do fato considerado, com diferenças significativas ($F=32,51; p < .01$) entre os três grupos separadamente. Os eventos ocorridos com os sujeitos presos são vistos pelos observadores como mais influenciados pelo próprio ator ($\bar{X}=1,51$), vindo a seguir os amputados ($\bar{X}=1,85$), sendo a diferença entre ambos de magnitude não significativa do ponto de vista estatístico ($t=1,48; p=n.s.$). Os presos são considerados como mais suscetíveis a este fator do que os cegos ($\bar{X}=3,34$), ($t=8,71; p < .01$), o mesmo ocorrendo com os amputados em relação aos cegos ($t=5,73; p < .01$).

Ao fator outros são atribuídos pelos observadores, em média, 2,32 pontos na determinação de sua importância na explicação da ocorrência dos fatos envolvendo os sujeitos atores, com diferenças significativas ($F=4,15; p < .05$) entre os sub-grupos. Deste modo é atribuída aos amputados menor importância a este fator ($\bar{X}=2,58$) não diferente significativamente ($t=0,80; p=n.s.$) dos presos ($\bar{X}=2,40$), mas bastante inferior àquela imputada aos cegos ($\bar{X}=1,94$), ($t=2,78; p < .01$), que por sua vez também obtém julgamentos que consideram este fator mais importante quando comparados aos presos ($t=2,36; p < .05$).

Os sujeitos observadores atribuem em média 2,55 pontos ao fator situação como forma de indicar sua importância na determinação da ocorrência dos fatos com os diversos gru-

pos de sujeitos atores, com diferenças significativas entre os três grupos ($F=4,75; p < .05$).

Os observadores dos sujeitos cegos colocam este fator como mais importante ($\bar{X}=2,20$) na explicação dos fatos com os sujeitos atores, do que o fazem os observadores de presos ($\bar{X}=2,86$), ($t=2,82; p < .01$). Entretanto não são observadas diferenças significativas entre os sujeitos observadores de cegos e amputados ($\bar{X}=2,52$), ($t=1,47; p = n.s$) e de presos com amputados ($t= 1,77; p = n.s$).

O fator acaso recebeu em média 2,96 pontos com o intuito de fornecer a importância relativa deste fator na determinação dos eventos ocorridos, com diferenças significativas quando se consideram os grupos de observadores de presos, amputados e cegos ($F=5,29; p < .01$).

Comparando-se os grupos dois a dois tem-se que para os casos de sujeitos cegos o fator acaso é considerado mais importante ($t= 2,35; p < .05$) pelos observadores ($\bar{X}=2,51$) do que nos casos de sujeitos amputados ($\bar{X}=3,05$), e do que no caso de sujeitos presos ($\bar{X}=3,23$) ($t=3,13; p < .01$). Não são observadas, entretanto, diferenças significativas ($t=0,85; p=n.s$) entre os observadores de presos e amputados.

Comparando-se os grupos de atores e observadores tem-se, em resumo, os fatores assim empregados pelos diversos grupos:

1. Fator Eu/Ele: colocado em último lugar pelos atores e em primeiro pelos observadores para explicação dos eventos.

atores: mais importante para os casos de presos que de amputados e cegos, estes praticamente iguais.

observadores: menos importante para os casos de cegos, mais e igualmente importante para os casos de presos e amputados.

2. Fator Outros: segundo colocado para os observadores e terceiro para os atores na explicação dos fenômenos.

atores: mais ou menos indiferenciado para os três grupos, com ligeira maior importância para cegos, depois presos.

observadores: mais importante para cegos e em segundo lugar, mais ou menos indiferentemente, para presos e amputados.

3. Fator Situação: o de menor importância para os atores e em penúltimo lugar para os observadores.

atores: empregado indiferentemente pelos três grupos, mas de modo menos importante pelos presos.

observadores: mais importante para os casos de cegos, depois amputados e por último presos.

4. Fator Acaso: de menor importância para os observadores e colocado em segundo lugar pelos atores.

atores: mais importante para os amputados seguido dos cegos e por último os presos.

observadores: mais importante para os cegos, seguido dos amputados e presos.

Questionados a respeito do quanto poderiam ter evitado o que aconteceu, os sujeitos atores indicaram escores médios de 1,89 e os observadores de 3,60, diferença esta que a-

tinge significação estatística ($t=7,77; p < .01$).

Ao se considerarem os diversos grupos de atores verificam-se diferenças significativas ($F=8,49; p < .01$) entre os escores indicados por eles, com o grupo de presos achando que poderia ter evitado mais intensamente ($\bar{X}=2,65$) o que aconteceu do que os amputados ($\bar{X}=1,40$), ($t=3,57; p < .01$) e do que os cegos ($\bar{X}=1,54$) ($t=2,98; p < .01$), enquanto não se observava diferença significativa entre os dois últimos ($t=0,48; p=n.s$).

Entre os observadores também os diversos grupos apresentam diferenças entre si ($F=62,98; p < .01$), com aquele relativo aos sujeitos presos acreditando que eles poderiam ter evitado quase totalmente o que ocorreu ($\bar{X}=4,67$), o mesmo acontecendo com os amputados ($\bar{X}=4,20$), sem diferença significativa entre ambos ($t=1,68; p=n.s$) mas todos os dois significativamente superiores aos sujeitos cegos ($t=7,88; p < .01$ quando comparados aos amputados e $t=12,43; p < .01$ quando comparados aos presos), que para os observadores não poderiam ter evitado em quase nada o que aconteceu.

A respeito do que poderia ter sido feito para evitar a ocorrência do evento que os vitimaram, os sujeitos atores dos três grupos ofereceram as seguintes respostas, já colocadas nas seis categorias formuladas:

Tabela 80 - Frequência de indicação de soluções para evitar a ocorrência dos eventos vitimadores - Sujeitos Atores

SOLUÇÕES	Presos		Ampu- tados		Cegos		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento diferente de entidades	1	2,3	11	27,5	-	-	12	10,2
2. Comportamento diferente de outros	11	25,6	9	22,5	-	-	20	16,9
3. Comportamento diferente da família	3	7	-	-	14	40	17	14,4
4. Situação diferente da família, do lugar, ou dele mesmo	6	14	1	2,5	6	17,1	13	11
5. Comportamento diferente do ator	20	46,5	5	12,5	6	17,1	31	26,3
6. Nada	2	4,6	14	35	9	25,8	25	21,2
T o t a l	43		40		35		118	

A modificação do comportamento dos outros, uma das formas encontradas para o controle deste tipo de ocorrência, é citado por presos e amputados; a modificação do comportamento da família, um tipo de criação diferente, com outros cuidados e atenção, é mencionada principalmente pelos cegos; situação sócio-econômico-cultural diferente do lugar e da família ou dele mesmo, é citada por presos e cegos; a mudança na maneira de focalizar os problemas e de ação por parte de entidades, empresas, é mencionada pelos amputados; a correção na forma de se comportar, a mudança de algumas de suas características particulares é indicada principalmente pelos presos; e a impossibilidade de se evitar este tipo de evento principalmente

por amputados e cegos.

Em resumo, pode-se dizer que os presos acreditam que poderiam controlar eles próprios, ou os outros que interagiram com eles, a ocorrência dos eventos; os amputados que a ocorrência ou não poderia ser evitada, ou dependeria de entidades e empresas, ou mesmo de outras pessoas; os cegos acreditam que a ocorrência poderia ser controlada pela família ou que não haveria controle possível sobre o evento.

Para os sujeitos observadores, a distribuição de frequência de citações nas seis categorias é a seguinte:

Tabela 81 - Frequência de indicação de soluções para evitar a ocorrência dos eventos vitimadores - Sujeitos Observadores

SOLUÇÕES	Presos		Ampu- tados		Cegos		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento diferente de entidades	-	-	1	2,5	-	-	1	0,8
2. Comportamento diferente de outros	-	-	4	10	-	-	4	3,4
3. Comportamento diferente da família	-	-	-	-	23	65,7	23	19,5
4. Situação diferente da família, do lugar, ou dele mesmo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Comportamento diferente do ator	42	97,7	35	87,5	7	20	84	71,2
6. Nada	1	2,3	-	-	5	14,3	6	5,1
T o t a l	43		40		35		118	

Em uma primeira verificação tem-se que os sujeitos observadores empregam menos categorias que os atores para apontar formas de se evitar o ocorrido e a distribuição é menos variável. Os observadores dos presos e dos amputados claramente acreditam que o próprio ator poderia ter evitado o que aconteceu se mudasse seu modo de agir ou de pensar, enquanto os observadores de casos de cegos apontam para a família do ator a possibilidade de controle dos fatos, mesmo assim mencionando em alguns casos a possibilidade do próprio ator exercer este controle.

A modificação do comportamento dos outros como forma de se evitar a ocorrência do evento é citada nos casos de amputados; maiores cuidados da família e nada a fazer nos casos de cegos; e modificações no próprio ator principalmente entre presos e depois amputados.

Torna-se clara aqui também a diferença entre as afirmações de atores e observadores, conforme hipotetizado anteriormente.

Sobre a questão "por que isto ocorreu com você (ele) e não com outro?" os sujeitos atores forneceram respostas que assim se distribuíram pelas sete categorias formuladas:

Tabela 82 - Frequência de explicações adotadas por sujeitos atores à questão "Por que isto ocorreu com você?"

Explicações	Presos		Ampu- tados		Cegos		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento ou característica inadequada do ator	13	30,2	6	15	2	5,7	21	17,8
2. Pela ação negativa de outros	2	4,6	-	-	-	-	2	1,7
3. Falha dos pais, família, fator hereditário	3	7	-	-	3	8,6	6	5,1
4. Pela situação, do modo como estava só podia ocorrer com ele, local perigoso	4	9,3	5	12,5	-	-	9	7,6
5. Destino, acaso, azar, predestinação, desígnio, provação de Deus, probabilidade	21	48,8	29	72,5	28	80	78	66,1
6. Pagando por erro de alguém, castigo de Deus	-	-	-	-	2	5,7	2	1,7
7. Não sabe	-	-	-	-	-	-	-	-
T o t a l	43		40		35		118	

Como pode ser notado, o destino é a categoria mais citada por todos os três grupos, proporcionalmente mais pelos cegos, depois amputados e menos pelos presos. A categoria comportamento ou característica do ator é mencionada em segundo lugar em frequência pelos três grupos em conjunto, mais pelos presos, depois amputados e por último cegos, sendo a situação indicada apenas pelos amputados e presos para explicar, esta questão e a família por presos e cegos.

Para os sujeitos observadores, a distribuição é a

seguinte:

Tabela 83 - Frequência de explicações adotadas por sujeitos observadores à questão "Por que isto ocorreu com ele?"

EXPLICAÇÕES	Presos		Ampu- tados		Cegos		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
1. Comportamento ou característica inadequada do ator	30	70	19	47,5	8	22,9	57	48,3
2. Pela ação negativa de outros	3	7	-	-	-	-	3	2,5
3. Falha dos pais, família, fator hereditário	1	2,3	-	-	5	14,3	6	5,1
4. Pela situação, do modo como es- tava só podia ocorrer com ele, local perigoso	3	7	3	7,5	1	2,9	7	5,9
5. Destino, acaso, azar, predesti- nação, desígnio, provação de Deus, probabilidade	6	14	18	45	17	48,6	41	34,7
6. Pagando por erro de alguém, castigo de Deus	-	-	-	-	3	8,6	3	2,5
7. Não sabe	-	-	-	-	1	2,9	1	0,8
T o t a l	43		40		35		118	

Para estes grupos, com maior frequência são menciona-
das as características do próprio ator como responsáveis pe-
lo ocorrido, em primeiro lugar pelos observadores de presos,
em segundo por observadores de amputados e por último pelos
casos de cegos. A segunda categoria mais indicada é o destino,
proporcionalmente em primeiro lugar pelos cegos, depois amputa-
dos e por último presos. Os pais e família são indicados qua-

se exclusivamente pelos casos de cegos e por um dos presos, e a situação mais por presos e amputados, e menos pelos cegos.

Destes dados retira-se mais uma vez a diferenciação no processo atribucional entre sujeitos atores e observadores, com os primeiros encontrando no destino, e posteriormente neles mesmos, a explicação, e os últimos baseando-se nos atores em primeiro lugar e em segundo no destino, as explicações para solucionar a questão da escolha daquele sujeito particular ter sofrido a perda considerada.

As respostas à solicitação de classificação das três afirmações, cada uma indicando uma das três teorias explicativas dos fenômenos vitimadores, levaram ao seguinte quadro de resultados médios para sujeitos atores e observadores, lembrando que menores os índices, mais importante a teoria na explicação do seu caso, ou do caso que está julgando:

Tabela 83 - Média dos valores classificatórios atribuídos a cada teoria - Sujeitos Atores e Observadores

Teorias	ATORES			OBSERVADORES		
	Presos	Amputados	Cegos	Presos	Amputados	Cegos
Busca de Controle (BC)	1,84	2,68	2,63	1,21	1,40	2,43
Mundo Justo (MJ)	2,42	2,10	1,94	2,84	2,80	2,28
Atribuição Defensiva (AD)	1,74	1,22	1,43	1,95	1,77	1,28

Os sujeitos atores presos explicam as ocorrências consigo valendo-se das três teorias nesta ordem: AD-BC-MJ. Para os sujeitos observadores, nos casos de presos e amputados, a ordem das três teorias é BC-AD-MJ e para os casos de cegos AD-MJ-BC.

A respeito do emprego das três teorias de atribuição de causalidades pelos diferentes grupos, as respostas dos sujeitos atores mostram existir diferenças marcantes entre eles, quando se consideram as teorias separadamente. Assim, isolando-se a teoria de BC, observa-se a frequência média de 4.59 afirmações nela baseadas para explicação dos fenômenos, diferente segundo o tipo de perda que sofreram os sujeitos ($F = 49,03; p < .01$). Deste modo os presos valem-se significativamente mais ($t = 10,39; p < .01$) desta teoria ($\bar{X} = 7,91$) do que os amputados ($\bar{X} = 2,62$), e que os cegos ($\bar{X} = 2,77$) ($t = 8,06; p < .01$), não se observando diferenças significativas ($t = 0,21; p = n.s$) entre os sujeitos cegos e amputados no emprego da teoria da BC.

O emprego da teoria MJ deu-se em 3,74 afirmações, em média, pelos três grupos indistintamente, ao buscarem explicar as causas das ocorrências que os atingiram, com diferenças significativas ($F = 4,78; p < .01$) no seu emprego pelos diversos grupos de sujeitos. Assim, os presos ($\bar{X} = 4,44$) empregaram significativamente mais ($t = 5,53; p < .01$) a teoria MJ do que os amputados ($\bar{X} = 2,98$), que por sua vez obtiveram escores menores que os cegos ($\bar{X} = 3,74$) diferença esta não significativa do ponto de vista estatístico ($t = 1,46; p = n.s$) o mesmo ocorrendo quando se compararam presos e cegos ($t = 1,30; p = n.s$).

A teoria AD, sem dúvida a mais empregada pelos sujei-

tos atores, em média recebeu 6,76 citações nos diversos grupos, também com diferenças marcantes entre os três grupos ($F= 5,45$; $p < .01$). Os amputados são os que mais empregaram os princípios desta teoria ($\bar{X}=7,58$) para explicar o que lhes aconteceu, superiores aos presos ($\bar{X}= 6,19$) ($t=3,37$; $p < .01$) e aos cegos ($\bar{X}=6,54$) ($t=2,52$; $p < .05$), não sendo encontradas entretanto diferenças ao se comparar presos e cegos ($t=0,70$; $p= n.s.$).

Os sujeitos observadores, por outro lado, concordam com 7,14 itens, em média, baseados na teoria de BC para explicar os fatos ocorridos com os atores, constituindo-se na teoria mais empregada entre as três, apresentando ainda diferenças significativas entre os grupos de sujeitos ($F=36,42$; $p < .01$).

Os observadores de presos valem-se mais desta teoria para explicar os eventos ($\bar{X}=8,98$), com escores significativamente ($t=8,14$; $p < .01$) superiores a aqueles referentes aos cegos ($\bar{X}=3,77$), o mesmo ocorrendo com os amputados ($\bar{X}= 8,10$) em relação aos cegos ($t=5,50$; $p < .01$). Os observadores de presos apesar de obterem escores maiores que os amputados, essas diferenças não atingem níveis de significação estatística ($t=1,86$; $p=n.s.$).

A teoria de AD, segunda mais empregada pelos observadores, obteve 4,97 citações em média, entre os diversos grupos para explicação das ocorrências com os sujeitos atores, novamente com diferenças marcantes entre os três grupos ($F=13,98$; $p < .01$). Aqui os escores mais elevados são obtidos pelos sujeitos observadores de casos de cegos ($\bar{X}=6,88$), significativamente superiores aos amputados ($\bar{X}=4,15$), ($t=4,74$; $p < .01$) e aos presos ($\bar{X}=4,19$) ($t=5,08$; $p < .01$), não sendo encontrada diferença entre presos e

amputados ($t=0,07; p = n.s$).

Por último a teoria de MJ recebeu apenas 3,18 citações, em média, pelos observadores nas explicações das causas dos eventos enfrentados pelos atores, com diferenças entre os três grupos ($F= 4,25; p < .05$).

Os observadores dos casos de presos obtêm os maiores escores nesta teoria ($\bar{X}=4,00$) significativamente ($t=2,97; p < .01$) superiores aos cegos ($\bar{X}=2,37$) e também aos amputados ($\bar{X}= 3,00$) sem entretanto atingir significação estatística ($t=1,80; p = n.s$). Menores diferenças são verificadas entre os casos de observadores de amputados e cegos ($t=1,02; p = n.s$).

De modo geral se verifica que enquanto os atores valem-se das teorias AD-BC e MJ, nesta ordem de importância, para explicar os eventos com eles ocorridos, os observadores invertem a ordem dos dois primeiros fatores, preferindo BC-AD-MJ, o que está perfeitamente de acordo com as hipóteses deste trabalho e de Jones e Nisbett (1972) a respeito.

Ao se considerar as medidas de variáveis pessoais dos sujeitos atores, não se observam diferenças significativas entre grupos de presos, amputados e cegos, razão pela qual serão citados apenas a título de registro os escores médios de cada grupo nas quatro variáveis consideradas.

Tabela 84 - Média dos escores dos sujeitos atores nas variáveis psicológicas consideradas.

Variáveis	Presos	Amputados	Cegos
. Crença no mundo justo	7,91	8,22	7,85
. Sentimento de auto-estima	9,49	8,38	8,77
. Locus de controle	7,84	9,12	9,03
. Sentimento de religiosidade	10,30	11,45	10,50

As relações entre as variáveis até o momento apresentadas, para os três grupos de sujeitos, mostram alguns dados interessantes e que podem ser assim resumidos para os sujeitos que sofreram cada um dos tipos de perdas consideradas.

- Presos:
- correlação positiva entre o quanto se julga culpado e o quanto poderia ter evitado o ocorrido
 - correlação positiva entre o quanto foi culpado, o quanto poderia ter evitado, e o emprego da teoria BC para explicar as causas dos eventos
 - correlações negativas entre o quanto foi culpado, o quanto poderia ter evitado o evento, e o emprego da teoria AD
 - correlações positivas entre escores na teoria de BC e MJ e negativa entre teorias BC e AD
 - correlações negativas entre escores na teoria de BC e locus de controle
 - correlações positivas entre escores na teoria do MJ e na escala de crença no mundo justo
 - correlações positivas entre escores na teoria de AD e

locus de controle

- correlações positivas entre crença no mundo justo e sentimento de religiosidade

- Amputados
- correlações positivas entre teoria BC, o quanto foi culpado, e o quanto poderia ter evitado os eventos vitimadores
 - correlação negativa entre teoria AD, o quanto foi culpado, e o quanto poderia ter evitado os eventos vitimadores
 - correlação negativa entre teoria AD e sentimento de auto-estima
 - correlação positiva entre teoria AD e sentimento de religiosidade
 - correlação negativa entre teoria MJ e sentimento de auto-estima
 - correlação negativa entre teoria BC e sentimento de auto-estima

- Cegos
- correlação positiva entre teoria BC, o quanto podia evitar, e o quanto foi culpado
 - correlação negativa entre teoria AD, o quanto podia evitar, e o quanto foi culpado
 - correlações pequenas, mas positivas, entre a teoria MJ, o quanto podia evitar, e o quanto foi culpado
 - correlações negativas entre teoria BC e sentimento de auto-estima
 - correlações positivas entre teoria BC e sentimento de religiosidade

- correlações positivas entre teoria MJ e sentimento de religiosidade
- correlações positivas entre teoria AD e sentimento de religiosidade
- correlações positivas entre teoria MJ e crença no mundo justo
- correlações positivas entre teoria AD e locus de controle

A respeito das avaliações da magnitude da negatividade dos eventos que os vitimaram, os sujeitos dos diversos grupos apresentam diferenças significativas nas suas respostas ($F=6,99$; $p < .01$), com os presos avaliando mais negativamente que todos os outros ($\bar{X}=1,65$) o que lhes ocorreu, com diferenças que entretanto não atingem níveis de significação estatística quando comparados aos amputados ($t=1,09$; $p = n.s$) colocados em segundo lugar, e avaliando os seus casos mais positivamente ($\bar{X}= 1,85$). Entretanto, ambos apresentam diferenças marcantes quando comparados aos cegos, que avaliam os eventos que lhes ocorreram como mais positivos que todos os outros grupos ($\bar{X}=2,40$) ($t=2,72$; $p < .05$ quando comparados aos amputados, e $t=3,46$; $p < .01$ quando comparados aos presos).

Considerando-se as respostas à questão de como se sente no momento, os grupos apresentam respostas na mesma direção daquelas oferecidas quando da questão anterior, também com diferenças significativas entre os grupos ($F=4,54$; $p < .05$).

Novamente os presos sentem-se os mais infelizes de todos ($\bar{X}=2,86$) sem diferença entretanto ($t=0,10$; $p=n.s$) quando com

parados aos amputados ($\bar{X}=2,88$). Os cegos são aqueles que se sentem mais felizes que todos os outros ($\bar{X}=3,37$), significativamente superiores esses julgamentos quando comparados aos amputados ($t=3,10; p < .01$) e aos presos ($t=2,49; p < .05$).

Ao serem considerados as respostas de combate (*coping responses*) nos três grupos de sujeitos, encontra-se uma variedade de sujeitos bons e maus nesta variável. Afora o grupo de presos, que receberam uma avaliação mais operacionalizada a respeito desta variável, e onde também se observa boa variabilidade dos dados, os outros grupos apresentam proporções semelhantes de bons ou maus em respostas de combate, o que permite a comparação destas respostas com outras variáveis dos sujeitos ou do processo atribucional por eles utilizado. É conveniente lembrar que se temia a possibilidade de que uma grande proporção de um grupo de sujeitos fosse qualificada como boa ou mesmo má, restando para a categoria oposta número reduzido de casos, o que não permitiria o trabalho realizado, o que felizmente não ocorreu.

As relações entre as respostas de combate utilizadas pelos grupos de sujeitos com outras variáveis, produziram alguns resultados interessantes que são agora apresentados resumidamente, considerando-se cada grupo isoladamente. Assim, os sujeitos que lutam bem contra as perdas que se abateram sobre eles apresentam as seguintes características que os diferenciam daqueles que não se empenham para ter vida mais regular e suplantam suas limitações.

Presos: os sujeitos que lutam de forma positiva contra a situa

ção em que estão colocados julgam-se menos culpados pelo que ocorreu, utilizam mais a teoria de AD e menos a teoria BC para explicar o fato que o levou a essa situação. Acreditam mais que o evento não poderia ser evitado, e colocam os outros em primeiro lugar quando explicam as causas da ocorrência vitimadora.

Amputados: os sujeitos amputados que combatem de forma positiva as perdas que sofreram apresentam escores mais altos na teoria de Busca de Controle, mais baixos na teoria MJ, julgam-se mais culpados pela ocorrência do evento vitimador, acreditam mais fortemente que poderiam ter evitado o que aconteceu, avaliam como menos negativa a perda que sofreram, obtêm escores mais elevados em sentimento de auto-estima, e não se apresentam diferentemente dos que combatem mal suas perdas nas escalas de locus de controle, sentimento de religiosidade e crença no mundo justo.

Cegos: entre os sujeitos cegos, aqueles que mantêm um padrão de comportamento que os caracterizam, à vista dos responsáveis técnicos pelas instituições às quais estão vinculados, como pessoas que procuram, que se esforçam por manter uma vida mais próxima possível da normalidade, apresentam características pessoais e do processo de atribuição de causalidade empregados que os diferenciam daqueles que combatem mal a sua limitação e que envolvem: os cegos adquiridos, que um dia, após os 5 anos de idade, já enxergaram normalmente combatem de forma mais positiva que os cegos congênitos; os bons em respostas de combate valem-se mais frequentemente da teoria de BC e menos das teorias do MJ e AD para explicar as causas dos eventos que os vitimaram; têm maior

sentimento de auto-estima e menor sentimento de religiosidade; são mais tendentes à internalidade do que externalidade do locus de controle; julgam-se mais culpados pelo que aconteceu, e avaliam sua perda como menos ruim.

Comparando-se os três grupos e considerando as características dos sujeitos bons nas respostas de combate verifica-se que os cegos e amputados empregam mais a teoria de BC e menos as teorias MJ e AD, ocorrendo o contrário com os presos; os cegos e amputados acham-se mais culpados pelo que aconteceu, e mais fortemente pensam que o evento poderia ter sido evitado, ocorrendo exatamente o contrário com os presos, que julgam os outros como culpados e acreditam que o evento não pudesse ser evitado; os amputados e cegos avaliam a perda como menos negativa; ambos têm maior sentimento de auto-estima, ocorrendo o contrário com os presos; os cegos têm menor sentimento de religiosidade e se comportam como mais internos no que tange ao locus de controle.

6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta sessão serão discutidas os principais resultados demonstradores de diferenças importantes entre as diversas variáveis consideradas neste estudo, e algumas tentativas de explicação acerca do porquê de estes resultados terem ocorrido em cada situação considerada.

O tipo de abordagem visará principalmente analisar os efeitos diferenciais de algumas variáveis sobre as outras, considerando as hipóteses levantadas quando da descrição da metodologia empregada neste estudo. Deste modo, procurar-se-á discutir que tipo de processo atribucional é utilizado pelos diversos grupos de sujeitos que sofreram cada uma das perdas consideradas, a importância de cada uma das três teorias de atribuição de causalidade a eventos acidentais (BC, MJ, AD) na explicação das causas das ocorrências que geraram as perdas para os diferentes sujeitos.

Em um segundo momento estudar-se-ão as diferenças entre as medidas pessoais de sentimento de auto-estima, sentimento de religiosidade, locus de controle e crença no mundo justo nos diversos grupos, e como influenciam os processos de atribuição empregados pelos sujeitos.

Por último, estudar-se-á a variação no processo de combate à perda sofrida (*coping responses*) em cada grupo de sujeitos, sua relação com as medidas pessoais dos sujeitos e com o processo de atribuição de causalidade empregado para explicar as ocorrências. Isto é, se o processo de atribuição utili-

zado e as medidas pessoais influenciam ou não a luta contra a perda sofrida.

Todos estes pontos, à exceção daquele relativo ao combate das perdas sofridas, levam em consideração a diferenciação entre sujeitos atores e observadores, e o comportamento destes frente ao mesmo fenômeno, por um lado pelas pessoas que participaram ativamente do evento considerado, e por outro por pessoas que ouviram os relatos dos acontecimentos e sobre eles emitiram suas respostas.

Os resultados descritos nas seções que antecedem a esta discussão dos resultados demonstram em primeiro lugar que os diversos grupos de sujeitos sofrendo as perdas consideradas empregam, via de regra, os mesmos fatores para atribuir causalidade aos eventos que se abateram sobre eles. Isto quer dizer que o universo de fatores utilizados pelos três grupos é o mesmo, permanece constante, mas se observa a variabilidade na intensidade do emprego de cada um deles pelos diferentes grupos de sujeitos. A nosso ver este fenômeno depende muito do tipo de envolvimento que o sujeito teve naquela situação, o nível de participação no caso que motivou sua perda. Os presos, por exemplo, estavam mais diretamente relacionados ao comportamento que originou a sua perda e por isso utilizam-se mais fortemente de alguns fatores para explicar suas ocorrências (seu próprio comportamento como causa). Já os cegos, em outro extremo, que muitas vezes não estavam diretamente envolvidos com o comportamento que originou sua perda, empregam outros fatores (por exemplo: ocorrem por doença, incapacida-

de congênita) que indicam a impossibilidade de controlar a si tuação.

Assim, os diversos grupos empregam diferencialmente os sete fatores categorizados neste trabalho, considerando por um lado a situação como um todo que gerou a perda ao su jeito, o seu real grau de participação nos eventos, a realida de objetiva daquela dada ocorrência e por outro a percepção por parte do sujeito do grau de participação voluntária naque le dado acontecimento. Por exemplo, os sujeitos amputados du rante o exercício de um trabalho diziam ao experimentador: "Eu sempre fiz aquilo, estava acostumado com aquele trabalho, sem pre agindo do mesmo modo. Não sei explicar como isto aconte ceu comigo. Eu não fiz nada de diferente".

Este fato recebe ainda comprovações quando se consi deram os diversos sub-grupos, que apresentam diferenças mar cantes entre si, indicando que eventos diversos que geraram a mesma perda provocam atribuições aos fatores com frequências diferentes, dentro do mesmo conjunto geral.

É interessante lembrar também aqui a diferença en tre sujeitos atores e observadores, quando os primeiros emi tem respostas indicadoras da causalidade dos eventos com uma variabilidade entre os diversos fatores muito maior que os su jeitos observadores. Estes optam mais por algumas poucas cate gorias, concentrando nestas as frequências mais importantes de men ções.

Tal fato a nosso ver pode ser explicado, por um la-

do pela maior quantidade de informação de que dispõe os sujeitos atores sobre a ocorrência dos eventos e que, em virtude de sua diferenciação em cada caso, produz respostas com discriminação maior dependendo do caso. De outro lado os observadores, com menor nível de informações sobre o caso, tendo aliado a este dado fatores motivacionais, respondem de forma estereotipada indicando um ou outro fator com frequência dominante, restando poucas menções a outros fatores do universo isolado.

A respeito dos fatores em si, verificam-se nas respostas às questões relativas a quem foi o responsável pelo que ocorreu, por que isto ocorreu com você, quanto o ator foi culpado, o que fazer para evitar o que aconteceu e a classificação dos quatro fatores de atribuição de causalidade (eu/ele, outros, situação e acaso), que os atores preferem citar como origem dos fatos as categorias externas a ele, envolvendo destino, outras pessoas, entidades, situação. Declaram em nível muito pequeno que foram culpados pelo que ocorreu, que pouco poderiam ter evitado o evento, que o destino foi o responsável por terem sido escolhidos para sofrerem esta perda e isto não ter ocorrido com outros, dizendo que nada poderiam fazer para mudar a situação quando de sua ocorrência, ou que os outros deveriam ter agido de forma diferente para que o fato não acontecesse.

Já os observadores claramente atribuem maior culpa ao ator pela ocorrência do fato, apontam mais frequentemente os fatores relacionados ao próprio ator como explicação cau-

sal dos eventos, desconsideram totalmente o acaso como fator determinante do fato, e após a pessoa do ator, tendem a colocar as outras pessoas como responsáveis pelo ocorrido, acreditando que os atores poderiam ter evitado o que aconteceu desde que modificassem o seu comportamento ou outras pessoas agissem de forma diferente. Este fato sem dúvida garante aos observadores maior percepção de exercício de controle sobre as possíveis ocorrências futuras destes eventos com eles próprios.

Quanto ao emprego das três teorias de atribuição de causalidade a eventos vitimadores (Busca de Controle, Mundo Justo, Atribuição Defensiva) é necessário aqui uma distinção bastante importante: os casos onde os atores acreditam que o evento era evitável (somente presos) e os casos onde os eventos seriam inevitáveis (amputados e cegos).

No caso de eventos percebidos como evitáveis os sujeitos empregariam em primeiro lugar a teoria BC depois AD e por último MJ, e no caso de eventos tidos como inevitáveis AD-MJ-BC, nesta ordem. Isto é, os atores acreditam que, nos casos de presos, o fato seria evitável e portanto empregam em dada ordem as três teorias (BC-AD-MJ) colocando MJ em último lugar, e nos casos de cegoseamputados, para eles inevitáveis, colocam a teoria MJ em segundo lugar relegando a plano mais inferior a teoria BC.

Para os observadores verificam-se o mesmo fenômeno com pequena diferença: julgam os casos de amputados tão evitáveis como os de presos e inevitáveis somente os de cegos.

Assim para os casos de presos e amputados valem-se de BC-AD-MJ e para os casos inevitáveis (cegos) AD-MJ-BC. Verifica-se aí que os atores preferem indicar a teoria AD em primeiro lugar, BC em segundo no caso de eventos evitáveis e em último no caso de inevitáveis, e MJ em segundo no caso de inevitáveis e em último no caso de evitáveis. Os observadores valem-se mais da teoria BC para os casos evitáveis, colocando AD em segundo lugar e MJ em último, não se apresentando diferentemente dos atores para os casos inevitáveis.

Portanto parece que tanto Walster (1966) - busca de controle - quanto Shaver (1970) - atribuição defensiva - em suas explanações teóricas acerca do processo de atribuição de causalidade a eventos com perdas graves tinham razão, cada um para um caso diferente. A teoria BC aplicando-se mais a casos de observadores que nada sofreram, e a teoria AD aplicando-se mais aos casos de sujeitos que sofreram eles próprios as consequências dos eventos. A teoria do MJ parece não possuir maior importância no processo de atribuição utilizado tanto por atores quanto por sujeitos observadores.

As explicações sobre por que este fato ocorreria são muitas e tentaremos agora expor algumas interpretações que nos ocorreram.

Os sujeitos atores em geral optariam mais pela teoria AD como forma de proteção do ego, de elevar a auto-estima, dado que os eventos já ocorreram, as consequências já estão instaladas no sujeito e ele não pode fazer nada para evitá-las,

ao mesmo tempo em que é muito improvável (no caso dos amputados) ou impossível (caso dos cegos) que isto venha a ocorrer novamente com eles. Já os presos, que uma vez livres de cadeia poderão vir a sofrer novamente esta perda, utilizam-se pouco mais da teoria de BC do que da teoria AD, principalmente os assaltantes que correm maior risco de reincidirem no fato, e isto comprova a tese anteriormente descrita de que a possibilidade de que o evento venha a ocorrer novamente com o sujeito ator os leva a optar pela teoria BC como uma forma subjetiva de exercer controle futuro sobre os eventos, e da teoria AD para explicar os casos onde ele não poderia fazer nada e seria improvável o reaparecimento do fenômeno consigo, como forma de elevar a auto-estima.

Isto se comprova quando se consideram os sujeitos observadores que nos casos de presos e amputados (para eles tão evitáveis quanto os casos de presos) empregam frequentemente os postulados da teoria de BC para explicar os eventos dado que isto poderia ocorrer com eles também. Atribuindo ao ator a causa destes eventos, eles poderiam diferenciar-se dos atores e evitar o ocorrido, denotando aí uma motivação de busca de controle e de se evitar a ocorrência consigo.

Para os casos de cegos, os observadores, sabedores que não poderiam evitar uma moléstia que se abatesse sobre eles e os conduzisse à situação de cegos, procuram fazer atribuições baseados na teoria AD. Mesmo aí alguns componentes de busca de controle podem ser detectados, na medida em que escolhem os pais, a família, as outras pessoas, e não a situa-

ção, ou o destino, o acaso, como responsáveis pelo ocorrido , pois assim agindo têm possibilidades de que seus pais, 'sua família, as pessoas que os rodeiam, possam agir de forma contrária aquela dos familiares dos cegos e evitem a doença e a conseqüente cegueira.

Quer dizer, os fatores que fazem a diferenciação no emprego das teorias de BC e de AD seriam: a possibilidade de ocorrência do fato com o sujeito, e o mínimo de dúvida na ação do ator naquele evento, para os casos onde isto pudesse vir a ocorrer (observadores) ou reocorrer (casos de presos as saltantes). O emprego da teoria BC nestes casos garantiria ao sujeito a percepção de que pode exercer controle sobre os eventos e atenderia à esta importante motivação do ser humano.

Para os casos onde o evento é muito improvável de ocorrer novamente (caso de amputados e presos homicidas) ou impossível de reocorrer (casos de cegos), o emprego da teoria AD é mais frequente, como forma de manutenção ou elevação do nível do ego, do sentimento de auto-estima, que em geral para estes sujeitos é mais baixo.

Nos casos onde o ator não fez nada e só recebeu as conseqüências, a teoria BC também não é empregada por observadores, mas nos casos onde o ator teve uma ação qualquer, mesmo pouco relacionada ao evento, constata-se o emprego da teoria de BC por esses sujeitos observadores.

Verifica-se, em suporte a estas considerações, as correlações positivas entre o quanto o ator é julgado culpado

pelo evento, o quanto poderia ter evitado o ocorrido e o emprego da teoria de BC, tanto por atores quanto por observadores; as correlações negativas entre estas variáveis e o emprego da teoria AD; as correlações positivas entre quanto o ator foi culpado, o quanto poderia ter evitado o ocorrido e o sentimento de auto-estima e crença no mundo justo; e para os sujeitos observadores a constatação de que, quanto mais interno o sujeito mais acredita que o ator pudesse ter evitado o que aconteceu.

Uma forma de testar estas interpretações seria ampliar este estudo, envolvendo por um lado grupos de sujeitos que sofreram prisão de alguns dias apenas, de sujeito que sofreram acidentes de trabalho com lesões leves, tal como um ferimento na mão, que hipoteticamente, de acordo com as explicações anteriores, deveriam utilizar mais frequentemente a teoria BC, dado que mais tarde poderão se envolver novamente em eventos desta mesma natureza.

Por outro lado, para comprovar os dados encontrados poderiam ser incluídos sujeitos presos condenados a penas perpétuas, ou a penas tão grandes que provavelmente já teriam falecido ao seu término, ou estariam tão velhos que por certo não se envolveriam mais em eventos desta natureza. Espera-se que estes sujeitos empreguem mais fortemente a teoria AD.

Quanto à teoria MJ, ela recebe pequena consideração por parte dos sujeitos atores e observadores, não sendo quase empregada para explicação causal dos eventos.

A nosso ver isto ocorre por parte dos atores como uma forma de elevação do nível do ego, do sentimento de auto-estima, pois admitir que o evento se abateu sobre ele como uma forma de punição por erros cometidos anteriormente, seria atestar que ele possui características negativas, o que o colocaria em posição inferior, contrária a motivação de elevação do sentimento de auto-estima. Os poucos que se valeram desta teoria dizem que mereceram a perda porque um dia fizeram alguma coisa ruim, mas não eram pessoas ruins que merecessem o que ocorreu. Mereceram porque fizeram alguma coisa ruim e não porque são ruins.

Já os observadores declaram que não poderiam justificar a ocorrência com base nesta teoria porque não conheciam o sujeito o suficiente para dizer se ele era ruim e por isto mereceu a perda. Preferem, nos casos onde o sujeito fez uma coisa ruim, atribuir de forma baseada na teoria BC e não na do mundo justo.

Lembra-se aqui a fina distinção entre uma e outra teorias (BC e MJ) e a alta correlação positiva entre ambas, com a primeira referindo-se a uma ligação entre a consequência sofrida e algo que o sujeito fez naquele dado momento e por isto, deliberadamente ou não, provocou o fenômeno. Quanto à teoria do MJ, refere-se a casos onde o sujeito anteriormente fez algo ruim e por isto mereceu o que ocorreu, quer dizer o sujeito recebeu, vindo não se sabe de onde, uma punição pela ação anterior errada, e não provocou o fato com um comportamento inadequado naquele momento.

Esta diferença muito sutil, é questão de variação do tempo à vista dos sujeitos entrevistados: a teoria de BC faria referências a fatos ocorridos imediatamente e conecta - dos ao evento, enquanto a teoria do MJ a fatos acontecidos no passado, e que teleologicamente motivaram esta ocorrência.

Explica-se assim a alta correlação entre ambas, por que aos sujeitos é difícil saber se, quando se fala que o sujeito mereceu aquilo seja devido ao comportamento emitido no momento da ocorrência ou a fatores mais antigos. Nesta dúvida, claramente eles preferem, principalmente os observadores, optar pela teoria BC que lhes garante maior elevação do sentimento de controle sobre os eventos, e aos atores, a opção mais pelo MJ nos casos de dúvida, garante elevação da auto-estima pois sempre mencionavam a geração anterior como responsável pelo que ocorreu, que eles estariam pagando por erros cometidos pelos pais ou ancestrais.

Esta discriminação fina necessita ser processada ao nível do sujeito em futuros estudos, e se deve procurar determinar qual o limite temporal em que uma ação negativa do sujeito possa ser conectada com consequência negativa em função da teoria BC ou MJ, isto é, até quando se considera que o sujeito recebeu aquela perda porque fez algo errado, e a partir de que distância temporal isto seria tomado como merecimento por atos cometidos anteriormente, mas não diretamente determinados por eles.

A nosso ver portanto a teoria MJ não se aplica nestes casos, por um lado porque os atores acham que ela se refe

re aos comportamentos do momento e isto seria admitir a culpa pelo ocorrido, o que levaria à diminuição da auto-estima e, pelos observadores porque isto se referencia ao passado dos sujeitos, que eles não conhecem e portanto não podem julgá-los.

Outro elemento importante neste aspecto é aquele relativo à menção do destino, acaso, predeterminação, como elemento causal da ocorrência vitimadora com muito maior frequência por parte de atores que observadores. A princípio pensava-se que o destino seria alguma coisa relacionada à teoria do mundo justo, onde o sujeito teve aquela perda por causa do destino, que lhe foi imputado, tendo em vista uma punição por um ato negativo cometido anteriormente. Mas declarações paralelas dos sujeitos ao experimentador, principalmente atores, mostraram que não era bem este o significado do fator. Para eles o destino é entendido de forma determinista e não probabilista por um lado, e por outro como uma mera previsão de coisas que ocorrerão a cada um de nós, nada havendo a fazer nestes casos, pois já está "escrito" (*sic*) que isto ou aquilo ocorrerá com a pessoa. O destino nunca é empregado como indicador de uma punição ao sujeito, mas no sentido de uma predestinação, o que é sem dúvida, o mais alto grau de atribuição externa, confundindo com a noção de externos autênticos, e não de externos "outros poderosos" ou situação não controlada (Romero Garcia, 1980, Levenson, 1974).

Esta posição permite ao sujeito manter ou elevar sua auto-estima na medida em que não pode fazer nada para evitar

o ocorrido, uma vez que isto já estava determinado anteriormente e ele não pode lutar contra este fato que é comum a todos nós. Assim: o preso foi assaltar um banco porque o destino previa que ele seria um assaltante; ele perdeu uma perna ao atravessar uma rua porque o destino previa que ele perdesse esta perna; ele nasceu ou ficou cego não porque ele fez algo errado, mas sim porque o destino previa que isto iria ocorrer com ele, e se não acontecesse naquele caso particular, ocorreria em outra situação, daí nada ter a se fazer para evitar o evento .

É interessante lembrar certa menção a este fator por sujeitos observadores de casos de cegos congênitos ou adquiridos por doença, e de amputados que não tiveram um comportamento ativo na ocorrência do fenômeno (por exemplo estavam em um veículo que bateu em outro e eles, sem dirigir o veículo, vieram a sofrer lesões). Isto parece ocorrer, pelos mesmos motivos expostos quando da análise dos casos dos sujeitos atores, dado que ocorrências desta natureza podem vir a se passar com qualquer pessoa, e nestes casos é preferível já colocar a causalidade em uma variável totalmente incontrolável para garantir o nível de auto-estima e possível exercício de controle, pois o sujeito observador pode supor que o destino não lhe deverá reservar tal consequência negativa, e deste modo controlar esta ocorrência com sua pessoa.

Ao se considerar as medidas das características pessoais dos sujeitos envolvidos neste estudo (crença no mundo justo, sentimento de auto-estima, locus de controle, sentimen

to de religiosidade) uma primeira constatação aparece em quase todas as comparações e sub-grupos: as diferenças marcantes entre sujeitos atores que sofreram as perdas consideradas e aqueles observadores a eles emparelhados em idade, nível sócio-econômico-cultural.

Ainda que o processo de emparelhamento não tenha podido obedecer a critérios bastante rigorosos, o que tornaria a comparação de atores e observadores nessas variáveis mais precisa, pode-se observar que os atores em relação aos observadores, tal como se esperava, apresentam menor sentimento de crença no mundo justo, menor sentimento de auto-estima, locus de controle mais externo e menor sentimento de religiosidade.

Estes fatos se observam, em nosso entender, porque os sujeitos tendo sofrido esta perda grave em sua vida, sem ter às vezes emitido comportamentos que justificassem tal perda, e vendo que outras pessoas em condições semelhantes a sua nada perderam de tão sério, desenvolvam sentimento menos intenso de crença em um mundo justo, ao passo os observadores nada tendo sofrido diretamente crêem mais que as pessoas merecem os fatos que lhes acontecem.

Fato análogo se passa com o sentimento de auto-estima, que se torna sensivelmente abalado pela constatação dos sujeitos atores de que não podem mais fazer as coisas tão bem quanto os outros, de que existem características suas que gostariam de mudar se fosse possível.. Ocorre o mesmo com o sentimento de religiosidade, porque o sujeito verifica que o se

guimento das normas da religião não lhe traz uma vida mais confortável, com menos sofrimento, ao menos do ponto de vista físico e social, e assim deixa de acreditar em muitos postulados básicos de sua religião, na medida em que, por seu grau de cultura, só consegue absorver as melhorias nas condições de vida materiais e não espirituais, que a religião poderia lhe proporcionar.

A esse respeito alguns sujeitos acrescentavam às afirmativas da escala de sentimento de auto-estima: "Eu podia fazer as coisas tão bem quanto os outros, mas agora não posso"; "Se eu enxergasse normalmente poderia fazer"; "Se eu gostaria de mudar alguma coisa em mim ? Claro, se fosse possível. Mas não dá, paciência".

E para o sentimento de religiosidade: "O inferno é aqui mesmo, veja como eu estou"; "Crer na religião leva a gente a ter uma vida mais feliz ? Acho que não"; "Se Deus existe? Eu já tenho dúvidas".

Ao se considerar o locus de controle, era esperado e se verificou que os sujeitos que sofreram perdas graves, com limitações em sua capacidade de controlar os eventos com eles ocorridos, apresentassem locus de controle mais tendente à externalidade do que os sujeitos observadores que nada sofreram, na medida que agora nesta condição é mais difícil dominar os eventos e mesmo conseguir o que se quer.

Todos estes dados são comprovados e reforçados pela diferença entre os diversos grupos de sujeitos atores, onde os

presos que obtiveram perdas temporárias e que em curto período de tempo poderão vir a desenvolver uma vida normal, na mais ampla acepção do termo, apresentam-se com desvios menos acentuados em relação aos sujeitos observadores, e mesmo maiores escores de auto-estima, e locus de controle mais interno, que os outros sujeitos atores.

Com respeito à interferência das medidas pessoais como mediadores do processo de atribuição de causalidade, poucas diferenças e correlações importantes são verificadas, mas suficientes para demonstrar que o processo de atribuição é influenciado por características psicológicas dos sujeitos, que podem ser assim resumidas, compreendendo tanto atores como observadores:

Teoria de Busca de Controle

- correlação positiva com crença no mundo justo
- correlação positiva com sentimento de religiosidade
- correlação negativa com locus de controle
- correlação negativa para sujeitos atores e positiva para observadores com o sentimento de auto-estima (só observada nos sujeitos cegos)
- correlação positiva entre atribuição de culpa ao ator e sentimento de auto-estima
- correlação positiva entre quanto poderia ter evitado e crença no mundo justo.

Teoria de Atribuição Defensiva

- correlação positiva com locus de controle
- correlação positiva com sentimento de religiosidade
- correlação negativa com sentimento de auto-estima.

Teoria do Mundo Justo

- correlação positiva com crença no mundo justo
- correlação positiva com sentimento de religiosidade
- correlação positiva com locus de controle
- correlação negativa com sentimento de auto-estima.
(só para os amputados)

Assim, ainda reforçando as considerações anteriores, os sujeitos que optam mais fortemente pela teoria de busca de controle para explicação dos eventos são aqueles com locus de controle predominantemente interno. Estes, por um lado, acreditam que poderiam ter controlado o evento naquela ocasião particular mas falharam, e por outro, no caso de observadores, que os atores também poderiam tê-lo feito à sua imagem, o que não ocorre com aqueles que optam pelas teorias de AD e MJ, que são mais tendentes à externalidade e julgam que os fenômenos que lhes ocorreram, ou com os atores, são determinados por agentes externos ou por uma ação punitiva à pessoa do ator. Esses dados lançam mais luzes sobre a interpretação de que o emprego de explicações da teoria de BC estaria relacionando o costumeiro ou possível futuro exercício de controle sobre eventos da natureza daqueles tratados neste trabalho.

As correlações negativas entre teoria de atribuição defensiva e sentimento de auto-estima, e positivas entre quantidade de culpa atribuída ao ator e sentimento de auto-estima, levam maiores suportes à interpretação de que a adoção de explicações baseadas na teoria de AD tem a finalidade de proteger o ego ou elevar o sentimento de auto-estima dos sujeitos.

A opção pelas explicações da teoria do mundo justo está conectada a maior sentimento de religiosidade e crença no mundo justo, o que se explica por si só, dadas as correlações positivas e altas entre crença no MJ, e sentimento de religiosidade, obtidas no curso de todo este trabalho e que sem dúvida expressam um conteúdo comum destas três medidas: as pessoas merecem o que conseguem, e conseguem o que merecem.

Quanto às respostas de combate contra a situação em que se encontram os atores, observa-se distribuição equitativa entre bons e maus nestas respostas em todos os sub-grupos, salvo nos casos de cegos onde os adquiridos se apresentam com maior frequência como bons do que maus em relação aos cegos congênitos. Tal pode ser explicado pelo fato de os cegos adquiridos já terem enxergado uma vez na vida, tendo levado uma vida normal, e de um momento a outro virem-se privados da visão, o que os levou a lutar incessantemente para ter ou recuperar uma situação, agora limitada, mais próxima da normalidade possível. Os cegos congênitos por outro lado, não conhecem o que é a vida com visão normal, não avaliam corretamente a diferença entre enxergar e não enxergar, e ao mesmo tempo acostumaram-se com a idéia de que são cegos e desenvolveram compor

tamentos mais próximo do desamparo, conforme descrito por Seligman (1977), do que um padrão de busca de vida normal e convívio com sua limitação.

As relações entre as respostas de combate adotadas pelos sujeitos e suas características psicológicas de sentimento de auto-estima, sentimento de religiosidade, crença no mundo justo e locus de controle, mostram diferenças entre os grupos de sujeitos amputados e cegos por um lado, e sujeitos presos por outro.

Quanto a amputados e cegos, os sujeitos que são classificados como bons em respostas de combate apresentam, em pelo menos um dos dois grupos, maior sentimento de auto-estima, locus de controle mais interno, menor sentimento de religiosidade, que os sujeitos catalogados como maus nas respostas de combate.

As explicações para estes fatos envolvem a maior luta de sujeitos com alta auto-estima para ter uma vida normal, buscando manter ou até elevar este sentimento de auto-estima, pois caso se entregue às suas limitações, e opte por ter uma vida de dependência de outras pessoas ou entidades, com isto estaria automaticamente baixando seu sentimento de auto-estima, o que ele próprio certamente não admite.

Ao mesmo tempo, os sujeitos com locus de controle predominantemente interno, por acreditarem mais fortemente que existe uma relação entre o seu empenho na luta contra a limitação e a obtenção de uma vida melhor, apresentam com maior

frequência comportamentos de busca de vida mais regular. Por outro lado os sujeitos mais tendentes à externalidade, não observando maiores ligações entre sua ação e os reforços conseguidos, não se aventuram a lutar contra a perda sofrida, acomodando-se na situação beirando o desamparo, como aquela observada entre os cegos, alocados em algumas instituições que os acolhem, e que acreditam não passarem mesmo de "ceguinhos", que precisam viver da caridade pública, ou de amputados que não veem perspectivas de uma vida regular, de uma volta ao trabalho normal, preferindo viver às custas do instituto responsável por sua assistência, ficando nele "encostado" (*sic*), recebendo pequena pensão, mas que nada exige dele em contrapartida.

O menor sentimento de religiosidade dos sujeitos bons em respostas de combate em relação aos maus, pode ser explicado pelo fato de que os maus, sendo mais religiosos, acomodam-se na situação atual acreditando que nada há a fazer para mudar, uma vez que pessoas que tem estes sofrimentos, tal como ensina a religião, fizeram por assim merecer ou tem que passar por isto na vida, dado que um sofrimento aqui conduziria a uma vida superior na pós-morte.

Os sujeitos presos, por outro lado, comportam-se de forma totalmente contrária, com aqueles bons em respostas de combate possuindo menor auto-estima e maior religiosidade.

A explicação para esta constatação poderia estar no fato de que os presos, ao contrário dos outros dois grupos de

sujeitos, fizeram alguma coisa de negativo a outras pessoas no ato que motivou a sua perda, não sendo ele o único a sofrer as consequências negativas do evento que o vitimou. Por esta razão e por outras, os sujeitos com alta auto-estima não emitiriam respostas de combate que os classificassem como bons nesta variável, por um lado porque acham que foram fracos, erraram ao cometer o crime e precisam passar pela cadeia para melhorar suas características, pagar pelo mal que fizeram a outros, e por outro porque se julgam os melhores e para manter esta imagem na cadeia não podem apresentar condutas que demonstrem que estão com medo da cadeia, que não estão gostando da situação, dado que não devem se importar com o fato de estarem presos pois isto é até um ponto positivo à sua imagem de sujeito forte que suporta qualquer provação.

O sentimento de religiosidade, correlacionado positivamente às respostas de combate, pode estar retratando o fato de que os sujeitos com altos escores em religiosidade estariam buscando sair da cadeia, terem uma vida melhor para recompor seu lar, recuperar o tempo perdido e tentar fazer o bem, para poder de certa forma pagar o mal que causaram a outros e à sua família com o crime cometido, o que não ocorreria com sujeitos com baixo sentimento de religiosidade, que teriam menos fortemente desenvolvidos estes valores.

As relações entre respostas de combate e o processo de atribuição de causalidade empregado, também indicam diferenças entre os sujeitos amputados e cegos por um lado e sujeitos presos por outro.

Para os amputados e cegos o bom combate à sua limita
ção estaria associado a maior emprego da teoria BC, a maior au
to-atribuição de culpa pelo ocorrido, a maior avaliação de evi
tabilidade do evento, e menor emprego de afirmativas baseadas
 nas teorias AD e MJ para explicar o que aconteceu, tudo isto
 de acordo também com alguns dos dados encontrados por Bulman e
 Wortman (1977).

O fato de o sujeito aceitar a culpa pela ocorrência
 do evento que o vitimou, acreditar mais que ele era evitável
 na ocasião, pode levá-lo a buscar uma vida mais próxima à normal
idade possível, com a sua limitação, como uma forma de anular
 a sua conduta negativa na ocasião. Isto é, na medida em que
 o sujeito busca ter padrão de vida próximo daquele adotado por
 sujeitos que não possuem aquela dada limitação, ele consegue
 razoavelmente anular a sua culpa pela ocorrência da sua perda.
 Em outras palavras: "Eu fui culpado por estar assim, mas agora
 eu lutei para conseguir recuperar, pelo menos em parte, tudo o
 que eu tinha naquela ocasião". Com aqueles sujeitos que optam
 por explicações baseadas na teoria de atribuição defensiva e
 do mundo justo, que culpam outros ou variáveis externas pelo
 ocorrido, existiria um motivo a menos para procurar situação
 de vida mais próxima da normalidade, dado que foram unicamente
 vítimas da fatalidade ou de outros, e agora devem continuar
nesta situação até o final de sua vida.

Lembre-se que estes sujeitos valem-se mais frequentem
ente do destino para explicar suas perdas e deste modo, se o
 destino quis que eles se tornassem cegos ou amputados, eles

não podem (e talvez nem devam, de acordo com seus pontos de vista) fazer nada para contrariar, para modificar tal determinação, dado que ninguém pode, não tem capacidade para tanto.

Entre os presos a situação é completamente diferente, com aqueles sujeitos que não lutam, ou lutam mal, para ter uma vida regular apresentando maiores índices de utilização da teoria de busca de controle, achando-se mais culpados pelo ocorrido, e aqueles que lutam muito e bem contra suas perdas, valendo-se mais da teoria de atribuição defensiva e culpando os outros pelo evento que os vitimou.

Aqui a interpretação envolve novamente o fato de que os presos, diferentemente dos cegos e amputados, sofreram o mal porque causaram mal a outros também, e isto pode ser a razão da diferenciação dos grupos entre si.

Os sujeitos que se julgam culpados por estarem na cadeia, e por terem feito mal a outros, adotam uma de duas atitudes negativas do ponto de vista da luta contra sua situação: uns acham que não devem lutar contra seu atual estado porque devem pagar pelo mal que causaram aos outros, tirando-lhes a vida ou bens materiais, e outros porque não convém, no âmbito do ambiente da cadeia, a um sujeito que fez algo por sua conta e risco ficar lamentando a perda da liberdade e buscando por meios normais a volta à vida fora da cadeia, ao seu lar, reconstruindo sua vida, conseguindo um emprego e desenvolvendo seus estudos. É mais gratificante perante os outros criminosos admitir a culpa e aguentar firme a punição, só lutando contra ela por meios escusos como fuga, motim, briga,

outros assassinatos, e uma vida mundana de tóxico, jogos, prostituição, dentro dos limites da prisão.

Aqueles sujeitos que julgam serem os outros culpa - dos pelo ocorrido, e empregam mais a teoria de atribuição defensiva, procuram lutar mais contra sua situação atual, seja para se recuperarem de um mal que sofrido sobre o qual acham que não têm maiores responsabilidades, seja para por fim a uma situação que, para eles, absolutamente não mereceram, e na qual se viram envolvidos por circunstâncias da vida familiar ou social. Buscam assim recompor sua vida normal, e se lembram que frequentemente são mais os fatores externos controláveis e menos o destino as causas das ocorrências, conforme as atribuições efetuadas por estes sujeitos.

7 - CONCLUSÕES

Ainda que as informações obtidas junto aos diversos sujeitos deste estudo já tenham sido apresentadas na seção destinada à descrição dos resultados, onde foram detalhadamente demonstradas as semelhanças e diferenças entre os diversos grupos considerando-se as variáveis independentes e dependentes, e os principais aspectos comuns a todo o trabalho tivessem merecido explicação no capítulo dedicado à discussão dos resultados, não é demais buscar, em uma reunião geral de tudo o que foi discutido ao longo deste estudo, algumas invariantes que poderíamos denominar conclusões gerais do trabalho, que a alguns talvez possam parecer redundantes, mas que a outros auxiliariam na compreensão das idéias discutidas.

A) O tipo de perda sofrida pelo sujeito no evento vitimador (preso, amputado, cego) acarreta diferenças no processo de atribuição de causalidade aos diversos fatores, que são empregados em intensidades variadas pelos três grupos considerados. Ao mesmo tempo são observadas diferenças importantes na avaliação da culpa dos atores pelo ocorrido, na possibilidade de se evitar aquela situação, e no porquê ele teria sido o escolhido para sofrer esta perda.

Estas diferenças no entanto parecem ser determinadas muito mais pelas circunstâncias particulares que geraram as limitações dos sujeitos, o grau de envolvimento nas mesmas, a percepção de evitabilidade destes casos, do que pelas consequências em si mesmas, hajam vistas as diferenças entre os dois

subgrupos de presos, de cegos e amputados, que apresentam as mesmas consequências, mas diferem na cadeia de eventos que as geraram.

B) Os resultados a respeito das características psicológicas dos sujeitos considerados neste trabalho- crença no mundo justo, sentimento de auto-estima, locus de controle e sentimento de religiosidade - demonstraram exercer real influência nos processos de atribuição de causalidade empregados por atores e observadores, na qualidade das respostas de combate de cada um dos sujeitos atores, ao mesmo tempo em que indicam a existência de diferenças nestas características entre sujeitos atores que sofreram as perdas consideradas e outros observadores, a eles emparelhados, que nada perderam.

Tais dados parecem fornecer indicadores de que tanto o processo de atribuição de causalidade quanto o de luta contra o infortúnio são afetados significativamente por variáveis psicológicas dos sujeitos, o que sugere a realização de novos estudos visando demonstrar as relações de outras características com estes processos aqui discutidos, o que sem dúvida se constitui em profícuo campo de investigações.

C) As três teorias de atribuição de causalidade a eventos victimadores até o momento formalizadas (teoria de busca de controle, teoria do mundo justo e teoria de atribuição defensiva), e submetidas a teste neste estudo junto aos sujeitos presos, amputados e cegos, atores e observadores, são confirmadas ou não de acordo com o tipo de sujeito do estudo.

Assim, observa-se claramente que nem uma nem outra é mais correta e seguida pelos sujeitos para explicar as ocorrências consigo ou com outros de forma absoluta, mas sim depende do tipo de sujeito e do evento considerados.

Por um lado os sujeitos atores, na maior parte das vezes, seguem mais frequentemente a teoria de atribuição de fensiva e os observadores a teoria de busca de controle, para explicação causal dos eventos. A teoria do mundo justo por razões já discutidas anteriormente, parece não muito considerada pelos diversos grupos como boa alternativa para apontar a causa das ocorrências que vitimaram os sujeitos.

D) Os resultados obtidos por sujeitos atores e observadores ao longo de todo o estudo, demonstraram a existência de diferenças marcantes entre um e outro grupos nas abordagens aos processos de atribuição de causalidade aos eventos vitimados. Assim, se por um lado, na maior parte das vezes, os sujeitos atores procuram oferecer respostas explicativas das ocorrências calcadas em fatores externos à pessoa do ator, preferencialmente aqueles relativos a causas sobre as quais não têm qualquer forma de controle, por outro os sujeitos observadores optam com maior frequência pelas categorias contendo características ou variáveis do próprio ator, para indicar a origem dos fenômenos.

Entretanto, em certos casos, onde as configurações das cadeias de eventos encerradas pelas perdas sofridas pelos indivíduos atores compreendem pequena participação ativa des-

ses sujeitos, pode ser verificada grande aproximação entre os resultados de atores e observadores, o que também pode ser uma indicação de que estas distinções entre as posições de atores e observadores venham a depender em parte da estrutura geral das situações onde ocorrem as consequências consideradas.

E) Alguns dados repetiram-se com tanta frequência nas diversas amostras que oferecem bastante segurança quanto à possibilidade de generalização a outras populações, e que são agora resumidamente indicados:

- os sujeitos atores tendem a indicar as causas externas (outros, meio, situação, destino) como explicadoras de suas perdas;
- os sujeitos observadores apontam com maior frequência as características ou comportamentos do ator como responsáveis pelos eventos. Nos casos onde o ator não teve participação ativa na ocorrência dos fatos, os observadores preferem manter a causalidade ao nível das pessoas indicando os outros como origem dos eventos;
- os observadores culpam mais os atores pelas perdas sofridas do que eles próprios o fazem;
- os observadores declaram acreditar mais que os atores, que estes puderiam ter evitado o que aconteceu;
- as propostas de como poderiam ter sido evitados os eventos por parte dos atores envolvem basicamente ca

tegorias externas, à sua pessoa ou mesmo dizem nada ser possível evitar a ocorrência daqueles fatos, enquanto os observadores indicam modificações no comportamento dos atores, em segundo plano muito distante a alteração na ação de outras pessoas;

- os atores apontam o destino com maior frequência para explicar porque eles teriam sido os escolhidos para sofrerem aquela perda, enquanto os observadores indicam as características e o comportamento do próprio ator;
- os observadores em geral preferem optar pelas explicações baseadas na teoria de busca de controle e os atores na teoria de atribuição defensiva ao atribuírem causalidade aos eventos vitimadores;
- os sujeitos atores apresentam resultados médios nas escalas de medida das variáveis psicológicas consideradas que os caracterizam, quando comparados aos observadores a eles emparelhados, como possuindo menor crença no mundo justo, menor sentimento de auto-estima, locus de controle mais tendente à externalidade, e menor sentimento de religiosidade;
- observam-se correlações positivas entre o quanto se acredita que o ator pudesse ter evitado o que aconteceu e a atribuição de culpa ao ator pelo ocorrido, tanto entre sujeitos atores como observadores;
- verificam-se correlações positivas entre o quanto se julga o ator culpado pelo evento ou o quanto es-

- te poderia tê-lo evitado e o emprego da teoria BC para explicação dos fatos;
- correlações negativas entre o quanto se julga o ator culpado pelo evento ou o quanto este poderia tê-lo evitado, e o emprego da teoria AD para explicação dos fatos;
 - correlações positivas entre os escores nas teorias BC e MJ e negativas entre as teorias AD e BC ;
 - correlações positivas entre crença no mundo justo e sentimento de religiosidade;
 - correlações positivas entre crença no mundo justo e emprego da teoria MJ para explicação dos eventos;
 - correlações negativas entre os escores na teoria de BC e locus de controle (maiores escores em BC mais interno) e positivas entre escores na teoria AD e locus de controle;
 - relações entre boas reações de combate entre amputados e cegos, variáveis psicológicas e emprego das teorias de atribuição de causalidade a eventos vitimadores em uma direção, e relações diferente entre os sujeitos presos, conforme resumo no item seguinte.

Outros dados entretanto parecem sofrer oscilações entre os grupos estudados e mereceriam novas e mais profundas investigações, e compreendem:

- a ordenação proposta aos quatro fatores (eu/ele, ou

tros, situação e acaso) indicando a contribuição de cada um à ocorrência dos fenômenos geradores das perdas sofre a influência dos eventos antecedentes, e dos tipos de perdas, tanto entre sujeitos atores como observadores;

- a ordem de utilização das três teorias de atribuição de causalidade a eventos vitimadores (busca de controle, mundo justo, atribuição defensiva) varia um pouco ao se considerar cada grupo de sujeitos com diferentes tipos de perda, tanto entre sujeitos atores como observadores;
- correlações das variáveis psicológicas entre si e entre estas e o emprego das teorias de atribuição de causalidade dependendo muitas vezes dos grupos de sujeitos e dos sub-grupos de cada perda considerada;
- as relações entre as variáveis pessoais e as respostas de combate são muito variadas ao se considerar os diversos grupos de sujeitos.

F) Por último, as respostas de combate (*coping responses*) utilizadas pelos sujeitos dos diversos grupos claramente sofrem influência dos processos de atribuição de causalidade empregados para explicar os eventos vitimadores, bem como das variáveis psicológicas consideradas.

Os sujeitos que se comportaram como bons em respostas de combate apresentaram as seguintes características do processo atribucional utilizado e das variáveis psicológicas consideradas:

Sujeitos Amputados e Cegos

- maior emprego das explicações calcadas na teoria BC e menor da teoria AD;
- julgar-se mais culpados pela ocorrência dos eventos que os vitimaram;
- julgar mais que poderiam ter evitado a ocorrência do evento vitimador;
- avaliam como menos negativa a perda sofrida;
- possuem maior sentimento de auto-estima.

Sujeitos Presos

- maior emprego das explicações calcadas na teoria AD e menor da teoria BC;
- julgam-se menos culpados pela ocorrência dos eventos que os vitimaram;
- julgam que não poderiam ter evitado a ocorrência do evento vitimador;
- possuem menor sentimento de auto-estima.

Os dados parecem indicar, assim, que a direção destas variações depende sobremaneira de toda a cadeia de eventos que culminou com aquela dada consequência, da própria consequência em si, e das possibilidade de recorrência do mesmo fato com o sujeito. Isto se, por um lado, oferece grande quantidade de informação acerca destes acontecimentos, por outro acarreta maior dificuldade de operacionalização das ações de utilização destes conhecimentos adquiridos.

Deve ser enfatizado aqui o papel mediador do processo de atribuição de causalidade a eventos vitimadores e sua importância na determinação das respostas de combate empregadas pelos sujeitos. Sabendo-se que o processo de atribuição de causalidade é modificável através da atuação do psicólogo social, conclui-se que é possível interferir na qualidade e intensidade das respostas de combate empregadas pelos sujeitos à partir da mudança do processo de atribuição de causalidade empregado em cada caso.

Entrementes a esta complexidade dos fenômenos, podem-se observar grandes possibilidades de emprego das relações aqui e em outros estudos já estabelecidas, visando a atuação e fetiva sobre os problemas da vida real tendo por base as descobertas advindas da Psicologia Social Experimental, numa demonstração clara de que o conhecimento cientificamente estabelecido não implica na sua desvinculação da realidade em que nos colocamos. Ao contrário, e este trabalho pode ser uma modesta amostra deste fato, a evolução do conhecimento científico na área da Psicologia Social pode, e em muito, contribuir à melhoria das condições de vida do homem em sociedade.

B - BIBLIOGRAFIA

- 1 - ABRAMOWITZ, S.I. Locus of control and self-reported depression among college students. Psychological Reports, Montana, 25 (1):149-150, Aug. 1969.
- 2 - ABRAMS, R. D. & FINESINGER, J.E. Guilt reactions in patients with cancer. Cancer, 6: 474-482, 1953
- 3 - ADERMAN, D. et alii Empatic observation of an innocent victim: the just world revisited. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 29 (3): 342-347, Mar. 1974.
- 4 - ANGYAL, A. Foundations for a science of personality. New York, Harvard University Press, 1941.
- 5 - APSLER, R. & FRIEDMAN, H. Chance outcomes and the just world: a comparison of observers and recipients. Jornal of Personality and Social Psychology, Washington, 31 (5): 887-894, May 1975
- 6 - ARKIN, R. M. & DUVAL, S. Focus of attention and causal attribution of actors and observers. Journal of Experimental Social Psychology, New York, 11: 427-438, 1975
- 7 - ARKIN, R. M. et alii. Effects of perceived choice, expected outcome, and observed outcome of an actor on the causal attributions of actors. Jornal of Experimental Social Psychology, New York, 12:151-158, 1976

- 8 - ASHWORTH, P.D. Social interaction and consciousness.
New York, John Wiley, 1979
- 9 - BEM, D.J. Self-perception: an alternative interpretation of cognitive dissonance phenomena. Psychological Review, Washington, 74 (3): 183-200, May 1967
- 10- BEM, D.J. Self-perception theory. In: BERKOWITZ, L. ed.
Advances in Experimental Social Psychology. New York, Academic Press, 1972, v.6
- 11- BERKOWITZ, L. The motivational states of cognitive consistency theorizing. In: ABELSON, R.P. et alii - Theories of cognitive consistency: a sourcebook.
Chicago, Rand Mc Nally, 1968, p.303-310.
- 12- BIALER, I. Conceptualization of success and failure in mentally retarded and normal children. Journal of Personality, North Carolina, 29 (3): 303-320, Sept.1961
- 13 - BRADLEY, G.W. Self-serving biases in the attribution process: a reexamination of the fact or fiction question. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 36 (1): 56-71, Jan. 1978
- 14 - BRADY, J.V. et alii Avoidance behavior and the development of gastroduodenal ulcers. Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 1: 69-72, 1958
- 15 - BRECHER, M. & DENMARK, F.L. Internal-external locus of control and verbal fluency. Psychological Reports, Montana, 25 (3): 707-710, Dec. 1969

- 16 - BREHM, J. A theory of psychological reactance. Academic Press, 1966
- 17 - BRICKMAN, P. et alii Lottery winners and accident victims: is happiness relative ? Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 36 (8): 917-927, Aug. 1978
- 18 - BROEN, W.E. "A factor-analytic study of religious attitudes" (dissertation) University of Minnesota, 1956
- 19 - BROWN, D. & LOWE, W. Religious beliefs and personality characteristics of college students. Journal of Social Psychology, Massachussetts, 33 (1): 103-129, Feb. 1951
- 20 - BUCHER, R. Blame and hostility in disaster. American Journal of Sociology, 62: 467-475, 1957
- 21 - BULMAN, R.J. & WORTMAN, C.B. Attributions of blame and coping in the "Real World". Severe accident victims react to their lot. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 35 (5): 351-363, May 1977
- 22 - CHAIKIN, A.L. & DARLEY, J.M. Victim or perpretator ?: defensive attribution of responsability and the need for order and justice. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 25 (2): 268-275, Feb. 1973

- 23 - CHAPMAN, L.J. & CHAPMAN, J.P. Genesis of popular but erroneous psychodiagnostic categories. Journal of Abnormal Psychology, Washington, 72 (3): 193-204, June 1967
- 24 - CHODOFF, P. et alii. Stress, defenses and coping behavior: observations in parents of children with malignant disease. American Journal of Psychiatry, New Hampshire, 120: 743-749, 1964
- 25 - COLLINS, B.E. Four components of the Rotter Internal-external scale: belief in a difficult world, a just world, a predictable world, and a politically responsive world. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 29 (3): 381-391, Mar. 1974
- 26 - COOPERSMITH, S. The antecedents of self-esteem. San Francisco, W.H. Freeman & Co, 1967
- 27 - COSTA, M.C.V.V. Auto-estima: construção de um instrumento de medida e sua utilização numa pesquisa com servidores públicos federais (tese). Rio de Janeiro, PUC/ Departamento de Psicologia, 1978. 42 fls.
- 28 - CRANDALL, V.J. et alii Motivacional and ability determinants of young children's intellectual achievement behaviors. Child Development, 33: 643-661, 1962
- 29 - CRANDALL, V.J. et alii Children's beliefs in their control of reinforcements in intellectual academic

- achievement behaviors. Child Development, 36: 91-109, 1965.
- 30 - CROMWELL, R.L. Stress, personality, and nursing care in myocardial infarction. Process choice behavior, and description of parental behavior in schizophrenic and normal subjects. Journal of Personality, North Carolina, 29: 363-379, 1961
- 31 - DAVIS, W.L. & DAVIS D.E. Internal-external control and attribution of responsibility for success and failure. Journal of Personality, North Carolina, 40: 123-136, 1972
- 32 - DAVIS, W.L. & PHARES, E.L. Internal-external control as a determinant of information-seeking in a social influence situation. Journal of Personality, North Carolina, 35 (4): 547-561, Dec. 1967
- 33 - DEAN, D.G. Dynamic social psychology: toward appreciation and replication. New York, Random House, 1969
- 34 - DE CHARMS, R. et al. The "origin-pawn" variable in person perception. Sociometry, Washington, 28: 241-258, 1965
- 35 - DE CHARMS, R. Personal Causation. New York, Academic Press, 1968
- 36 - DELA COLETA, J.A. Aplicação de modelos matemáticos inspirados na teoria das filas na exploração de parâmetros de variáveis relacionadas a acidentes de trabalho em

- uma indústria de construção naval. Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, Rio de Janeiro, 29 (3): 45-79, Jul./Set. 1977
- 37 - DELA COLETA, J.A. A escala de atribuição de causalidade pessoal-ambiental (P.E.C.A). Relatório Técnico, Niteroi, Universidade Federal Fluminense, 1979
- 38 - DELA COLETA, J.A. A escala de locus de controle interno-externo de Rotter: um estudo exploratório. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, 31 (4): 167-181, Out./Dez. 1979
- 39 - DELA COLETA, J.A. Atribuição de responsabilidade por um acidente - um estudo exploratório. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, 32 (1): 95-128, Jan./Mar. 1980
- 40 - EAGLY, A.H. Involvement as a determinant of response to favorable and unfavorable information. Journal of Personality and Social Psychology (Monograph), Washington, 7 (3): 1-15, Nov. 1967.
- 41 - ENGBERG, D.A. et alii Acquisition of key-pecking via autoshaping as a function of prior experience: "Learned laziness ?" Science (178): 1002-1004, 1973
- 42 - ERIKSON, R.V. & ROBERTS, A.H. Some ego functions associated with delay of gratification in male delinquents. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Washington, 36 (3): 378-382, June 1971

- 43 - ESCOVAR, L.A. Alienación y classe social en una población rural. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 17 Lima, 1979 15p.
- 44 - ESCOVAR, L.A. Hacia un modelo psicológico-social del desarrollo. In: CONGRESSO INTERAMERICANO, DE PSICOLOGIA 17, Lima, 1979 16p.
- 45 - FEATHER, N.T. & SIMON, J.G. Causal attribution for success and failure in relation to expectations of success based upon selective or manipulative control. Journal of Personality, North Carolina, 39 (4): 527-541, Dec. 1971
- 46 - FELDMAN - SUMMERS, S. & KIESLER, S.B. Those who are number two try harder: the effect of sex on attributions of causality. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 30 (6): 846-855, Dec. 1974
- 47 - FERRARI, N.A. Institutionalization and attitude change in an aged population: a field study and dissidence theory (dissertation). Western Reserve University, 1962
- 48 - FESTINGER L. & CARLSMITH, J.M. Cognitive consequences of forced compliance. Journal of Abnormal and Social Psychology, Washington, 58 (2): 203-210, Mar. 1959
- 49 - FINCHAN, F. & JASPARS, J. Attribution of responsability to the self and other in children and adults. Journal

- of Personality and Social Psychology, Washington, 37
(9): 1589-1602, Set. 1979
- 50 - FITCH, G. Effects of self-esteem, perceived performance and choice on causal attributions. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 16 (2): 311-315, Oct. 1970
- 51 - FRANKLIN, R.D. Youth's expectancies about internal versus external control of reinforcement related to N variables. Dissertation Abstracts, 24: 1684, 1963
- 52 - FRIEDMAN, J.S. & AUSTIN, W. Observer's reaction to an innocent victim: effect of characterological information and degree of suffering. Personality and Social Psychology Bulletin, 4 (4): 569-574, 1978
- 53 - FRIEDMAN, M. & ROSENMAN, R.H. O tipo A: seu comportamento e seu coração. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976 246p.
- 54 - FRIEZE, I. & WEINER, B. Cue utilization and attributional judgments for success and failure. Journal of Personality, North Carolina, 39 (4): 591-605, Dec. 1971
- 55 - GERBASI, K.C. & ZUCKERMAN, M. Experimental investigation of jury biasing factors. In: THE EASTERN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, New York, Papers... (1975 meeting)
- 56 - GLASS, D.C. & SINGER, J.E. Urban stress: experiments on noise and social stressors. New York, Academic Press, 1972.

- 57 - GLASS, D.C., et alii. Psychic cost of adaptation to an environmental stressor. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 12 (3): 200-210, July 1969
- 58 - GODFREY, B.N. & LOWE, C.H. Devaluation of innocent victims: an attribution analysis within the just world paradigm. Journal of Personality and Social Psychology Washington, 31 (5): 944-951, May 1975
- 59 - GOFFMAN, E. Stigma: notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall, 1963
- 60 - GORE, P.S. Individual differences in the prediction of subject compliance to experimenter bias.(dissertation). Ohio State University, 1962
- 61 - GOSS, A. & MOROSKO, T.E. Relation between a dimensions of internal-external control and the MMPI with and alcoholic population. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Washington, 34 (2): 189-192, Apr. 1970
- 62 - GURWITZ, S.B. & PANCIERA, L. Attribution of freedom by actors and observer's. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 32 (3): 531-539, Set. 1975
- 63 - HARRIS, B. Developmental differences in the attribution of responsibility. Developmental Psychology, Washington, 13: 257-265, 1977
- 64 - HARROW, M. & FERRANTE A. Locus of control in psychiatric

- patients. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Washington, 33 (5): 582-589, Oct. 1969
- 65 - HARVEY, J.H. et alii Actor observer differences in the perceptions of responsability and freedon. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 32 (1): 22-28, Jul. 1975
- 66 - HARVEY, J.H. et alii. New directions in attribution Research. Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1976 a, v. 1, 467p.
- 67 - HARVEY, J.H. et alii A conversation with Fritz Heider. In: New directions in attribution research. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1976 b, v. 1, p.3-18
- 68 - HARVEY, J.H. et alii New directions in attribution Research. Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1978, v. 2, 401p.
- 69 - HARVEY, J.H. & SMITH, W.P. Social Psychology - an attributional approach, Saint Louis, C.V. Mosby Co., 1977, 426p.
- 70 - HECKHAUSEN, H. The anatomy of achievement motivation. Academic, 1967, citado por WEINER, B. et alii Perceiving the causes of success and failure. In: JONES, E.E. et alii. Attribution: perceiving the causes of behavior. Morristown, New Jersey, General Learning Press, 1972

- 71 - HEIDER, F. Social perception and phenomenal causality. Psychological Review, Washington, 51 (6): 358-374, 1944.
- 72 - HEIDER, F. Attitudes and cognitive organization. The Journal of Psychology, Massachussetts, 21: 107-112, 1946
- 73 - HEIDER, F. The psychology of interpersonal relations. New York, John Wiley, 1958
- 74 - HEIDER, F. Perceiving the other person. "Symposium on Theory and Research in Interpersonal Perception", APA, N.Y. 1954. In: TAGIURI, R. & PETRULLO, L. Person Perception and Interpersonal Behavior: Stanford, Stanford Univ. Press, 1962, 390p.
- 75 - HEIDER, F. Psicologia das relações interpessoais. São Paulo. Pioneira/Ed. da Universidade de São Paulo, 1970, 353p.
- 76 - HEIDER, F. & SIMMEL, M. An experimental study of apparent behavior. American Journal Psychology, New York, 57: 243-259, 1944.
- 77 - HIROTO, D.S. Locus of control and learned helplessness. Journal of Experimental Psychology, Washington, 102 (2): 187-193, Feb. 1974
- 78 - JAMES, W.H. Internal versus external control of reinforcement as a basic variable in learning theory. (dissertation) Ohio State University, 1957.

- 79 - JAMES, W. H. The application of social learning theory to educational process. In: SOCIETY FOR RESEARCH IN CHILD DEVELOPMENT. Minneapolis. Papers... (1965 meeting)
- 80 - JAMES, W.H. et alii Effect of internal and external control upon changes in smoking behavior. Journal of Consulting Psychology, Washington, 29(2): 184-186, Apr. 1965
- 81 - JAMES, W.H. & ROTTER, J.B. Partial and 100% reinforcement under chance and skill conditions. Journal of Experimental Psychology, Washington, 55 (5): 397-402, May 1958
- 82 - JESSOR, R. et alii Society, personality, and deviant behavior. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1968
- 83 - JOHNSON, R.C. et alii Resistance to temptation and guilt following yielding and psychotherapy. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Washington, 32 (2): 169-175, Apr. 1968
- 84 - JOHNSON, C.D. & GORMLY, J. Academic cheating: the contribution of sex, personality, and situational variables. Developmental Psychology, Washington, 6: 320-325, 1972
- 85 - JONES, C. & ARONSON, E. Attribution of fault to a rape victim as a function of respectability of the victim. Journal of Personality and Social Psychological, Washington, 26 (3): 415-419, June 1973

- 86 - JONES, E.E. et alii Role playing variations and their informational value for person perception. Journal of Abnormal and Social Psychology, 63: 302-310, 1961
- 87 - JONES, E.E. et alii Pattern of performance and ability attribution: an unexpected primary effect. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 10 (4): 317-340, Dec. 1968
- 88 - JONES, E.E. The rocky road from acts to dispositions. American Psychologist, Washington, 34 (2): 107-117, Feb. 1979
- 89 - JONES, E.E. & DAVIS, K.E. From acts to dispositions: the attribution process in person perception. In: BERKOWITS, L. ed. Advances in Experimental Social Psychology. New York, Academic Press, 1965, v. 2, p.219-266.
- 90 - JONES, E.E. & NISBETT, R.E. The actor and the observer: divergent perception of the causes of behavior. In: JONES, E.E. et alii. Attribution: perceiving the causes of behavior. Morristown, New Jersey, General Learning Press, 1972, 186p.
- 91 - JULIAN, J.W. & KATZ, S.B. Internal versus external control and the value of reinforcement. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 76: 43-48, 1968

- 92 - KATKOVSKY, W. et alii. Parental antecedents of children's beliefs in internal-external control of reinforcement in intellectual achievement situations. Child Development, 28: 765-776, 1967
- 93 - KEASEY, C.B. Young children's attributions of intentionality to themselves and others. Child Development, 48: 261-264, 1977
- 94 - KELLEY, H.H. Attribution theory in social psychology. In: Levine, D. ed. Nebraska Symposium on Motivation. Lincoln, Univ. of Nebraska Press, 1967
- 95 - KELLEY, H.H. Attribution in social interaction. In: JONES, E.E. et alii. Attribution: perceiving the causes of behavior. Morristown, New Jersey, General Learning Press, 1972 a
- 96 - KELLEY, H.H. Causal schemata and the attribution process. In: JONES, E.E. et alii Attribution: perceiving the causes of behavior. Morristown, New Jersey, General Learning Press, 1972 b
- 97 - KELLEY, H.H. The process of causal attribution. American Psychologist, Washington, 28 (2): 107-128, Feb. 1973
- 98 - KELLEY, H.H. & MICHELA, J.L. Attribution theory and research. Annual Review Psychology, 31: 457-501, 1980
- 99 - KOHLBERG, L. The development of children's orientation toward a moral order. In: Sequence in the development of moral thought. Vita Humana, 6: 11-33, 1963
- 100 - KUBLER-ROSS, E. On Death and Dying. New York, Mc Millan, 1969

- 101- KURLANDER, H. et alii. Learned helplessness, depression, and prisioner's dilemma, 1974. In: SELIGMAN, M.E.P. Desamparo. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1977, 223p.
- 102- LANGER, E.J. The illusion of control. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 32 (2): 311-328, Aug. 1975
- 103- LANGER, E.J. & RODIN, J. The effects of choice and enhanced personal responsability for the aged: a field experiment in an institutional setting. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 34 (2): 191-198, Aug. 1975
- 104- LEFCOURT, H.M. Locus of Control: current trends in theory and research. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1976, 211p.
- 105 - LEFCOURT, H.M. & LADWIG, G.W. The american negro: a problem in expectancies. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 1 (4): 377-380, Apr. 1965
- 106 - LERNER, M.J. Evaluation of performance as a function of performer's reward and attractiveness. Journal of Personality and Social Psychology, 1 (4): 355-360, Apr. 1965
- 107- LERNER, M.J. The unjust consequences of the need to believe in a just world. In: AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, New York. Papers... (1966 meeting)

- 108 - LERNER, M.J. The desire for justice and reactions to victims. In: MACAULAY, J. & BERKOWITZ, L. ed. Altruism and helping behavior. New York, Academic Press, 1970
- 109 - LERNER, M.J. Observer's evaluation of a victim: justice, guilt and veridical perception: Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 20(2): 127-135, Nov. 1971
- 110 - LERNER, M.J. Belief in a just world versus liked authoritarian syndrome: but nobody liked the Indians (unpublished). University of Waterloo, 1973.
- 111 - LERNER, M.J. et alii. Deserving and the emergence of the forms of justice. In: BERKOWITZ, L. Advances in Experimental Social Psychology, New York, Academic Press, 1976, v.9
- 112 - LERNER, M.J. & SIMMONS, C. Observer's reaction to the "innocent victim": compassion or rejection ? Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 4 (2): 203-210, Aug. 1966
- 113 - LEVENSON, H. Activism and powerful others: distinctions within the concept of internal-external control. Journal of Personality Assessment, California, 38 (4): 377-383, Aug. 1974
- 114 - LEWIN, K. Principles of topological psychology. New York, McGraw-Hill, 1936

- 115 - LINCOLN, A. & LEVINGER, G. Observer's evaluations of the victim and the attacker in an aggressive incident. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 22 (2): 202-210, May 1972
- 116 - LIPP, L., et alii. Denial of disability and internal control of reinforcement: a study using a perceptual defense paradigm. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Washington, 32 (1): 72-75, Feb. 1968
- 117 - LOWE, C.A. et alii. Individual differences in causal attribution: the personal environmental causal attribution (PECA) scale. 14p (Unpublished). 1978
- 118 - LUGINBUHL, J.E. R. et alii. Causal attributions for success and failure. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 31 (1): 86-93, Jan. 1975
- 119 - MC ARTHUR, L.A. "The how and what of why": some determinants and consequences of causal attribution. (dissertation) Yale University, 1970
- 120 - MC ARTHUR, L.A. The how and what of why: some determinants and consequences of causal attribution. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 22 (2): 171-193, May 1972
- 121 - MC ARTHUR, L.A. The lesser influence of consensus than distinctiveness information on causal attributions: a test of the person-thing hypothesis. Journal of

Personality and Social Psychology, Washington, 33

(6): 733-742, June 1976

122 - MC DONALD, A.P. & HALL, J. Internal-external locus of control and perception of disability. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Washington, 36 (3): 338-343, June 1971

123 - MANN J.F. & TAYLOR, D.M. Attribution of causality: role of ethnicity and social class. The Journal of Social Psychology, Massachussetts, 94 (1): 3-13, 1974

124 - MASELLI, M.D. & ALTROCCHI, J. Attribution of intent. Psychological Bulletin. 71 (6): 445-454, June 1969

125 - MELGES, F.T. & WEISZ A.E. The personal future and suicidal ideation. Journal of Nervous and Mental Disease, 153: 244-250, 1971

126 - MERRIFIELD, C. & TIMPER, R. Local revisions and additions to the just world scale. Oklahoma State University, 1973 (unpublished).

127 - MICHOTTE, A.E. La perception de la causalité. Paris, J. Vrin, 1946

128 - MILER, A.G. & MINTON, H.L. Machiavellianism, internal-external control and the violation of experimental instructions. The Psychological Record, Ohio, 19: 369-380, 1969

129 - MILLER, D.T. NORMAN, S.A. Actor observer differences

- in perceptions of effective control. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 31 (3): 503- 515, Mar. 1975
- 130 - MILLER, D.T. & ROSS, M. Self-serving biases in the attribution of causality. Fact or fiction ? Psychological Bulletin, Washington, 82: 213-225, 1975
- 131 - MILLER, F.D. et alii. Innocence, culpability, and identification with the victim: a balance theory interpretation of the just world. Harvard University 1973 (unpublished)
- 132-- MILGRAM, S. Behavioral study of obedience. Journal of Abnormal and Social Psychology, Washington, 67 371-378, 1963
- 133 - MILGRAM, S. Group pressure and action against a person. Journal of Abnormal and Social Psychology, Washington, 69: 137-143, 1964 a
- 134 - MILGRAM, S. Issues in the study of obedience: a reply to Baumrind. American Psychologist, Washington, 19: (11) 848-852, Nov. 1964 b
- 135 - MILGRAM, S. Some conditions of obedience and disobedience to authority. Human Relations, 18: 57-76, 1965
- 136 - MISCHEL, W. et alii, Internal-external control and persistence: validation and implications of the

- Stanford preschool internal-external scale. Journal of Personality and Social Psychology. Washington, 29 (2): 265-278, Feb. 1974
- 137 - NISBETT, R.E. & BORGIDA, E. Attribution and the psychology of prediction. Journal of Personality and Social Psychology. Washington, 32 (5): 932-943, Nov. 1975
- 138 - NISBETT, R.E. & CAPUTO, G.C. Personality traits: why other people do the things they do. Yale University, 1971 (unpublished).
- 139 - NISBETT, R.E. & SCHACHTER, S. Cognitive manipulation of pain. Journal of Experimental Social Psychology, New York, 2: 227-236, 1966
- 140 - NISBETT, R.E. & VALINS, S. Perceiving the causes of one's own behavior. In: JONES, E.E. et alii - Attribution: Perceiving the causes of behavior. Morristown, New Jersey, General Learning Press, 1972
- 141 - NOWICKI, S. & STRICKLAND, B.R.A. Locus of control scale for children. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Washington, 40 (1): 148-154, Feb. 1973
- 142 - ODELL, M. Personality correlates of independence and conformity, (dissertation). Ohio State University, 1959
- 143 - ORVIS, B.R. et alii A closer examination of causal

inference: the roles of consensus, distinctiveness, and consistency information. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 32 (4): 605-616, Oct. 1975

144 - PASSINI, F.T. & NORMAN, W.T. A universal conception of personality structure ? Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 4 (1): 44-49, July 1966

145 - PENK, W. Age changes and correlates of internal-external locus of control scales. Psychological Reports, Montana, 25(3): 856, Dec. 1969

146 - PEPITONE, A. Motivational effects in social perception. Human Relations. 1: 57-76, 1950

147 - PEPLAU, L.A. & TYLER, T. Belief in a just world and political attitudes. In: THE WESTERN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, Sacramento. Papers... (1975 meeting).

148 - PHARES, E.J. Expectancy changes in skill and chance situations. Journal of Abnormal and Social Psychology Washington, 54 (3): 339-342, May 1957

149 - PHARES, E.J. et alii. Internal-external control and the attribution of blame under neutral and distractive conditions. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 18 (3): 285-288, June 1971.

150 - PIAGET, J. The moral judgment of the child. New York, Harcourt Brace, 1932

- 151 - PLATT, E.S. Internal-external control and changes in expected utility as predictors of the change in cigarette smoking following role playing. In: THE EARSTEN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION CONVENTION. Philadelphia. Papers... (1969 meeting)
- 152 - POPPLETON, P. & PILKINGTON, G. The measurement of religious attitudes in a University population. British Journal of Social and Clinical Psychology. (2): 20-36, 1963
- 153 - REGAN, T.D. et alii. Liking and the Attribution Process Journal of Experimental Social Psychology. New York, 10: 385-397, 1974
- 154 - REID, D. & WARE, E.E. Multidimensionality of internal versus external control: addition of a third dimension and non-distinction of self versus others. Canadian Journal of Behavioral Science, 6: 131-142, 1974
- 155 - RITCHIE, D.E. & PHARES, E.J. Attitude change as a function of internal-external control and communicator status. Journal of Personality, North Carolina, 37 (3) 429-443, Sept. 1969
- 156 - RODRIGUES, A. Estudos em Psicologia Social, Petrópolis, Vozes, 1979, 530p.
- 157 - RODRIGUES, A. Atribuição de causalidade e avaliação de resultados escolares: uma comparação transcultural. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, 32 (1): 141-147, Jan./Mar. 1980.

- 158 - RODRIGUES, A. & NEWCOMB, T.M. The balance principle:
Its current state and its integrative function in
social psychology. 1980 (paper in preparation)
- 159 - ROMERO-GARCIA, O. Locus de control, inteligência,
status socioeconômico y rendimiento academico.
Merida, Venezuela, Universidad de Los Andes, 1980
(não publicado)
- 160 - ROSEMBERG, M. Society and the adolescent self-image.
Princeton, New Jersey, Princeton University Press,
1965
- 161 - ROSS, L. The intuitive psychologist and his shortcomings:
distortions in the attribution process. In: BERKOWITZ,
L. ed. Advances in experimental social psychology.
New York, Academic Press, 1977, v. 10
- 162 - ROSS, L. et alii. Toward an attribution therapy: the
reduction of fear through induced cognitive emotional
misattribution. Journal of Personality and Social
Psychology, Washington, 12 (4): 279-288, Aug. 1969
- 163 - ROTTER, J.B. Generalized expectancies for internal
versus external control of reinforcement. Psychological
Monographs: general and applied, Washington, 80
(whole n.609), 1966
- 164 - ROTTER, J.B. & MULRY R.C. Internal versus external
control of reinforcement and decision time. Journal

of Personality and Social Psychology, Washington, 2
(4): 598-604, Oct. 1965

- 165 - RUBIN, Z. & PEPLAU, L.A. Belief in a just world and relations to another's lot: a study of participants in the National Draft Lottery. Journal of Social Issues, Michigan, 29 (4): 73-93, 1973
- 166 - RUBIN, Z. & PEPLAU, L.A. Who believes in a just world? Journal of Social Issues, Michigan, 31 (3): 65-69, 1975
- 167 - RUBLE, D.N. & FELDMAN, N.S. Order of consensus, distinctiveness, and consistency information and causal attributions. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 34 (5): 930-937, Nov. 1976
- 168 - RYAN, W. Blaming the victim. New York, Pantheon, 1971.
- 169 - SANFORD, N. Authoritarianism and social destructiveness. In: SANFORD, N. & COMSTOCK, C. ed. Sanctions for evil. San Francisco, Jossey Bass, 1971
- 170 - SCHACHTER, S. The interaction of cognitive and physiological determinants of emotional state. In: BERKOWITZ, L. ed. Advances in experimental social psychology. New York, Academic Press, 1964, v. 1, p.49-80
- 171 - SCHACHTER, S. & SINGER, J.E. Cognitive, social and psychological determinants of emotional state.

Psychological Review. Washington, 69 (5): 379-399,
Sept. 1962

- 172 - SCHACHTER, S. & WHEELER, L. Epinephrine, chlorpromazine and amusement. Journal of Abnormal and Social Psychology, Washington, 65: 121-128, 1962
- 173 - SCHLENKER, B.R. Self-presentation: managing the impression of consistency when reality interferes with self-enhancement. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 32 (6): 1030-1037, Dec. 1975
- 174 - SCHMALE, A. & IKER, H. The psychological setting of uterine cervical cancer. Annals of the New York Academy of Sciences, 125: 807-813, 1966
- 175 - SEDLAK, A.J. Developmental differences in understanding plans and evaluating actors. Child Development, 50: 536-560, 1979
- 176 - SEEMAN, M. & EVANS, J.W. Alienation and learning in a hospital setting. American Sociological Review, New York, 27: 772-783, 1962
- 177 - SELIGMAN, M.E.P. Desamparo. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1977, 223p.
- 178 - SHAVER, K.G. Defensive attribution: effects of severity and relevance on the responsibility assigned for an accident. Journal of Personality and Social Psychology

Washington, 14 (2): 101-103, Feb. 1970

- 179 - SHAW, J.I. & SKOLNICK, P. Attribution of responsibility for a happy accident. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 18 (3): 380-383, June 1971
- 180 - SHAW, M.E. & IWAWAKI, S. Attribution of responsibility by Jananese and Americans as a function of age. Journal of Cross - Cultural Psychology, Washington, 3: 71-81, 1972
- 181 - SHAW, M.E. & REITAN, H.T. Attribution of responsibility as a basis for sanctioning behavior. British Journal of Social and Clinical Psychology, 8: 217-226, 1969
- 182 - SHAW, M.E. & SCHNEIDER, F.W. Negro-white differences in attribution of responsibility as a function of age. Psychonomic Science, 16: 289-291, 1969
- 183 - SHAW, M.E. & SULZER, J.L. An empirical test of Heider's levels of attribution of responsibility as a function of age. Journal of Abnormal and Social Psychology, Washington, 69: 39-46, 1964
- 184 - SKINNER, B.F. Beyond freedom and dignity. New York, Alfred A. Knopf, 1971
- 185 - SMITH, E.R. et alii. A short scale of attitudes toward feminism. Representative research in Social Psychology 6: 51-56, 1975

- 186 - SNYDER, M.L. et alii. Egotism and attribution. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 33 (4): 435-441, Apr. 1976
- 187 - SNYDER, M.L. et alii. Attributional egotism. In: HARVEY, J.H. et alii. New directions in attribution research. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1978, v. 2
- 188 - SOSIS, R.H. Internal-external control and the perception of responsibility of another for an accident. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 30 (3): 393-399, Sept. 1974
- 189 - STEPHAN, W.G. et alii. Egotism in males and females. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 34 (6): 1161-1167, Dec. 1976
- 190 - STEVENS, L. & JONES, E.E. Defensive attribution and the Kelley Cube. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 34 (5): 809-820, Nov. 1976
- 191 - STOKOLS, D. & SCHOPLER, S. Reactions to victims under conditions of situational detachment: the effects of responsibility, severity and expected future interaction. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 25 (2): 199-211, Feb. 1973
- 192 - STORMS, M.D. Videotape and the attribution process: reversing actors and observes points of view. Journal of Personality and Social Psychology,

Washington, 27 (2): 165-175, Aug. 1973

- 193 - STORMS, M.D. & NISBETT, R.E. Insomnia and the attribution process. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 16 (2): 319-328, Oct. 1970
- 194 - STRICKLAND, B.R. Individual differences in verbal conditioning, extinction and awareness. Journal of Personality, North Carolina, 38 (3): 364-378, Sept. 1970
- 195 - STRICKLAND, B.R. Delay of gratification as a function of race of the experimenter. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 22 (1): 108-112, Apr. 1972
- 196 - SULZER, J.L. & BURGLASS, K.B. Responsibility attribution, empathy and punitiveness. Journal of Personality, North Carolina, 36 (2): 272-282, June 1968
- 197 - THIBAUT, J.W. & RIECKEN, H.W. Some determinants and consequences of the perception of social causality. Journal of Personality, North Carolina, 24 (2): 113-133, Dec. 1955
- 198 - VALINS, S. Cognitive effects of false heart-rate feedback. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 4 (4): 400-408, Oct. 1966
- 199 - VALINS, S. & RAY, A.A. Effects of cognitive desensitization on avoidance behavior. Journal of

Personality and Social Psychology, Washington, 7
(4): 345-350, Dec. 1967

- 200 - WALLS, R.T. & MILLER, J.J. Delay of gratification in welfare and rehabilitation clients. Journal of Counseling Psychology, Washington, 17 (4): 383-384, July 1970
- 201 - WALSTER, E. Assignment of responsibility for an accident. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 3 (1): 73-79, Jan. 1966
- 202 - WALSTER, E. "Second guessing" important events. Human Relations. 20: 239-250, 1967
- 203 - WAREHIME, R.G. & WOODSON, M. Locus of control and immediate affect states. Journal of Clinical Psychology, Vermont, 27: 443-444, 1971
- 204 - WEINER, B. Theories of motivation: from mechanism to cognition. Chicago, Rand Mc Nally Co., 1972 474p.
- 205 - WEINER, B. et alii. Perceiving the causes of success and failure. In: JONES, E.E. et alii. Attribution: perceiving the causes of behavior. Morristown, New Jersey, General Learning Corp. 1972. p.95-120
- 206 - WEINER, B. & KUKLA, A. An attributional analysis of achievement motivation. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 15 (1): 1-20, May 1970
- 207 - WEISS, J.M. Effects of coping response on stress.

Journal of Comparative and Physiological Psychology,
Washington, 65 (2): 251-260, Apr. 1968

- 208 - WEISS, J.M. Somatic effects of predictable and unpredictable shock. Psychosomatic Medicine, 32: 397-409, 1970
- 209 - WEISS, J.M. Effects of coping behavior in different warning signal conditions on stress pathology in rats. Journal of Comparative and Physiological Psychology, Washington, 77 (1): 1-13, Oct. 1971
- 210 - WEISS, J.M. Effects of punishing the coping response (conflict) on stress pathology in rats. Journal of Comparative and Physiological Psychology, Washington, 77(1): 14-21, Oct. 1971
- 211 - WEISS, J.M. Effects of coping behavior with and without a feedback signal on stress pathology in rats. Journal of Comparative and Physiological Psychology, Washington, 77 (1): 22-30, Oct. 1971
- 212 - WELLS, G.L. & HARVEY, J.H. Do people use consensus information in making causal attributions ? Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 35 (5): 279-293, May 1977
- 218 - WOLK, S. & DUCETTE, J. Intentional performance and incidental learning as a function of personality and task directions. Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 29 (1): 90-101, Jan. 1974

- 214 - WORTMAN, C.B. Causal attributions and personal control.
In: HARVEY, J.H. et alii. New directions in attribution research. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1976, 467p. v. 1, p.23-52
- 215 - WORTMAN, C.B. et alii. Effects of anticipated performance on the attributions of causality to self and others.
Journal of Personality and Social Psychology, Washington, 27 (3): 372-381, Sept. 1973
- 216 - WORTMAN, C.B. & BREHM, J.W. Response to uncontrollable outcomes: an integration of reactance theory and learned helplessness model. In: BERKOWITZ, L. ed. Advances in Experimental Social Psychology, New York, Academic Press, 1975 v. 8
- 217 - ZILLIG, M. Einstellung und Aussage, Z. Psychol, 106: 58-106, 1928
- 218 - ZUCKERMAN, M. Belief in a just world and altruistic behavior. Journal of Personality and Social Psychology Washington, 31(5): 972-976, May 1975
- 219 - ZUCKERMAN, M. et alii. The belief in a just world and reactions to innocent victims. Manuscript. University of Rochester, 1974 (unpublished)
- 220 - ZUCKERMAN, M. & GERBRASI, K.C. Belief in internal control or belief in a just world: a reinterpretation of behavioral and attitudinal correlates of the I.E. Scale. University of Rochester, 1975 (unpublished).

A N E X O I

INVENTÁRIO DE DADOS BIOGRÁFICOS PARA OS
SUJEITOS ATORES

- DADOS BIOGRÁFICOS -

- 1) Nome:.....
- 2) Idade:.....
- 3) Escolaridade:.....
- 4) Profissão:.....
- 5) Estado Civil:.....
- 6) Número de Irmãos:.....
- 7) Posição em relação aos irmãos:.....
- 8) Onde foi criado?.....
- 9) Por quem?.....
- 10) Pai e mãe vivos?.....
- 11) Religião:.....
- 12) Praticante?.....
- 13) Situação econômica (quem trabalha, quanto ganham).....

A N E X O II

QUESTIONÁRIO PARA OBTENÇÃO DE DADOS A RESPEITO DA
ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE DOS EVENTOS OCORRIDOS -
SUJEITOS ATORES

A T R I B U I Ç Ã O

1) Como está relatado o que aconteceu?

2) O Sr. poderia contar exatamente o que lhe aconteceu, o que acarretou esta sua situação, e como as coisas se passaram?

3) O que ou quem o Sr. acha que foi o responsável pelo que aconteceu?

4) Quanto o Sr. acha que foi culpado pelo que aconteceu?

1	2	3	4	5
nada	um pouco	mais ou menos	bastante	totalmente

5) Quanto o Sr. culpa cada um dos itens que vou dizer, pelo acontecimento que levou o Sr. a (ficar preso, ficar cego, perder o braço)?

A) Pode colocar em ordem, do item que mais contribuiu para o que menos contribuiu.

- Eu mesmo
- Outras pessoas
- Situação e lugar em que eu vivia
- Por acaso (azar)

6) Em que medida o Sr. acha que poderia ter evitado o que aconteceu?

1	2	3	4	5
nada	um pouco	mais ou menos	bastante	totalmente

7) O Sr. acha que o que lhe aconteceu é:

- 1 - a pior coisa do mundo que poderia ter acontecido
- 2 - uma coisa muito ruim
- 3 - uma coisa mais ou menos
- 4 - uma boa coisa

8) O que o Sr. acha que deveria ter sido feito para evitar o que aconteceu?

9) Considerando as coisas que lhe aconteceram, o Sr. diria que se sente:

- 1 - totalmente infeliz
- 2 - bastante infeliz
- 3 - mais ou menos infeliz, mais ou menos feliz
- 4 - bastante feliz
- 5 - totalmente feliz

10) Por que você sofreu isto e não outra pessoa? Por que isto aconteceu com você e não aconteceu com outro?

11) Classifique estas três explicações, da mais correta para a menos correta:

- eu sou o maior culpado pelo que aconteceu, porque eu fiz as coisas erradas
- eu ou minha família fizemos essas coisas erradas e isto aconteceu comigo como forma de pagar essas coisas
- os outros e a situação é que são os maiores culpados

A N E X O III

QUESTIONÁRIO PARA OBTENÇÃO DE DADOS A RESPEITO DA
ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE DOS EVENTOS OCORRIDOS -
SUJEITOS OBSERVADORES

A T R I B U I Ç Ã O

1. O que ou quem o Sr. acha que foi o responsável pelo que aconteceu?

2. Quanto o Sr. acha que ele foi culpado pelo que aconteceu?

1	2	3	4	5
nada	um pouco	mais ou menos	bastante	totalmente

3. Quanto o Sr. culpa cada um dos itens que eu vou dizer, pelo acontecimento que levou esse sujeito a (ficar preso, ficar cego, perder o braço)?

A) Colocar em ordem, do item que mais contribuiu para o que menos contribuiu

- ele mesmo
- outras pessoas
- situação e lugar em que ele vivia
- por acaso (azar)

4. Em que medida o Sr. acha que ele poderia ter evitado o que aconteceu?

1	2	3	4	5
nada	um pouco	mais ou menos	bastante	totalmente

5. O que o Sr. acha que deveria ter sido feito para evitar o que aconteceu?

6. Por que ele foi o escolhido para sofrer isto? Porque isto aconteceu com ele, e não com outro?

7. Classifique estas três explicações, da mais correta para a menos correta:

- ele mesmo fez as coisas erradas e é o maior culpado pelo que lhe aconteceu
- ele ou alguém de sua família, fez alguma coisa ruim e por isto ele teve que pagar. É uma forma de pagar os pecados cometidos
- os outros e a situação onde estava é que são os maiores culpados

A N E X O IV

DESENVOLVIMENTO DE ESCALA PARA MEDIDA DA ATRIBUIÇÃO
DE CAUSALIDADE A EVENTOS VITIMADORES, SEGUNDO AS
TEORIAS DE BUSCA DE CONTROLE, MUNDO JUSTO E ATRIBUI
ÇÃO DEFENSIVA

FORMA PRELIMINAR DA ESCALA PARA MEDIDA DAS ATRIBUIÇÕES DE CAUSALIDADE A EVENTOS VITIMIZANTES, CONFORME AS TEORIAS DE BUSCA DE CONTROLE, MUNDO JUSTO E ATRIBUIÇÃO DEFENSIVA.

INSTRUÇÕES

Este é um estudo para verificar como algumas pessoas percebem certos fatos de nossa vida.

Abaixo encontra-se uma pequena história que você deve ler com atenção para depois responder a certas questões.

"O Sr. João, um operário especializado de uma fábrica de fogões, estava em um botequim tomando um café quando saiu uma briga entre dois sujeitos que já estavam no bar quando ele entrou. O Sr. João foi apartar a briga e um dos sujeitos tirou um revólver e deu um tiro no outro com quem estava brigando. O tiro acertou o Sr. João no braço, que muito ferido, teve que ser cortado fora".

Seguem-se várias afirmações para explicar o ocorrido com o Sr. João, com as quais você poderia concordar ou discordar.

Escreva dentro dos parênteses a letra (C) se você concorda com a afirmação, ou (D) se você discorda da afirmação, como forma de explicação do que aconteceu.

Todas as afirmações referem-se ao que aconteceu com o Sr. João.

-
- BC* 1.(C) ** Ele podia desde o princípio ter agido de outro modo e então teria evitado isto tudo
- MJ 2.(C) Ele fez alguma coisa ruim para merecer isto que aconteceu
- AD 3.(C) Ele não podia fazer nada para evitar isto
- BC 4.(C) Ele costuma fazer coisas erradas. É quase certo que, mesmo não sabendo, fez alguma coisa que causou isto.

(*) Teoria a que se refere o item

(**) Gabarito para correção de respostas

- MJ 5.(C) Ele fez alguma coisa que chamou esta situação sobre ele.
- BC 6.(C) Ele foi o responsável pelo que aconteceu
- AD 7.(C) Se dependesse só dele, isto não teria acontecido
- MJ 8.(D) De maneira nenhuma eu acho que ele merecia que isto acontecesse com ele
- BC 9.(C) De vez em quando a gente faz coisas erradas e acabam acontecendo estas coisas
- AD 10.(C) O que aconteceu com ele não foi tão ruim assim como todo mundo pensa
- MJ 11.(C) Isto tudo aconteceu, por outros motivos, não porque ele seja um sujeito com falhas ou defeitos
- BC 12.(C) É certo que o acontecido com ele é resultado de coisas que ele mesmo fez
- MJ 13.(D) Ele nunca fez nada de muito errado para merecer isto
- MJ 14.(C) Seus pais fizeram, ou alguém de sua família fez algo de errado e por isso ele está pagando
- AD 15.(C) Acho que o tipo de situação do momento é que deu origem ao fato
- MJ 16.(C) Ele merece o estado em que se encontra
- BC 17.(C) Estas coisas não acontecem por acaso. Querendo, a gente pode evitar
- AD 18.(C) A situação onde ele estava quando o fato ocorreu determinou isto com ele
- MJ 19.(C) Se ele fosse uma pessoa boa não teria sofrido tudo isto
- AD 20.(C) Ele está assim por culpa dos outros
- AD 21.(C) Alguém faz os erros e o outro é quem paga
- MJ 22.(C) Ele é um sujeito com muitos defeitos e por isso acabou nesta situação
- BC 23.(C) Faltou a ele um maior domínio da situação para evitar isto.
- MJ 24.(D) Eu acho que esta coisa que aconteceu foi muito ruim para ele

- AD 25.(C) Isto aconteceu porque ele estava num dia de azar
- MJ 26.(C) Ele é culpado pelo que está passando
- MJ 27.(C) É preciso que ele sofra agora para ter paz quando morrer
- BC 28.(C) Da próxima vez isto não acontecerá mais, porque ele já conhece o problema
- BC 29.(C) Isto aconteceu com ele. Podia ter sido outra pessoa, mas ele não soube agir direito naquela ocasião e ocorreu o fato
- MJ 30.(C) Acho que ele não mereceria outra situação diferente desta.
- AD 31.(C) Isto acontece mesmo a todo mundo. Não se pode evitar
- MJ 32.(C) No fundo mesmo esta situação acabou sendo boa para ele
- AD 33.(C) Só o azar é que pode explicar porque ele sofreu isto tudo
- BC 34.(C) As condições em que ele vive são responsáveis pelo que aconteceu
- MJ 35.(C) Para conseguir o que se quer a gente tem mesmo que passar por tudo isto
- BC 36.(C) Realmente se ele tivesse se esforçado mais a situação seria diferente
- AD 37.(C) Acho que isto aconteceu com ele por acaso
- MJ 38.(C) O mundo é um lugar justo. Se ele está nesta situação é porque merece
- BC 39.(C) Nestes casos, estando preparado, não é muito difícil de evitar o que aconteceu
- MJ 40.(C) É certo que o mundo ensina a gente a viver; tudo que se passa é para aprender
- AD 41.(C) A vida que ele leva é que acabou sendo responsável por isso tudo

BC - Busca de Controle

MJ - Mundo Justo

AD - Atribuição Defensiva

TEORIA DE BUSCA DE CONTROLE

Coeficientes de correlação (rpb) entre os resultados em cada item e no total da escala desta teoria particular.

ITEM	COEFICIENTE RPB
1	0,29
* 4	0,37
* 6	0,50
* 9	0,47
* 12	0,35
17	0,33
* 23	0,44
* 28	0,44
* 29	0,46
* 34	0,35
* 36	0,51
* 39	0,40

(*) permaneceram na escala final

TEORIA DE BUSCA DE CONTROLE

Frequências das respostas CONCORDO e DISCORDO por item

ITENS	RESPOSTAS C	RESPOSTAS D
1	80	31
4	38	73
6	42	69
9	74	37
12	50	61
17	75	36
23	80	31
28	84	27
29	77	34
34	47	64
36	52	59
39	66	45

TEORIA DE BUSCA DE CONTROLE (nº itens = 12)

Distribuição de frequências dos escores totais

N = 111

ESCORES	FREQUÊNCIA
0	0
1	1
2	4
3	5
4	9
5	11
6	17
7	13
8	21
9	15
10	11
11	4
12	0

Média = 6,89

Desvio-padrão = 2,83

TEORIA DO MUNDO JUSTO

Coefficientes de correlação (rpb) entre os resultados em cada item e no total da escala desta teoria particular.

ITENS	COEFICIENTE rpb
* 2	0,56
5	0,23
8	0,08
11	0,18
* 13	0,36
* 14	0,50
16	0,29
* 19	0,45
* 22	0,49
24	0,22
* 26	0,36
* 27	0,50
* 30	0,49
32	0,34
* 35	0,38
* 38	0,45
40	0,06

(*) permaneceram na escala final

TEORIA DO MUNDO JUSTO (nº itens = 17)

Distribuição de frequências dos escores totais

N = 111

ESCORES	FREQUÊNCIA
0	0
1	3
2	13
3	20
4	20
5	16
6	14
7	7
8	6
9	7
10	3
11	1
12	1
13	0
14	0
15	0
16	0
17	0

Média = 4,92

Desvio padrão = 2,39

TEORIA DO MUNDO JUSTO

Frequências das respostas CONCORDO e DISCORDO por item

ITENS	RESPOSTAS C	RESPOSTAS D
2	19	92
5	46	65
8	85	26
11	66	45
13	61	50
14	16	95
16	12	99
19	17	94
22	15	96
24	98	13
26	46	65
27	16	95
30	40	71
32	30	81
35	27	84
38	20	91
40	87	24

TEORIA DE ATRIBUIÇÃO DEFENSIVA

Coeficientes de correlação (rpb) entre os resultados em cada item e no total da escala desta teoria particular.

ITENS	COEFICIENTE rpb
* 3	0,39
* 7	0,28
10	0,18
15	0,21
* 18	0,32
* 20	0,31
* 21	0,50
* 25	0,41
* 31	0,57
* 33	0,50
* 37	0,36
* 41	0,29

(*) permaneceram na escala final

TEORIA DE ATRIBUIÇÃO DEFENSIVA (nº itens = 12)

Distribuição de frequências dos escores totais

N = 111

ESCORES	FREQUÊNCIA
0	0
1	0
2	2
3	14
4	12
5	21
6	18
7	18
8	11
9	10
10	5
11	0
12	0

Média = 5,96

Desvio-padrão = 2,03

TEORIA DE ATRIBUIÇÃO DEFENSIVA

Frequências de respostas CONCORDO e DISCORDO por item

ITENS	RESPOSTAS C	RESPOSTAS D
3	55	56
7	84	27
10	31	80
15	94	17
18	60	51
20	63	48
21	68	43
25	29	82
31	52	59
33	36	75
37	61	50
41	28	83

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO (rpb) ENTRE OS RESULTADOS EM CADA ITEM E NO TOTAL DA ESCALA A QUE SE REFERE (COM GRIFO), E ENTRE OS RESULTADOS EM CADA ITEM E NO TOTAL DAS OUTRAS ESCALAS A QUE NÃO SE REFERE (SEM GRIFO).

ITENS	B.C.	A.D.	M.J.
1	<u>0,29</u>	0,16	0,19
* 2	0,24	0,20	<u>0,56</u>
* 3	0,10	<u>0,39</u>	0,27
* 4	<u>0,37</u>	0,33	0,56
5	0,37	0,07	<u>0,23</u>
* 6	<u>0,50</u>	0,03	0,43
* 7	0,25	<u>0,28</u>	- 0,07
8	0,14	0,16	<u>0,81</u>
* 9	<u>0,47</u>	0,33	0,36
10	0,11	<u>0,18</u>	0,24
11	0,33	0,27	<u>0,18</u>
* 12	<u>0,35</u>	0,07	0,45
* 13	0,28	0,11	<u>0,36</u>
* 14	0,33	0,17	<u>0,50</u>
15	0,10	<u>0,21</u>	- 0,02
16	0,27	0,28	<u>0,29</u>
17	<u>0,33</u>	0,09	0,23
* 18	0,26	<u>0,32</u>	0,21
* 19	0,32	0,17	<u>0,45</u>
* 20	0,11	<u>0,31</u>	- 0,01
* 21	0,10	<u>0,50</u>	0,02
* 22	0,13	0,31	<u>0,49</u>
* 23	<u>0,45</u>	0,10	0,17
24	0,09	0,28	<u>0,22</u>
* 25	0,06	<u>0,41</u>	0,40
* 26	0,53	0,04	<u>0,36</u>
* 27	0,27	0,21	<u>0,50</u>
* 28	<u>0,44</u>	0,25	0,27
* 29	<u>0,46</u>	0,06	0,19
* 30	0,41	0,19	<u>0,49</u>

continuação...

ITENS	B.C.	A.D.	M.J.
* 31	- 0,06	<u>0,57</u>	0,16
32	0,28	0,08	<u>0,33</u>
* 33	0,25	<u>0,50</u>	0,33
* 34	<u>0,35</u>	0,29	0,50
* 35	0,27	0,40	<u>0,38</u>
* 36	<u>0,51</u>	0,06	0,44
* 37	0,18	<u>0,36</u>	- 0,02
* 38	0,25	0,22	<u>0,45</u>
* 39	<u>0,40</u>	0,33	0,08
40	0,26	0,28	<u>0,05</u>
* 41	0,41	<u>0,29</u>	0,49

(*) permaneceram na escala final.

A T R I B U I Ç Ã O - F O R M A F I N A L

Eu vou fazer algumas afirmações que poderiam explicar o que aconteceu com você, e porque isto ocorreu, com as quais você pode concordar ou discordar.

Cada vez que eu disser uma destas afirmações, você me diz se concorda ou discorda dela, como uma forma de explicação do que ocorreu com você.

Não existem respostas certas ou erradas. Eu quero saber o que você acha que explica ou não o seu caso. Certo?

MJ* 1. (C)** Eu fiz alguma coisa ruim para merecer isto que me aconteceu

AD 2. (C) Eu não podia fazer nada para evitar isto

BC 3. (C) Eu costumo fazer coisas erradas. É quase certo que, mesmo não sabendo, fiz alguma coisa que causou isto

BC 4. (C) Eu fui o responsável pelo que aconteceu

AD 5. (C) Se dependesse só de mim, isto não teria acontecido

BC 6. (C) De vez em quando a gente faz coisas erradas e acabam acontecendo estas coisas

BC 7. (C) É certo que o acontecido é resultado de coisas que eu mesmo fiz

MJ 8. (D) Eu nunca fiz nada de muito errado para merecer isto

MJ 9. (C) Meus pais fizeram, ou alguém de minha família fez algo de errado e por isto eu estou pagando

AD 10. (C) A situação onde eu estava (vivia) quando o fato aconteceu determinou que isto ocorresse comigo

MJ 11. (C) Se eu fosse uma pessoa boa não teria sofrido tudo isto

AD 12. (C) Eu estou assim por culpa dos outros

AD 13. (C) Alguém faz os erros e a gente é que paga

(*) Teoria a que se refere o item

(**) Gabarito para correção das respostas

- MJ 14. (C) Eu sou um sujeito com muitos defeitos e por isso acabei nesta situação
- BC 15. (C) Faltou a mim um maior domínio da situação para evitar isto
- AD 16. (C) Isto aconteceu porque eu estava num dia de azar
- MJ 17. (C) Eu sou culpado pelo que estou passando
- MJ 18. (C) É preciso que eu sofra agora para ter paz quando morrer.
- BC 19. (C) Da próxima vez isto não acontecerá mais, porque eu já conheço o problema
- BC 20. (C) Isto aconteceu comigo. Podia ter sido outra pessoa, mas eu não soube agir direito naquela ocasião e ocorreu o fato
- MJ 21. (C) Acho que eu não mereceria outra situação diferente desta
- AD 22. (C) Isto acontece mesmo a todo mundo. Não se pode evitar
- AD 23. (C) Só o azar é que pode explicar porque eu sofri isto tudo
- BC 24. (C) As condições em que eu vivia são responsáveis pelo que aconteceu
- MJ 25. (C) Para conseguir o que se quer a gente tem mesmo que passar por tudo isto
- BC 26. (C) Realmente se eu tivesse me esforçado mais a situação seria diferente
- AD 27. (C) Acho que isto aconteceu comigo por acaso
- MJ 28. (C) O mundo é um lugar justo. Se eu estou nesta situação é porque mereço
- BC 29. (C) Nestes casos, estando preparado, não é muito difícil de evitar o que aconteceu
- AD 30. (C) A vida que eu levava é que acabou sendo responsável por isso tudo

A N E X O V

DESENVOLVIMENTO DE ESCALA PARA MEDIDA DO
LOCUS DE CONTROLE

FORMA PRELIMINAR DE ESCALA PARA MEDIDA DO LOCUS DE CONTROLEI N S T R U Ç Õ E S

A seguir encontra-se uma série de afirmações referentes a acontecimentos da vida diária. Leia cada item e, seguindo sua opinião, decida se você CONCORDA ou DISCORDA da afirmativa. Escreva dentro dos parênteses à frente de cada item a letra (C) no caso de você concordar com a afirmativa e (D) no caso de você discordar da afirmativa.

Não existem respostas certas nem erradas. É a sua opinião que nos interessa.

Responda a todos os itens, mesmo aqueles onde você tem dúvidas.

- 1.(C)* Nem sempre é prudente planejar com muita antecedência, porque muitas coisas acabam sendo, de uma maneira ou de outra, questão de boa ou má sorte.
- 2.(C) Infelizmente, o valor de um indivíduo passa muitas vezes sem ser reconhecido, não importa o quanto ele lute para isso.
- 3.(C) Não importa quanto esforço você faça, há pessoas que simplesmente não gostam de você.
- 4.(D) Os que não conseguem se fazer queridos não sabem como se dar bem com os outros.
- 5.(C) Frequentemente verifiquei que o que está para acontecer acontecerá.
- 6.(D) As pessoas são solitárias porque não procuram ser amigáveis.
- 7.(D) Tornar-se um sucesso é questão de muito trabalho; a sorte tem pouco ou nada a ver com isso.

(*) Gabarito para correção das respostas. Quanto maior o escore, mais externo o locus de controle.

- 8.(C) Muitas vezes podemos decidir muito bem o que fazer tirando a sorte.
- 9.(D) O cidadão médio pode exercer certa influência nas decisões do governo.
- 10.(D) Quando faço planos, estou quase certo de que posso executá-los.
- 11.(C) Sempre haverá guerras. Não importa quanto as pessoas tentem impedi-las.
- 12.(D) No meu caso, conseguir o que quero tem pouco ou nada a ver com a sorte.
- 13.(C) Conseguir um bom emprego depende principalmente de se estar no lugar certo, na hora certa.
- 14.(D) A quantidade de amigos que você tem depende de quanto você seja uma pessoa legal.
- 15.(D) O que me acontece é o resultado de minhas próprias ações.
- 16.(D) Realmente não existe essa tal de "sorte".
- 17.(C) Mais cedo ou mais tarde, as coisas ruins que nos acontecem são contrabalançadas pelas boas.
- 18.(C) Este mundo é governado pelos poucos que estão no poder, e um cidadão qualquer não pode fazer muito a respeito disso.
- 19.(D) Para mim é impossível acreditar que o acaso ou a sorte tenham um papel importante em minha vida.
- 20.(D) No caso de um aluno bem preparado, raramente existe, se é que existe, o que se possa chamar de uma prova injusta.
- 21.(C) Não adianta muito se você se esforça demais em agradar às pessoas: se elas gostam de você, gostam de você.
- 22.(D) Na maioria das vezes, as pessoas são responsáveis por maus governos, tanto em nível nacional quanto local.
- 23.(C) Às vezes sinto que não tenho bastante controle sobre o rumo que minha vida está tomando.
- 24.(C) É difícil saber se uma pessoa realmente gosta ou não de você
- 25.(D) Mais cedo ou mais tarde, as pessoas obtêm neste mundo o respeito que merecem.

- 26.(C) Muitas vezes sinto que tenho pouca influência sobre as coisas que me acontecem.
- 27.(D) O povo pode controlar eventos no mundo, participando ativamente nos assuntos políticos e sociais.
- 28.(C) A maioria das pessoas não percebe quanto suas vidas são controladas por acontecimentos acidentais.

ESCALA DE MEDIDA DO LOCUS DE CONTROLE

Coeficientes de correlação (rpb) entre os resultados em cada item e no total da escala.

ITENS	COEFICIENTE rpb
* 1	0,44
* 2	0,42
* 3	0,28
4	0,22
5	0,15
6	0,17
* 7	0,33
* 8	0,27
* 9	0,27
10	0,08
* 11	0,25
* 12	0,32
13	0,08
14	0,08
* 15	0,25
* 16	0,57
17	0,19
18	0,05
* 19	0,30
20	0,06
21	0,20
22	0,19
* 23	0,30
* 24	0,24
25	0,11
26	0,20
* 27	0,31
* 28	0,23

(*) permaneceram na escala final

ESCALA PARA MEDIDA DO LOCUS DE CONTROLE

Frequência de respostas CONCORDO e DISCORDO por item

ITENS	RESPOSTAS C	RESPOSTAS D
1	57	22
2	70	09
3	66	13
4	58	21
5	36	43
6	57	22
7	41	38
8	32	47
9	41	38
10	62	17
11	51	28
12	47	32
13	56	23
14	69	10
15	59	20
16	29	50
17	67	12
18	58	21
19	42	37
20	40	39
21	61	18
22	53	26
23	47	32
24	41	38
25	53	26
26	46	33
27	50	29
28	58	21

ESCALA DE MEDIDA DO LOCUS DE CONTROLE (nº itens=28)

Distribuição de frequência dos escores totais

N = 79

ESCORES	FREQUÊNCIA
0	0
1	0
2	0
3	0
4	0
5	0
6	1
7	1
8	1
9	1
10	6
11	2
12	6
13	7
14	9
15	11
16	10
17	16
18	2
19	3
20	3
21	0
22	0
23	0
24	0
25	0
26	0
27	0
28	0

Média = 14,57

Desvio-padrão = 2,98

ESCALA PARA MEDIDA DO LOCUS DE CONTROLE - FORMA FINAL

1. (C) *Nem sempre é prudente planejar com muita antecedência, porque muitas coisas acabam sendo, de uma maneira ou de outra, questão de boa ou má sorte
2. (C) Infelizmente, o valor de um indivíduo passa muitas vezes sem ser reconhecido, não importa o quanto ele lute para isto
3. (C) Não importa quanto esforço você faça, há pessoas que simplesmente não gostam de você
4. (D) Tornar-se um sucesso é questão de muito trabalho; a sorte tem pouco ou nada a ver com isso
5. (C) Muitas vezes podemos decidir muito bem o que fazer tirando a sorte
6. (D) O cidadão médio pode exercer certa influência nas decisões do governo
7. (C) Sempre haverá guerras. Não importa quanto as pessoas tentem impedi-las
8. (D) No meu caso, conseguir o que quero tem pouco ou nada a ver com a sorte
9. (D) O que me acontece é o resultado de minhas próprias ações
10. (D) Realmente não existe essa tal de "sorte"
11. (D) Para mim é impossível acreditar que o acaso ou a sorte tenham um papel importante em minha vida
12. (C) Às vezes sinto que não tenho bastante controle sobre o rumo que minha vida está tomando
13. (C) É difícil saber se uma pessoa realmente gosta ou não de você
14. (D) O povo pode controlar acontecimentos no mundo, participando ativamente nos assuntos políticos e sociais
15. (C) A maioria das pessoas não percebe quanto suas vidas são controladas por acontecimentos acidentais

(*) Gabarito para correção das respostas. Quanto maior o escore, mais externo o locus de controle

A N E X O VI

DESENVOLVIMENTO DE ESCALA PARA MEDIDA DA
CRENÇA NO MUNDO JUSTO

FORMA PRELIMINAR DA ESCALA PARA MEDIDA DA CRENÇA NO MUNDO JUSTOI N S T R U Ç Õ E S

A seguir, encontra-se uma série de afirmações referentes a acontecimentos da vida diária. Leia cada item e, seguindo sua opinião, decida se você CONCORDA ou DISCORDA da afirmativa. Escreva dentro dos parênteses à frente de cada item a letra (C) no caso de você concordar com a afirmativa e (D) no caso de você discordar da afirmativa.

Não existem respostas certas nem erradas. É a sua opinião que nos interessa.

Responda a todos os itens, mesmo aqueles onde você tem dúvidas.

- 1.(D)* Acho que as pessoas raramente merecem a fama que têm.
- 2.(C) Basicamente, o mundo é um lugar justo.
- 3.(C) Pessoas que tem sorte, em geral, acabam saindo-se bem na vida.
- 4.(D) Os motoristas cuidadosos estão, provavelmente, sujeitos a sofrer ferimentos em acidentes de trânsito do mesmo modo que os motoristas descuidados.
- 5.(D) É fato comum nos julgamentos uma pessoa culpada sair em liberdade.
- 6.(C) Quase sempre os estudantes merecem as notas que recebem na escola.
- 7.(C) Os homens que se mantêm com boa saúde têm pouca chance de sofrer um ataque cardíaco.
- 8.(D) O político que defende seus princípios raramente consegue ser eleito.
- 9.(C) É difícil um homem inocente ser mandado para a cadeia injustamente.

(*)Gabarito para correção das respostas.Quanto maior o escore, maior a crença no mundo justo.

- 10.(D) Em esportes profissionais, muitas faltas e infrações nunca são marcadas pelo juiz.
- 11.(C) De modo geral, as pessoas merecem o que conseguem.
- 12.(C) Quando os pais castigam seus filhos, quase sempre têm razões para isto.
- 13.(D) Boas ações são quase sempre esquecidas e não conseguem recompensas.
- 14.(C) Embora as pessoas mäs consigam ocupar o poder político por algum período, com o correr do tempo os bons sempre vencem.
- 15.(C) Em quase todas as profissões ou negócios, pessoas que realizam bem seu trabalho alcançam o sucesso total.
- 16.(D) Os pais procuram ser tolerantes para obter maior admiração de seus filhos.
- 17.(D) Frequentemente é impossível para uma pessoa receber um julgamento justo.
- 18.(C) Pessoas que se encontram em desgraça quase sempre fizeram alguma coisa que chamou a desgraça para elas.
- 19.(C) O crime não compensa.
- 20.(D) Muitas pessoas sofrem por faltas que elas não cometeram.

ESCALA PARA MEDIDA DA CRENÇA NO MUNDO JUSTO

Coeficientes de correlação (rpb) entre os resultados em cada item e no total da escala.

ITENS	COEFICIENTE rpb
1	0,24
* 2	0,38
3	0,10
* 4	0,42
* 5	0,43
* 6	0,43
* 7	0,37
8	0,24
* 9	0,37
* 10	0,30
* 11	0,44
* 12	0,33
* 13	0,42
* 15	0,43
16	0,02
* 17	0,37
* 18	0,37
19	0,15
* 20	0,31

(*) permanecem na escala final.

ESCALA PARA MEDIDA DA CRENÇA NO MUNDO JUSTO

Respostas CONCORDO e DISCORDO por item

ITEM	RESPOSTA C	RESPOSTA D
1	50	49
2	66	33
3	81	18
4	55	44
5	53	46
6	59	40
7	62	37
8	55	44
9	43	56
10	82	17
11	62	37
12	77	22
13	63	36
14	64	35
15	71	28
16	74	25
17	56	43
18	61	38
19	83	16
20	83	16

ESCALA PARA MEDIDA DA CRENÇA NO MUNDO JUSTO

(nº itens = 20)

Distribuição de frequência de escores

N = 99

ESCORES	FREQUÊNCIA
0	0
1	0
2	0
3	1
4	1
5	2
6	2
7	5
8	13
9	11
10	19
11	10
12	13
13	9
14	2
15	5
16	1
17	1
18	3
19	1
20	0

Média = 10,60

Desvio-padrão = 3,01

ESCALA PARA MEDIDA DA CRENÇA NO MUNDO JUSTOFORMA FINAL

1. (C) *Basicamente, o mundo é um lugar justo
2. (D) Os motoristas cuidadosos estão, provavelmente, sujeitos a sofrer ferimentos em acidentes de trânsito, do mesmo modo que os motoristas descuidados
3. (D) É fato comum nos julgamentos uma pessoa culpada sair em liberdade
4. (C) Quase sempre os estudantes merecem as notas que recebem na escola
5. (C) Os homens que se mantêm com boa saúde têm pouca chance de sofrer um ataque cardíaco
6. (C) É difícil um homem inocente ser mandado para a cadeia injustamente
7. (D) Em esportes profissionais, muitas faltas e infrações nunca são marcadas pelo juiz
8. (C) De modo geral, as pessoas merecem o que conseguem
9. (C) Quando os pais castigam seus filhos, quase sempre têm razões para isto
10. (D) Boas ações são quase sempre esquecidas e não conseguem recompensas
11. (C) Embora as pessoas más consigam ocupar o poder político por algum período, com o correr do tempo os bons sempre vencem
12. (C) Em quase todas as profissões ou negócios, pessoas que realizam bem seu trabalho alcançam o sucesso total
13. (D) Frequentemente é impossível para uma pessoa receber um julgamento justo
14. (C) Pessoas que se encontram em desgraça quase sempre fizeram alguma coisa que chamou a desgraça para elas
15. (D) Muitas pessoas sofrem por faltas que elas não cometeram

(*) Gabarito para correção das respostas. Quanto maior o escore, maior a crença no mundo justo.

A N E X O VII

DESENVOLVIMENTO DE ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO
DE AUTO-ESTIMA

FORMA PRELIMINAR DE ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE AUTO-ESTIMAI N S T R U Ç Õ E S

A seguir encontra-se uma série de afirmações referentes a acontecimentos da vida diária. Leia cada item e, seguindo sua opinião, decida se você CONCORDA ou DISCORDA da afirmativa. Escreva dentro dos parênteses à frente de cada item a letra (C) no caso de concordar com a afirmativa e (D) no caso de você discordar da afirmativa.

Não existem respostas certas nem erradas. É a sua opinião que nos interessa.

Responda a todos os itens, mesmo aqueles onde você tem dúvidas.

- 1.(D) * Eu costumo ter a sensação de que não há nada que eu possa fazer direito.
- 2.(D) Frequentemente eu penso que sou um sujeito sem valor.
- 3.(C) Eu fico sempre à vontade quando começo uma conversa, mesmo com pessoas que eu não conheça.
- 4.(D) Acho que dependo muito das outras pessoas.
- 5.(D) Eu constantemente desejaria ser outra pessoa.
- 6.(C) Se eu tenho algo a dizer, eu quase sempre digo.
- 7.(D) Eu fico facilmente aborrecido em casa.
- 8.(D) Eu levo muito tempo para acostumar-me com alguma coisa nova.
- 9.(D) Eu desisto muito facilmente das coisas que estou fazendo.
- 10.(C) As outras pessoas frequentemente seguem minhas idéias.
- 11.(D) Existem muitas ocasiões em que eu gostaria de ir embora de casa.

(*) Gabarito para correção das respostas. Quanto maior o escore, maior o sentimento de auto-estima.

- 12.(D) Eu, geralmente, fico aborrecido em relação ao trabalho que faço.
- 13.(C) Sinto-me feliz como sou.
- 14.(C) Minha família me compreende.
- 15.(C) Eu sinto que tenho muitas qualidades boas.
- 16.(D) Sinto uma forte necessidade de defender meus atos, opiniões e crenças.
- 17.(C) Eu sou capaz de fazer coisas tão bem quanto a maioria das outras pessoas.
- 18.(C) Geralmente, eu estou satisfeito comigo mesmo.
- 19.(D) Gostaria de encontrar uma pessoa que pudesse resolver meus problemas para mim.
- 20.(C) Estou satisfeito com o peso que tenho.
- 21.(D) Quando sou obrigado a tomar uma decisão no trabalho em lugar de alguém, eu me preocupo em saber se ela foi a mais acertada.
- 22.(D) Frente a problemas que me preocupam muito, prefiro "dar tempo ao tempo" para que eles se solucionem.
- 23.(D) Geralmente me sinto inferior às outras pessoas.
- 24.(D) Frequentemente fico desapontado com o que estou realizando.
- 25.(D) Até hoje pouco consegui realizar do que havia planejado para mim.
- 26.(D) Há coisas em mim que eu gostaria de mudar, se fosse possível.
- 27.(D) Sinto necessidade de reconhecimento e aprovação dos meus atos.
- 28.(D) No todo, eu estou inclinado a sentir que sou um fracasso.
- 29.(D) Às vezes, sinto-me limitado para dar prosseguimento às minhas realizações profissionais.
- 30.(D) Eu certamente me sinto inútil às vezes.
- 31.(D) Gostaria de ser uma pessoa diferente da que sou.
- 32.(D) Eu espero muito das outras pessoas.
- 33.(C) Preocupo-me muito com o que os outros pensam ou dizem de mim.
- 34.(D) É importante que levemos em consideração as outras pessoas antes de nós mesmos.

35.(D) Acho difícil as pessoas demonstrarem o que são na realidade.

36.(D) Sinto uma intensa necessidade que concordem comigo.

ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE AUTO-ESTIMA

Coeficientes de correlação (rpb) entre os resultados em cada item e no total da escala.

ITENS	COEFICIENTE rpb
* 1	0,44
* 2	0,60
3	0,18
4	0,37
* 5	0,50
6	0,34
* 7	0,55
8	0,43
* 9	0,52
10	0,21
11	0,39
12	0,49
* 13	0,45
* 14	0,50
15	0,32
16	- 0,11
* 17	0,41
18	0,42
* 19	0,52
20	0,38
21	0,13
22	0,22
23	0,36
24	0,38
25	0,42
* 26	0,51
* 27	0,44
* 28	0,50

continuação...

ITENS	COEFICIENTE rpb
29	0,24
* 30	0,57
* 31	0,51
32	0,23
33	- 0,14
34	0,03
35	0,33
* 36	0,50

(*) permaneceram na escala final

ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE AUTO-ESTIMA

Frequência de respostas CONCORDO e DISCORDO por item

ITENS	RESPOSTAS C	RESPOSTAS D
1	18	72
2	18	72
3	44	46
4	57	33
5	13	77
6	67	23
7	27	63
8	30	60
9	15	75
10	34	56
11	26	64
12	34	56
13	78	12
14	76	14
15	84	06
16	82	08
17	80	10
18	77	13
19	22	68
20	68	22
21	73	17
22	67	23
23	20	70
24	24	66
25	66	24
26	52	38
27	57	33
28	11	79
29	52	38
30	33	57

continuação

ITEM	RESPOSTAS C	RESPOSTAS D
31	21	69
32	28	62
33	28	62
34	68	22
35	73	17
36	50	40

ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE AUTO-ESTIMA

(nº itens = 36)

Distribuição de frequências dos escores totais

N = 90

ESCORES	FREQUÊNCIA
0	0
1	0
2	0
3	1
4	0
5	0
6	0
7	0
8	0
9	1
10	0
11	1
12	3
13	3
14	3
15	2
16	0
17	5
18	4
19	6
20	6
21	8
22	6
23	4
24	11
25	3
26	8
27	4
28	1
29	2

continuação...

ESCORES	FREQUÊNCIA
30	4
31	3
32	1
33	0
34	0
35	0
36	0

Média = 21,54

Desvio-padrão = 5,55

ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE AUTO-ESTIMAFORMA FINAL

1. (D) * Eu costumo ter a sensação de que não há nada que eu possa fazer direito
2. (D) Frequentemente eu penso que sou um sujeito sem valor
3. (D) Eu constantemente desejaria ser outra pessoa
4. (D) Eu desisto muito facilmente das coisas que estou fazendo
5. (C) Sinto-me feliz como sou
6. (C) Minha família me compreende
7. (C) Eu sou capaz de fazer coisas tão bem quanto a maioria das outras pessoas
8. (C) Geralmente, eu estou satisfeito comigo mesmo
9. (D) Gostaria de encontrar uma pessoa que pudesse resolver meus problemas para mim
10. (D) Até hoje pouco consegui realizar do que havia planejado para mim
11. (D) Há coisas em mim que eu gostaria de mudar, se fosse possível
12. (D) Sinto necessidade de reconhecimento e aprovação dos meus atos
13. (D) No todo, eu estou inclinado a sentir que sou um fracasso
14. (D) Eu certamente, me sinto inútil às vezes
15. (D) Gostaria de ser uma pessoa diferente da que sou

(*) Gabarito para correção das respostas. Quanto maior o escore, maior o sentimento de auto-estima.

A N E X O VIII

DESENVOLVIMENTO DE ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO
DE RELIGIOSIDADE

FORMA PRELIMINAR DA ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE RELIGIOSIDADEI N S T R U Ç Õ E S

A seguir encontra-se uma série de afirmações referentes a acontecimentos da vida diária. Leia cada item e, seguindo sua opinião, decida se você CONCORDA ou DISCORDA da afirmativa. Escreva dentro dos parênteses à frente de cada item a letra (C) no caso de você concordar com a afirmativa e (D) no caso de você discordar da afirmativa.

Não existem respostas certas nem erradas. É a sua opinião que nos interessa.

Responda a todos os itens, mesmo aqueles onde você tenha dúvidas.

- 1.(D)* Os milagres na verdade não acontecem. As pessoas é que inventaram essas lendas.
- 2.(D) Jesus Cristo foi uma pessoa comum e não o filho de Deus.
- 3.(D) A crença em Deus não livra ninguém do sofrimento e da morte.
- 4.(C) Eu sigo as normas da religião, não importando se são certas ou erradas.
- 5.(C) Todo homem precisa rezar ao menos uma vez por dia.
- 6.(D) Eu acho que muitas das coisas que a religião diz serem pecados, na verdade não são.
- 7.(C) Se todas as pessoas tivessem religião não haveria guerras.
- 8.(D) Tem pessoas que são ruins mesmo e a religião não pode fazer nada para mudar isso.
- 9.(D) Ninguém precisa se preocupar com o inferno, porque ele não existe.
- 10.(D) Todo mundo deve fazer o que gosta, mesmo sendo pecado.

(*)Gabarito para correção das respostas. Quanto maior o escore, maior o sentimento de religiosidade

- 11.(C) A morte de Cristo na cruz foi necessária para apagar os pecados dos homens, e torná-los aceitos diante dos olhos de Deus.
- 12.(C) Eu sinto algumas vezes a presença de Deus.
- 13.(C) O homem é, comparado com a natureza, pecador e impuro.
- 14.(C) Todos os lugares públicos de diversão deveriam ser fechados aos domingos.
- 15.(C) Todo mundo será chamado diante de Deus no dia do julgamento para responder por seus pecados.
- 16.(C) Todo mundo peca e merece punição pelos seus pecados.
- 17.(C) O mundo está cheio de pecadores condenados.
- 18.(C) O diabo pode entrar no corpo de um homem e tê-lo sob seu controle.
- 19.(C) As pessoas do mundo devem se arrepender antes que seja tarde, e antes que se encontrem no inferno.
- 20.(C) Para chegar a ter uma vida boa, é necessário ter alguma crença religiosa.
- 21.(D) Sinceramente, eu não sei se Deus existe ou não.
- 22.(D) As pessoas sem crenças religiosas podem levar uma vida útil e honesta, exatamente como as pessoas com crenças religiosas.
- 23.(D) A existência da doença, da fome e da rivalidade no mundo, podem nos fazer duvidar de algumas crenças religiosas.
- 24.(C) Os milagres registrados na Bíblia realmente aconteceram.
- 25.(C) Sem a crença em Deus, a vida não tem sentido.
- 26.(C) A educação religiosa é essencial para preservar os costumes de nossa sociedade.
- 27.(D) Se você leva uma vida decente e boa, não é necessário ir à Igreja.
- 28.(D) Não há nenhuma espécie de vida depois da morte.
- 29.(C) As crenças religiosas conduzem a uma vida melhor e mais feliz.

ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE RELIGIOSIDADE

Coeficientes de correlação (rpb) entre os resultados em cada item e no total da escala.

ITENS	COEFICIENTE rpb
1	0,33
2	0,24
3	0,33
* 4	0,39
5	0,33
6	0,37
* 7	0,54
8	0,21
* 9	0,41
10	0,38
* 11	0,42
* 12	0,57
13	0,24
14	0,27
* 15	0,71
16	0,31
17	0,30
* 18	0,48
* 19	0,54
* 20	0,60
* 21	0,46
22	0,35
23	0,05
* 24	0,41
* 25	0,43
* 26	0,39
27	0,38
* 28	0,46
* 29	0,56

(*) permaneceram na escala final.

ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE RELIGIOSIDADE

Frequência de respostas CONCORDO e DISCORDO por item

ITENS	RESPOSTAS C	RESPOSTAS D
1	23	61
2	4	80
3	42	42
4	38	46
5	73	11
6	53	31
7	36	48
8	53	31
9	42	42
10	39	45
11	57	27
12	73	11
13	59	25
14	03	81
15	60	24
16	65	19
17	70	14
18	48	36
19	67	17
20	54	30
21	16	68
22	52	32
23	32	52
24	72	12
25	73	11
26	71	13
27	25	59
28	32	52
29	62	22

ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE RELIGIOSIDADE

(nº itens = 29)

Distribuição de frequências dos escores totais

N = 84

ESCORES	FREQUÊNCIA
0	0
1	0
2	0
3	1
4	0
5	0
6	0
7	1
8	0
9	1
10	1
11	2
12	4
13	3
14	3
15	6
16	5
17	6
18	7
19	3
20	3
21	8
22	6
23	10
24	6
25	2
26	5
27	1
28	0
29	0

Média = 18,76

Desvio-padrão = 4,92

ESCALA PARA MEDIDA DO SENTIMENTO DE RELIGIOSIDADE - FORMA FINAL

1. (C) *Eu sigo as normas da religião, não importando se são certas ou erradas
2. (C) Se todas as pessoas tivessem religião não haveria guerras
3. (D) Ninguém precisa se preocupar com o inferno, porque ele não existe
4. (C) A morte de Cristo na cruz foi necessária para apagar os pecados dos homens, e torná-los aceitos diante dos olhos de Deus
5. (C) Eu sinto algumas vezes a presença de Deus
6. (C) Todo mundo será chamado diante de Deus no dia do julgamento para responder por seus pecados
7. (C) O diabo pode entrar no corpo de um homem e tê-lo sob seu controle
8. (C) As pessoas do mundo devem se arrepender antes que seja tarde, e antes que se encontrem no inferno
9. (C) Para chegar a ter uma vida boa, é necessária ter alguma crença religiosa
10. (D) Sinceramente, eu não sei se Deus existe ou não
11. (C) Os milagres registrados na Bíblia realmente aconteceram
12. (C) Sem a crença em Deus, a vida não tem sentido
13. (C) A educação religiosa é essencial para manter os costumes de nossa sociedade
14. (D) Não há nenhuma espécie de vida depois da morte
15. (C) As crenças religiosas conduzem a uma vida melhor e mais feliz

(*) Gabarito para correção das respostas. Quanto maior o escore, maior o sentimento de religiosidade.

A N E X O IX

RESULTADOS GERAIS

VARIÁVEL	A T O R E S									O B S E R V A D O R E S								
	HOMICIDA			ASSALTANTE			T O T A L			HOMICIDA			ASSALTANTE			T O T A L		
	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2
Escore Teoria BC	160	6,96	1210	180	9,00	1640	340	7,91	2850	207	9,00	1921	179	8,95	1611	386	8,98	3532
Escore Teoria MJ	102	4,43	524	89	4,45	493	191	4,44	1017	97	4,22	581	75	3,75	351	172	4,00	932
Escore Teoria AD	163	7,09	1219	103	5,15	643	266	6,19	1862	114	4,96	746	66	3,30	302	180	4,19	1048
Escore Mundo Justo	193	8,39	1725	147	7,35	1155	340	7,91	2880	209	9,09	2005	185	9,25	1785	394	9,16	3790
Escore Auto-Estima	231	10,04	2473	177	8,85	1701	408	9,49	4174	272	11,83	3382	248	12,40	3112	520	12,09	6494
Escore Locus Controle	192	8,35	1756	145	7,25	1173	337	7,84	2929	174	7,56	1426	155	7,75	1301	329	7,65	2727
Escore Religiosidade	240	10,43	2822	203	10,15	2197	443	10,30	5019	273	11,87	3309	242	12,10	3026	515	11,98	6335
Classificação Teoria BC	47	2,04	109	32	1,60	60	79	1,84	169	31	1,35	51	21	1,05	23	52	1,21	74
Classificação Teoria MJ	52	2,26	134	52	2,60	142	104	2,42	276	64	2,78	182	58	2,90	172	122	2,84	354
Classificação Teoria AD	39	1,69	79	36	1,80	78	75	1,74	157	43	1,87	89	41	2,05	85	84	1,95	174
Fator EU/ELE	65	2,83	207	45	2,25	121	110	2,56	328	42	1,83	100	23	1,15	29	65	1,51	129
Fator Outros	38	1,65	82	57	2,85	179	95	2,21	261	55	2,39	155	48	2,40	126	103	2,40	281
Fator Situação	70	3,04	242	41	2,05	105	111	2,58	347	62	2,69	190	61	3,05	201	123	2,86	391
Fator Acaso	57	2,48	159	57	2,85	195	114	2,65	354	71	3,09	245	68	3,40	244	139	3,23	489
Quanto foi culpado	63	2,74	225	70	3,50	286	133	3,09	511	89	3,87	393	98	4,90	482	187	4,35	875
Quanto podia evitar	40	1,74	122	74	3,70	328	114	2,65	450	101	4,39	481	100	5,00	500	201	4,67	981
Avaliação	33	1,43	61	38	1,90	92	71	1,65	153									
Situação	63	2,74	193	60	3,00	204	123	2,86	397									
Combate	147	6,39	1009	129	6,45	871	276	6,42	1880									

VARIÁVEL	A T O R E S									O B S E R V A D O R E S								
	CONGÊNITO			ADQUIRIDO			T O T A L			CONGÊNITO			ADQUIRIDO			T O T A L		
	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2
Escore Teoria BC	9	0,69	9	88	4,00	696	97	2,77	705	8	0,61	10	124	5,64	1028	132	3,77	103
Escore Teoria MJ	42	3,23	226	89	4,04	521	131	3,74	747	32	2,46	166	51	2,32	228	83	2,37	39
Escore Teoria AD	96	7,38	758	133	6,04	891	229	6,54	1649	98	7,54	754	143	6,50	1025	241	6,88	177
Escore Mundo Justo	99	7,61	819	176	8,00	1608	275	7,85	2427	112	8,61	1004	196	8,91	1838	308	8,80	284
Escore Auto-Estima	101	7,77	965	206	9,36	2148	307	8,77	3113	161	12,38	2035	242	11,00	2776	403	11,5	481
Escore Locus Controle	135	10,38	1457	181	8,23	1599	316	9,03	3056	94	7,23	724	164	7,45	1356	258	7,37	208
Escore Religiosidade	144	11,08	1690	224	10,81	2532	368	10,5	4222	149	11,46	1749	227	10,32	2513	376	10,74	426
Classificação Teoria BC	39	3,00	117	53	2,41	143	92	2,63	260	39	3,00	117	46	2,09	108	85	2,43	22
Classificação Teoria MJ	26	2,00	52	42	1,91	90	68	1,94	142	24	1,85	46	56	2,54	150	80	2,28	19
Classificação Teoria AD	13	1,00	13	37	1,68	75	50	1,43	88	15	1,15	19	30	1,36	50	45	1,28	6
Fator EU/ELE	51	3,92	201	65	2,95	231	116	3,31	432	51	3,92	201	66	3,00	224	117	3,34	42
Fator Outros	23	1,77	51	50	2,27	136	73	2,08	187	22	1,69	40	46	2,09	114	68	1,94	15
Fator Situação	25	1,92	55	56	2,54	162	81	2,31	217	33	2,54	95	44	2,00	116	77	2,20	21
Fator Acaso	31	2,38	83	49	2,23	131	80	2,28	214	24	1,85	54	64	2,91	206	88	2,51	26
Quanto foi culpado	13	1,00	13	45	2,04	151	58	1,66	164	13	1,00	13	38	1,73	106	51	1,46	11
Quanto podia evitar	13	1,00	13	41	1,86	127	54	1,54	140	13	1,00	13	43	1,95	131	56	1,60	14
Avaliação	27	6,28	67	57	2,59	169	84	2,4	236									
Situação	43	3,31	149	75	3,41	265	118	3,37	414									

RESULTADOS GERAIS - SUJEITOS AMPUTADOS

VARIÁVEL	A T O R E S									O B S E R V A D O R E S								
	MEMBRO INFERIOR			MEMBRO SUPERIOR			T O T A L			MEMBRO INFERIOR			MEMBRO SUPERIOR			T O T A L		
	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2	ΣX	\bar{X}	ΣX^2
Escore Teoria BC	65	2,60	383	40	2,67	166	105	2,62	549	183	7,32	1601	141	9,40	1331	324	8,10	2932
Escore Teoria MJ	70	2,80	266	49	3,27	199	119	2,98	465	69	2,76	365	51	3,40	271	120	3,00	636
Escore Teoria AD	196	7,84	1588	107	7,13	787	303	7,58	2375	118	4,72	802	48	3,20	220	166	4,15	1022
Escore Mundo Justo	211	8,44	1873	118	7,87	1002	329	8,22	2875	218	8,72	1980	122	8,13	1042	340	8,5	3022
Escore Auto Estima	213	8,52	2159	122	8,13	1232	335	8,38	3391	294	11,76	3606	160	10,67	1800	454	11,4	5406
Escore Locus Controle	222	8,88	2094	143	9,53	1419	365	9,12	3513	176	7,04	1360	117	7,80	1043	293	7,3	2403
Escore Religiosidade	289	11,56	3537	169	11,27	2035	458	11,45	5572	285	11,40	3463	167	11,13	1899	452	11,3	5362
Classificação Teoria BC	69	2,76	199	38	2,53	102	107	2,68	301	41	1,64	83	16	1,07	18	57	1,4	101
Classificação Teoria MJ	51	2,04	111	33	2,20	81	84	2,1	192	70	2,80	200	42	2,80	120	112	2,8	320
Classificação Teoria AD	30	1,20	40	19	1,27	27	49	1,22	67	39	1,56	67	32	2,13	72	71	1,77	139
Fator EU/ELE	85	3,40	307	48	3,20	164	133	3,32	471	56	2,24	172	18	1,20	26	74	1,85	198
Fator Outros	55	2,20	161	50	3,33	182	105	2,62	343	54	2,16	142	49	3,27	175	103	2,58	317
Fator Situação	60	2,40	166	30	2,00	66	90	2,25	232	62	2,48	170	39	2,60	107	101	2,52	277
Fator Acaso	50	2,00	116	22	1,47	38	72	1,80	154	78	3,12	266	44	2,93	142	122	3,05	408
Quanto foi culpado ?	37	1,48	85	22	1,47	50	59	1,48	135	79	3,16	329	68	4,53	322	147	3,68	651
Quanto podia evitar ?	41	1,64	121	15	1,00	15	56	1,40	136	93	3,72	421	75	5,00	375	168	4,20	796
Avaliação	49	1,96	109	25	1,67	49	74	1,85	158									
Situação	74	2,96	228	41	2,73	121	115	2,88	349									